



**DIMENSÕES DA PRIVATIZAÇÃO DA  
EDUCAÇÃO BÁSICA NO BRASIL:  
UM DIÁLOGO COM A PRODUÇÃO  
ACADÊMICA A PARTIR DE 1990**

**Theresa Adrião**

**@npae**

**Theresa Adrião**

**DIMENSÕES DA PRIVATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO  
BÁSICA NO BRASIL: UM DIÁLOGO COM  
A PRODUÇÃO ACADÊMICA A PARTIR DE 1990**

**ANPAE**

**2022**

## **Sobre a Biblioteca Virtual da ANPAE**

A Biblioteca Virtual da ANPAE constitui um programa editorial que visa a publicar obras especializadas sobre temas de política e gestão da educação e seus processos de planejamento e avaliação. Seu objetivo é incentivar os associados a divulgar sua produção e, ao mesmo tempo, proporcionar leituras relevantes para a formação continuada dos membros do quadro associativo e o público interessado no campo da política e da gestão da educação.

### **Dados Internacionais da Catalogação na Publicação. (CIP)**

AD243d

Dimensões da privatização da Educação Básica no Brasil: um diálogo com a produção acadêmica a partir de 1990 / Theresa Maria de Freitas Adrião [Meio Eletrônico]. Brasília, ANPAE, 2022.

Livro Digital: il biog.  
Forma de acesso: World Wide Web  
Formato: PDF, 297 páginas  
ISBN: 978-65-87561-25-7

1.Educação. 2. Educação Básica 3. Privatização. 4. Política Educacional. I. Adrião, Theresa Maria de Freitas, II. Título.

CDU 37.014.5/49

CDD 379

Todos os arquivos aqui publicados são de inteira responsabilidade dos autores e coautores. Os artigos assinados refletem as opiniões dos seus autores e não as da ANPAE, do seu Conselho Editorial ou de sua Direção.

Apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo - **FAPESP**

Processo 2019/12230-7

**Distribuição gratuita**

## **ANPAE – Associação Nacional de Políticas e Administração da Educação**

### **Presidente**

Romualdo Luiz Portela de Oliveira

### **Vice-presidentes**

Itamar Mendes da Silva(Sudeste)

Andréia Ferreira da Silva (Nordeste)

Carina Elisabeth Maciel (Centro-Oeste)

Gisele Msson(Sul)

Ney Cristina Monteiro de Oliveira (Norte)

### **Diretores**

Sandra Maria Zákia Lian de Sousa - Diretora Executiva

Pedro Ganzeli - Diretor Secretário

Adriana Aparecida Dragone Silveira - Diretora de Projetos Especiais

Emília Peixoto Vieira - Diretora de Publicações

Dalva Gutierrez - Diretora de Pesquisa

Luiz Fernandes Dourado - Diretor de Intercâmbio Institucional

Marcia Angela Aguiar - Diretora de Cooperação Internacional

Juca Gil - Diretora de Formação e Desenvolvimento

Maria Angélica Pedra Minhoto - Diretora Financeira

### **Editores**

Marcelo Siqueira Maia Vinagre Mocarzel - Editora

Sabrina Moehlecke - Editora Associada

### **Conselho Fiscal**

Maria Couto Cunha

Erasto Fortes Mendonça

Maria Beatriz Moreira Luce

## **Conselho Editorial**

Almerindo Janela Afonso, Universidade do Minho, Portugal

Bernardete Angelina Gatti, Pesquisadora Senior na Fundação Carlos Chagas, São

Paulo Candido Alberto Gomes, Universidade Católica de Brasília (UCB)

Carlos Roberto Jamil Cury, PUC de Minas Gerais / (UFMG)

Célio da Cunha, Universidade de Brasília (UNB), Brasília, Brasil

Fernando Reimers, Harvard University, Cambridge, EUA

Inés Aguerrondo, Universidad de San Andrés (UdeSA), Buenos Aires, Argentina

João Barroso, Universidade de Lisboa (ULISBOA), Lisboa, Portugal

João Ferreira de Oliveira, Universidade Federal de Goiás (UFG), Goiânia, Brasil

João Gualberto de Carvalho Meneses, (UNICID), Brasil

Juan Casassus, Universidad Academia de Humanismo Cristiano, Santiago, Chile

Licínio Carlos Lima, Universidade do Minho (UMinho), Braga, Portugal

Lisete Regina Gomes Arelaro, Universidade de São Paulo (USP), Brasil

Luiz Fernandes Dourado, Universidade Federal de Goiás (UFG), Goiânia, Brasil

Márcia Angela da Silva Aguiar, (UFPE), Brasil

Maria Beatriz Moreira Luce, (UFRGS), Brasil

Nalú Farenzena, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Brasil

Rinalva Cassiano Silva, (UNIMEP), Piracicaba, Brasil

Sofia Lerche Vieira, Universidade Estadual do Ceará (UECE), Fortaleza, Brasil

Steven J Klees, University of Maryland (UMD), Maryland, EUA

Walter Esteves Garcia, Instituto Paulo Freire (IPF), São Paulo, Brasil

## **Associação Nacional de Política e Administração da Educação**

Fundação Universidade de Brasília – Faculdade de Educação

Campus Universitário Darci Ribeiro, Asa Norte, Brasília, DF 70410-900

anpae@anpae.org.br – publicacao@anpae.org.br - **<http://www.anpae.org.br>**

**Serviços Editoriais** - Planejamento gráfico, capa e editoração eletrônica:

Carlos Alexandre Lapa de Aguiar. - carlosaguiar48@gmail.com

## **Dedicatória**

---

*Ao Romualdo, meu companheiro escolhido, pela solidária, bem-humorada e carinhosa parceria nesta e em todas as produções realizadas nos últimos dezessete anos. Neste momento, agradeço pela leitura deste trabalho, pelas correções e pelas sugestões.*

*Ao Pedro, por existir de forma leve; com um senso de justiça e sentido de solidariedade que me confortam quanto à possibilidade de um mundo melhor.*

*Ao Gabriel, pela existência de forma plena. Com você aprendo que tudo é possível e que obstáculos são, com determinação e alegria, transpostos.*

*Ao Gustavo, por viver a vida. Com você reaprendo a questionar e a valorizar o que de fato importa.*

*Ao meu pai, Antonio, por mostrar que se pode viver "livre, leve e solto" em qualquer tempo e a minha mãe, gratidão por tudo.*

*Ao Greppe, conjunto de pesquisadoras e pesquisadores sem o qual este livro não ocorreria.*

*À Fapesp e ao CNPq pelo apoio às pesquisas e FE- UNICAMP pelas condições para sua realização.*

*Ao Andrey Mori e à Egle P. B. de Freitas Adrião pela paciência na organização das tabelas e gráficos.*

**Utopia**

*Eu dou um passo, ela dá dois passos.*

*Eu dou dois passos, ela dá quatro passos.*

*Eu dou quatro passos, ela dá oito passos.*

*Para isso serve a utopia, para eu seguir caminhando.*

**(Eduardo Galeano)**



## APRESENTAÇÃO

---

## APRESENTAÇÃO

---

Com um intervalo de seis anos, apresento, aos interessados e interessadas em estudos críticos sobre a privatização da educação básica, parte da pesquisa que integrou o material submetido à avaliação para o concurso de Livre Docência junto à Faculdade de Educação da Unicamp, em 2015. A Banca examinadora foi composta pelas Professoras Doutoras Maria Beatriz Luce e Ana Luiza Smolka e pelos Professores Doutores José Luis Sanfelice (*in memoriam*), Valdemar Sguissardi e Robert E. Verhine. Destaco o apoio dos/as colegas do Departamento de Políticas, Administração e Sistemas Educacionais-DEPASE e de sua então secretária Marina Helena Cilumbriello. A todos/as, mais uma vez, expresso minha gratidão.

Para aquela ocasião, o material, em sua totalidade, foi integrado pelo Estado da Arte que compõe este livro e pela análise de três formas de privatização da oferta educacional investigadas em três distintos contextos: Escola *Charter*, em fase de implantação em dois diferentes Distritos estadunidenses; Escola em Contrato de Associação, então vigente em Portugal e o modelo de Ensino Médio Integral, na ocasião implantado em escolas públicas de Pernambuco e de São Paulo. Estas pesquisas empíricas contaram com o apoio financeiro da Fapesp, por meio de bolsa de Estágio de Pesquisa no Exterior e do CNPq, por meio da Bolsa Produtividade. Os resultados destes estudos encontram-se disponíveis em diferentes artigos publicados em periódicos brasileiros e estrangeiros.

Faltava, no entanto, dar visibilidade e submeter ao debate o segmento da pesquisa documental que aqui apresento, cujo objetivo é partilhar temas e abordagens metodológicas sobre privatização da educação identificados na literatura, que possam colaborar para a realização de novos estudos. O

deslocamento temporal entre sua elaboração e publicação exigiu a introdução de pequenas notas da autora (NA).

A base de dados construída para esta pesquisa estará disponível para acesso em link compartilhado na página da Rede Latino-Americana e Africana de Pesquisadores em Privatização da Educação (ReLAAPPe), <https://www.relaappe.fe.unicamp.br/pt-br>.

Em suma, este trabalho deriva do diálogo com a/os pesquisadora/es e estudantes do Grupo de Estudos e Pesquisas em Política Educacional - GREPPE, espaço de formação que tenho o privilégio de integrar.

Campinas, dezembro de 2021

Theresa Adrião

*Ps- Em tempos de pandemia da Covid -19 nunca foi tão evidente a importância de sistemas públicos de saúde, assistência e educação.*





## PREFÁCIO

---

Tem trabalhos acadêmicos que a gente lê e esquece, tem outros que a gente guarda e nunca mais lembra deles e tem outros que a gente lê e nos impactam obrigando-nos à revisão de concepções estabelecidas e nos incomodando em relação à conceitos e hipóteses que pareciam consensuais e que exigirão novas reflexões e pesquisas.

Este é o caso do livro DIMENSÕES DA PRIVATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA NO BRASIL: UM DIÁLOGO COM A PRODUÇÃO ACADÊMICA A PARTIR de 1990, fruto da tese de Livre Docência, defendida na Faculdade de Educação da UNICAMP pela Prof<sup>a</sup>. Theresa Maria de Freitas Adrião, em 2015 e agora disponibilizado ao público.

É difícil uma proposta de estudo sobre o estado da arte de um tema de política educacional gerar emoções e impactos, em especial se esse tema for a privatização da educação básica brasileira. Mas a Prof<sup>a</sup> Theresa Adrião faz isso de uma maneira surpreendente, pois nos leva de um estudo árido para uma animada aventura acadêmica.

Partindo de uma substantiva análise da conjuntura internacional e nacional no período de 1990 a 2014, vai nos mostrando a complexidade do tema não só por suas diferentes abordagens e entendimentos, mas também pelas especificidades de sua implementação em diferentes países e regiões. Sempre relacionando com o desenvolvimento do capitalismo e seu processo de globalização, demonstra como mudanças nesse processo repercutem também nos processos de privatização pela substituição cada vez mais visível das obrigações do Estado para com as políticas sociais, que ao invés de direitos passam a ser consideradas “serviços” que o mercado pode cuidar.

Sua hipótese inicial de que “a privatização da educação se verifica em três dimensões: pela transferência da gestão da educação para o setor privado; pela transferência da elaboração e operacionalização de currículos e insumos curriculares para corporações privadas e pelo aprofundamento da privatização da oferta educacional, por meio da ampliação de políticas de choice e formas de subsídio público a provedores privados” leva a priorizar seu estudo nestas três dimensões: privatização da Oferta Educacional, privatização da Gestão da Educação Pública e privatização do Currículo Escolar.

Esclarecendo conceitos usados nos inúmeros trabalhos acadêmicos da amostra escolhida e nem sempre compreendidos devidamente – parceria, parceria público-privado, contratos de gestão, filantropia, privatização, investimento de risco, dentre outros - procedeu a mapeamento e análise de resumos de publicações disponíveis em quatro bases para o período de 1990 a 2014: ISI Web of Knowledge/Web of Science, SciELO-br, Banco de Teses da Capes e acervos digitais de oito universidades públicas, intencionalmente selecionadas: Universidades Federais de Pernambuco (UFPE), Rio Grande do Sul (UFRGS), Minas Gerais (UFMG), Pará (UFPA) e Brasília (UNB) e das três universidades estaduais paulistas: Universidade de São Paulo (USP), Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP).

A escolha destas oito universidades – as mais significativas em termos de produção acadêmica em programas de pós-graduação de mestrado acadêmico e de doutorado – e garantida a representação geográfica brasileira deu-se em função de um azar histórico que toda pesquisa sofre ou pode sofrer no decorrer dela: a dificuldade de acesso ao acervo que integrava o Banco de Teses da CAPES uma vez que o mesmo foi retirado de circulação para modernização da plataforma, conforme decisão da CAPES restando até o final de maio de 2015, a disponibilidade exclusiva das produções de 2011 e 2012.

Como o prazo fatal de término da pesquisa se aproximava não restou alternativa acadêmica que não a substituição do Banco de Teses da CAPES, pela análise e catalogação da produção do período de 1990 a 2014 nas oito

universidades mencionadas. Cá entre nós, uma alternativa bastante criativa que supriu satisfatoriamente a pesquisa necessária do período!

Para todo trabalho de Estado da Arte ou do Conhecimento – que a autora considera sinônimos – uma dificuldade que se impõe é a escolha de filtro das buscas nas diferentes bases. Nas bases brasileiras, os descritores escolhidos foram: Financiamento, Escolha Parental, Subsídio, Parceria Público Privada, Parceria Público-Privado; Gestão Privada, Privatização; Cooperativa, Cogestão; *Charter e Choice*. Para a produção em língua inglesa, os selecionados foram: *financing, public-private partnership, co-management; aid ou subvention; cooperative; privatization, charter e choice*.

Mas, como nesta pesquisa, o interesse era pelo estudo de trabalhos exclusivamente da Educação Básica, os descritores foram relacionados também aos termos educação básica / educação obrigatória ou *elementary school / compulsory education*.

Esclarece a autora que “a busca por tais expressões se deu tanto pelo levantamento das palavras-chave, quanto pela identificação de sua presença nos títulos e resumos dos trabalhos ou ainda na introdução dos trabalhos.” No total foram categorizados 224 artigos e 72 teses e dissertações, número significativo para o estudo do tema.

É surpreendente o número de autores, de diferentes orientações teóricas que a Prof<sup>a</sup>. Theresa Adrião cita para fundamentar suas opiniões. Poder-se-ia organizar vários cursos de formação em política pública e privatização da educação somente acompanhando a linha de raciocínio que vai se desenvolvendo nos seus diferentes capítulos!

Observe-se, também a profusão de gráficos (55), figuras (6), quadros (3) e tabelas (26) apresentados que nos permitem reflexões e informações indisponíveis antes da pesquisa da autora. É uma profusão de informações que se combinam e que detalham as relações promíscuas – e muitas vezes invisíveis - entre os interesses do mercado e a defesa da melhoria da qualidade da educação básica feita pelas empresas, fundações e corporações diversas.

A figura 6 - Matriz da articulação entre Filantropistas/venture philanthropy e organizações privadas, Brasil, 2015 – que se encontra na parte final do trabalho de pesquisa resume o debate sobre a complexa rede de relações Estado x mercado e público x privado constante do exaustivo levantamento de trabalhos produzidos e das questões interligadas da privatização da educação básica no Brasil e suas relações com as empresas nacionais e transnacionais, e seus diferentes “apelidos” e objetivos com que elas se apresentam.

No entanto, a autora mostra que se trata de disputas pelos fundos públicos (governamentais) e privados (de entidades não lucrativas e famílias) fundamentadas na disseminação das ideologias da “liberdade de escolha” e da ineficiência da gestão pública, em qualquer setor, mas na educação, em especial.

No caso da educação, essa tendência é claramente percebida nas orientações da Agenda 2020: Aprendizagem para todos, do Banco Mundial e Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). A autora, citando Kless, Samoff e Stromquist (2012), afirma que como condição para atender às metas dos Objetivos do Milênio, a Agenda orienta o Banco Mundial a financiar parcerias público-privado e propõe a revisão do conceito de Sistema de educação, no sentido de destituir a característica estatal de sua natureza... O objetivo global declarado é não só garantir a escolaridade básica a todos e todas, como também a aprendizagem, o que consolidaria suas metas.

Em função dessas ponderações, a Prof<sup>a</sup>. Theresa Adrião mostra a intrínseca relação entre a financeirização e a globalização da economia capitalista e a ampliação e diversificação dos processos de privatização da educação, mais especificamente da educação básica brasileira, relação que, conforme ela, carece de estudos e pesquisas no que se refere à dinâmica e diversificação de mercados e de atores envolvidos, esforço ao qual este seu livro se somaria. Só para citar um exemplo, a autora mostra que no Estado de São Paulo, a exemplo de outros governos subnacionais e do próprio governo federal, o projeto educacional iniciado em 2011 “Programa Educação - Compromisso de São Paulo” foi inicialmente integrado por 16 entidades privadas, com atuações diversificadas.

A autora sublinha que, para a capitalização de empresas que atuam no campo da educação, a oferta de ações opera-se contabilizando como ativo não apenas as escolas privadas ou franqueadas associadas a estes grupos, mas também as matrículas de escolas públicas, consideradas como uma espécie de "commodities". A abertura do capital das empresas do segmento educacional na Bolsa de Valores expressa, por exemplo, a liberalização do setor para a atuação de acionistas internacionais, a subordinação da educação à lógica da financeirização da economia condições que potencializam sua mercantilização.

Essa é a razão pela qual a autora opta pelo termo Privatização, para identificação dos processos analisados na sua pesquisa, no lugar de mercantilização ou parceria público-privado/a, expressões adotadas em várias produções brasileiras, inclusive por ela mesma, pois seu objetivo é apreender e identificar de forma mais abrangente, o movimento que tem direcionado a educação básica pública brasileira para o campo e sob o interesse do setor privado, em especial do corporativo ou a este associado. Ou seja, prioritariamente, a autora buscou identificar e analisar formas pelas quais a educação básica pública tem sido subordinada aos interesses do setor privado lucrativo ou não.

Neste sentido a Prof<sup>a</sup> Theresa Adrião pondera ainda que grande parte dos professores das redes públicas tem iniciado a docência e o exercido sua atividade profissional subordinada às rotinas e a lógica institucional introduzidas por modelos elaborados pelas instituições privadas, de maneira que percebê-la e refutá-la se torna ainda mais difícil. Tal condição é ainda agravada pela formação aligeirada dos cursos de graduação em licenciaturas e os de pedagogia oferecidos por instituições privadas, de natureza mercantil, de nível superior, em franca expansão no país.

A autora ressalta que o Partido dos Trabalhadores (PT), ao assumir os mandatos presidenciais no período de 2003 a 2015, aproximou-se da concepção de governança pública, sugerida por distintos organismos internacionais como alternativa às orientações neoliberais ou de cunho gerencial. Mas, essa opção de inserção de mecanismo de governança corporativa no âmbito da gestão pública,

por outro lado, assimila o setor privado (lucrativo e não lucrativo) como agente e parceiro na elaboração das políticas públicas, dado o pressuposto de que a ação estatal ou governamental é insuficiente e, por vezes, refratária para apreciar e atender as demandas sociais.

Definindo com clareza sua opinião, a autora é contundente ao afirmar que: "Acredito que os processos e programas analisados precisam ser identificados pelo que de fato são: mecanismos de privatização da educação, expressão que melhor sinaliza as tendências pelas quais a educação pública, gerida por meio de ferramentas e mecanismos de gestão estatal e financiada por fundos públicos, é transferida, em parte ou em sua totalidade para o setor privado. Essa transferência pode se constituir em bases mercantis ou apenas em decorrência da destituição do caráter público da educação ou ainda a minimização do aspecto de bem público a que a educação estatal."

Mas a prof<sup>a</sup> Theresa alerta que não se trata apenas da adoção da lógica empresarial para a gestão do trabalho escolar ou para a organização do sistema de ensino, mas sim a transposição para a educação pública de programas para a gestão do currículo e oferta educacional considerados pelo setor privado como os mais adequados para a escola pública.

Diz ela: "Assim, de maneira análoga ao apresentado por artigos que analisaram processo semelhante nos EUA, no Brasil, em nome de um compromisso com a melhoria da educação pública, corporações, fundações e institutos vinculados a setores empresariais e financeiros atuam na agenda pública do governo federal e esferas subnacionais e transformam, paulatinamente, o direito à educação em um campo de negócios."

A autora considera no período do estudo a Emenda Constitucional 19/1998 (Reforma do Estado) aprovada no 1º. Governo de Fernando Henrique Cardoso e a Lei Complementar 101/2000, chamada Lei de Responsabilidade Fiscal, que fundamenta a opção pelo Estado Mínimo e a concessão legal de transferências de recursos públicos a entidades privadas via os contratos de gestão. É essa Emenda Constitucional (EC) que revê o consagrado dever exclusivo do Estado para com

as políticas sociais. De hora em diante, o que for de interesse público poderá ser realizado por privados, de qualquer categoria.

O estudo da Profª Theresa Adrião abrange o período de 1990 a 2014, porém de lá para cá, os processos de privatização não só se ampliaram como foram, e vem sendo incentivados, em todas as áreas sociais. A EC 95, conhecida como “EC do fim do mundo” agrava esta situação, pois, propõe congelamento, por 20 anos, de recursos públicos para todas as áreas sociais, em especial as áreas da saúde e da educação.

As reformas trabalhistas e da previdência aprofundaram ainda mais não só a perda de direito dos e das trabalhadoras/es, como a falta/redução de recursos públicos estimularam a privatização da oferta dos direitos sociais, agora chamados de serviços.

Agravando esse quadro, estamos vivendo uma situação que historicamente nunca tínhamos vivido, que é a pandemia pelo Covid-19, quando mais de 608 mil brasileiros e brasileiras morreram, parte significativa dos quais por puro desrespeito e descaso do Governo Federal com as pessoas e as políticas públicas. Nessa crise de desemprego, fome e de redução das condições de sobrevivência, certamente os processos de privatização vão se afirmando e dominando todas as possibilidades.

Isso exigirá novos estudos e ampliação de conceitos, mesmo com a pauta de pesquisas propostas pela Profª Theresa Adrião que deixam claro as lacunas na área de privatização.

Não por acaso a autora termina o seu excelente Estado da Arte explicitando que: “os resultados indicam ainda a necessidade de estudos no Brasil sobre a incidência da filantropia de risco/Venture Philanthropy, cujo investimento social busca potencializar a atuação junto à educação como um negócio; a diversificação tanto temporal, quanto temática entre as publicações nas bases brasileiras e as disponíveis na WoS/ISI; a ausência de estudos brasileiros sobre algumas formas de privatização (escolas privadas, tutorias e aulas particulares) e sobre a relação entre privatização e desigualdades educacionais; o crescimento da privatização da oferta educacional com subsídio público na maioria dos

contextos analisados e o entendimento distinto de categorias como PPP e Quase-mercado pela literatura nacional e internacional.” E ainda, a autora mostra que a pesquisa identificou a concentração de estudos nacionais na dimensão gestão da educação, enquanto a literatura internacional priorizou estudos sobre a privatização da oferta educacional, bem como que existem poucos estudos sobre privatização do currículo em todas as bases inventariadas.

Bem, depois de todas essas propostas eu pergunto a vocês que nos leem: o que estão fazendo que ainda não “devoraram” esta leitura envolvente e começaram a pesquisar os temas sugeridos pela Theresa Adrião?

Vocês verão como uma tese sobre o Estado da Arte sobre privatização da Educação Básica no Brasil pode motivar todos e todas que nela se debruçarem a ver um novo Brasil, mais grave, mais injusto, mais malvado e se motivarem a juntar forças com as associações científicas, sociais e populares que estão empenhados na resistência à implantação das medidas internacionais de privatização da educação pública.

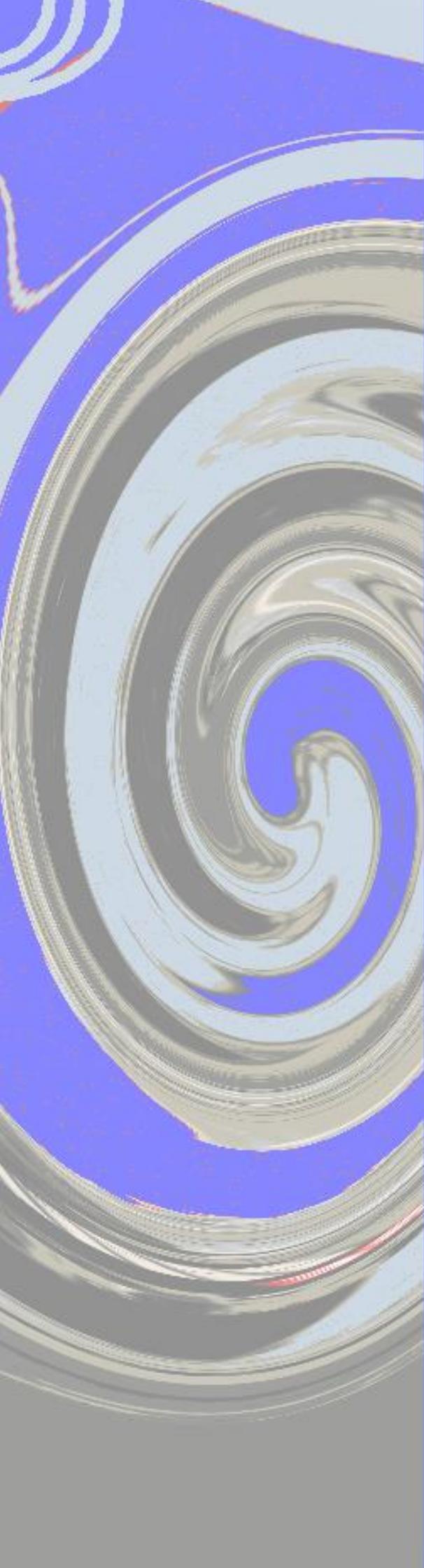
E como diz Che Guevara, “lutam melhor quem tem belos sonhos”!

Experimentem!

São Paulo, primavera de 2021.

Lisete R. G. Arelaro





## RESUMO / ABSTRACT

---

Este trabalho buscou caracterizar e analisar as dimensões da privatização da educação básica como resultado de pesquisa bibliográfica modalidade Estado da Arte.

Afirmamos que a presença do setor privado na educação, apesar de "tradicional" e historicamente constitutivo da educação brasileira, como ademais da educação ibérica, altera-se e amplia-se a partir de meados dos anos 1990. Seja pelo aumento das matrículas privadas, seja pela incidência de organizações e empresas privadas propondo novas formas de privatização da educação básica. Em todo o mundo, a delegação de dimensões da educação pública para o setor privado intensifica-se a partir dos anos 1970, em decorrência de alterações no padrão de intervenção estatal relacionadas ao ideário neoliberal e, mais recentemente, da financeirização da economia. Parte-se do pressuposto que esses processos têm como consequência a "transmutação" de direitos em mercadorias e induzem disputas por fundos públicos (governamentais) e privados (de entidades não lucrativas e famílias) assentadas na disseminação de ideologias de "escolha" e de ineficiência da gestão pública. No Brasil, esses elementos associaram-se a processos localmente constituídos: descentralização da educação para os municípios e alterações na gestão pública, decorrentes da Emenda Constitucional nº 19, de 04 de junho de 1998 e da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

Consideramos que a privatização da educação se verifica em três dimensões: pela transferência da gestão educação para o setor privado, corporativo ou não; pela transferência da elaboração e operacionalização de currículos e insumos curriculares para corporações privadas ou setores não lucrativos e, por último, pelo aprofundamento da privatização da oferta

educacional, por meio da ampliação de políticas de *choice* e formas de subsídio público a provedores privados em destaque neste trabalho. Para o entendimento de tais dimensões e do tratamento recebido pela produção acadêmica para seu entendimento, procedeu-se a mapeamento e análise de resumos de publicações disponíveis em quatro bases para o período de 1990 a 2014, cujo resultado configura-se em um Estado da Arte ou do Conhecimento, aqui tomados como sinônimos: ISI *Web of Knowledge/Web of Science*, SciELO-br, Banco de Teses da Capes e acervos digitais de oito universidades públicas, intencionalmente selecionadas: Universidades Federais de Pernambuco (UFPE), Rio Grande do Sul (UFRGS), Minas Gerais (UFMG), Pará (UFPA) e Brasília (UNB) e das três Universidades estaduais paulistas : Universidade de São Paulo (USP), Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp).

Adotou-se como filtro das buscas nas bases brasileiras, os descritores: Financiamento, Escolha Parental, Subsídio, Parceria Público Privada, Parceria Público-Privado; Gestão Privada, Privatização; Cooperativa, Cogestão; *Charter e Choice*. Para a produção em língua inglesa: *financing, public-private partnership, co-management; aid ou subvention; cooperative; privatization, charter e choice*. Uma vez que, nesta pesquisa, interessa-nos os trabalhos que se ativeram à Educação Básica, tais descritores foram relacionados aos termos educação básica / educação obrigatória ou *elementary school/compulsory education*. A busca por tais expressões se deu tanto pelo levantamento das palavras-chave, quanto pela identificação de sua presença nos títulos e resumos dos trabalhos ou ainda na introdução dos trabalhos. No total foram categorizados 224 artigos e 72 teses e dissertações.

Os resultados indicam ainda a necessidade de estudos no Brasil sobre a incidência da filantropia de risco/*Venture Philanthropy*, cujo investimento social busca potencializar a atuação junto à educação como um negócio; a diversificação tanto temporal, quanto temática entre as publicações nas bases brasileiras e as disponíveis na WoS/ISI; a ausência de estudos brasileiros sobre algumas formas de privatização (escolas privadas, tutorias e aulas particulares)

e sobre a relação entre privatização e desigualdades educacionais; o crescimento da privatização da oferta educacional com subsídio público na maioria dos contextos analisados e o entendimento distinto de categorias como PPP e Quase-mercado pela literatura nacional e internacional. Por fim a pesquisa percebe a concentração de estudos nacionais na dimensão gestão da educação, enquanto a literatura internacional prioriza estudos sobre a privatização da oferta educacional. Indica-se ainda poucos estudos sobre privatização do currículo em todas as bases inventariadas.

**Palavras-chaves:** Privatização da gestão; privatização da oferta; privatização do currículo; contrato; Filantropia de risco, filatrocapitalismo

## **ABSTRACT**

---

This paper pursues the description and analysis of the process of the privatization of basic education as a bibliographic research State of the Art modality.

This study states that the private sector presence in education, although “traditional” and historically constitutive of both, Brazilian and Iberian education, has changed and expanded since the 1990s. Be it due to the rising of private enrollment, be it due to new forms of privatization of basic education put forth by private organizations and companies. Around the world, the delegation of public education roles to the private sector has been intensified since the 1970s, as a result of changes on state intervention patterns that relate to neoliberal ideals, as well as, more recently, to the financialization of global economy. This paper operates under the assumption that the aforementioned processes lead to the ‘transmutation’ of rights in to merchandise and prompt disputes concerning public (governmental) and private (non-profit entities and families) funds, which unfold as a result of the spread of ‘choice’ and public administration inefficiency ideologies. In Brazil, these factors have associated themselves with local processes: the decentralization of education towards cities and public administration, consequences of the Constitutional Amendment n°. 19 (*Emenda Constitucional n°. 19*), sanctioned on June 04, 1998 and the Complementary Bill n°. 101, sanctioned on May 04, 2000.

The study considers that the privatization of education can be apprehended in three dimensions: i) the transference of the administration of education to the private sector, being it its corporate or not; ii) the transference of the responsibility for developing and operationalizing curriculums and curriculum inputs over to private corporations as well as to the non-profit

sectors; and iii) the deepening of the privatization of the educational supply, through the expansion of choice programs and public funding to private contractors, featured on the 24osto f24 study. In order to understand these dimensions the study mapped and analysed abstracts of publications published from 1990 to 2014 available in four databases, the 24osto f2424 which configures a State of the 24osto Knowledge, here considered as synonyms: ISI WEB KNOWLEDGE/Web of Science, SciELO-br, Banco de Teses da Capes and archives of eight public universities intentionally chosen: Federal University of Pernambuco (UFPE), Federal University of Rio Grande do Sul (UFRGS), Federal University of Minas Gerais (UFMG), Federal University of Pará (UFPA), Federal University of Brasília (UNB), University of São Paulo (USP), State University of Campinas (UNICAMP) and Júlio de Mesquita Filho *Paulista* State University (UNESP).

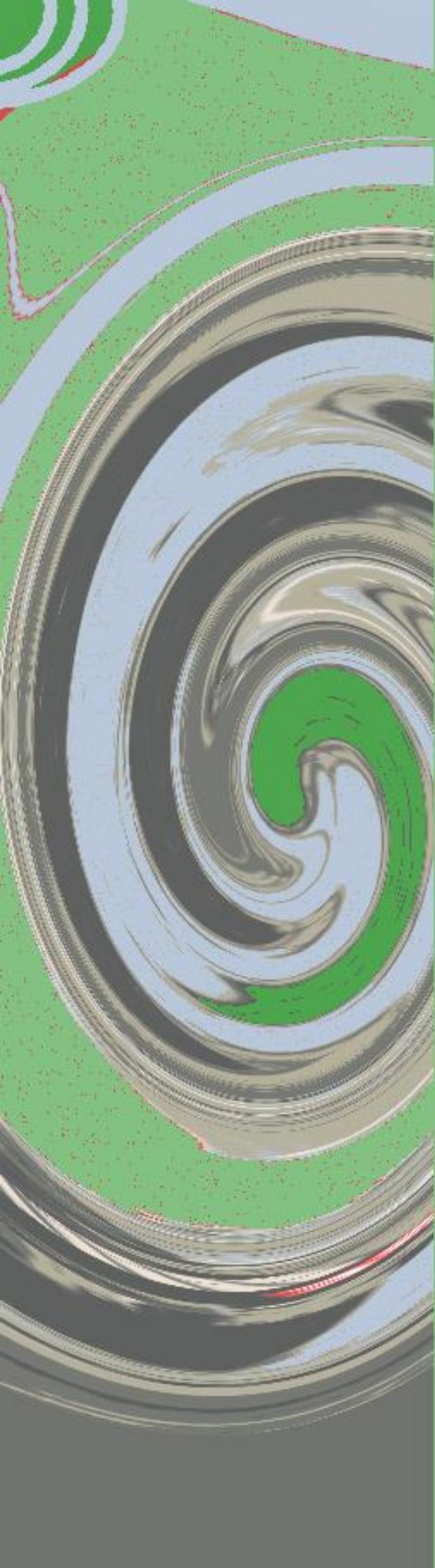
The following descriptors were used to filter searches in Brazilian databases: Financing, Parental Choice, Subsidy, Public-Private Partnership, Public-Private Partnership; Private Management, Privatization; Cooperative, Co-management; Charter and Choice. For English-language texts, available on the Web Of Science, the descriptors were: financing, public-private partnership, co-management; 24osto subvention; cooperative; privatization, charter and choice. Being that this study is interested in studies that deal with Basic Education, such descriptors were related to the terms basic education/compulsory education. The 24osto for such expressions was conducted both by surveying the 24osto f24 and identifying their presence in the titles and abstracts of the studies as well as in their introductions. A total of 224 articles and 72 thesis/dissertations were categorized.

Moreover, the results indicate, the need for studies in Brazil concerning the emergence of a Venture Philanthropy, which utilizes the so called "social investment" as a way to maximize the role of educational as a business; the temporal and thematic diversification between issues available on brazilian databases and those available on WoSi/ISI; the absence of brazilian studies regarding some forms of privatization (private schools, tutoring/mentorship and

private classes) and regarding the relation between privatization and educational inequalities; the growth of the privatization of educational supply in 25 of the analysed contexts; and the distinction between categories such as PPP e quase-market underlined by national and international literature. At last, the study identifies a focus of national studies in the education administration aspect, meanwhile the international literature focus on the privatization of educational supply. Results point to a general lack of studies concerning curriculum privatization in all consulted databases.

**Keywords:** privatization of administration; privatization of supply curriculum; privatization; charter; venture philanthropy.





**LISTAS**

---

## **LISTA DE FIGURAS**

---

<b>Figura 1 - Mantenedores do “Todos pela Educação”.2015</b>	<b>68</b>
<b>Figura 2 - Parceiros do “Todos pela Educação”.<u>2015</u></b>	<b>69</b>
Figura 3 - Matriz de atuação dos Filantropocapitalistas	<b>99</b>
Figura 4 - Representação da dinâmica de funcionamento de parte do Segmento educacional do Grupo Lemann	<b>109</b>
Figura 5 - Matriz da articulação entre Filantropocapitalistas/ <i>venture philanthropy</i> e organizações privadas- Brasil, 2015	<b>256</b>

## ***LISTA DE QUADROS***

---

<b>Quadro 1 - <i>Financing and provision of services in public-private partnerships</i></b>	<b>51</b>
<b>Quadro 2 - Síntese das formas recentes de privatização por Dimensão da Educação Básica</b>	<b>73</b>
<b>Quadro 3 - Quantidade de produções por base inventariada e dimensões da Privatização da Educação Básica- 1990-2014</b>	<b>102</b>
<b>Quadro 4 - Quantidade de produções por base inventariada e dimensões da Privatização da Educação Básica- 1990-2014</b>	<b>260</b>

## **LISTA DE TABELAS**

---

<b>Tabela 1 - Total de artigos encontrados para o período 1998-2014 - SciELO-br</b>	<b>123</b>
<b>Tabela 2 - Fluxo do processo de seleção dos resumos por descritor nas plataformas <i>Web of Knowledge</i> e <i>Web of Science</i>- 1990-2014 - educação básica</b>	<b>134</b>
<b>Tabela 3 - Relação entre o campo empírico de pesquisas comparadas e o país de vínculo institucional do primeiro autor- <i>Wok/WoS</i>- 1990-2014</b>	<b>141</b>
<b>Tabela 4 - País da instituição de vínculo do primeiro autor. <i>Financing. WoK/WoS</i>- 1990-2014</b>	<b>163</b>
<b>Tabela 5 - Dimensão da Privatização. Descritor <i>Financing</i>, 1990-2014 <i>WoK/WoS</i>.</b>	<b>167</b>
<b>Tabela 6 - Total de artigos por descritor e dimensões da privatização. <i>WoK/WoS</i>.1990-2014</b>	<b>185</b>
<b>Tabela 7 - Total de trabalhos por descritor abordando a privatização associada a elementos de contexto ou históricos. <i>WoK/WoS</i>.1990-2014</b>	<b>185</b>
<b>Tabela 8 - Posição dos autores expressa nos resumos por descritor <i>WoK/WoS</i>- 1990-2014</b>	<b>187</b>
<b>Tabela 9 - Total de resumos que abordam formas de privatização presentes nos resumos <i>WoK/WoS</i> não localizadas na SciELO.br.1990-2014</b>	<b>190</b>
<b>Tabela 10 - Posição dos artigos sobre os processos analisados. SciELO-br e <i>WoK/WoS</i></b>	<b>194</b>

<b>Tabela 11 - Total de teses e dissertações selecionadas por descritor- CAPES - 2011-2012</b>	<b>200</b>
<b>Tabela 12 - Total de trabalhos que abordaram programas educacionais associados a atores privados abordados. Capes- 2011-2012</b>	<b>204</b>
<b>Tabela 13 - Procedimentos metodológicos informados nos resumos de teses e dissertações. Capes- 2011-2012</b>	<b>205</b>
<b>Tabela 14 - Distribuição das teses e dissertações por PPGE - Banco de Tese da Capes. - 2011-2012</b>	<b>207</b>
<b>Tabela 15 - Total de mestrados acadêmicos e doutorados em Educação filtrados nos repositórios das universidades selecionadas. 1990-2014</b>	<b>209</b>
<b>Tabela 16 - Dissertações e teses filtradas e consideradas por descritor- UFPA- 1990-2014</b>	<b>210</b>
<b>Tabela 17 - Total de teses e dissertações selecionadas por descritor- UFMG-1990-2104</b>	<b>213</b>
<b>Tabela 18 - Total de teses e dissertações selecionadas por descritor- UFRGS-1990-2014</b>	<b>216</b>
<b>Tabela 19 - Total de teses e dissertações selecionadas por descritor- UNB-1990-2014</b>	<b>220</b>
<b>Tabela 20 - Total de teses e dissertações selecionadas por descritor- UFPE-1990-2014</b>	<b>222</b>
<b>Tabela 21 - Total de teses e dissertações selecionadas por descritor- UNICAMP-1990-2014</b>	<b>225</b>
<b>Tabela 22 - Total de teses e dissertações em Educação selecionadas por descritor- USP-1990-2014</b>	<b>228</b>
<b>Tabela 23 - Total de teses e dissertações selecionadas por descritor- UNESP-1990-2014</b>	<b>231</b>

<b>Tabela 24 - Posição dos autores em relação programa ou abordagem da privatização da Ed. Básica estudados. Universidades selecionadas. 1990-2014</b>	<b>243</b>
<b>Tabela 25 - Distribuição de teses e dissertações por PPGE 1990-2014. Duas bases: Capes e Repositórios Universidades Selecionadas. 1990-2014</b>	<b>244</b>
<b>Tabela 26 - Total de resumos de teses e dissertações analisados. Capes e Repositórios. 1990-2014</b>	<b>245</b>

## ***LISTA DE GRÁFICOS***

---

<b>Gráfico 1 - Matrículas Totais - Públicas e Privadas em CRECHE- Brasil- 1997-2014</b>	<b>79</b>
<b>Gráfico 2 - Matrículas Totais- Públicas e Privadas na Pré-escola. Brasil. 1990- 2014</b>	<b>80</b>
<b>Gráfico 3 - Matrículas Totais Públicas e Privadas Ensino Fundamental (1 e 2). Brasil. 1995- 2014</b>	<b>80</b>
<b>Gráfico 4 - Matrículas Totais Públicas e Privadas Ensino Médio. Brasil. 1995-2014</b>	<b>81</b>
<b>Gráfico 5 - Presença do principais Grupos empresariais e respectivos Sistemas Privados de Ensino em municípios paulistas- 1998-2010</b>	<b>105</b>
<b>Gráfico 6 - Distribuição dos artigos selecionados por ano de publicação - SciELO.br-1998-2014</b>	<b>123</b>
<b>Gráfico 7 - Distribuição dos artigos sobre privatização Ed Básica por periódico- SciELO.br 1998-2014</b>	<b>124</b>
<b>Gráfico 8 - Quantidades de artigos em relação às dimensões da privatização – SciELO.br 1998-2014</b>	<b>128</b>
<b>Gráfico 9 - Quantidades de artigos em relação às formas de privatização.SciELO.br. 1998-2004</b>	<b>129</b>
<b>Gráfico 10 - Etapas ou modalidades da educação básica tratadas nos artigos- SciELO.br. 1998-2004</b>	<b>131</b>

<b>Gráfico 11 - Natureza e metodologias informas nos resumos que sustentam os artigos- Todos os descritores. SciELO-br. 1998-2014</b>	<b>132</b>
<b>Gráfico 12 - Instituição de vínculo do/a primeiro/a autor/a dos artigos - SCIELO-br</b>	<b>133</b>
<b>Gráfico 13 - Distribuição do total de trabalhos por descritor. WoK/WoS-1990-2014</b>	<b>136</b>
<b>Gráfico 14 - Quantidade de artigos publicados por periódicos e descritor- WoK/WoS- 1990-2014</b>	<b>138</b>
<b>Gráfico 15 - Relação entre país da instituição de vínculo do primeiro/a autor/a e quantidade de artigos por descritor- Wok/WoS- 1990-2014.</b>	<b>139</b>
<b>Gráfico 16 - Campo empírico analisado por descritor- WoK/WoS- 1990-2014.</b>	<b>140</b>
<b>Gráfico 17 - Quantidade de artigos por ano de Publicação – Descritor CHOICE- WoK/WoS- 1990-2014</b>	<b>143</b>
<b>Gráfico 18 - Distribuição dos artigos por campo empírico. WoK/WoS. CHOICE-1990-2014</b>	<b>145</b>
<b>Gráfico 19 - Incidência de publicações em relação às dimensões da privatização- CHOICE- WoK/WoS.</b>	<b>149</b>
<b>Gráfico 20 - Formas de Privatização- Descritor CHOICE- WoK/Wok- 1990-2014.</b>	<b>152</b>
<b>Gráfico 21 - Natureza das pesquisas- CHOICE- WoK/WoS- 1990-2014</b>	<b>153</b>
<b>Gráfico 22 - Metodologia mencionada nos resumos- CHOICE. WoK/WoS- 1990-2014</b>	<b>153</b>

<b>Gráfico 23 - Distribuição dos artigos por ano de publicação. Descritor <i>CHARTER- WoK/WoS</i>. 1990-2014</b>	<b>155</b>
<b>Gráfico 24 - Dimensões da privatização abordadas nos resumos. <i>CHARTER- WoK/WoS</i>- 1990-2014</b>	<b>160</b>
<b>Gráfico 25 - Formas de privatização localizadas na análise dos resumos. Descritor <i>CHARTER. WoK/WoS</i>. 1990-2014</b>	<b>161</b>
<b>Gráfico 26 - Metodologia informada nos resumos. Descritor <i>CHARTER, WoK/WoS</i>- 1990-2014</b>	<b>161</b>
<b>Gráfico 27 - Distribuição das publicações por ano. <i>Financing- Wok/WoS</i>- 1990-2014</b>	<b>163</b>
<b>Gráfico 28 - Formas de privatização. Descritor <i>Financing. WoK /WoS</i>. 1990-2014</b>	<b>168</b>
<b>Gráfico 29 - Campo empírico abordado nos trabalhos. <i>Financing. WoK/Web-S</i>.1990-2014.</b>	<b>168</b>
<b><i>Gráfico 30 - Metodologia adotada. Descritor <i>Finnacing. Wok/WoS</i>. 1990-2014</i></b>	<b>169</b>
<b>Gráfico 31 - Distribuição dos artigos por país da instituição do primeiro autor. <i>Privatization WoK/WoS</i>. 1990-2014</b>	<b>170</b>
<b>Gráfico 32 - Distribuição anual das publicações. Descritor: <i>Privatization. WoK/WoS</i>.1990-2014</b>	<b>171</b>
<b>Gráfico 33 - Dimensão de privatização identificada nos resumos- <i>Privatization- WoK/WoS</i>- 1990-2014</b>	<b>172</b>
<b>Gráfico 34 - Formas de privatização identificada nos resumos- <i>Privatization- WoK/WoS</i>- 1990-2014</b>	<b>173</b>
<b>Gráfico 35 - Natureza das pesquisas informadas para descritor <i>Privatization- WoK/WoS</i>-1990-2014</b>	<b>178</b>

<b>Gráfico 36 - Procedimentos metodológicos informados para descritor <i>Privatization</i>- WoK/WoS-1990-2014</b>	<b>179</b>
<b>Gráfico 37 - Distribuição anual das publicações. Descritor <i>Public-private Partnership</i>. WoK/WoS.1990-2014</b>	<b>180</b>
<b>Gráfico 38 - Distribuição dos artigos por país da instituição do primeiro autor. <i>Public-private Partnership</i>. WoK/WoS. 1990-2014</b>	<b>181</b>
<b>Gráfico 39 - Campo empírico abordado nos artigos. Descritor <i>Public-private Partnership</i>. WoK/WoS. 1990-2014</b>	<b>183</b>
<b>Gráfico 40 - Dimensão de privatização identificada nos resumos- <i>Public-private Partnership</i>. WoK/WoS- 1990-2014</b>	<b>184</b>
<b>Gráfico 41 - Quantidade de artigos por dimensão da privatização: WoK/WoS e SciELO.br- 1990-2014</b>	<b>189</b>
<b>Gráfico 42 - Distribuição dos artigos selecionados por ano e plataforma- SciELO.br/ WoK/WoS.1990-2014</b>	<b>191</b>
<b>Gráfico 43 - Dimensões da privatização da educação básica abordadas em Teses e Dissertações. Capes 2011-2012</b>	<b>206</b>
<b>Gráfico 44 - Ano de conclusão de teses e dissertações sobre dimensões da privatização. Repositórios de Universidades Selecionadas.1990-2014</b>	<b>236</b>
<b>Gráfico 45 - Etapa de escolaridade. Repositórios de universidades selecionadas- 1990-2014</b>	<b>237</b>
<b>Gráfico 46 - Total de teses e dissertação cujo objeto foi atores privados e agências ou organismos internacionais. Repositórios universidade selecionadas. 1990-2014.</b>	<b>238</b>
<b>Gráfico 47 - Atores privados analisados em Teses e Dissertações. PPGES -Universidades Selecionadas. 1990-2014.</b>	<b>239</b>

<b>Gráfico 48 - Programas operados e implantados por ator privado analisados em teses e dissertações. Universidades selecionadas. 1990-2014.</b>	<b>240</b>
<b>Gráfico 49 - Procedimentos metodológicos adotados pelas Teses e Dissertações. Universidades selecionadas. 1990-2014</b>	<b>241</b>
<b>Gráfico 50 - Formas de operacionalização das dimensões de privatização abordadas nas produções. Repositórios universidades 1990-2014</b>	<b>242</b>
<b>Gráfico 51 - Atores privados considerados nas teses e dissertações. Capes Universidades selecionadas- 1990-2014</b>	<b>246</b>
<b>Gráfico 52 - Natureza da pesquisa- Banco de Tese da Capes e PPGEs selecionados. 1990-2014</b>	<b>248</b>
<b>Gráfico 53 - Organizações privadas identificadas nas bases Scielo.br/Capes/PPGE selecionados que incidem sobre a privatização da Gestão da educação. 1990-2014</b>	<b>264</b>
<b>Gráfico 54 - Distribuição dos trabalhos selecionados por ano de publicação. Todas as bases. 1990-2014</b>	<b>267</b>



## ***SOBRE A AUTORA***

---



### **Theresa Maria de Freitas Adrião**

**P**edagoga pela Universidade de São Paulo (1988), mestre e doutora em Educação pela mesma Universidade (1995, 2001) e Livre Docente pela UNICAMP (2015). Professora e pesquisadora do Programa de Pós Graduação em Educação da UNICAMP e Professora Visitante na UNEMAT.

Desenvolve pesquisas na área de política educacional, com ênfase em gestão e financiamento da educação básica, incluindo estudos sobre privatização.

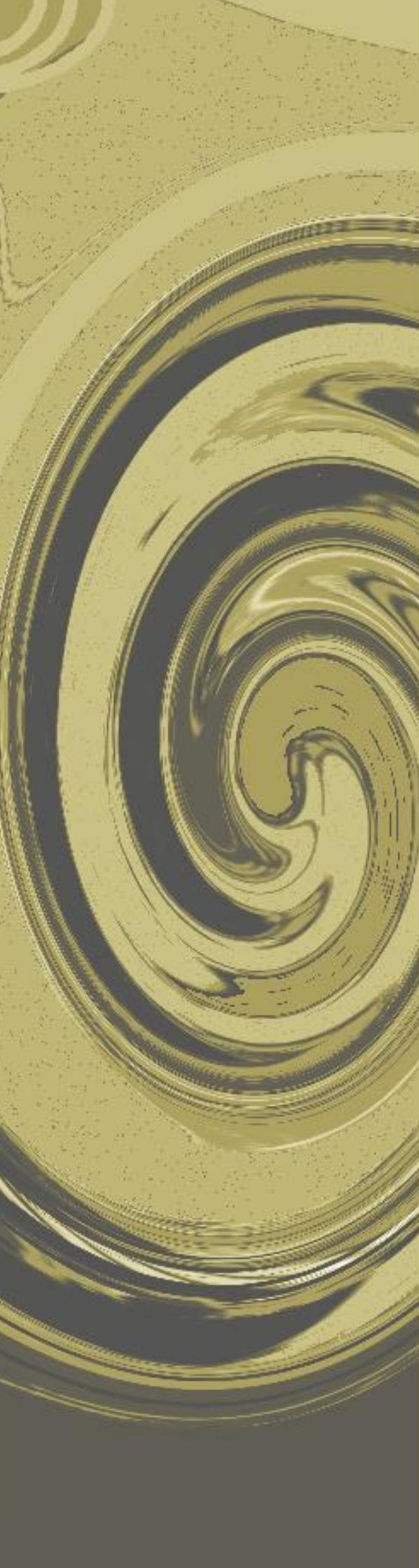
Realizou estágios pós-doutorais no Chile, EUA e Portugal, com apoio da FAPESP e CNPq. Publicou diversos livros e artigos sobre os temas de investigação.

Coordena o Grupo de Estudos e Pesquisas em Políticas Educacionais (GREPPE/UNICAMP) e a Rede de Latino Americana e Africana de Pesquisadores em Privatização da Educação. (RELAAPE/<https://www.rede.fe.unicamp.br/pt-br> ).

Foi Editora Associada da Revista Educação & Sociedade e da Revista da FINEDUCA Bolsista PQ/CNPq - 2010 a 2017 e 2020 a 2023.

ORCID- 0000-0003-1181-5873





## SUMÁRIO

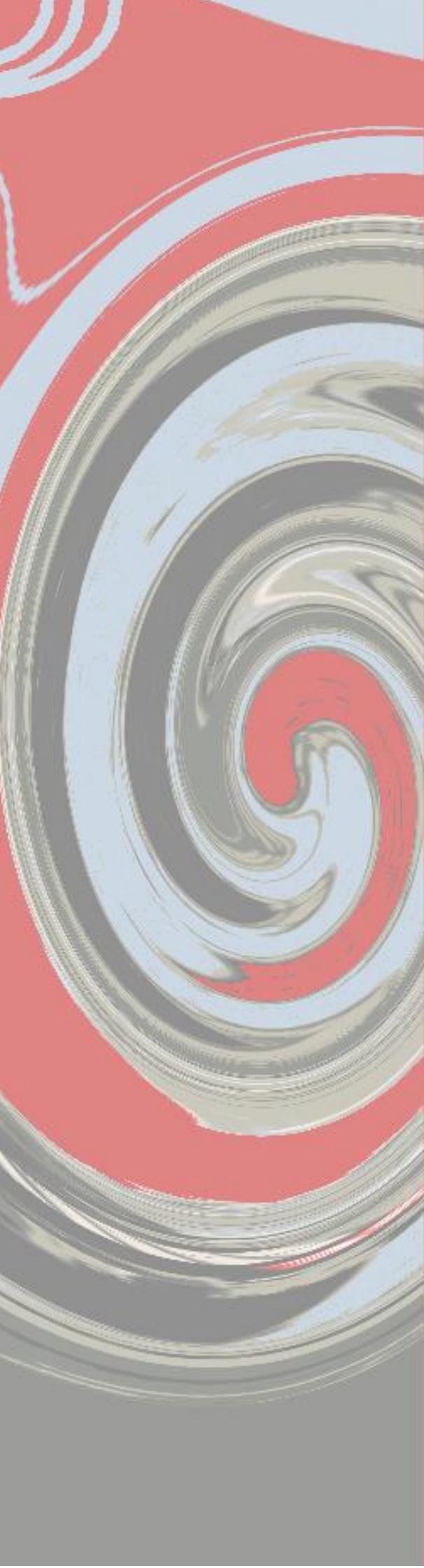
---

<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>43</b>
<b>CAPÍTULO 1 DIMENSÕES DA PRIVATIZAÇÃO E SUAS FORMAS DE OPERACIONALIZAÇÃO</b>	<b>58</b>
<b>1.1 NOTAS SOBRE CONTEXTO</b>	<b>58</b>
<b>1.2 PRIVATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA NO BRASIL: DIMENSÕES E FORMAS DE OPERACIONALIZAÇÃO</b>	<b>65</b>
<b>1.2.1 PRIVATIZAÇÃO DA OFERTA EDUCACIONAL</b>	<b>74</b>
<b>1.2.2 PRIVATIZAÇÃO DA GESTÃO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA</b>	<b>84</b>
<b>1.2.2.1 Privatização da Gestão EDUCACIONAL</b>	<b>85</b>
<b>1.2.2.2 Privatização da Gestão ESCOLAR</b>	<b>92</b>
<b>1.2.3 PRIVATIZAÇÃO DO CURRÍCULO ESCOLAR</b>	<b>95</b>
<b>CAPÍTULO II - 2 SOBRE A MODALIDADE DE PESQUISA ESTADO DA ARTE: DO QUE FALAM OS PERIÓDICOS NA ÁREA DA EDUCAÇÃO - SCIELO-BR E <i>WEB-OF SCIENCE</i> (1990-2014)</b>	<b>113</b>
<b>2.1 MAPEAMENTO E CARACTERIZAÇÃO DE ARTIGOS NA <i>SCIENTIFIC ELECTRONIC LIBRARY ONLINE</i> – SCIELO-BR</b>	<b>121</b>
<b>2.1.1 TEMAS E ABORDAGENS DE PESQUISA ENCONTRADOS NOS RESUMOS DOS ARTIGOS SCIELO-BR</b>	<b>125</b>

<b>2.2 MAPEAMENTO E CARACTERIZAÇÃO DOS ARTIGOS PUBLICADOS NA WEB KNOWLEDGE/ WEB OF SCIENCE- 1990-2014</b>	<b>133</b>
<b>2.2.1 CARACTERIZAÇÃO DAS PUBLICAÇÕES NA WOK/WOS SEGUNDO O DESCRITOR</b>	<b>141</b>
<b>2.2.1.1 <i>Choice</i></b>	<b>142</b>
<b>2.2.1.2 <i>Charter</i></b>	<b>154</b>
<b>2.2.1.3 <i>Financing</i></b>	<b>162</b>
<b>2.2.1.4 <i>Privatization</i></b>	<b>170</b>
<b>2.2.1.5 <i>Public-Private Partnership (PPP)</i></b>	<b>179</b>
<b>2.2.2 SISTEMATIZAÇÃO DE TEMAS E ABORDAGENS ENCONTRADOS NAS PLATAFORMAS WOK/WOS- 1990-2014</b>	<b>184</b>
<b>2.3- SCIELO.BR E WOK/WOS: INVENTÁRIO DE PUBLICAÇÕES EM DIÁLOGO</b>	<b>187</b>
<b>CAPÍTULO III – PRODUÇÃO DA PÓS-GRADUAÇÃO BRASILEIRA SOBRE PRIVATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO: 1990-2014</b>	<b>196</b>
<b>3.1 BANCO DE TESE DA CAPES- 2011-2012</b>	<b>199</b>
<b>3.2 REPOSITÓRIOS DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO DE UNIVERSIDADES SELECIONADAS- 1990-2014</b>	<b>208</b>
<b>3.2.1 MAIORES PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO POR REGIÃO</b>	<b>209</b>
<b>3.2.1.1 Universidade Federal do Pará (UFPA)</b>	<b>209</b>
<b>3.2.1.2 Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG</b>	<b>212</b>

<b>3.2.1.3 Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS</b>	<b>215</b>
<b>3.2.1.4 Universidade de Brasília – UNB</b>	<b>220</b>
<b>3.2.1.5 Universidade Federal de Pernambuco- UFPE</b>	<b>222</b>
<b>3.2.2 REPOSITÓRIOS DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO DAS UNIVERSIDADES ESTADUAIS PAULISTAS: UNICAMP, USP E UNESP</b>	<b>225</b>
<b>3.2.2.1 Universidade Estadual de Campinas – Unicamp</b>	<b>224</b>
<b>3.2.2.2 Universidade de São Paulo: FEUSP e FFCL-RP</b>	<b>228</b>
<b>3.2.2.3 Universidade Estadual Paulista – UNESP</b>	<b>230</b>
<b>3.2.3 SÍNTESES E CONSIDERAÇÕES SOBRE A PRODUÇÃO DISCENTE NA PÓS-GRADUAÇÃO: REPOSITÓRIOS DAS UNIVERSIDADES SELECIONADAS 1990-2014</b>	<b>235</b>
<b>3.3 SÍNTESE E INDICAÇÕES A PARTIR DO MAPEAMENTO DE TESES E DISSERTAÇÕES EM EDUCAÇÃO 1990-2014. - CAPES E UNIVERSIDADES/PPGES SELECIONADOS</b>	<b>243</b>
<b>CAPÍTULO IV - INDICAÇÕES FINAIS SOBRE AS DIMENSÕES DE PRIVATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA NO ATUAL CONTEXTO BRASILEIRO EM DIÁLOGO COM A PRODUÇÃO BIBLIOGRÁFICA</b>	<b>251</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>	<b>271</b>





# INTRODUÇÃO

---

## INTRODUÇÃO

---



Desde 1996, ao ingressar no Doutorado, tenho acompanhado e participado, como pesquisadora e ativista no campo da educação, de debates e de embates teóricos e políticos relacionados à submissão da educação pública a interesses privados, razão pela qual os objetivos perseguidos neste trabalho se alinham à minha trajetória de investigação, ao mesmo tempo que dela resultam. Esta pesquisa integrou material exigido para concurso de Livre Docência junto à Faculdade de Educação da Unicamp, ocorrido em 2015.

Já em publicação de 2009, **Indicações e reflexões sobre as relações entre esferas públicas e privadas para a oferta educacional no Brasil**, iniciei o movimento que se explicita neste trabalho, ao buscar caracterizar as tendências de privatização da educação básica brasileira. Naquele contexto, afirmava que tais tendências “incidem **sobre a gestão dos sistemas de ensino** e unidades escolares e ou **sobre a oferta de vagas**”, ressaltando que um mesmo município ou Estado podia adotar uma ou mais dessas modalidades de *parceria* (ADRIÃO, 2009).

Transcorridos oito anos entre a pesquisa<sup>1</sup> que originou aquela publicação e o trabalho que ora apresento, o campo empírico e a produção

---

1 Trata-se da pesquisa “Estratégias municipais para a oferta da educação básica: análise de parcerias público-privado no estado de São Paulo (2007-2009)”, coordenado por mim e integrado pelas pesquisadoras Teise Garcia, Lisete Arelaro e Raquel Borghi - além de estudantes de graduação e pós-graduação vinculados ao GREPPE- e complementada pela pesquisa “Sistemas apostilados de ensino e municípios paulistas: o avanço do setor privado sobre a política educacional local (2010-2011)” financiado pela FAPESP e CNPq. Mais recentemente o tema de pesquisa, financiado pelas mesmas agências, associou-se ao projeto Análise do mapeamento das estratégias de privatização da educação básica no Brasil: atores, programas e consequências para a educação pública. Mais informações em <https://www.greppe.fe.unicamp.br/pt-br>

teórica se complexificaram, de modo que, dando continuidade àquela caracterização e estimulada pelo trabalho de Klees e Edwards Jr.(2015) desenvolvido para o caso americano, traduzido e revisto por mim e por Romualdo Portela de Oliveira, apresento como objetivo geral desta tese a **identificação e caracterização de estudos sobre a privatização da educação básica no Brasil e outros contextos**, a partir do mapeamento das produções nacionais e estrangeiras sobre o tema.

Trata-se do período de escolaridade sobre o qual, no Brasil a partir de 1988, não deveria pairar dúvidas sobre se tratar de um dever do ESTADO e da família e um direito das crianças e adolescentes que me debruço. Assim, nesta reflexão, exclui-se o Ensino Superior, tanto mais por que trabalhos de Sguissardi (2013, 2005), Silva Jr. e Kato (2010), Oliveira (2009), somados a Siqueira (2004), Dourado (2002) e Chaves (2010), dentre outros que, com mais competência, acompanham a problemática. Exclui-se também a Educação Especial, modalidade carente de investigações que focalizem a problemática da privatização de sua oferta, condição análoga à verificada para a Educação de Jovens e Adultos, ainda que, neste caso, incorporou-se estudos selecionados pelos descritores. Porque o tempo e as condições não permitiram, exclui-se o Ensino Profissional, no nível médio, ainda que acompanhe com interesse científico e tristeza cidadã o equivocado Pronatec do Governo Federal (Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego Programa).

Informando o que não será tratado, apresento o campo sobre o qual as reflexões serão desenvolvidas: educação infantil, ensino fundamental, incluída educação de adultos e ensino médio regular, correspondendo, se fôssemos considerar em linha, ao atendimento educacional dos primeiros 17 anos de vida de todo brasileiro nascido a partir dos anos 1990. Ou seja, buscarei, com base em mapeamento da produção bibliográfica nacional e internacional, caracterizar e analisar estudos relacionados às dimensões da

educação básica em sua etapa obrigatória que vêm sendo privatizadas em diferentes contextos e por distintas, ainda que cada vez mais recorrentes.

No caso brasileiro, afirmamos que a presença do setor privado na educação, apesar de “tradicional” e historicamente constitutivo da educação brasileira (CUNHA, 1991; 2007; BUFFA, 1979; CURY, 1985; HORTA, 1989, SAVIANI, 2004, entre outros) como ademais da educação ibérica, se se pensar na presença simbiótica da igreja católica na conformação do modelo educacional (CUNHA; 1986; SAVIANI, 2007), altera-se a partir de meados dos anos 1990. Seja pelo aumento das matrículas, seja pela variedade de organizações e empresas envolvidas ou, seja ainda, pela proposição de novas formas de privatização da educação básica, o certo é que o setor privado tem se apresentado de forma mais contundentemente no cenário educacional brasileiro.

Assim, se a presença do setor privado,

em si, não constitui novidade, se nos detivermos nas esferas educativas, nas quais tradicionalmente o poder público delegou à iniciativa privada a tarefa de atender à demanda, como é o caso da educação especial (Pietro & Sousa, 2007) e das creches (Campos, 1998; Correa, 2007), ou ainda se considerarmos a tradição liberal que permite a coexistência de oferta pública e privada em todas as etapas de escolaridade (Cury, 2005) (ADRIÃO et al., 2009)

Todavia, consideramos como novo

o processo de delegação de responsabilidades do setor público para o privado, por meio do aumento da presença deste último na consecução de políticas para a educação pública, na etapa de escolaridade obrigatória [...] (ADRIÃO et al., 2009).

Em todo o mundo ocidental, essa *delegação de responsabilidades* intensifica-se a partir dos anos 1970 em decorrência de alterações no padrão de intervenção estatal associadas a alterações no capitalismo e verifica-se pela **transferência da gestão da educação** para o setor privado, corporativo ou não, pela **transferência da elaboração e**

**implantação dos currículos** escolares para corporações privadas ou setores auto proclamados “não lucrativos” e, por último, pelo aprofundamento da privatização **da oferta educacional**, por meio, entre outras formas da ampliação de políticas de *choice*. São, pois, por essas três dimensões da política educativa que este trabalho transcorrerá.

Acredito que a opção por delegar esses três campos da política educacional ao setor privado não se apresenta como um “fenômeno” pedagógico ou uma opção “racional” por programas mais eficazes, face à constatada dificuldade da escola pública em atender às necessidades educacionais dos mais pobres ou excluídos. Trata-se de respostas às forças de mercado para a “transmutação” de direitos em mercadorias. Logo, em última instância, trata-se de disputas pelos fundos públicos (governamentais) e privados (de entidades não lucrativas e famílias) assentadas, na disseminação das ideologias da “escolha” (*choice*) e da ineficiência da gestão pública.

Nesses termos, os trabalhos de Dale (1994), Jessop (2002), Levin e Belfield (2003), Rikowski (2003), Ball (2004), Hill (2003), Klees, Samoff e Stromquist (2012)<sup>2</sup> são referências importantes, na medida em que, a partir de reflexões sobre os contextos nos quais as tendências tiveram origem e por diferentes perspectivas analíticas, consideram a transposição dos serviços sociais para o campo de interesse do capital, percebido seja por meio das formas de materialização aqui apresentadas, seja por meio da transformação do setor público em local de oportunidades de lucros, em função da introdução de orientações baseadas na Nova gestão Pública, tema que para o caso brasileiro discutiu-se em inúmeros trabalhos.

Segundo Klees<sup>3</sup>

---

2 Sugiro a leitura do Blog <<http://www.educationincrisis.net/>> de Steve Klees com diversas reflexões sobre o tema. Acesso em: 2015.

3 Disponível em: <<http://www.educationincrisis.net/blog/item/1237-for-profit-private-schooling-for-the-poor-bridging-the-gap>>. Acesso em: 2015.

o Presidente Jim Yong Kim, do Banco Mundial, em um recente discurso no Centro para Estudos Estratégicos e Internacionais sobre a necessidade de acabar com a pobreza extrema, destacou a importância do investimento na educação. No entanto, seu único exemplo foi o do suposto sucesso de uma empresa privada com fins lucrativos”

Eis a razão pela qual, ainda que brevemente, a reflexão desenvolvida neste trabalho exige situar a privatização da educação no quadro de globalização do capitalismo deste início de século.

No entanto, como os processos históricos não são mimetizados, observamos que em alguns países, especialmente os de “capitalismo central”, os processos de privatização incidiram sobre um padrão de oferta educativa, no qual a educação básica **estava universalizada** por meio de sua oferta pública, caso, por exemplo da Inglaterra, França e de outros países da Europa ocidental. Em outros, como alguns países africanos e o Haiti pós furacão Katrina, trata-se de **inaugurar** a oferta da educação básica já diretamente subordinada aos interesses corporativos. Especificamente, no caso brasileiro, a privatização poderá interromper o processo em curso de universalização desse direito, intensificado justamente na década de 1990.

De modo que a AGENDA GLOBAL para a reforma educativa, sugerida por Dale (1994), ao indicar a vigência de orientações globais para a educação, exige que seja considerada em função das condições objetivas encontradas em cada contexto, ao mesmo tempo em que se considera as condições históricas nas quais esses contextos emergem.

Enfim, com o alerta de Ianni (1994), busca-se neste trabalho atentar para a singularidade e as dificuldades conceituais que a globalização impõe à apreensão de processos como o aqui em destaque, pois

Tudo isto [indivíduo, grupo, classe, movimento social, cultura, língua, religião, moeda, mercado, formas de trabalho, modos de vida] continua vigente, como nacional, com toda a sua força original. Mas tudo isto, simultaneamente, articula-se dinâmica e contraditoriamente com as configurações e os movimentos de

sociedade global [...] desafiando a reflexão e a imaginação de cientistas sociais, filósofos e artistas (IANNI, 1994).

## PERÍODO INVESTIGADO E PROCESSOS DE PESQUISA

O período em que as orientações para reforma na gestão pública brasileira foram formuladas coincidiu, internacionalmente, com as críticas às proposições neoliberais. Como mencionado, não há exata correspondência temporal na generalização de medidas relacionadas à ampliação do capital e do capitalismo, de modo que no Brasil a retórica neoliberal chegou quando já se produziam críticas aos seus efeitos e mesmo os adeptos do “mais mercado e menos Estado” buscavam outras alternativas. (Junquilha, 2002)

Em vista disso, no final do século XX e início deste milênio, as iniciativas de reforma na gestão pública brasileira assentaram-se na perspectiva da “governança” cujo relevo encontra-se em documentos de agências internacionais, especialmente do Banco Mundial e se pautava, grosso modo, por certa revisão das orientações anteriores de cunho “ultraliberalizante”, na medida em que propugnavam o Estado como agente **indutor** e financiador do desenvolvimento e de certa equidade, especialmente por meio de políticas de combate à miséria.<sup>4</sup> O conceito assegura ainda uma chave para a participação direta de corporações ou de setores diretamente representativos dos interesses destas na definição e no planejamento de políticas públicas (JESSOP, 2002).

Em 2001, afirmávamos que:

---

4 Divergindo dessa perspectiva, Antunes (2013, p. 208) avalia que já no primeiro governo Lula, em 2003, as medidas “sinalizavam um projeto pautado mais pela continuidade ao neoliberalismo do que pela sua ruptura, ainda que sob a variante do social-liberalismo. Sua política econômica preservava a hegemonia dos capitais financeiros, reiterando as determinações do FMI. Mais ainda, ao preservar a estrutura fundiária concentrada, dar incentivo aos fundos privados de pensão e determinar a cobrança de impostos aos trabalhadores aposentados, o governo Lula não alterava nenhum traço essencial da formação social brasileira.”

A premência de inovações na gestão do Estado, defendida pelos ocupantes do governo federal [de então] e pelas chamadas agências internacionais, não se assenta apenas em uma neutra busca de novos e mais apropriados instrumentos de implementação de políticas. Calca-se em variantes estruturais que impõem a reforma do Estado como uma das facetas das alterações do capitalismo neste final de século. No entanto, difere da simples minimização da ação estatal por meio da privatização de todo setor público, no sentido de transferência direta da propriedade estatal ao setor privado, assumindo, assim, diferentes manifestações na perspectiva da redefinição do papel do Estado: de provedor de políticas públicas passa a ser indutor destas, um promotor à caça de patrocinadores (ADRIÃO, 2001, p. 34).

Passados 14 anos, no entanto, as orientações governamentais vigentes, assistidas por fundações e corporações privadas, começam a se dirigir à transferência da escola pública para o setor privado.

Não é, pois, trivial o chamamento frequente a setores da esfera privada (empresas, fundações, institutos etc.) para que integrem campanhas, movimentos, redes e colegiados governamentais com vistas a “comporem” o esforço da sociedade pela garantia e ampliação do direito à educação e a uma educação de qualidade para todos.

Cabe aqui lembrar a atuação em âmbito nacional do Instituto Ayrton Senna, do Instituto Unibanco, do Instituto de Co-responsabilidade Educacional, da Fundação Lemann e da “rede” de empresários “Todos pela Educação”, dentre outros atores que merecerão tratamento mais detalhado no decorrer deste trabalho.

As propostas de privatização da educação básica brasileira associaram-se também aos processos de descentralização da maior porção da educação para as esferas locais de governo, ou seja, para os municípios. A municipalização da oferta educacional, iniciada com a Constituição Federal de 1988 e aprofundada pelas políticas de financiamento posteriores, em especial pela criação do FUNDEF, ignorou a falta de capacidade política, institucional e financeira destes entes federados, identificada já na década

de 1980,<sup>5</sup> e induziu à privatização da oferta e gestão da educação municipal.

Essa descentralização da oferta educacional associada a orientações da Nova Gestão Pública<sup>6</sup>, articula-se e materializa-se em um novo marco regulatório que envolveu alterações no texto constitucional e na legislação decorrente, influenciando em um conjunto de programas orientados para o aumento da “flexibilização” do funcionamento do aparato estatal por introdução de mecanismos gerenciais.<sup>7</sup>

Do conjunto dessas alterações, destacam-se a Emenda Constitucional nº 19, de 04 de junho de 1998<sup>8</sup> e a Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, chamada Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), a qual, ao limitar os gastos do Poder Público com pessoal em 60% da receita orçamentária, induziu o aumento das transferências dos serviços públicos para o setor privado, por meio da terceirização das atividades meio, incluindo atividades docentes, e da oferta de vagas em instituições privadas subsidiadas com recursos públicos. (ADRIÃO, 2008; 2014)

---

5 A este respeito ver os trabalhos de Barretto (1992) e Arelaro (1999)

6 Com Peroni (2008) e para outra abordagem ver Abrucio (2007).

7 Para aprofundamento e atualização crítica das orientações da NGP para a educação, ver Lima (2014), Afonso (2010). Para a proposição da NGP no Brasil no período, ver Bresser-Pereira (2001).

8 A Emenda Constitucional 19/98 alterou a administração pública por meio de modificações relacionadas à estabilidade dos servidores públicos e à gestão pública. Destacamos a previsão constitucional do princípio da eficiência, a alteração na criação de entidades paraestatais e a introdução do contrato de gestão no escopo destas modificações. Tais alterações compunham o conjunto de medidas previstas pelo Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado para a implementação da reforma administrativa do Estado brasileiro, visando, na ótica dos proponentes destas medidas, ao aumento da qualidade nos serviços prestados pela administração pública. O *status* constitucional dado ao princípio da eficiência, permitiu a flexibilização das relações entre a iniciativa privada e o Poder Público, a partir da inserção de práticas gerenciais advindas de modelos empresariais, considerados, nesta perspectiva, mais eficientes e ágeis. Além disso, a flexibilização de acordos entre as esferas pública e privada foi ampliada a partir do estabelecimento de parcerias, firmados por um novo instrumento jurídico, dado pela introdução do contrato de gestão no âmbito da Administração Pública. Somando-se a isto as modificações na criação de entidades paraestatais, tais como as Organizações Sociais- OS e Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, é possível observar a ampliação da adoção de parcerias, apoiadas no instrumento do contrato de gestão, facilitando a abertura da administração pública para práticas administrativas pautadas na lógica gerencialista. (ADRIÃO; BEZERRA, 2013)

Nunca é demais lembrar, com Peroni (2003), que a possibilidade de se romper com a exclusividade da oferta da educação pública pelo Estado estava indicada no Plano Diretor de Reforma do Aparelho de Estado (PDRAE), elaborado durante o primeiro mandato do Governo Fernando Henrique Cardoso (1995-1998) e substrato fundamental para as reformas político-institucionais operadas pelas novas normativas.

É pois sobre as tendências localizadas no final de século passado e no início deste século que nos debruçaremos neste trabalho.

Várias são as possibilidades de enquadramento analítico dos processos de privatização. Aqui tomamos quatro delas como referências para a análise. A primeira é cunhada pelos próprios proponentes dessa perspectiva de reforma e pode ser encontrada em documentos do Banco Mundial (BM), notadamente no *World Development Report*, de 2004, e mais recentemente reafirmada no Documento *The role and impact of public-private partnerships in education*, de 2009, coordenado por Harry A. Patrinos. Neste último, é apresentado um quadro síntese com os tipos de parcerias público-privadas (PPP) entre os setores público e o privado, para o campo educacional, com a vistas a “identificar” os principais modelos, conforme se observa no Quadro 1. A sigla PPP tem sido adotada pelo BM e outras agências de financiamento para se referir às estratégias de privatização (KLEES; SAMOFF; STROMQUIST, 2012).

**Quadro 1 - *Financing and provision of services in public-private partnerships***

		OFERTA	
		Privada	Pública
FINANCIAMENTO	Privado	<i>Private schools Private universities Home schooling Tutoring</i>	<i>User fees Student loans</i>
	Público	<i>Vouchers Contract schools Charter schools Contracting out</i>	<i>Public schools Public universities</i>

Fonte: Patrinos, Barrera-Osorio e Guáqueta, 2009, p. 9.

Outro enquadramento é apresentado por Stephen J. Ball e Deborah Youdell, em publicação de 2008, no qual os autores analisam as estratégias de privatização da educação pública, agregando-as em duas formas: a que se refere aos processos **endógenos** de privatização e outra relativa aos processos **exógenos** de privatização. No primeiro caso os autores incluem: quase-mercados, pagamento por performance, medidas de responsabilização e a introdução da chamada Nova gestão pública no âmbito dos sistemas educacionais. Já no segundo caso, são arrolados: a oferta educativa com subsídio público ao setor privado lucrativo, a contratação do setor privado para prestação de serviços ou transferência de escolas, parcerias público-privadas, presença de capital internacional na educação pública ou a sua comercialização e por fim o subsídio a instituições filantrópicas ou caritativas.

Trabalho de Klees e Edward Jr (2015), para o caso dos EUA, identifica os seguintes modelos de privatização: reestruturação da educação pública, orientação que buscou subsidiar políticas de *vouche* e escola *charter*, referindo-se a escolas privadas ou públicas com gestão privada que sobrevivem de subsídio público e experimentam maior autonomia e, por último, os modelos privados de gestão escolar, que consistem na transferência da gestão e da avaliação educacional para a área de negócios.

Temos ainda a síntese analítica proposta por Dave Hill (2003), segundo a qual os interesses capitalistas com a privatização orientam políticas que assegurem um plano de negócios para a educação (por meio da formação de força de trabalho); um plano de negócios **na** educação, que busca liberar as empresas para lucrar com a educação e um plano de negócios **para as** empresas educacionais, para que as “*edubusinesses*” (empresas educativas) lucrem, inclusive, com atividades internacionais de privatização.

Se atentarmos para os enquadramentos analíticos, não é difícil reconhecer a similaridade com o encontrado no caso brasileiro, ainda que

entre nós a generalização de parte dessas orientações seja verificada com um deslocamento temporal de quase uma década em relação às experiências originais.

No entanto, neste trabalho, concentrar-me-ei na identificação e caracterização de formatos encontrados e analisados pela literatura que se enquadram no que Ball e Youdell (2008) qualificam de **privatização exógena**, ou no que Hill (2003) denomina de estratégias para efetivação de um plano de **negócios na educação**, formatos que podem ser percebidos nos modelos apresentados por Klees e Edwards Jr (2015) e nos formatos de “parcerias” sugeridos por Patrinos, Barrera-Osório e Guáqueta (2009).

Busco caracterizar<sup>9</sup> a privatização da educação básica a partir de três dimensões da educação e das respectivas formas pelas quais se operacionaliza em cada uma delas: Privatização da OFERTA EDUCACIONAL, Privatização da GESTÃO da EDUCAÇÃO e Privatização do CURRÍCULO. Para o entendimento e tipificação de tais processos procedeu-se a quatro mapeamentos efetivados em quatro distintas bases, cujo resultado configura-se em um Estado da arte ou do Conhecimento, aqui tomados como sinônimos (FERREIRA, 2002).

A produção brasileira e a produção internacional em língua inglesa, disponíveis para o período de 1990 a 2014 sob a forma de artigos, foram inventariadas junto às plataformas *Web of Science* e SciELO-br. Já o inventario no Banco de Tese e Dissertações (BTD) da Capes e nos acervos digitais da Universidade Federal do Pernambuco (**UFPE**), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (**UFRGS**), da Universidade Federal de Minas Gerais (**UFMG**), Universidade de Brasília (**UnB**) Centro-Oeste, Universidade

---

<sup>9</sup> A tentativa de síntese, apresentada no Capítulo 1, deriva de reflexões desenvolvidas em diversos momentos e em diálogo com Teise Garcia, Vera Peroni, Raquel Borghi, Adriana Silveira, Cassia Domiciano e, mais recentemente, Regiane Bertagna. Além de estudantes de graduação e pós-graduação que integram e integraram o Grupo de Estudos e Pesquisas em Política Educacional – GREPPE.

Federal do Pará (**UFPA**), Universidade de São Paulo (**USP**), Universidade Estadual de Campinas (**Unicamp**) e da Universidade Estadual Paulista (**Unesp**) correspondeu à produção discente na Pós-graduação educação no país.

Os trabalhos inventariados nos quatro distintos acervos (*Web of Science*; SciELO-br; CAPES e repositórios das universidades selecionadas) foram organizados e analisados a partir da leitura de seus resumos. Ainda que reconheçamos a limitação e as eventuais discrepâncias entre o enunciado nos resumos e o conteúdo do trabalho integral, concordamos com Ferreira (2002) segundo quem

pode-se estabelecer a partir de uma certa ordenação de resumos uma rede formada por diferentes elos ligados a partir do mesmo suporte material que os abriga, pela opção teórica manifesta, pelo tema que anuncia, pelo objetivo explicitado da pesquisa, pelo procedimento metodológico adotado pelo pesquisador. Um conjunto de resumos organizados em torno de uma determinada área do conhecimento (Alfabetização, Leitura, Formação do Professor, Educação Matemática, por exemplo) pode nos contar uma História de sua produção acadêmica. Mas, é necessário pensar que nesta História foram considerados alguns aspectos dessa produção e que nela há certas limitações (FERREIRA, 2002).

Tratou-se de discriminar trabalhos que tenham se debruçado sobre formas de operacionalização da privatização ou sobre análise de postulados teóricos relativos ao que Ball and Youdell (2008) classificaram como exprivatização, ao que Hill (2003) identificou como estratégias de transformação da escola para atender ao mundo dos negócios, ou ainda os processos identificados por Belfield e Levin (2004) relativos à transferência de atividades, ativos e responsabilidades dos governos/organizações públicas para indivíduos ou agências particulares e a ausência ou a flexibilização de regulamentações governamentais para a atuação do setor privado.

Não foi objeto deste mapeamento os trabalhos relacionados a mecanismos “indiretos” de privatização, entre nós, identificados com o

“gerencialismo” ou a “Nova Gestão Pública”, pois acreditamos que o tema e as estratégias a eles vinculados foram e são, no Brasil, objeto de investigação mais recorrentes. Eis a razão para seleção de um conjunto de descritores que pudesse captar as formas de privatização a partir deste crivo teórico.

Optou-se por não selecionar neologismos ou estrangeirismos como descritores, por acreditarmos que o sentido de tais termos se associa, para efeito de análise, aos que foram selecionados. Este é o caso de expressões como “mercadificação”, “comoditização” e similares.

O campo de busca adequou-se à natureza de cada base, de modo que no *Web of Science* (WoS) refinada por busca em *Education Research*. No BTD da Capes e nos repositórios das Universidades se ateuve à EDUCAÇÃO e aos programas de pós-graduação em Educação; já na SciELO-br não houve restrição de busca por campo. No entanto, em todas as bases as buscas consideraram que os descritores poderiam figurar como palavras chaves, integrar os títulos ou ainda constar do texto dos resumos.

Para informações sobre os atores, quando de sua ausência nas bases consultadas, recorreu-se às buscas na Web pelo nome ou *Digital Object Identifier* (DOI).

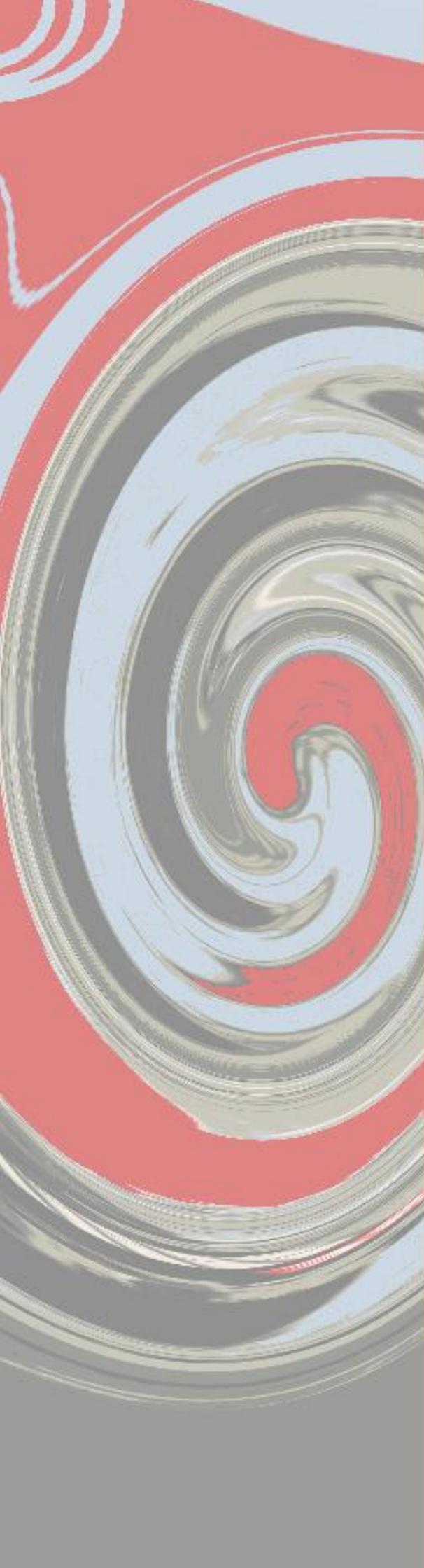
A inclusão dos títulos como alternativa para as buscas visou responder à limitação encontrada no acesso aos repositórios de teses e dissertações, uma vez que a opção por utilizar os termos que integram o *thesauros* da área, a base disponível no BRASED do INEP/Cibec ou da própria instituição gera distorções que altera a pesquisa apenas por palavras-chave. A mesma dificuldade foi relatada no trabalho de Martins e Silva (2011).

O Estado da Arte ou do Conhecimento se ateuve às produções relacionadas à educação básica ou ao seu equivalente em outros países, de maneira que todos os trabalhos relacionados à educação superior não integram o material analisado e apresentado nos Capítulos II e III deste

trabalho. Destaca-se, com Romanowski e Ens (2006), que o tipo de pesquisa bibliográfica aqui apresentado se caracteriza por ser descritivo e analítico ao sublinhar ênfases no que se estuda e indicar lacunas relevantes a serem consideradas em novas investigações comprometidas com o aprofundamento dos temas e fenômenos em análise.

Em fim, apresenta-se, como esforço desta reflexão, os elementos derivados deste “Estado da arte”, os quais foram considerados como componentes imprescindíveis tanto para o entendimento dos processos de privatização em andamento no Brasil, quanto para o encaminhamento de futuras pesquisas sobre tais processos.





# CAPÍTULO I

---



## PRIVATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO: DIMENSÕES E FORMAS DE OPERACIONALIZAÇÃO

### 1.1 NOTAS SOBRE CONTEXTO

**N**a perspectiva adotada neste trabalho, vários foram e são os autores que nos orientam, dado que um de nossos pressupostos é que as estratégias de privatização da educação básica, observadas no Brasil, constituem-se em tendência diretamente relacionada à ampliação dos mercados e à desregulação da economia impostas pela globalização econômica e legitimadas por governos liberais: neoliberais ou sociais-democratas em sua nova roupagem (VIEIRA, 2013).

Sobre a globalização, David Harvey (1992; 2005) indica que as mudanças no capitalismo do final do século XX resultaram de alterações nas “bases materiais” desse modo de produção, as quais sustentam o modo de perceber, planejar e pensar o mundo. Fundamentalmente, as alterações decorreriam da predominância do capital financeiro sobre o capital produtivo e pela mundialização/globalização dessa predominância. Para o autor, as condições observadas inaugurariam um novo padrão de acumulação por ele denominada de “ACUMULAÇÃO FLEXÍVEL”.

Para essa perspectiva, esse *novo* padrão de acumulação do capital substituiu o “padrão fordista-keynesiano”, formato responsável pelo crescimento no período do pós-guerra nos países de capitalismo central assentado em uma perspectiva de crescimento econômico pelo estímulo à demanda e por meio de políticas de proteção (do trabalho e do capital) gestadas por um Estado mediador de um pacto sustentado que sobreviveu até a década de 1970 (HOBBSAWN, 1997; OFFE, 1984)

Entretanto, Harvey (1992) considera que o “padrão flexível” não incidiu sobre os elementos invariantes do capitalismo. Sinteticamente tais elementos seriam: orientação para o crescimento que, por sua vez, é condição para a acumulação do capital; crescimento resultante da exploração da mais-valia; vigência de mecanismos de controle do trabalho pelo capital, via seu assalariamento e luta entre classes, que daí resulta. Para Harvey, em consonância com a perspectiva marxista, o capitalismo é inerentemente dinâmico tecnológica e organizacionalmente, natureza que tende a gerar inevitáveis crises de superprodução.

Ianni (1994) salienta que as respostas hegemônicas à crise alteraram qualitativamente o modo de produção capitalista, considerando que, ao final do século XX, o capitalismo torna-se um modo de produção não só internacional, mas global. Mantida a natureza desigual e combinada de sua lógica, o *capitalismo globalizado* aprofunda relações predatórias do trabalho em algumas regiões do mundo, enquanto inova e cria condições produtivas mais “civilizadas” em outras.

Essa configuração acentuou-se com o fim do “mundo socialista”<sup>10</sup> ao ampliar as oportunidades de reprodução do capital e permitir a generalização de “globalismos” (IANNI, 1994, p. 148) baseados na atuação de corporações transnacionais, as quais, ainda que assentadas nos Estados

---

<sup>10</sup> Ianni denomina de socialismo a forma de organização da produção vigente em países da União Soviética. No entanto, outra tradição teórica, com Leon Trotsky, denomina aquele formato como “Estado proletário burocratizado”, caracterização que, em nosso entender, melhor denomina aquele processo histórico.

Nação, têm se constituído em agentes políticos cada vez mais proeminentes, sendo considerados pelos organismos multilaterais<sup>11</sup> como interlocutores prioritários em diversos acordos. As circunstâncias para circulação do capital encontraram, pois, condições especialmente estimulantes: inovações tecnológicas; desregulamentações dos mercados e, principalmente, o protagonismo do capital financeiro (IANNI, 1994).

Se para Harvey, a crise do capitalismo desta virada de século, base da financeirização, se caracteriza como uma crise de superprodução, para Paul Sweezy e Harry Magdoff, e mais recentemente John B. Foster, a financeirização é uma resposta do capitalismo à crise estagnacionista na produção, decorrente da tendência do capitalismo ao monopólio (capital monopolista).

Foster (2006), Sweezy (1997) e Dowbor (2009)<sup>12</sup> consideram que as principais razões para a alteração no movimento de reprodução do capital vinculam-se à superação do padrão de crescimento vigente nos "Anos Dourados", da década entre o final dos anos 40 e 1960, período no qual o excedente econômico era absorvido pela demanda, esta em parte estimulada pelo Estado, e o investimento líquido do setor privado era revertido para o desenvolvimento das forças produtivas, como inovação, ou seja investido em componentes para além do custo de reposição.

Para Foster, a diminuição desse investimento no início dos 1970, como percentagem do PIB nos EUA, sinalizava que a economia se tornava

---

<sup>11</sup> Organizações internacionais e supranacionais formadas por representantes de distintos governos nacionais e, em alguns casos, corporações com a finalidade de promover determinado objetivo comum aos países membros: ONU, UNESCO, UNICEF, FMI, BIRD, OMS etc.

<sup>12</sup> Não há ignorância a respeito das divergências no campo da teoria marxista em relação ao enquadramento teórico para o entendimento da natureza e consequências das finanças globalizadas, especialmente a partir da crise de 2007. Segundo Cipolla (2012), a primeira a *estagnacionista* associa-se à escola da Monthly Review, na qual se inscrevem as abordagens de Paul M. Sweezy, Harry Magdoff e John Bellamy Foster, a segunda representada por autores como Paulo dos Santos (New School University) explica as transformações financeiras em decorrência da *expropriação financeira* da força de trabalho na forma da absorção de parcela crescente dos salários pelos juros e taxas bancárias. Ou ainda a posição apresentada por David Harvey.

incapaz de absorver todo o excedente que ela estava gerando, condição que indicava o início da estagnação na economia real de bens e serviços e a ascensão das finanças, inaugurando o que Sweezy (1997) denominou de fase do capital monopolista-financeiro.<sup>13</sup> Nela, o setor produtivo tem se tornado crescentemente dependente do inchaço do binômio crédito/endividamento como mecanismo prioritário para escapar dos piores aspectos da estagnação. Para essa visão é a financeirização em vez da estagnação que parece ser o real problema (FOSTER, 2006).

Nessa nova fase do capitalismo,

O desenvolvimento de um sistema maciço e refinado de finanças associado com a finança corporativa e bancária, centrada na bolsa de valores (a qual Marx já no seu tempo via como a base de uma vasta expansão do mercado de crédito) foi um produto do desejo de investidores de limitarem o seu risco associado ao investimento dentro da produção através da posse de direitos à riqueza "em papel". Tais direitos em papel eram líquidos e facilmente transferíveis, e portanto separados dos activos "reais" que residiam na corporação (...) O resultado foi o ascenso na década de 1980 de uma superestrutura financeira que cada vez mais ganha vida por si própria." (FOSTER, 2006).

Segundo Bastos (2013), a financeirização é sistêmica e mundial e, mesmo impactando em graus distintos os países de economia capitalista, tende a atrair para atividades especulativas corporações, bancos e famílias e qualquer tipo de investidor "situação que influencia a própria estrutura de setores econômicos e dos mercados de câmbio, *commodities* e de trabalho" (BASTOS, 2013, p. 39). Do ponto de vista analítico, esse processo, de centralização de capital por meio da transferência de ações representativas de propriedade já existente sob comando do capital fictício é distinto

"do processo de centralização de capitais por meio da organização de sociedades por ações com o fim de financiar empreendimentos de escala superior aos recursos de capitalistas individuais." (BASTOS, 2013, p. 42)

---

<sup>13</sup> Com Foster (2006) a expressão "capital financeiro" pretende referir-se ao emprego do capital dinheiro no mercado financeiro e mais geralmente na especulação.

No caso da educação, essa tendência é percebida nas orientações da Agenda 2020: Aprendizagem para todos,<sup>14</sup> do Banco Mundial e Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Segundo Kless, Samoff e Stromquist (2012), como condição para atender às metas dos Objetivos do Milênio, a Agenda orienta o Banco Mundial a financiar parcerias público-privadas e propõe a revisão do conceito de “sistema público de educação”, no sentido de destituir a característica estatal de sua natureza. Previa ainda a ampliação dos investimentos do Banco em países pobres para que os compromissos da Educação Para Todos fossem alcançados.

No entanto, em meados da década de 1990 em função do não cumprimento dos compromissos de “investimentos declarados”, o Banco Mundial induziu o adiamento da maior parte das metas para 2015<sup>15</sup> (KLEES; EDWARDS JR., 2015) Além disso, segundo o próprio Banco Mundial (2011, p. 5):

No nível dos países, o Grupo do Banco irá concentrar-se em apoiar reformas dos sistemas educacionais. O termo “sistema educacional” refere-se tipicamente às escolas públicas, universidades e programas de formação que fornecem serviços de educação. Nesta estratégia, “sistema educacional” inclui a gama completa de oportunidades de aprendizagem que existem num país, quer sejam fornecidas ou financiadas pelo sector público quer privado (incluindo organizações religiosas, organizações sem fins lucrativos ou com fins de lucro).

Oliveira (2009, p. 74) lembra que, mesmo antes da educação ser arrolada como um “serviço” pelo GATS,<sup>16</sup> o então secretário geral da OCDE,

---

<sup>14</sup> A Agenda ou Estratégia 2020 para o Setor da Educação “estabelece o programa do Grupo Banco Mundial para alcançar ‘Educação para Todos’ no mundo em desenvolvimento, ao longo da próxima década. O objectivo global é não só escolaridade, como também aprendizagem. Levar à escola milhões adicionais de crianças foi uma grande conquista. O Grupo Banco Mundial está empenhado em consolidar esse progresso e a incrementar o seu apoio para ajudar todos os países a alcançarem a Educação para Todos (EFA) e os objectivos de educação das Metas de Desenvolvimento do Milênio (MDG).” (BANCO MUNDIAL, 2011, p. 5). Para uma análise crítica da Agenda, ver também Robertson (2012).

<sup>15</sup> Ver <https://odsbrasil.gov.br/home/agenda>. Acesso dez/2021

<sup>16</sup> Sigla inglesa, popularizada, para Acordo Geral sobre Comércio em Serviços (AGCS), cujo objetivo é estabelecer um amplo compromisso dos Membros da Organização Mundial

Angel Gurria, ao encerrar a Conferência de Ministros de Educação daquela Organização, em 2006, afirmou: “A educação é hoje uma mercadoria negociável. Tornou-se exportável, portátil e negociável”.<sup>17</sup>

Segundo a lista consolidada de compromissos do Brasil na Organização Mundial do Comércio (OMC), entende-se por “serviço” qualquer atividade em qualquer setor, exceto aqueles prestados no exercício da autoridade governamental:

“Um serviço prestado no exercício da autoridade governamental significa qualquer serviço que não seja prestado em bases comerciais, nem em competição com um ou mais prestadores”.<sup>18</sup>

Em documento de 2005, o então ministro da educação brasileira, Tarso Genro, afirmava

A educação já é considerada uma das categorias de serviços negociados no âmbito do GATS, e, portanto já está sujeita às negociações de liberalização comercial. De acordo com o GATS, os serviços educativos se classificam em cinco categorias: primário, secundário, superior, ensino para adultos e outros serviços de ensino. Na Rodada de Doha, foram incluídas duas categorias: ensino superior e de adultos (GENRO, 2005, p. 3).

Informava ainda, naquele momento, que o GATS previa quatro modalidades para o fornecimento de serviços que poderiam ser aplicadas à educação:

---

do Comércio (OMC) relativo a sucessivas e futuras negociações que conduzam a uma gradual liberalização do setor.

17 Verger e Bonal (2006) lembram que essas tendências têm sofrido resistências por parte dos movimentos sociais organizados em frentes e campanhas, que criticam a OMC local e globalmente. No entanto, para os autores, esse enfrentamento precisa articular-se com outros segmentos: governos locais, universidades públicas e organizações internacionais como a UNESCO que “também expressou sua rejeição e promoveu iniciativas destinadas a neutralizar os efeitos do GATS nos domínios da educação e dos serviços públicos em geral” (VERGER; BONAL, 2006, p. 53)

18 Disponível em: [http://siscomex.gov.br/wp-content/uploads/2021/05/OMC\\_GATS.pdf](http://siscomex.gov.br/wp-content/uploads/2021/05/OMC_GATS.pdf)  
Acesso em: dez/2021.

1. Fornecimento do serviço através das fronteiras nacionais: relacionado a todo tipo de *e-learning*s ou atividades que não exijam deslocamento de provedores e consumidores;
2. Mobilidade de estudantes, docentes e pesquisadores para adquirir serviços em outro país;
3. Instalação do provedor do serviço externo dentro do país, por meio de filiais, franquias ou acordos de associação e,
4. Autorização para a presença em dado país de agentes fornecedores de serviços relativos à educação. (GENRO, 2005, p. 3-4)

No mesmo documento, Genro destacava, em consonância com as perspectivas de globalização financeira apresentada linhas acima, que além da criação de novos mercados, como os da educação, na liberalização econômica proposta pelo GATS devem ser consideradas as consequências para

**as competências de regulamentação por parte do Estado.** O processo de liberalização em escala global põe em xeque uma série de mecanismos econômicos, institucionais e políticos que antes podiam ser usados pelos Governos para fortalecer o desenvolvimento nacional (GENRO, 2005, p. 4, negritos no original).

Considerando o apresentado, cuja função primordial foi, sem ousar discutir as divergências de fundo entre as explicações teóricas que fundamentam as críticas ao capitalismo contemporâneo, situar no atual cenário os processos de privatização, afirma-se para este trabalho a existência de intrínseca relação entre a *financeirização* e a globalização da economia capitalista e a ampliação e diversificação dos processos de privatização da educação, mais especificamente da educação básica brasileira, relação que carece de estudos e pesquisas no que tange à dinâmica e diversificação de mercados e de atores envolvidos, esforço ao qual se soma o apresentado nesta tese.

## 1.2 PRIVATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA NO BRASIL: DIMENSÕES E FORMAS DE OPERACIONALIZAÇÃO

Desde 2005, tenho buscado sistematizar as dimensões da educação básica sobre as quais incidem os mecanismos de privatização, a partir de pesquisas empíricas relacionadas à educação básica, ou por meio de diálogo com a literatura, de modo que este item representa a ampliação e o aprofundamento de aspectos e temas já abordados em outras circunstâncias.<sup>19</sup>

A primeira tentativa, decorrente de pesquisa sobre a educação em alguns municípios paulistas (ADRIÃO; DRAGONE, 2004; SCHUVETER; ADRIÃO, 2005), indicou que estes optavam pelo subsídio a organizações privadas para a oferta da educação infantil, em decorrência do modelo de financiamento instituído pelo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF), então em vigor no Brasil, o qual contingenciava a maior parte da receita de impostos para o custeio e ampliação no ensino fundamental.<sup>20</sup>

Posteriormente, como resultado de pesquisa já no âmbito do GREPPE, as estratégias de privatização foram expressas, primeiramente, em trabalho de 2007 com Raquel Borghi e, posteriormente, em 2009 (ADRIÃO et al., 2009) em pesquisa envolvendo o conjunto dos municípios

---

<sup>19</sup> Para informações sobre as pesquisas e publicações, ver sítio eletrônico do GREPPE. Disponível em: <<https://www.greppe.fe.unicamp.br/pt-br>>. Acesso em: 06/07/2021. Destaque ainda para os projetos **Estratégias municipais para a oferta da educação básica: análise de parcerias público-privado no estado de São Paulo (2007-2009)** e **Sistemas apostilados de ensino e municípios paulistas: o avanço do setor privado sobre a política educacional local. (2010-2012)**. Entre 2008 e 2011, coordenei, com a profa. Vera Peroni (UFRGS), pesquisa de âmbito nacional cujo objetivo foi captar as consequências para a gestão de sistemas educativos da adoção de programas elaborados pelo Instituto Ayrton Senna, instituição que integra o pouco claro Terceiro Setor.

<sup>20</sup> Pesquisa Nacional coordenada por Beatriz Luce, Romualdo P. de Oliveira e Lisete Arelaro sobre as consequências do Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (FUNDEF), criado pela Emenda Constitucional 14 de 1996, o qual sub-vinculava 15% das receitas de MDE de Estados e Municípios para o Ensino Fundamental.

paulistas, cujo resultado identificou três modalidades de privatização da educação paulista: *subvenção pública a vagas em estabelecimentos privados, assessoria privada para a gestão educacional e compra de "sistemas" de ensino* (ADRIÃO et al., 2009; ADRIÃO, 2009; ADRIÃO, 2013).

Naquele momento, adotamos o termo "parceria" buscando designar amplamente as relações entre as esferas governamentais, entendidas como públicas, e a multifacetada esfera privada, conforme Bezerra (2008, p. 62-63):

A expressão parceria público-privada (...) implica também a capacidade de intervenção que o setor privado passa a dispor junto à administração pública, por meio da assunção total ou parcial de responsabilidades até então atribuídas ao poder público em sua totalidade.

No entanto, a análise dos atuais processos de privatização da educação básica, se complexificou, de modo que a expressão parceria público-privada ou público-privado, no atual contexto, mais serve para acobertar o processo histórico em análise do que para lhe explicar em sua real expressão. Isso porque não se trata de uma relação colaborativa entre setores que atuam horizontalmente, como à primeira vista as expressões "relações público-privadas" ou "parcerias público-privada/os" podem indicar. Tampouco se trata de formas específicas de privatização sugeridas pelo BM, como indicado a Introdução deste trabalho e, entre nós, reguladas pela lei nº 9.790/1999<sup>21</sup> ou pelas modalidades de Concessão Patrocinada e Concessão Administrativa, ambas regulamentadas pela Lei Federal nº. 11.079 de 30/12/04. Trata-se de processos sim, pelos quais a educação pública brasileira se subordina a setores privados - corporações, terceiro setor, igrejas, famílias etc.- explicitamente por meio da transferência de

---

21 Esta lei ficou conhecida como Lei do Terceiro Setor, pois estabeleceu nova disciplina jurídica às entidades sem fins lucrativos, viabilizando a sua qualificação, pelo Poder Público, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) bem como a possibilidade de firmar, acordos de cooperação com os governos da esfera federal, estadual e municipal. (ADRIÃO; BEZERRA, 2013)

responsabilidades do Estado ou da flexibilização de regulamentações para atuação daqueles setores. (BELFIELD; LEVIN, 2004). Nesses termos, a privatização é processo mais amplamente entendido que quando limitado ao sentido dos processos de mercantilização.

De modo que a opção pelo termo PRIVATIZAÇÃO, para identificação dos processos aqui analisados, no lugar de mercantilização ou parceria público-privado/a expressões adotadas em várias produções brasileiras inclusive, anteriormente, por mim, objetiva apreender e identificar de forma mais abrangente, o *movimento* que tem direcionado a educação básica brasileira para o campo e sob o interesse do setor privado, em especial do corporativo ou de segmentos a este associado. Ou seja, prioritariamente, busca-se aqui identificar e analisar formas pelas quais a educação básica, especialmente a pública, tem sido subordinada aos interesses de setores privados, lucrativo ou não.

O ponto de partida é a educação básica ofertada, financiada e gerida pelo poder público, como indicado na Lei de Diretrizes e Bases de 1996 na redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013:

Art. 4º O dever do Estado com a educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezesete) anos de idade (BRASIL, 1996)

Ou seja, indaga-se como, contraditoriamente, para a garantia de seu DEVER, o Estado brasileiro tem transferido tal tarefa, no todo ou em partes, para o setor privado, setor amplo o suficiente para englobar as tradicionais entidades filantrópicas, confessionais ou populares; as fundações ou institutos, identificados por Silva e Souza (2009) como braços sociais de grupos empresariais; as empresas; os fundos de investimentos; as organizações não governamentais e ainda as próprias famílias.

Além da diversificação dos segmentos privados no campo da educação básica, diversificou-se também a maneira pela qual esses setores atuam para a indução da política educativa: organizam-se em redes de

“advocacy”<sup>22</sup>, como pode ser entendida o “Todos pela Educação”, pois ao mesmo tempo em que disputam, junto aos diferentes âmbitos e esferas de governo, a condução e os recursos para as políticas a serem implantadas, participam de instâncias de governo ou do exercício de cargos governamentais, influenciando direta ou indiretamente a tomada de posição.

Para efeito de ilustração, atente-se para a variedade dos grupos empresariais associados à rede Todos pela Educação,<sup>23</sup> visualizada na cópia dos *logos* e marcas pelos quais, em uma de suas páginas<sup>24</sup> da *internet*, são identificados os grupos empresariais e institutos associados que integram o “TODOS”:

**Figura 1 - Mantenedores do “Todos pela Educação” - 2015**



Fonte: Sítio eletrônico do “Todos pela Educação”. Acesso em 2015

22 Expressão muito utilizada nos EUA, no Brasil tem sido paulatinamente incorporada às ferramentas de atuação do setor privado. A exemplo, cita-se informação expressa no site do GIFE pelo qual advocacy consiste em: “Construir posicionamentos políticos para o campo do investimento social privado; Acompanhar e incidir em processos de reforma da legislação com o intuito de melhorar o ambiente regulatório das organizações da sociedade civil e do investimento social; Liderar a adoção de boas práticas de governança e transparência através da autorregulação; Exercer a representação institucional nos Conselhos de políticas públicas (CNPC e CONJUVE) em que o GIFE tem assento.” Disponível em: <[http://www.gife.org.br/iniciativas\\_marco\\_legal.asp](http://www.gife.org.br/iniciativas_marco_legal.asp)>. Acesso 19/07/2015.

23 Para mais informações ver Martins (2013) e Freitas (2014).

24 [http://www.todospelaeducacao.org.br/quem-somos/quem-esta-conosco/?tid\\_lang=1](http://www.todospelaeducacao.org.br/quem-somos/quem-esta-conosco/?tid_lang=1). Acesso em 18 de julho 2015.

**Figura 2 - Parceiros do “Todos pela Educação” - 2015**



Fonte: sítio eletrônico do “Todos pela Educação”. Acesso em 2015

Como se verá adiante, programas e políticas de privatização, analisadas por produções inventariadas nos Capítulos 2 e 3 deste livro, contam, no caso brasileiro, com a participação direta de muitas dessas organizações.

Considera-se também como elementos constitutivos do processo de privatização da educação básica, as tendências à oligopolização do setor, na medida em que se aceleram as fusões de empresas que atuam no segmento educacional por meio da aquisição de marcas e grupos nacionais por corporações multinacionais ou a fundos de investimentos, introduzindo novos “segmentos” e grupos no complexo mercado educacional.

Para o caso brasileiro, por exemplo, até 2009, as empresas de capital nacional mais expressivas no mercado educacional da educação básica (COC; Objetivo e POSITIVO) tinham em comum o fato de advirem de cursinhos preparatórios para os vestibulares e de, gozarem junto à

população em geral com o apoio da mídia, de certo reconhecimento e identificação de “qualidade”. (ADRIÃO et al., 2009)

A partir de 2010, outra configuração parece se apresentar no cenário do mercado educacional, pois o Grupo Abril,<sup>25</sup> proprietário do Sistema de Ensino SER, adquiriu o ANGLO e com ele o Sistema Anglo de Ensino, anteriormente o Grupo já havia incorporado as editoras Ática e Scipione. No mesmo ano o Sistema de Ensino COC<sup>26</sup> (produção de material didático, a gráfica além da logística) foi comprado pelo grupo inglês Pearson por R\$ 613 milhões. Por fim, outra presença não desprezível nas disputas pelo “mercado” dos sistemas públicos era a do Sistema UNO, então vinculado à Editora Moderna<sup>27</sup>, cujo diferencial parece ser a oferta de uma consultoria especializada para a avaliação de escolas e sistemas, por intermédio de empresa de nome AVALIA Educacional<sup>28</sup> (ADRIÃO, 2009, p. 9).

Em função da diversidade dos grupos privados, que atuam e incidem sobre a esfera da educação pública e privada, e de seus interesses particulares ou estratégicos, a privatização da educação básica não se apresenta de uma única forma. Manifesta-se via o estabelecimento de “parcerias público-privadas”, via a transferência da gestão educativa para organizações privadas, a contratação de assessorias e similares, o aumento da oferta educativa por escolas privadas ou ainda pela centralização da produção de insumos e orientações curriculares em corporações ou organizações privadas.

---

25 Disponível em: <<http://portalexame.abril.com.br/negocios/noticias/abril-educacao-anuncia-aquisicao-anglo-577908.html>>. Acesso em: 06/09/2010

26 Disponível em:

<<http://www.jornalacidade.com.br/editorias/economia/2010/07/22/coc-vende-sistemas-de-ensino-para-grupo-ingles.html>>. Acesso em: 2015.

27 Desde 2001, a Editora Moderna foi adquirida pela empresa espanhola Santillana, a qual em 2014 vendeu os selos associados a editorias não didáticas para a Penguin Random House.

28 Disponível em: <<http://www.sistemauno.com.br/>>. Acesso em: 06/09/2010.

Desse modo, as estratégias de privatização configuram-se numa tendência historicamente contextualizada que, associada à conjuntura global de indução da educação para o campo dos negócios, mantem o subsídio público à educação básica, mas transfere parcelas cada vez maior desses mesmos fundos para um multifacetado setor privado.

O cenário deve ainda ser complementado pela presença “contra-hegemônica” de segmentos do setor privado, genericamente designado por “sociedade civil”. Assim como Verger e Bonal (2006) perceberam para o plano internacional, no cenário brasileiro esse setor advoga a maior presença do Estado no cumprimento de sua tarefa para a garantia do direito à educação. Nesta direção destaque para as entidades acadêmicas: Anped (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação), Anfope (Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação), Anpae (Associação Nacional de Política e Administração da Educação), CEDES (Centro de Estudos Educação e Sociedade) e FINEDUCA (Associação Nacional de Pesquisa em Financiamento da Educação); para as entidades sindicais, exemplificadas aqui em suas confederações, CNTE (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação) e CONTEE (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino), para redes de entidades como a Campanha pelo Direito à Educação e ou ONGs como a Ação Educativa, entre outros.<sup>29</sup>

Considerando o acima apresentado, três são as dimensões da educação básica nas quais os processos de privatização, como aqui considerados, ou seja, aqueles relativos ao deslocamento da educação escolar para a esfera privada, foram percebidos.

---

<sup>29</sup> As entidades estudantis, especialmente as vinculadas aos universitários, estão divididas em relação às políticas do governo federal. Até 2015, a União Nacional dos Estudantes apoiava o Programa do governo federal PROUNI, de subsídio público a instituições privadas de ensino superior, as quais, como vimos, é parte do setor cujo “comércio” foi liberalizado pela OMC.

A primeira dimensão, aqui denominada de Privatização da OFERTA EDUCACIONAL, operacionaliza-se por meio do financiamento público a organizações privadas, pela introdução de políticas de escolha parental (*choice*) - como as "*charter schools*", os vouchers ou a educação domiciliar -, de bolsas de estudos, pela liberalização para criação de escolas privadas ou, ainda, pela adoção de incentivos fiscais para o setor privado.

A segunda dimensão, identificada com a Privatização da GESTÃO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA, pode ser captada em dois âmbitos: privatização da gestão educacional, quando a política educativa de dada rede ou sistema público é explicitamente delegada ou indiretamente subordinada a interesses de organização(ões) privada(s) lucrativa ou não lucrativa e privatização da educação escolar, quando a gestão da escola é transferida para o setor privado com ou sem fins de lucro. Aqui como em trabalhos anteriores (ADRIÃO, 2001; ADRIÃO; CAMARGO, 2007) apoiamo-nos em Paro (1986; 2010) e entendemos os termos gestão e administração como equivalentes: administração em geral é a utilização racional de recursos para a realização de fins determinados (PARO, 1986). Ou seja, se referem ao âmbito da opção pelos recursos e processos mais adequados para os objetivos educacionais perseguidos.

Isto é, administração é sempre utilização racional de recursos para realizar fins, independentemente da natureza da "coisa" administrada: por isso é que podemos falar em administração industrial, administração pública, administração privada, administração hospitalar, administração escolar, e assim por diante (PARO, 2010, p. 765). De modo que a privatização da gestão da educação pública se refere aos processos para definição dos meios e dos fins da educação e da escola pública.

A última dimensão tratada neste estudo se refere à privatização do CURRÍCULO, expressa na adoção de desenhos curriculares, programas e tecnologias educacionais por redes e escolas públicas elaboradas ou geridas por organizações privadas lucrativas ou não lucrativas. Neste caso,

inscrevem-se tanto a adoção dos Sistemas Privados de Ensino (ADRIÃO et al., 2009; 2012), quanto de outras “tecnologias” educacionais ou insumos curriculares.

O Quadro 2 apresenta a tipologia que deriva do Estado da Arte aqui realizado.

**Quadro 2 – Síntese das formas recentes de privatização por Dimensão da Educação Básica**

<b>Da OFERTA EDUCACIONAL</b>	<b>Da GESTÃO da EDUCAÇÃO PÚBLICA</b>	<b>Do CURRÍCULO</b>
<p><b><u>Financiamento público a organizações privadas:</u></b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>•Bolsa de estudos;</li> <li>•Convênios/contratos entre e gov/ e organizações privadas;</li> <li>•Incentivos fiscais;</li> </ul> <p><b><u>Incentivos à escolha parental</u></b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>•Charter school;</li> <li>•Voucher</li> <li>•Educação domiciliar</li> </ul> <p><b><u>Oferta por provedor privado:</u></b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>•Escolas de Baixo custo;</li> <li>•Escolas privadas comerciais;</li> <li>•Tutorias;</li> <li>•Aulas particulares</li> </ul>	<p><b><u>PRIVATIZAÇÃO DA GESTÃO ESCOLAR:</u></b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>•Transferência da gestão escolar para Organizações com fins de lucro</li> <li>•Transferência da gestão escolar para Organizações sem fins de lucro</li> <li>•Transferência da gestão escolar para cooperativas / Org da Sociedade Civil</li> </ul> <p><b><u>PRIVATIZAÇÃO DA GESTÃO EDUCACIONAL PÚBLICA-</u></b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>•Transferência/Delegação da gestão do sistema educacional para Corporações;</li> <li>•Transferência/Delegação para Org sem fins de lucro;</li> <li>•Instalação de PPP</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>•Compra ou adoção de <b>desenhos curriculares</b> elaborados pelo setor privado;</li> <li>•Compra ou adoção pelos sistemas públicos de <b>tecnologias educacionais</b> elaboradas pelo setor privado</li> <li>•Aquisição de <b>Sistemas Privados de Ensino (SPE)</b> para escolas públicas</li> </ul>

Fonte: Adrião, 2015.

O Quadro 2 anuncia as dimensões da educação básica identificadas pela análise dos estudos brasileiros e internacionais: **Privatização da oferta educacional, privatização da gestão da educação pública e privatização do currículo escolar**. Ainda segundo o mapeamento da literatura realizado e de investigações desenvolvidas no Brasil, essas dimensões operacionalizam-se, fundamentalmente, por meio das seguintes formas: financiamento público a organizações ou atores privados; políticas e programas de escolha parental; oferta educacional por provedores privados; privatização da gestão educacional e da gestão da escola e compra ou aquisição de tecnologias educacionais, projetos educativos e insumos curriculares por órgãos governamentais.

Obviamente que o Quadro 2 expressa um constructo cuja função é representar, para efeito de estudo, uma tipologia das formas que operacionalizam a privatização das dimensões da educação. Sua construção deriva da sistematização do mapeamento bibliográfico efetivado para este estudo e serviu de orientação para a análise dos casos apresentados nesta tese.

O grau com que aparecem tais formas, nas diferentes dimensões e realidades, e a maneira pela qual se articulam e se autodeterminam não estão captadas no Quadro 2, ainda que consistam em tema de investigações.

### **1.2.1 Privatização da OFERTA EDUCACIONAL**

No Brasil, a educação é “livre à iniciativa privada”, o que objetivamente significa a possibilidade de criação de escolas por provedor privado da educação infantil ao ensino superior. A natureza de tais escolas, se lucrativas ou não lucrativas, foi objeto de regulamentação pela Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional em 1996 (OLIVEIRA, 2007). Seu funcionamento depende de autorização por parte de órgãos

governamentais, os quais, no caso da educação básica, validam os certificados expedidos pelos estabelecimentos privados e se responsabilizam por fiscalizar seu funcionamento (CURY, 2002).

Segundo Cury (2006), os serviços públicos<sup>30</sup> se dividem em **próprios**, quando pertinentes ao Estado ainda que passíveis de serem por este delegado à iniciativa privada, e **impróprios**, quando, mesmo podendo ser delegados, carecem de autorização, normalização e fiscalização por parte do Estado. Assim, ainda que prevista a coexistência de instituições públicas e privadas para a oferta educativa, conforme previsto no art. 206 da Constituição Federal,

O Estado tem a titularidade plena e o exercício pleno. Já a iniciativa privada possui uma titularidade compartilhada mediante condições, entre as quais a autorização e a avaliação de qualidade, de acordo com o artigo 209. O ensino privado seria, pois, um serviço público (impróprio) autorizado e cuja consequência maior – aliás, posta em lei – é o respeito às normas gerais da educação e a avaliação de qualidade, de acordo com o artigo 209 da Constituição e artigo 7 da LDB. Desta forma, o poder público credencia os executores deste bem, autorizando-os e exercendo adequada fiscalização sobre eles (CURY, 2006).

Entretanto, parecer do Supremo Tribunal de Justiça de 2015 sobre ação de inconstitucionalidade da Lei Federal 9.637 de 1998, que disciplina as Organizações Sociais (OS), afirma que

---

<sup>30</sup> “[...] serviços públicos próprios são aqueles que, atendendo a necessidades coletivas, o Estado assume como seus e os executa diretamente (por meio de seus agentes) ou indiretamente (por meio de concessionários ou permissionários). E os serviços públicos impróprios são os que, embora atendendo também a necessidades coletivas, como os anteriores, não são assumidos nem executados pelo Estado, direta ou indiretamente, mas apenas por ele autorizados, regulamentados e fiscalizados; eles recebem impropriamente o nome de serviços públicos porque atendem a necessidades de interesse geral; vale dizer que, por serem atividades privadas, são exercidas por particulares, mas, por atenderem a necessidades coletivas, dependem de autorização do Poder Público, sendo por ele regulamentados e fiscalizados; ou seja, estão sujeitos a maior ingerência do poder de polícia do Estado” (DI PIETRO, 2006, p. 88)

Os setores de saúde (CF, art. 199, caput), educação (CF, art. 209, caput), cultura (CF, art. 215), desporto e lazer (CF, art. 217), ciência e tecnologia (CF, art. 218) e meio ambiente (CF, art. 225) configuram serviços públicos sociais, em relação aos quais a Constituição, ao mencionar que " são deveres do Estado e da Sociedade" e que são "livres à iniciativa privada ", permite a atuação, por direito próprio, dos particulares, sem que para tanto seja necessária a delegação pelo poder público, de forma que não incide, *in casu*, o art. 175, caput, da Constituição (FUX, 2015, p. 5).

De qualquer maneira, a coexistência de escolas públicas e privadas lucrativas não é novidade e poder-se-ia discorrer sobre a vigência há décadas de um quase-mercado educacional brasileiro. Também não constitui novidade, a existência de escolas comunitárias sem fins lucrativos e, não raro, subvencionadas pelo poder público. No mesmo sentido, o atendimento educacional em instituições filantrópicas, especialmente voltadas para as crianças pequenas e estudantes com necessidades educacionais especializadas compõe o formato de oferta educativa no Brasil por instituições privadas há mais de um século tendo em vista a ausência sistemática do poder público no atendimento e na proporção demandada.

Por outro lado, lembremos que, desde 1988 e considerando as emendas constitucionais posteriores e o contido no texto da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), a divisão de responsabilidades para a oferta da educação básica é assimétrica, na medida em que delega aos municípios o dever de ofertar e manter a educação infantil (que corresponde ao atendimento das crianças de 0 a 5 anos em creches e pré-escolas) e o ensino fundamental (atendimento escolar às crianças de 6 a 14 anos), neste caso atuando conjuntamente com os governos estaduais, os quais devem garantir a oferta do Ensino Médio a todos com idade entre 15 e 17 anos.

Além disso, é a receita de impostos<sup>31</sup> a principal fonte de financiamento da educação pública no país, cujas desigualdades e

---

<sup>31</sup> A Constituição Federal fixa percentuais mínimos da receita líquida de impostos por esfera de governo que devem obrigatoriamente ser investidos em educação: União deve investir

assimetrias, somadas à baixa participação do governo federal<sup>32</sup> no financiamento da educação básica<sup>33</sup>, tem sido objeto de estudos de Rezende, Cunha e Bevilacqua (2010), Oliveira (2007), Cruz (2009), Pinto, Amaral e Castro (2011). Segundo Sena (2011), em 2003 o gasto público com educação (todas as etapas) em percentual do PIB era de 3,9%, em 2010 passou para 5,8%, enquanto dados de Araújo (2013) indicam o aumento para 6,6 (gasto total) em 2013. Já os dados publicados no relatório **Education at a Glance** (2014) indicava um aumento para 6.1 % do PIB em 2011. O mesmo **Education at a Glance** (OCDE, 2014) afirmava que o valor gasto por aluno no Brasil era o segundo mais baixo entre os países da OCDE: o Brasil gastava US\$ 2.985 por estudante a cada ano, enquanto a média da OCDE era de US\$ 8.952.

Em uma primeira síntese, temos o aumento do atendimento à educação básica, sua descentralização para os municípios e a baixa participação do governo federal em seu financiamento. Apesar da Constituição Federal de 1988 ter atribuído aos municípios a figura de ente federado, condição que reservava autonomia política e administrativa aos governos locais, sua subordinação técnica e financeira, para não falar da histórica subordinação política, aos poderes supralocais continuou inegável, mesmo nos estados com maior capacidade tributária como é o caso de São Paulo.

Outro aspecto, o qual temos insistido ser indutor do aumento da oferta educacional privada com subsídio público, deriva da limitação com gasto de pessoal em função das exigências previstas na chamada Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, Lei Complementar nº. 101/2000<sup>34</sup>. Restrição

---

no mínimo 18% da receita resultante de impostos que arrecada, enquanto Estados, municípios e Distrito federal (DF) devem investir no mínimo 25%, incluindo transferências.

<sup>32</sup> Em 2012, apenas 18% do gasto público com a educação básica era proveniente de recursos da União, cabendo o maior volume aos governos subnacionais.

<sup>33</sup>NA- A partir de 2020, com a apropriação da EC nº 108, de 27 de agosto de 2020 e institucionalização do NOVO FUNDEB, a participação do governo federal no financiamento da educação básica foi ampliado.

<sup>34</sup> N.A.-A Emenda Constitucional 95, de 15/12/2016, restringe ainda mais o investimento do governo federal em políticas públicas. Ver Rossi et al (2019).

que ganha fôlego adicional com a implantação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização do magistério (Fundeb), a partir de 2007, uma vez que

Para Pinto (2007), Borghi; Adrião (2007) e Arelaro (2008), as propostas de subvenção às instituições privadas previstas no Fundo [de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização do magistério] podem cristalizar a opção por convênios vigentes em um número significativo de prefeituras, tanto mais porque o valor repassado às instituições privadas é, na prática, inferior, ao previsto para as instituições públicas (ADRIÃO; DOMICIANO, 2011).

Observemos que o apelo pró crescimento da oferta privada educacional pelo setor privado, estimulado pelo cenário internacional ganha, contornos e especificidades brasileiras, seja por conjunções relativamente recentes, como as normativas acima assinaladas, seja por condições ou omissões históricas. Como o histórico descaso governamental para com o atendimento de pessoas com deficiência ou para com os que não lograram acessar ou permanecer na escola na faixa etária correspondente, perfis de alunos que em muitos casos têm sua escolaridade, ao menos formalmente, assegurada por convênios entre o poder público e instituições privadas de natureza assistencial.

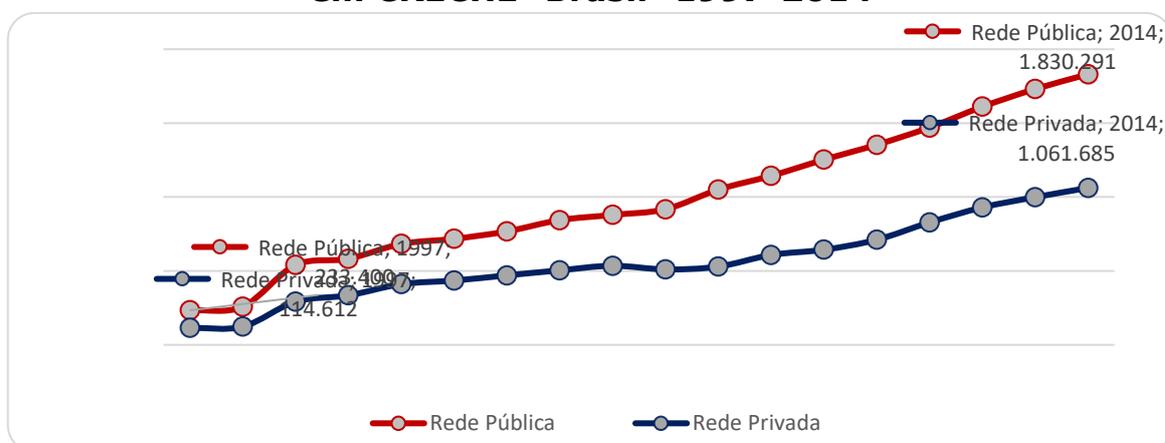
O crescimento da oferta privada pode ser observado nos gráficos abaixo. O período corresponde aos anos cujos dados de matrículas encontram-se disponíveis nas bases de dados do INEP.

O gráfico 1<sup>35</sup> representa a variação das matrículas públicas e privadas em creche, segundo dados de censo escolar, os quais se encontram disponíveis apenas a partir de 1997.

---

35 Os gráficos e tabelas deste item foram elaborados com a efetiva colaboração do estudante Matheus Gomes como parte das atividades previstas para a Bolsa BAS-UNICAMP.

**Gráfico 1 - MATRÍCULAS TOTAIS - Públicas e Privadas em CRECHE- Brasil- 1997-2014**



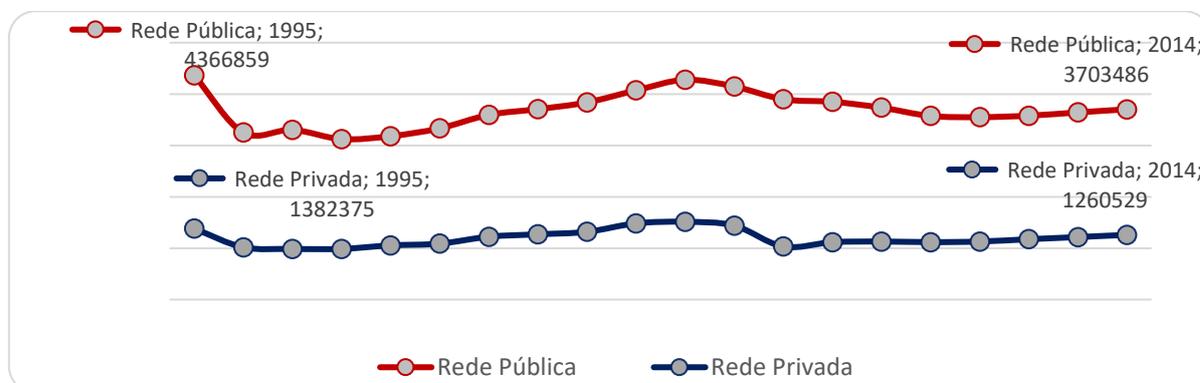
Fonte: Autora com base nas Sinopses Estatísticas do Inep

A análise da curva indica duas tendências: a primeira de crescimento das matrículas em creche durante o período, aspecto importante para a efetivação do direito à educação e ao cuidado de crianças pequenas. Já a segunda se refere ao maior crescimento da oferta privada para esta etapa de escolaridade: Enquanto as matrículas públicas tiveram um crescimento de 684%, as privadas cresceram 826% no período. Os dados merecem cuidado adicional, pois, como indicado à frente, muitas matrículas ofertadas pelo setor privado, mas financiadas pelos governos, foram contabilizadas como públicas pelo Censo Escolar. (ADRIÃO; DOMICIANO, 2011; SENA, 2008)

Ainda no âmbito da educação infantil, as matrículas na pré-escola, que em geral sofreram diminuição em função da passagem das crianças de seis anos para o ensino fundamental em 2006,<sup>36</sup> tiveram no período de 1995 a 2014 performance como o indicado no gráfico 2, onde se verifica a diminuição do atendimento nas duas esferas administrativas. No entanto, a retração na oferta pública foi de 15%, enquanto na esfera privada foi de 9%, indicando uma diminuição mais acentuada nas matrículas públicas.

<sup>36</sup> Lei nº 11.274 de dezembro de 2006. Para uma reflexão sobre o tema ver Arelaro et al. (2011)

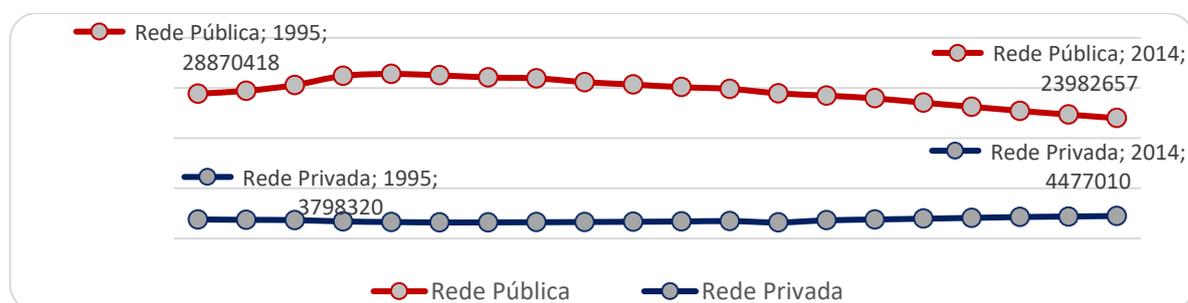
**Gráfico 2 - MATRÍCULAS TOTAIS- Públicas e Privadas na Pré-escola. Brasil. 1990- 2014**



Fonte: Autora com base nas Sinopses Estatísticas do Inep

No caso do Ensino fundamental regular, conforme gráfico 3, observamos a diminuição da matrícula pública em 17% e o aumento da matrícula privada em 18%, permitindo considerar a hipótese de que se tratou, em parte de transferência de uma esfera para outra de um volume considerável de alunos, condição verificada em estudo de Davies (2013) para o caso do Rio de Janeiro.

**Gráfico 3 - MATRÍCULAS TOTAIS Públicas e Privadas Ensino Fundamental (1 e 2). Brasil. 1995- 2014**

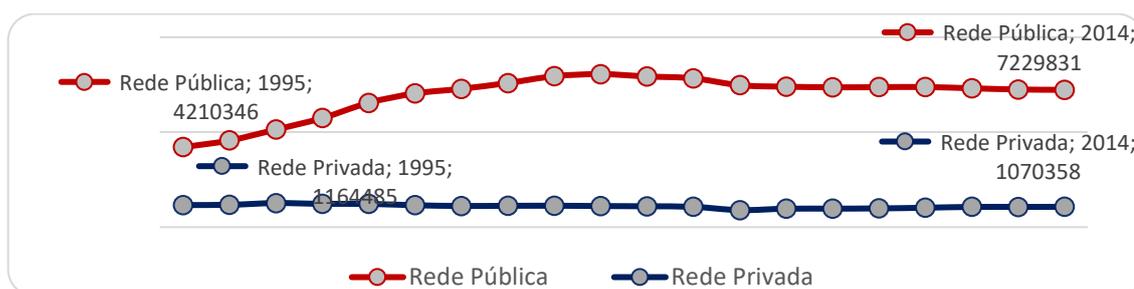


Fonte: Autora com base nas Sinopses Estatísticas do Inep. Ensino Fundamental 1 e 2 corresponde ao atendimento dos nove anos que integram o ensino fundamental.

A situação do Ensino Médio, etapa de escolaridade que dá sequência ao ensino fundamental e que se constituirá como obrigatória a partir de

2016, é a única na qual se nota um crescimento expressivo da oferta pública, 72%, enquanto se constata uma retração de 8% na oferta de vagas pelo setor privado.

**Gráfico 4 - Matrículas Totais Públicas e Privadas Ensino Médio. Brasil. 1995-2014**



Fonte: Autora com base nas Sinopses Estatísticas do Inep.

Em resumo, das três etapas de escolaridade que compõem a educação básica, apenas o Ensino Médio apresenta um forte crescimento da matrícula pública no período considerado neste trabalho.

Além da oferta direta por escolas particulares em sentido estrito, as quais, segundo o art. 20-I da LDB, correspondiam às instituídas e mantidas por uma ou mais pessoas físicas ou jurídicas de direito privado que **não** se apresentem<sup>37</sup> como comunitárias, confessionais ou filantrópicas<sup>38</sup>, os dados de matrícula podem acobertar a contabilização de vagas privadas como públicas.

Esse procedimento identificado quando de pesquisa em alguns municípios paulistas para o caso da educação infantil (ADRIÃO;

<sup>37</sup> N.A. Em 2019, o texto da LDB foi alterado: suprimiu-se o artigo 20, que classificava as escolas privadas em particulares em sentido estrito e alterou-se o artigo 19. Pela nova redação, as instituições de ensino passam a ser públicas, privadas e introduz como nova modalidade as escolas comunitárias.

<sup>38</sup> Segundo o mesmo artigo da LDB escolas comunitárias são instituídas por grupos de pessoas físicas ou por uma ou mais pessoas jurídicas, inclusive cooperativas educacionais, sem fins lucrativos e confessionais são escolas instituídas por grupos de pessoas físicas ou por uma ou mais pessoas jurídicas que atendem a orientação confessional e ideologia específicas, ambas devem incluir na sua mantenedora representantes da comunidade; e filantrópicas, regidas por legislação específica.

DOMICIANO, 2011; CORREA; ADRIÃO, 2010). De qualquer maneira, toma-se neste trabalho como uma das formas de privatização da oferta educacional, o crescimento das matrículas em instituições particulares com fins de lucro.

A falta de vagas por omissão do Estado, sobretudo para crianças entre zero e três anos, é histórica e tem conduzido famílias mais pobres a “optarem” pelo atendimento privado de **baixo custo**, como o pagamento para que outras mulheres da “cuidem” das crianças em suas próprias casas ou pela oferta governamental de programas como “mãe-crecheira” ou a creche domiciliar (CORREA; ADRIÃO, 2010).

O subsídio público ao setor privado para a oferta da educação básica como dimensão da privatização materializa-se de várias maneiras. Quando o poder público remunera a instituição privada por meio de um repasse fixo de recursos financeiros, não associado ao número de matriculados; ou quando mais tradicionalmente, o poder público assume os gastos com a manutenção ou desenvolvimento do ensino por parte das instituições privadas. Borghi et al. (2014) assinalam os tipos de subsídios mais comuns no caso da Educação Infantil, mas passíveis de serem identificados em demais etapas de escolaridade:

**repasse per capita**, identificado como a subvenção por aluno matriculado em cada instituição; **repasse de um valor fixo**, quando a subvenção é repassada periodicamente à instituição privada sem relação com as matrículas; **repasse de outros benefícios** que abarcam subsídios como cessão de prédios ou funcionários; custeio de determinado tipo de gasto, como merenda, pagamento de professores e/ou funcionários, aquisição de materiais pedagógicos; transporte; formação em serviço; etc. (BORGHI et al. 2014, p. 68)

O subsídio *per capita*, pode ocorrer na forma de **bolsa de estudos**,<sup>39</sup> sem que, no entanto, e isto é fundamental asseverar, a destinação da bolsa esteja associada a qualquer tipo de *escolha* de escola por parte da família.

---

39 Art. 70 da LDB.

Pode ocorrer ainda por meio de modalidades de financiamento à demanda, segundo as quais a organização privada recebe do governo um valor determinado por aluno matriculado, mesmo que a frequência à escola seja gratuita. Este último formato tem se disseminado no Brasil, especialmente para o atendimento da educação infantil, por meio do repasse de fundos públicos a instituições particulares inclusive com fins de lucro (DOMICIANO, 2009; ADRIÃO et al., 2009; BORGHI et al., 2014).

Para Gomes (2004), medidas para a expansão do atendimento da infância no Brasil em instituições comunitárias ou filantrópicas decorreram claramente de subvenções governamentais, sendo, para o autor, os casos de Belo Horizonte e do município de São Paulo exemplos deste tipo de atendimento.

Considerando o enquadramento efetuado pelo movimento estadunidense de *advocacy pró choice National School Choice*,<sup>40</sup> as bolsas e equivalentes, quando associadas à possibilidade de *escolha parental* se viabilizam por

três mecanismos de subsídio público: bolsas de estudo direcionadas aos alunos ou "vouchers" (modelo semelhante ao aprovado em 2013 pela Câmara Municipal de São Paulo para o atendimento de crianças de 0 a 3 anos de idade); créditos fiscais reembolsáveis (semelhante ao que temos no Brasil que permite deduzir do imposto de renda gastos com escolas privadas) ou bolsas de estudo financiadas pela empresa para enviar os filhos de seus funcionários a escolas particulares (ADRIÃO, 2014, p. 9).

Observamos ainda o estímulo indireto à oferta privada pela possibilidade de famílias, especialmente oriundas dos setores médios, ou empresas terem restituídos, na forma de deduções de impostos, parte dos gastos efetuados com a educação de seus filhos ou funcionários. Neste

---

40 Evento de abrangência nacional organizado por uma coalizão formada por pessoas físicas e de direito privado (ONGs e empresas) com objetivo de difundir propostas de "escolha de escolas" (ADRIÃO, 2013).

último caso, tivemos o modelo anterior a 1996 pelo qual vigia o Salário Educação<sup>41</sup> e que volta e meia retorna como proposta.

Já a modalidade *charter school* (cuja tradução em português seria escola contratada ou sob contrato), segundo informações do mesmo *National School Choice*, nos EUA, correspondem a

escolas públicas, pois gratuitas, mas gozam de independência frente às normativas curriculares e às exigências trabalhistas ditadas pelos distritos às escolas públicas "tradicionais". Os graus de independência são variáveis e as equipes gestoras ou proprietárias dessas escolas podem ser fortemente responsabilizadas (em alguns casos tendo suas licenças para funcionamento cassadas) quando o desempenho previsto e/ou as metas determinadas pelo distrito deixam de ser cumpridas. Estas escolas estão abertas a todas as crianças, e a seleção de seus alunos dá-se geralmente, por sorteio (ADRIÃO, 2014, p. 9-10).

Destaca-se que organizações de base empresarial têm defendido este modelo como alternativa para a oferta educacional no Brasil.

### 1.2.2 PRIVATIZAÇÃO DA GESTÃO da EDUCAÇÃO PÚBLICA

A segunda dimensão da educação básica considerada neste trabalho é a Privatização da **GESTÃO da EDUCAÇÃO PÚBLICA**, também identificada no Brasil em pesquisas realizadas anteriormente<sup>42</sup> (ADRIÃO, 2006; ADRIÃO; PERONI, 2011; ADRIÃO et al., 2009; ADRIÃO; 2010; ADRIÃO et al., 2012; ADRIÃO; GARCIA, 2014; ADRIÃO, 2013).

Para efeito de análise, pois na realidade encontram-se muitas vezes simultaneamente operadas, sua vigência pode ser percebida em duas esferas: no âmbito dos **sistemas públicos de ensino** ou de **redes**

---

<sup>41</sup> Contribuição social que, durante o período, servia como fonte adicional de recursos para a educação básica pública. Correspondendo ao percentual de 2,5% incidente sobre a folha de pagamento das empresas, cujas parcelas são arrecadadas pelo INSS e repassadas ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.

<sup>42</sup> Estratégias municipais para a oferta da educação básica: análise de parcerias público-privado no estado de São Paulo (2007-2009) e Sistemas apostilados de ensino e municípios paulistas: o avanço do setor privado sobre a política educacional local (2010-2011).

**públicas de ensino**, assumindo um caráter sistêmico na medida em que se refere a políticas educacionais de caráter geral que afetam um conjunto de escolas. A esta dimensão denominamos **privatização da gestão educacional**. A segunda esfera, na qual as políticas e programas de privatização relacionados à gestão podem incidir, se refere às unidades escolares, trata-se da **privatização da gestão escolar**. Claro está que, em muitos casos, sistemas de ensino e unidades escolares podem estar concomitantemente subordinados à gestão privada realizadas por atores distintos.

Outra diferença a compor nosso o analítico se refere ao tipo de instituição para a qual a gestão da educação ou da escola foi delegada: se privada **com fins de lucro** ou privada **sem fins de lucro**. Mais uma vez a ressalva deve ser feita, pois a natureza da organização pode acobertar atuação movida por retornos financeiros realizadas por parte de atores não corporativos. Este é caso das ações realizadas pelos “filantropos de risco”, identificados por Scott (2009) nos EUA e também designados como “novos filantropos” (ROBERTSON; VERGER, 2012), que atuam no campo do genérico Terceiro Setor com vistas a potencializar, com retornos mensuráveis, os investimentos sociais realizados pelos grupos aos quais se vinculam.

### **1.2.2.1 Privatização da GESTÃO EDUCACIONAL**

Se considerarmos os fatores internos ao Brasil, as recentes formas de privatização da gestão da educação básica têm sua origem no previsto no Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estado (PDRAE), elaborado durante o primeiro mandato do Governo Fernando Henrique Cardoso (1995-1998) (PERONI, 1999; 2003; ADRIÃO, 2001; 2006; OLIVEIRA e FERNANDES, 2009, entre outros).

Segundo Sallum Jr. (1999), o aparato legal, construído com o fim da Ditadura Militar e representado pela Constituição Federal de 1988, buscou manter formas de articulação entre Estado e mercado que, na perspectiva hegemônica, já não mais se sustentavam, tendo em vista a transnacionalização da economia e o fim dos “socialismos de estado”.

Os ajustes à globalização econômica e às orientações neoliberais, com o conseqüente processo de revisão da organização e do funcionamento do Estado brasileiro, por meio da reforma na gestão pública, têm sido longos e incluem alterações no texto constitucional e no conseqüente marco regulatório e normalização, além de adequações nos diferentes níveis governamentais, previstos no complexo modelo federativo brasileiro, condição que imprime ritmos e qualidades distintas em sua implementação.<sup>43</sup>

Considerando a relação entre essas alterações e a gestão educacional, algumas mudanças neste quadro precisam ser destacadas dado o papel que cumpriram na indução à sua privatização.

Este é o caso da Emenda Constitucional (EC) nº. 19 de 1998, a partir da qual organizações do Terceiro Setor passam a ser, legalmente, “parceiras” da gestão governamental. Tal possibilidade resultou da introdução de dois mecanismos: o **contrato de gestão**<sup>44</sup> e o **termo de parceria**.

O contrato de gestão é um dispositivo jurídico que inaugura a possibilidade de compromisso institucional entre o Estado e uma entidade pública estatal (agências executivas) ou uma entidade pública não-estatal (organizações sociais) (ADRIÃO; BEZERRA, 2013).

---

43 Exemplifica-se com o verificado no Estado de São Paulo, o qual se antecipa às propostas de revisão implementadas em âmbito federal a partir de 1998, ao revisar a organização da gestão pública estatal no sentido de sua adequação à lógica da “governança pública”, já em 1996 (ADRIÃO, 2006).

44 As Organizações Sociais (OS) foram disciplinadas pela Lei Federal 9.637 de 1998, pela qual o contrato de gestão com tais entidades se constitui em um instrumento de fomento para incentivar a iniciativa privada, e não uma forma de descentralização da Administração Pública (DI PIETRO, 2006).

Para alguns estudiosos, como Maria Sylvia Zanella Di Pietro (2006)

os contratos de gestão uma forma do Estado se eximir de suas responsabilidades, por meio da transferência de suas responsabilidades às Organizações Sociais, através da cessão de bens públicos e funcionários, sem, entretanto, estarem submetidas às exigências administrativas da administração pública (ADRIÃO; BEZERRA, 2013)

No entanto, em julgamento de 2015 sobre uma ação a respeito da inconstitucionalidade das Organizações Sociais (OS), o ministro Luis Fux, do Supremo Tribunal de Justiça (STJ), afirmou que a atuação de tais entidades não afronta a Constituição Federal e, além disso, pode dispensar licitação por se configurar como convênio, ainda que devam observar critérios objetivos e impessoais e de prestação de contas no processo de seleção.

Já o **termo de parceria**, regido pela lei nº 9.790/99,<sup>45</sup> assemelha-se ao contrato de gestão, mas se refere aos acordos entre as **Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP)**<sup>46</sup> e o Poder Público. Esta inovação passa a regular a contratação e remuneração pelo Estado, de entidades do Terceiro Setor para a realização de atividades relacionadas às políticas sociais, como a educação. Está, pois, institucionalizada uma modalidade de privatização da educação básica pela qual o Estado pode formalizar sua desobrigação frente ao provimento direto da educação à população, delegando essa responsabilidade ao setor privado não lucrativo (ADRIÃO; PERONI, 2005) como

Fundações, Institutos, Centros etc. buscam as esferas governamentais com objetivo de oferecerem seu “qualificado” apoio

---

45 Vulgo Lei do Terceiro Setor, pela qual se estabeleceu nova disciplina jurídica às entidades sem fins lucrativos, viabilizando sua qualificação, pelo Poder Público, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) e a possibilidade de firmar, acordos de cooperação com quaisquer esferas de governos. (PULHEZ JR., 2010; ADRIÃO; BEZERRA, 2013)

46 Definidas pela Lei Federal 9.790 de 1999 e regulamentadas pelo Decreto Federal 3.100/99 se referem às pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos.

técnico. Este, em alguns casos, pressupõe contrapartida financeira estabelecida em contratos, em outros o interesse parece ser político, tendo em vista a relevância que o programa X ou Y passa a ter como “tecnologia educacional” na medida em que se expande para diversas redes (ADRIÃO, 2009, p. 6).

A maneira pela qual o setor privado “não lucrativo” vem se apresentado como “parceiro” na gestão da educação pública se constitui em uma das formas de privatização da gestão educacional, considerada neste trabalho. A esse respeito, vários são os trabalhos que analisam programas e políticas direcionadas por ou voltadas para a atuação desse segmento junto aos diferentes níveis de governo.

Dados coletados no *site* do Instituto Ayrton Senna indicavam que, em 2010, as parcerias com governos municipais e estaduais aumentaram nas regiões mais pobres: norte e nordeste (ADRIÃO et al., 2013). A Fundação Pitágoras, braço social do grupo empresarial e transnacional Kroton Educacional, declarava, em sua página institucional, que desde há 10 anos oferece a municípios brasileiros alternativas para a gestão educacional (SILVA, 2012). Outro exemplo de parceiro privado de diferentes governos é a Fundação Lemann, cuja presença nos eventos da União Nacional de Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME) e como formadora de gestores municipais é muito grande (ADRIÃO, 2014, p. 268).

No estado de São Paulo, a exemplo de outros governos subnacionais e do próprio governo federal, o programa educacional, iniciado em 2011 “Programa Educação - Compromisso de São Paulo”, foi inicialmente proposto e integrado por 16 entidades privadas: Instituto Natura, Fundação Victor Civita; Fundação Lemann; Instituto Unibanco; Comunidade Educativa, Cedac; Instituto Hedging-Griffo; Fundação Itaú Social; Instituto Tellus; Parceiros da Educação; Fundação Educar D’Paschoal; Fundação Bradesco; Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária (CENPEC); Instituto Península; Fundação Arymax; Consultoria Internacional Mckinsey & Company. (ADRIÃO; GARCIA, 2014, p. 3). Atuando na educação paulista tem-se ainda a participação do Instituto Itaú

Social e Instituto C&A etc. Shiroma (2011) apresenta um mapeamento interessante das redes de relações constituída por parte dessas organizações articuladas com reformas educativas deste começo de século.

Censo organizado pela Rede Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (GIFE), para o período de 2011-2012, confirmava tendência anterior diagnosticada pela mesma entidade e, segundo a qual a educação mantinha-se como causa principal da Rede GIFE, “não apenas se mantém em primeiro lugar desde o primeiro Censo, como também apresenta crescimento de 2% em relação a 2009” (GIFE, 2013, p. 39). Ainda segundo o documento,

As ações executadas ou financiadas pelos associados GIFE em educação envolvem, na maioria dos casos, a capacitação de professores. 65% das empresas, associações e fundações que responderam a este detalhamento desenvolvem tal atividade, provavelmente com vistas a contribuir para a melhoria na qualidade da rede pública de ensino. A doação de livros e materiais didáticos está igualmente associada a esta intenção, e é realizada por 43% dos associados. A oferta de atividades de reforço escolar também se revela significativa dentre os respondentes, com 46% de organizações atuando nesta frente. Investimentos em construção, reforma ou manutenção de escolas são feitos por apenas 17% das organizações. (p. 39)

Os programas executados variam em função do formato de assessoria contratada e a da entidade contratada. No caso das organizações sem fins lucrativos e que atuam em função do “investimento social”, o próprio GIFE alerta

Os dados do Censo também reforçam uma característica do investimento social corporativo, **de alinhamento entre o investimento social e o negócio**. Mais da metade dos respondentes afirma que todo ou parte do seu investimento social está vinculado ao ramo de atividades da empresa ou da mantenedora. O alinhamento ao negócio pode ajudar na integração do investimento social às demais áreas da empresa, a qual passa a perceber mais valor nele. **Mas empresas, fundações e institutos não podem esquecer que o investimento social tem um fim público**. Isso quer dizer que, mesmo alinhado ao negócio e trazendo benefícios para a empresa em termos de imagem, reputação e licença para operar, o objetivo de transformação social

deve estar evidente e transparente (GIFE, 2013, p. 41, negritos nossos)

Esse alerta à rede, que congrega o maior número de investidores privados em investimento social do Brasil, nos remete à segunda forma pela qual a operacionalização da privatização da gestão educacional pode ocorrer: a transferência da gestão de redes ou sistemas de ensino para organizações privadas com FINS de lucro.

A última forma de privatização da gestão educacional aqui considerada se refere às **Parcerias Público-Privadas (PPP)**, propriamente ditas. Instituídas pela Lei n. 11.079/2004 (Lei das PPP), que consagra esse novo regime de contratação administrativa pelo qual o poder público, via **contratos administrativos de concessão**, permite que serviços ou obras públicas, incluindo a infraestrutura das escolas e outros serviços escolares, sejam transferidos para o setor privado lucrativo por meio de concorrência que preveja a participação de grupos internacionais.

A primeira PPP na educação brasileira foi estabelecida entre a prefeitura de Belo Horizonte, capital de Minas Gerais, e o consórcio privado *Inova BH* com o apoio do IFC (*International Finance Corporation*), membro do Grupo do Banco Mundial para financiamento do setor privado para a construção de escolas e gestão de aspectos “não pedagógicos”.<sup>47</sup> Segundo site do Grupo, a PPP previa a construção de 51 unidades de ensino da rede municipal de educação básica de Belo Horizonte. Este modelo foi indicado pela KPMG como exemplo de PPP para infraestrutura urbana e elogiado pela presidenta Dilma Houssef e pelo então Ministro da educação, Aluisio Mercadante (ADRIÃO, 2014).

Vale lembrar que *Grupo Odebrecht Properties* detém 100% das ações da *Inova BH* e que seu presidente, além de outros das maiores

---

47 Ver:

<[http://www.em.com.br/app/noticia/especiais/educacao/2013/09/21/internas\\_educacao\\_451646/primeira-escola-do-brasil-construida-com-parceria-publico-privada-e-inaugurada-em-bh.shtml](http://www.em.com.br/app/noticia/especiais/educacao/2013/09/21/internas_educacao_451646/primeira-escola-do-brasil-construida-com-parceria-publico-privada-e-inaugurada-em-bh.shtml)>. Acesso em: 20/07/2014.

empresas de construção civil do Brasil, está envolvido em esquemas de corrupção averiguados pela chamada “Operação Lava Jato”. Tendo em vista a ampliação dos processos de liberalização econômica, alicerçados em orientações neoliberais, a privatização por meio de PPPs tende a se generalizar, estimulada pela crise econômica e restrição no gasto público imposta pela agenda do governo federal além de um quadro agravado pela globalização financeira.

Nessa direção, são várias as manifestações de setores pró PPPs que insistem na manutenção dessas estratégias, mesmo com as maiores empresas de construção civil envolvidas em esquemas de corrupção, explicitando, aqui também a relação entre este tipo de negócio e os interesses do capital financeiro. Para Presser-Pereira, mesmo sem as construtoras, tendo em vista o envolvimento de várias delas em processos de corrupção, as PPPs seriam um modelo de negócio aderente aos interesses públicos e continua mobilizando empresas de *facilities management*,<sup>48</sup> fundos de *private equity*<sup>49</sup> e diferentes empresas que comercializam equipamentos, tecnologias etc. (BRESSER-PEREIRA, 2014)

Esta é proposta do então Secretário de governo do DF, Merlong Solano, segundo quem, devem ser adotadas PPPs em escolas. “Não na parte pedagógica, mas na parte de infraestrutura e administração de equipamentos. Então, as escolas poderão ser objeto de parcerias”.<sup>50</sup>

O governador do PSDB em exercício de Goiás no quarto mandato, Marconi Perillo, também acenou com a possibilidade de adoção de PPPs para a educação Goiana. O estado tem implantado projetos questionáveis de gestão da escola pública, dentre eles o de militarização de sua gestão, por

---

48 Empresas que atuam na área de gestão de equipamentos e infraestrutura.

49 Modalidade de investimento de risco pelo qual um “fundo levanta capital para adquirir participação em empresas já desenvolvidas e obter lucro a médio ou longo prazo com a venda.”. Disponível em: <https://www.dicionariofinanceiro.com/private-equity/>. Acesso em: 2015.

50 Disponível em: <<https://portal.conlicitacao.com.br/licitacao/noticias/merlong-retorna-segov-e-reafirma-ppps-em-varios-setores-inclusive-escola/>>. Acesso em: 20/07/2015.

meio da transferência para a Polícia Militar. Segundo declaração ao Jornal Opção,

Marconi afirmou que o modelo desejado, até o momento, é o de Organizações Sociais até onde for possível, mas ponderou que outras alternativas podem ser estudadas, sinalizando para a possibilidade de adoção de Parcerias Público-Privadas (PPPs) e expansão das escolas militares (PARRODE, 2015).

Também o então secretário de educação do Estado do Pará, Helenilson Pontes, acena com a possibilidade. Segundo matéria publicada no jornal Agência Pará<sup>51</sup> em maio de 2015, Pontes anunciou a construção de 50 escolas públicas estaduais por meio das PPPs, para o que contaram com apoio de “técnicos” da Cooperação Financeira Internacional do Banco Mundial (IFC Grupo Banco Mundial) e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social (BNDES).

### **1.2.2.2 Privatização da Gestão ESCOLAR**

A gestão privada de equipamentos públicos, especialmente na educação infantil não é novidade no Brasil (CAMPOS; PATTO; MUCCI, 1981; COSTA, 2005; CORREA; ADRIÃO, 2010; DOMICIANO; FRANCO, ADRIÃO, 2011).

Sob a denominação de *creches indiretas, conveniadas* ou equivalentes, inúmeros são mecanismos pelos quais se firma convênios que delegam a gestão de equipamentos público, incluído o prédio e, por vezes, funcionários, a entidades privadas sem fins lucrativos.<sup>52</sup> Em grande parte, por razões históricas (CAMPOS; ROSEMBERG; FERREIRA, 2006; KUHLMANN

---

51 Disponível em: <[http://www.agenciapara.com.br/noticia.asp?id\\_ver=112683](http://www.agenciapara.com.br/noticia.asp?id_ver=112683)>. Acesso em: 20/07/2015

52 Em 2009, a Secretaria Municipal de Educação de São Paulo, informava que a existência de 309 CEIs indiretos (prédio público e administração de ONGs com repasse de recursos públicos); e o número mais espantoso, 662 instituições privadas sem fins lucrativos conveniadas (CORREA; ADRIÃO, 2010).

JR., 2004) dada à omissão do Estado no atendimento educacional aos pequenos. No entanto, as inovações no marco regulatório sobre as relações entre poder público e o setor privado têm induzido o seu aumento.

Como já dissemos, arrola-se principalmente alterações decorrentes da EC-19, como a Lei de Responsabilidade Fiscal e a criação de OS e OSCIPS, mais recentemente reafirmadas por manifestação do Supremo Tribunal Federal (STF) a respeito da constitucionalidade das Organizações Sociais para o recebimento de recursos públicos em função de prestação de serviços públicos de ensino, pesquisa científica, desenvolvimento tecnológico, proteção e preservação ao meio ambiente, cultura e saúde.

A Ação de Inconstitucionalidade (ADI)<sup>53</sup> n°. 1923 questionava a legalidade da Lei 9.637/98, que dispõe sobre a qualificação de entidades como Organizações Sociais e a criação do Programa Nacional de Publicização. Em seu voto, o Ministro Luiz Fux afirma que

a Constituição **não exige** que o Poder Público atue, nesses campos, exclusivamente de forma direta. Pelo contrário, o texto constitucional é expresso em afirmar que será válida a atuação indireta, através do fomento, como o faz com setores particularmente sensíveis como saúde (CF, art. 199, §2º, interpretado a *contrario sensu* – “é vedada a destinação de recursos públicos para auxílios ou subvenções às instituições privadas com fins lucrativos”) e **educação** (CF, art. 213 – “Os recursos públicos serão destinados às escolas públicas, podendo ser dirigidos a escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas, definidas em lei, que: I - comprovem finalidade não-lucrativa e apliquem seus excedentes financeiros em educação; II - assegurem a destinação de seu patrimônio a outra escola comunitária, filantrópica ou confessional, ou ao Poder Público, no caso de encerramento de suas atividades”), mas que se estende por identidade de razões a todos os serviços sociais” (FUX, 2015, p.15-16, negritos nossos).

Essa definição do STF, associada às limitações de gastos impostas pela LRF certamente, colaborará para a ampliação das formas de privatização da gestão da escola ou da gestão escolar, por meio da

---

53 A ação foi ajuizada há mais de 15 anos e sua votação havia sido suspensa em de 2011. Na sessão plenária de 16 de abril de 2015, o ministro Luiz Fux do STF emitiu o voto-condutor, que foi seguido pela maioria.

transferência do corpo técnico educacional que coordena os processos decisórios e, portanto, das decisões sobre o funcionamento da unidade educacional para entidades privadas sem fins de lucro, constituídas pela multifacetada e pouco transparente miríade de organizações comunitárias, filantrópicas e confessionais.

Essa tendência de privatização é ideologicamente estimulada por entidades vinculadas ao campo do investimento social privado de modelos de convênios como as *charter schools* americanas cuja eficiência é objeto de enorme debate nos EUA (SCOTT, 2009). A este respeito, pesquisa recentemente concluída (ADRIÃO; GARCIA, 2014) informa que esta era a proposta do governo paulista para as escolas de ensino médio em tempo integral, à semelhança do modelo que vigorou em Pernambuco.

Em 2009, a Fundação Itaú-Social e o Instituto Braudel, no âmbito do Programa Excelência em Gestão Educacional pelo qual defendiam o modelo de contratação de organizações privadas para assunção de escolas públicas (Charter School) consideravam

a possibilidade de fechar as escolas mais críticas e substituí-las no mesmo prédio por uma 'nova escola', uma nova entidade legal, e uma nova configuração de equipe. Há algumas escolas onde a somatória dos profissionais não funciona, por mais que haja alguns indivíduos comprometidos. Experiências em cidades como Nova York, Chicago, Baltimore e Washington D.C. confirmam essa realidade (GALL; GUEDES, 2009, p. 96).

Entretanto, diferentemente do modelo americano, a versão brasileira desta tendência não se assenta em programas de escolha parental, tratando-se antes da já conhecida transferência da gestão da escola pública para provedores privados, via convênios ou contratos. Como verificado no Programa Nave-Mãe da cidade de Campinas, pelo qual a prefeitura constrói os equipamentos de educação infantil e transfere sua gestão a entidades privadas sem fins lucrativos numa modalidade autorreferenciada como cogestão (DOMICIANO, 2012).

Também exemplo pode ser encontrado em Boa Vista. Na cidade, a prefeitura seleciona instituições educacionais privadas comunitárias, filantrópicas ou confessionais para prestação de serviços educacionais para a oferta de educação infantil e do ensino fundamental (BOA VISTA, 2015). O mesmo ocorre em Venâncio Alves (RS) e em Anicuns (GO).

Até o momento, o formato mais acabado de privatização da gestão escolar se observa no Estado de Goiás, no qual, além da transferência da gestão escolar para OS, vigora um programa que transfere a gestão das escolas públicas para a Polícia Militar, as chamadas escolas militarizadas, tema este que merece ser analisado a partir da chave da privatização.

A transferência da gestão da escola pública diretamente para **organizações com fins de lucro** não se verifica ainda no Brasil, apenas para organizações que se associam a investidores sociais ou se apresentam como braços sociais de corporações privadas.

Por fim, outra forma de transferência da gestão de escolas públicas para instituições privadas sem que, contudo, tenhamos notícias de seu funcionamento neste momento no Brasil se dá por meio da assunção das escolas por cooperativas de profissionais da educação ou cooperativas de pais. Em relação à primeira, registra-se o funcionamento de uma breve experiência no município de Maringá (PR) (AZEVEDO, 1995). Não encontramos, para o Brasil, informações sobre escolas públicas geridas por cooperativas de pais.

### **1.2.3 PRIVATIZAÇÃO DO CURRÍCULO ESCOLAR**

Esta dimensão se refere à transferência para o setor privado, lucrativo ou não lucrativo, da responsabilidade sobre a elaboração e implementação dos currículos escolares e das ferramentas e insumos necessários para sua realização.

A ideia de currículo que subjaz a esta reflexão pode ser resumidamente apreendida no indicado em documento do Ministério da Educação de 2007, segundo o qual, "currículo é, em outras palavras, o coração da escola, o espaço central em que todos atuamos, o que nos torna, nos diferentes níveis do processo educacional, responsáveis por sua elaboração (MOREIRA; CANDAU, 2007, p. 19).

Considerando essa perspectiva, delegar a construção e a definição do currículo escolar para organizações privadas, especialmente com fins de lucro, significa que o Estado abdica da possibilidade e da responsabilidade de definir o que qualifica a escola e o "conteúdo" a ser valorado pelas novas gerações.

Moreira e Candau (2007) lembram ainda que as discussões sobre sua definição consideram

com maior ou menor ênfase, discussões sobre os conhecimentos escolares, sobre os procedimentos e as relações sociais que conformam o cenário em que os conhecimentos se ensinam e se aprendem, sobre as transformações que desejamos efetuar nos alunos e alunas, sobre os valores que desejamos inculcar e sobre as identidades que pretendemos construir (p. 18).

Nessa direção, a privatização do currículo não se refere aos tradicionais processos de compra de produtos ou materiais necessários ao ensino (livros, jogos, brinquedos pedagógicos, lousa, computadores etc.) em relação aos quais, por razões inclusive de economia de escala, a compra individualizada por unidade escolar ou a produção estatal, nesta conjuntura, não se justificaria. Por outro lado, estes se referem a itens postos à disposição dos educadores, de seus projetos educativos e das necessidades dos estudantes na relação com estes projetos.

Já a privatização do currículo aqui considerada leva em conta o quê e o como deve algo ser ensinado na escola. Mais precisamente, apoia-se numa compreensão de currículo como

organização temporal e espacial do conhecimento que se traduz na organização dos tempos e espaços escolares e do trabalho dos professores e alunos. E textos coincidem ao recuperar o direito ao conhecimento como o eixo estruturante do currículo e da docência. O conhecimento visto como um campo dinâmico de produção e crítica, de seleção e legitimação, de confronto e silenciamento de sua diversidade (MOREIRA; CANDAU, 2007, p. 12)

Dessa perspectiva, os “insumos curriculares” que se privatizam referem-se ao conjunto de produtos e serviços diretamente relacionados à “estruturação” e, portanto, à conformação do trabalho pedagógico e que têm sido desenvolvidos por empresas ou *startups* financiadas por “filantropos de risco” (OCDE NETFWD, 2014). Nessa “rubrica” incluem-se as chamadas tecnologias educacionais, as quais envolvem conteúdos, aplicativos e jogos produzidos para atividades digitais, além de plataformas digitais.

Oferecidos como “tecnologias educacionais”, “sistemas privados de ensino” materiais estruturados entre outras denominações, as iniciativas consistem, em síntese, na oferta para redes públicas ou escolas privadas de livros, conteúdos e plataformas digitais pelos quais os conteúdos escolares, os processos e os ritmos de ensino (e não necessariamente de aprendizagem, pois esta supõe interação e interesse como nos lembra Paro (1986)) são estabelecidos e controlados por esses tipos de recursos (ADRIÃO et al., 2009; GARCIA; CORREA, 2011; HYPOLITO; GANDIN, 2013; ADRIÃO; PERONI, 2013).

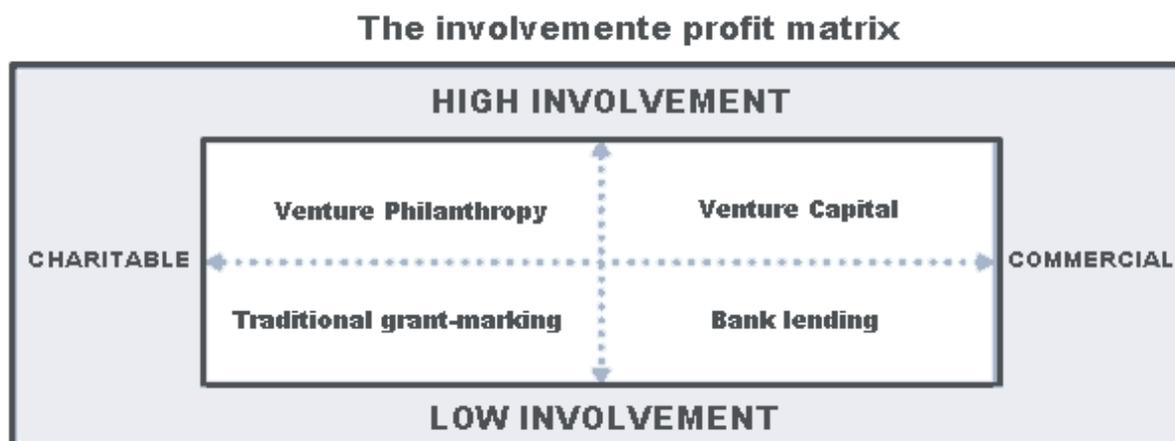
Vale considerar que muitas das fundações e corporações, que atuam junto aos sistemas públicos com vistas a incidir sobre o desenho curricular das escolas públicas, organizam-se no plano global em redes de “novos filantropos” constituída pelos proeminentes e influentes líderes corporativos e formuladores de políticas educacionais. Como aqui, a “filantropia de risco” e os investidores sociais pleiteiam reformas educacionais, inclusive curriculares, que direta ou indiretamente beneficiam estratégias e advogam princípios que contribuem para o seu sucesso financeiro ou para o sucesso de marcas e produtos de seus “parceiros”.

Segundo a Rede de Fundações que Trabalham para o Desenvolvimento da OCDE (OECD NETFWD, 2014), os filantropos de risco correspondem ao conjunto de doadores, cuja doação caracteriza-se como uma "investimento do lucro empresarial socialmente orientado". Conceitualmente, a ideia de "filantropia de risco" generalizou-se a partir de 1997 com a publicação Harvard Business Review do artigo *Virtuous Capital: What Foundations Can Learn from Venture Capitalists* (LETTS; RYAN; GROSSMAN, 1997), no qual os autores propõem que os filantropos deveriam utilizar as ferramentas dos capitalistas de risco, tais como gestão de risco, gestão de desempenho com o objetivo de impactar estratégias de gestão de relacionamento etc. de saída, a fim de ter um maior impacto na solução de problemas da sociedade (OECD NETFWD, 2014).

Ainda segundo o mesmo Documento da OCDE (OECD NETFWD, 2014), outros cognatos tornaram-se populares na última década para se referirem a este novo mercado. Bishop e Green (2008) cunharam o termo "filantrocapitalismo" em referência a esse tipo de "filantropia", cuja liderança cabe a Bill Gates e Warren Buffet.

O esquema elaborado por Emerson et al. (2007, apud OECD NETFWD, 2014) auxilia na percepção deste "novo comportamento" dos filocapitalistas. A matriz, presente na figura 4, indica em quatro quadrantes os tipos de investimento do setor privado, de modo que nos permite perceber que segundo o autor, os filantropos de risco (*venture philanthropy*) desenvolvem-se na relação entre caridade/filantropia e alto investimento financeiro ou de gestão (OECD NETFWD, 2014).

**Figura 3 – Matriz de atuação dos Filntrocapitalistas**



Fonte: OECD NETFWD, 2014, p. 36.

Exemplo de como a rede de filantropos está globalmente organizada para atuar sobre os currículos escolares é *Center for Curriculum Redesign* (CCR). Consulta ao *site* do CCR informa que a entidade é constituída por organizações internacionais, esferas governamentais, instituições acadêmicas, corporações e organizações sem fins lucrativos, incluindo fundações.<sup>54</sup> Dentre as “parceiras”, há várias que atuam na oferta de produtos e serviços educacionais para os governos brasileiros e que apoiam organizações privadas com destaque no cenário nacional: Google, IBM, Intel, Microsoft, Pearson, além da UNESCO e do BM.

Segundo o site da organização:<sup>55</sup>

54 International Baccalaureate, Organização para a Cooperação Econômica e Desenvolvimento (OCDE) Grupo Banco Mundial, UNESCO, Alberta Educação, Conselho de Educação da Finlândia, Korean Educational Development Institute, Secretaria de Educação de Massachusetts, Ontario Ministério da Educação, Singapura, Bill & Melinda Gates Foundation Visitor Center, William and Flora Hewlett Foundation, Morgridge Family Foundation, Fundação Nellie Mae Educação (NMEF), Graduate School da Universidade de Harvard da Educação, Instituto de Tecnologia de Massachusetts, Stanford Graduate School of Education, University of Pennsylvania Graduate School of Education, Google, IBM, Intel, Microsoft, Pearson, Promethean, Wolfram Research Europa, Australian Curriculum, Assessment and Reporting Authority (ACARA), Canadians for 21st Century Learning and Innovation (C21); LEADERS IN EDUCATIONAL SERVICES AROUND THE WORLD (ERB), Partnership for 21st Century Learning. Disponível em: <<http://curriculumredesign.org>>. Acesso em: 2015.

55 Vide nota de rodapé anterior.

As últimas grandes mudanças nos currículos foram realizadas no final de 1800, como resposta ao crescimento repentino na necessidade de capital social e humano. Como o mundo do século 21 apresenta pouca semelhança com o do século 19, os programas de ensino precisam ser profundamente redesenhados considerando-se quatro dimensões conhecimentos, habilidades, caráter e metacognição. Adaptação às necessidades do século 21 significa revisitar cada dimensão e a interação entre elas (tradução nossa).

O Instituto Ayrton Senna (IAS) no Brasil e o CCR no âmbito global declaram buscar respostas para a questão “Como preparar crianças e jovens para o século 21?”, por meio de apoios privados e investimentos públicos. No caso do IAS, a criação do LAB21<sup>56</sup> e o apoio obtido da CAPES para pesquisas sobre papel das “competências socioemocionais” propostas para os currículos escolares explicitam a prevalência dessa proposta para a entidade. A expectativa do IAS é que “**conscienciosidade**”, **abertura a novas experiências**, **amabilidade**, **estabilidade emocional** e **extroversão** sejam competências consideradas na vida acadêmica dos estudantes brasileiros e avaliadas em larga escala. Já segundo o CCR, no ano de 2014, em Documento denominado Declaração de Genebra, são indicadas seis competências, consideradas essenciais, a serem desenvolvidas nos currículos escolares: **atenção**, **curiosidade**, **coragem**, **resiliência**, **ética** e **liderança**. Como se verifica, as “qualidades” propostas para serem desenvolvidas nos cidadãos do futuro pelas escolas são as mesmas. Para o IAS e o CCR.

Outra forma pela qual a privatização do currículo se manifesta no Brasil ocorre quando da compra pelos governos de “Sistemas Privados de Ensino” para implantação em redes públicas. De forma esquemática, tais iniciativas visam à adoção por parte das redes públicas de ensino de um projeto educacional formulado pela esfera privada e por ela gerido, uma vez que os serviços contratados envolvem desde a definição dos conteúdos curriculares, formatos e capacitação dos profissionais da educação até a

---

56 Atividade vinculada à Rede Global de Fundações para o Desenvolvimento (Global Network of Foundations Working for Development –netFWD).

sistemática de avaliação da política educacional daquela localidade (ADRIÃO et al., 2009), sinteticamente apresentados no Quadro 1.

Pesquisas realizadas no âmbito do Greppe (ADRIÃO et al., 2009; 2012; ADRIÃO, 2009) para o Estado de São Paulo considerou que a compra de Sistemas Privados de Ensino ilustra a privatização de duas dimensões: privatização da gestão educacional e dos currículos. Isso porque, a cesta de produtos e serviços que dos tais "Sistemas privados de ensino", quando adotados por redes públicas, passam a definir a política educativa.

A "cesta" que compõe os contratos firmados entre governos e a iniciativa privada é integrada por atividades tradicionalmente desenvolvidas pelas equipes pedagógicas dos órgãos da administração pública e das escolas: formação continuada de educadores, efetivo acompanhamento das atividades docentes; investimento na produção e distribuição de materiais didáticos aos alunos; processos de avaliação externa e interna, entre as principais encontradas. Por essa razão, para além dos problemas pedagógicos derivados da adoção de material instrucional, em alguns casos desde a pré-escola, o que é importante destacar é o fato de que as empresas privadas passam, ao vender os chamados "sistemas de ensino", a interferir na gestão do próprio sistema escolar público local (ADRIÃO et al., 2009, p. 806).

Os grupos privados quem vendem seus sistemas possuem inserção diferenciada no mercado educacional tanto no nível nacional, quanto internacional e tem ampliado seus mercados por meio de sua presença nas redes públicas associadas à presença em escolas franquizadas privadas. Segundo levantamento para 1998-2011 (ADRIÃO, 2012) esse fenômeno, iniciado nas redes municipais do estado de São Paulo se generaliza para o Brasil. Dentre os cinco grupos empresariais com maior presença nos municípios paulistas, três estavam associados ou foram incorporados por empresas estrangeiras, indicando o processo de oligopolização do segmento já anunciado: é o caso do COC, que vendeu o segmento responsável por

produzir material para as gestões públicas (NAME) para a empresa inglesa Pearson em 2010 e do Sistema UNO adquirido pelo Grupo empresarial espanhol Santillana (ADRIÃO et al., 2012).

Como consequência das estratégias de fusão ou em paralelo a essas estratégias, o Grupo Abril, o COC e o Positivo abriram seu capital na Bolsa de Valores e passaram a ser geridos, ao menos em parte, por fundos de investimento (ADRIÃO et al., 2012; GALZERANO, 2015).

Para capitalização das empresas, a oferta de ações opera-se contabilizando como ativo não apenas as escolas privadas ou franqueadas associadas aos grupos, mas também as matrículas de escolas públicas, consideradas como uma espécie de *commodities* (ADRIÃO et al., 2009). A abertura do capital das empresas do segmento educacional na Bolsa de Valores expressa a liberalização do setor para a atuação de acionistas internacionais, a subordinação da educação à lógica da financeirização da economia condições que potencializam sua mercantilização.

Exemplos dos “ativos” envolvidos nessas transações encontram-se nas informações sintetizadas no Quadro 3, as quais dimensionam o volume de dinheiro envolvido nas disputas no mercado aberto pela possibilidade de adoção dos sistemas privados de ensino adquiridos por redes públicas brasileiras.

**Quadro 3 - Síntese dos serviços e produtos que integram Sistemas Privados de Ensino**

<b>Produtos e serviços</b>	<b>Pearson NAME*</b>	<b>Abril Educação Anglo**</b>	<b>Grupo Santillana Uno Público***</b>	<b>Grupo Objetivo Sistema Objetivo Municipal de Ensino - SOME-****</b>	<b>Grupo Positivo Sistema de Ensino Aprende Brasil- *****</b>
Material para profissionais da educação	Material virtual de orientação disponível no portal da empresa, além de exemplares do mesmo material	Manual do professor Sugestões de calendários com atividades e material virtual de orientação, além de exemplares do	Manual do professor Material virtual de orientação, além de exemplares do mesmo material fornecido aos estudantes.	Material de apoio para a equipe responsável pela gestão escolar e material virtual de orientação, além de exemplares do mesmo material fornecido aos estudantes.	Material virtual de orientação, além de exemplares do mesmo material fornecido aos estudantes.

	fornevido aos estudantes .	mesmo material fornecido aos estudantes.			
Material didático para estudantes	Três modelos de materiais distintos, com orientações teóricas específicas : 1 - Letramento em todos os níveis de ensino; 2 - Material, segundo a empresa, de orientação sociointeracionista; 3 - Material, segundo a divulgação, de orientação tecnicista.	Materiais organizados por bimestres; cadernos digitais para estudo e realização de disciplinas; proposta de currículo em espiral, com ênfase nas tarefas de casa indicada no material didático.	Material didático para as aulas e livros específicos para tarefas de casa.	Material oferecido em módulos semestrais, anuais ou bimestrais, de acordo com a etapa de ensino. Anuncia-se o recurso à "metodologia de resolução de problemas" no ensino de matemática e em oficinas destinadas aos profissionais das redes públicas que utilizam os produtos.	O material é designado como Livro Didático Integrado, agregando as diferentes disciplinas. O material é integrado a atividades disponíveis no Portal do Sistema. A proposta é denominada como de "perspectiva interacionista".
Assessorias	Tem variações de acordo com a proposta. Em comum, há a visita de assessores às escolas com situações de formação docente. Há ainda possibilidade de utilização de espaço virtual para formação (portal, chats).	Atendimento digital: técnicos podem ser contatados para reuniões com a rede; professores participam de formações na condição de multiplicadores e há acesso a informações via portal.	Portal, encontros e palestras; acompanhamento ao longo do ano letivo; atendimento às escolas e secretarias de educação em agenda definida; oficinas e formação continuada para os docentes.	Encontros pedagógicos realizados na capital paulista, sede da empresa; cursos modulares; e acompanhamento da prática à distância.	Assessoria pedagógica a docentes e equipes técnicas das secretarias de educação para orientar a implantação do sistema; formação continuada para docentes e equipes técnicas; e "coordenador pedagógico" disponível para as redes públicas.
Orientações para organização do ensino	Fornecer "sugestões" para desenvolvimento de projetos em sala de aula.	Sugestões de calendários com quatro opções, nas quais atividades são apresentadas de maneira	Apresentação de proposta pedagógica aos docentes.	Documento com referencial teórico-curricular; promove encontros com equipes supervisoras para planejamento de atividades.	Anuncia apoio no gerenciamento de projetos.

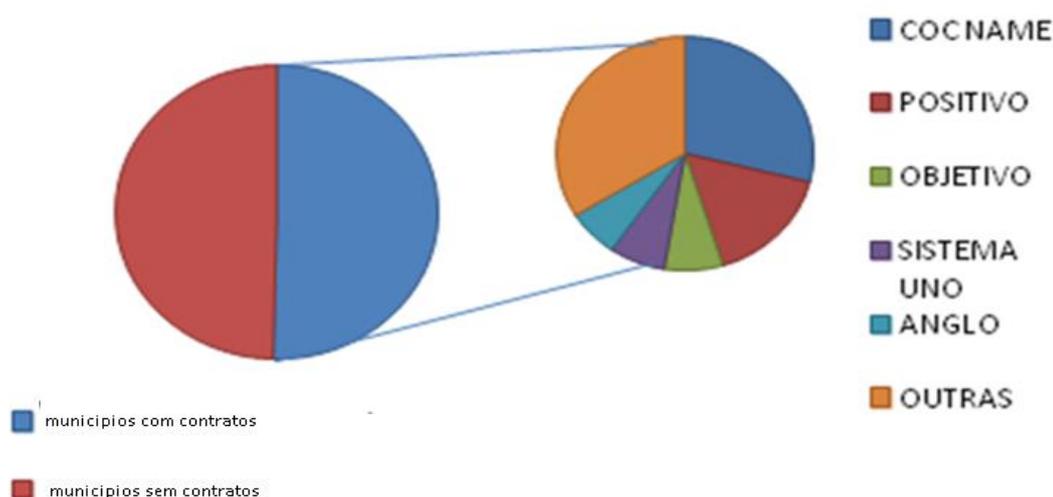
		diferenciada, e planejamento de atividades em sala de aula.			
Propostas de avaliação	Ofertadas presencialmente e à distância, com suporte técnico para as avaliações governamentais.	Sistema de análise de simulados, com produção de avaliações de alunos por disciplina, análise de dados e produção de relatório. O sistema inclui o estabelecimento de ranking de desempenho em relação a uma disciplina específica, ou unidade escolar. Geração de registros como "boletim do estudante" e ábaco de ranking para uso por gestores (a oferta do serviço depende do contrato firmado).	Avaliação educacional e institucional (avaliação de desempenho; questionário/fatores associados; diagnóstico) via serviço denominado Assessoria Avalia Educacional. Fornece também Modelos de avaliações bimestrais para docentes.	Avaliação institucional; avaliação de resultados dos estudantes em testes; avaliação de fatores associados; análise comparativa e diagnóstico. Os resultados são compilados em relatórios "sigilosos".	Sistema de Monitoramento Educacional do Brasil (SIMEC): ferramenta de gestão das informações educacionais que "possibilita monitorar os resultados alcançados e propicia o desenvolvimento de planos de ação para o avanço na qualidade de ensino em cada município" ( <a href="http://www.editorapositivo.com.br">http://www.editorapositivo.com.br</a> ). O sistema oferece ainda avaliações de desempenho de estudantes, segundo os padrões da Prova Brasil (MEC).
Etapas da Educação Básica para as quais os produtos e serviços são produzidos	Educação Infantil e Ensino Fundamental	Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio E Pré-Vestibular	Educação Infantil, Ensino Fundamental e Pré-Vestibular	Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio	Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio

Fonte: ADRIÃO et al., 2015, p. 42.

O Gráfico 5 ilustra a distribuição do "mercado das redes públicas" paulistas entre os grupos empresariais de maior presença no período de 1998-2010. Nota-se que em 2010 cerca de 50% dos municípios paulistas tinham sua educação subordinada à lógica de algum grupo empresarial com

destaque para o Grupo COCO- NAME, primeiro a abrir capital na Bolsa, seguido por uma pulverização de empresas menores.

**Gráfico 5 - Presença do principais Grupos empresariais e respectivos Sistemas Privados de Ensino em municípios paulistas-1998-2010**



Fonte: Com base em Adrião e Damaso (2012) p. 11 e dados do Banco de dados sobre Privatização da educação em Municípios Paulistas<sup>57</sup>

Como se viu, os Sistemas Privados de Ensino consistem em material didático estruturado aula a aula (na forma de material impresso, roteiro didático e conteúdo digital) para alunos e professores; na supervisão ou alguma forma de controle exercido pelas empresas contratadas sobre o trabalho desenvolvido pelas escolas; em propostas de capacitação docente para uso dos recursos didáticos e na adoção de alguma sistemática de avaliação de desempenho das escolas. Oferece também acesso restrito a alunos e professores a portais na *internet* para consultas e assessorias; serviço de *call center* para dúvidas de professores, além da possibilidade de

<sup>57</sup> Banco de Dados disponível no site: <[www.grepppe.fe.unicamp.br](http://www.grepppe.fe.unicamp.br)>. Acesso em: 2021.

produção de orientações com vistas a normalizar, inclusive por meio de alterações na legislação, as orientações advindas das instituições parceiras incidindo diretamente sobre o funcionamento e a organização dos sistemas locais de educação (ADRIÃO et al., 2009).

A disputa por este segmento tem gerado sua concentração em poucos e gigantescos grupos empresariais e a padronização de currículos e projetos educativos, na medida em que o “sistema privado de ensino” X ou Y passa, concomitantemente, a ser adotado por inúmeras escolas privadas, sediadas em diversas regiões do país, e se expandir, em uma versão “adaptada”, para redes públicas de ensino (ADRIÃO et al., 2009).

A “cesta de serviços” que integra os “sistemas privados de ensino” pode variar de acordo com a capacidade orçamentária dos governos e certamente variam qualitativamente quando se compara os materiais e assessorias oferecidos pelos grupos privados àqueles adotados pelas escolas privadas franquizadas. No caso das “tecnologias educacionais” oferecidas por organizações do Terceiro Setor, os recursos e serviços são customizados e apresentados como adequados às necessidades de cada rede de ensino. Tal percepção confere importância a estudos empíricos sobre programas implantados por esse setor (ADRIÃO; PERONI, 2011) e indica a necessidade de novos estudos empíricos sobre a eficiência destes programas.

Em pesquisa de 2012, sobre a aquisição de Sistemas Privados de Ensino por municípios paulistanos para educação infantil, incluindo creches, analisou respostas a *survey* aplicado a 314 professores, identificando-se que

os primeiros anos na carreira docente, entendida como condição de socialização por meio da apropriação das práticas institucionalizadas (TARDIF; RAYMOND, 2000), se fizeram sobre o crivo das rotinas e da lógica institucional introduzidas por modelos elaborados pelas instituições privadas (ADRIÃO et al., 2013, p. 19).

Ou seja, grande parte dos professores das redes públicas tem iniciado a docência e exercido sua atividade profissional subordinada a esta lógica, de maneira que percebê-la e refutá-la se torna ainda mais difícil. Tal condição é ainda agravada pela formação aligeira dos cursos de licenciatura em pedagogia oferecida por instituições privadas, de natureza mercantil (SGUISSARDI, 2008) de ensino superior.

Destaque para o crescimento da incidência de organizações privadas como a Fundação Lemann (FL), por meio de distintos programas de assessoramento a redes públicas visando mudanças na gestão e nos currículos adotados. Consideramos seu *modus operandi* que associa grande capilaridade junto às redes públicas - por meio da oferta de assessorias, oferta de plataformas, conteúdos digitais e variados insumos curriculares; pagamentos de bolsas etc.- paralelamente a investimentos por parte do segmento empresarial do Grupo Lemann em *startups* e no mercado de escolas privadas propriamente dito como prática que mais se aproxima do perfil dos filantropos de risco/ filantropicistas visto anteriormente. Percepção que merece estudos.

Seu fundador, Jorge Paulo Lemann, é um dos principais investidores do Grupo Eleva Educação, *holding* de educação criado em 2013. Segundo matéria publicada no Jornal Valor Econômico, o Grupo Eleva já recebeu investimento de cerca de R\$ 100 milhões (em valores nominais) para aquisição de três colégios privados e o desenvolvimento de um SPE próprio adotado por cerca de 80 escolas (KROIKE, 2015)

pretende chegar ao fim de 2018 com 50 mil alunos matriculados em colégios próprios e mais 100 mil estudantes de outras escolas usando seu sistema de ensino. Atualmente, são 28 mil alunos próprios e outros 23 mil com o sistema de ensino Eleva. Essa expansão virá de crescimento orgânico e de aquisições de colégios localizados, principalmente, no Nordeste e Centro-Oeste do país (KROIKE, 2015).

Informação institucional afirma que o ELEVA é “uma holding de educação básica, um investimento do Gera Venture Capital”,<sup>58</sup> que atua na construção de

uma rede de escolas de alta qualidade acadêmica, suportada por uma plataforma pedagógica de impacto. Um projeto bem inovador. Hoje reunimos três grandes redes de escolas em Minas Gerais e Rio de Janeiro, com um total de 25 mil alunos e 2.500 colaboradores em nossas unidades. Além disso, contamos com uma rede de escolas parceiras ainda maior com escolas excepcionais do Rio de Janeiro ao Pará.<sup>59</sup>

Segundo publicação na revista dirigida ao mundo de negócios, VALOR, os recursos para a criação do Eleva vieram do **Gera**, o qual se apresenta como uma

empresa de investimentos focada em educação no Brasil. Investimos em empreendedores de alto potencial com o duplo objetivo de gerar impacto relevante na educação e obter retornos financeiros atrativos. Entregar excelentes retornos financeiros e educacionais, investindo em *growth equity*<sup>60</sup> e *startups*, desempenhando um papel ativo através da escolha de talentos, conhecimento do setor e experiência em gestão.<sup>61</sup>

Ainda de acordo a mesma reportagem,

A *holding* optou por atuar prioritariamente nas regiões Nordeste e Centro-Oeste. Segundo a matéria pela carência de colégios de alta qualidade e pelo fato das universidades federais adotarem o ENEM como processo seletivo. [...] a holding ainda investe em *startups* voltados para tecnologias aplicadas à educação e os projetos de criação de colégios próprios no Rio de Janeiro (KROIKE, 2015).

---

58 A diretora-executiva do Gera Venture também exerce a função de co-CEO do grupo Eleva Educação.

59 Disponível em: <<http://elevaeducacao.com.br/porque-eleva/>>. Acesso em: 2015.

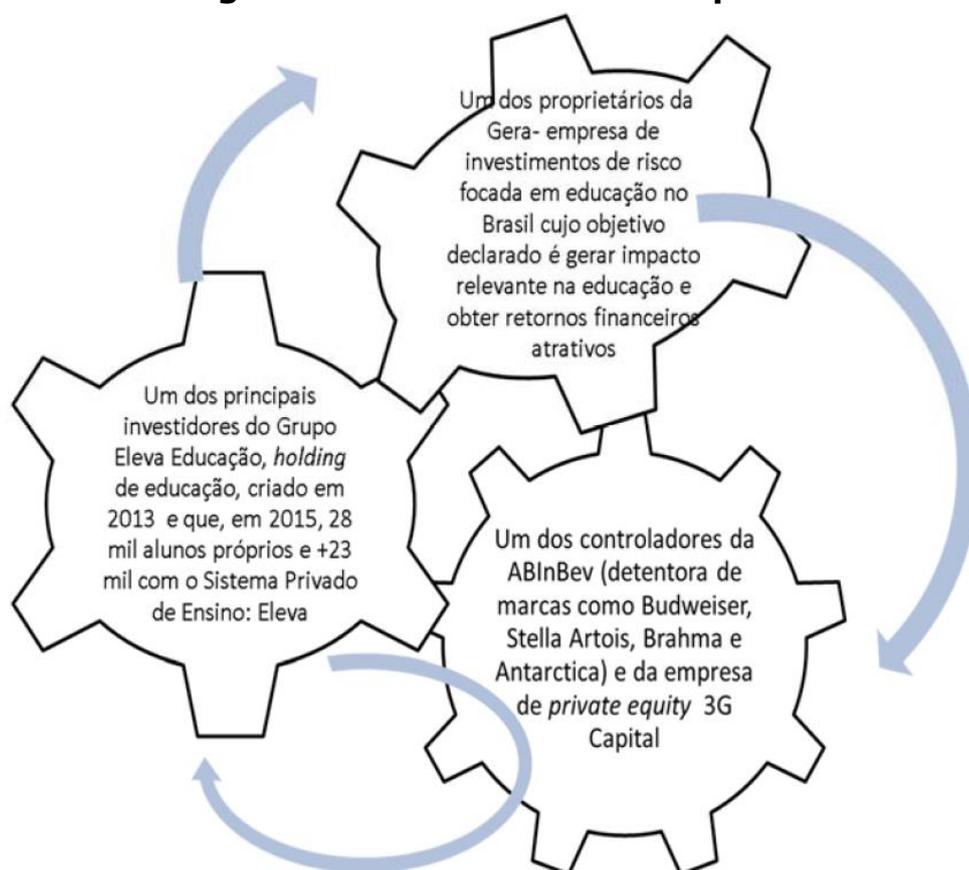
60 Growth equity- Modalidade de investimento privado voltado à expansão de novos mercados.

61 Disponível em: <<http://www.geraventure.com.br/pt/quem-somos/missao-visao.php>>. Acesso em: 02/08/2015.

Além do Eleva, o Gera tem outro segmento que investe em *startups* voltadas para tecnologias aplicadas à educação. Até 2015, foram investidos aproximadamente R\$ 20 milhões em empresas como Geekie, Starline, Manga High, Kaltura e Rota dos Concursos (KROIKE, 2015).

A Figura 5 ilustra o movimento que se buscou captar.

**Figura 4 - Representação da dinâmica de funcionamento de parte do Segmento educacional do Grupo Lemann**



Fonte: a autora.

Em relação à privatização do currículo de redes pública, destaca-se a disseminação pela Fundação Lemann (braço filantrópico ou não lucrativo do Grupo) do que designa como Ensino Híbrido.

Ensino Híbrido: personalização e tecnologia na educação apresentam aos educadores formas de integrar tecnologias digitais ao currículo escolar. Desenvolvidos pela Fundação Lemann e o

Instituto Península, o conteúdo está disponível em dois formatos: um curso online e um livro, que abordam desde a otimização do espaço escolar até verificações de aprendizagem.<sup>62</sup>

O Ensino Híbrido é adotado pelo segmento empresarial do grupo em suas escolas. O modelo associa o uso de tecnologias digitais ao que designa como materiais “estruturados” (apostilas) conjunto que integra os “sistemas privados de ensino” comercializados pela empresa. Segundo relatório de 2014 da FL,

Desenvolvemos, em parceria com os institutos Península e Clayton Christensen, o curso para professores aprenderem a usar tecnologia na personalização de suas aulas. Para começar, 16 professores de escolas públicas e particulares de vários estados utilizaram e adaptaram experiências inovadoras. A experiência foi avaliada com pareceres positivos de alguns dos maiores especialistas brasileiros e da Capes, resultando em um curso de formação a distância para milhares de professores já no início de 2015 (FUNDAÇÃO LEMANN, 2014, p. 13)

Em tempos de cortes de recursos públicos para a pesquisa, a Capes financiou o IAS por meio de edital patrocinado sobre habilidades socioemocionais, e a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) financiaria esse segmento.

Segundo a Consultoria HOJE<sup>63</sup>, o então recém-criado Departamento de Inovação em Educação da FINEP-BNDES custearia projetos no segmento de ferramentas tecnológicas: “como salas de aula interativa, uso de *smartphones* e *tablets* no processo de aprendizado, impressoras 3D e a utilização de games para introduzir um tema aos alunos”. Tais ferramentas, designadas Ensino Híbrido, foram apresentadas por Denis Mizne, então diretor-executivo da Fundação Lemann, como tendência para o ensino em

---

62 Disponível em: <<http://www.fundacaolemann.org.br/ensino-hibrido/>>. Acesso em: 2015.

63 Disponível em: <<http://hojeconsultoria.com/>>. Acesso em: 04/08/2015.

evento organizado em 2014 pela UNICEF, Rede Globo e Fundação Roberto Marinho.<sup>64</sup>

Em resumo, a privatização do currículo, patrocinada pelo segmento da *venture philanthropy*/filantropocapitalistas, tende a subordinar a organização e o trato com o conhecimento e a cultura realizados nas escolas, a retornos financeiros para investidores sociais ou corporações e a indagamos sobre as consequências da incidência desses formatos na descaracterização da “natureza” do trabalho pedagógico uma vez que, concordando com Paro (2012), o trabalho pedagógico, quando se deseja uma educação democrática, exige o consentimento e o envolvimento de professor e aluno, pois

se diferencia de maneira radical do trabalho na produção tipicamente capitalista, porque seu objeto de trabalho (o aluno) precisa ser também sujeito, ou seja, ele é coprodutor num processo de trabalho que tem por fim a formação de sua personalidade em termos humano-históricos. Como sujeito, somente com o envolvimento de sua vontade o processo ensino-aprendizado pode dar-se; do que decorre que o trabalhador (o professor) também precisa ser um sujeito, um portador de vontade (orientada para o ensino). O objeto de trabalho na produção educativa escolar não é, portanto, um mero objeto externo que se comporta passivamente em relação a sua transformação pelo professor (trabalhador). Por isso, diferentemente do trabalhador comum, cujo motivo para trabalhar é essencialmente o salário (motivação extrínseca à atividade), o professor, além de tal motivação, precisa também de uma motivação intrínseca, que lhe possibilite envolver-se com o educando, produzindo, com este, sua transformação (PARO, 2012, p. 24)



---

64 Disponível em: <<http://redeglobo.globo.com/globoeducacao/noticia/2014/04/dialogo-educacao-promove-debate-sobre-inovacoes-no-ensino.html>>. Acesso em: 2015.



## CAPÍTULO II

---



## **SOBRE A MODALIDADE DE PESQUISA ESTADO DA ARTE: DO QUE FALAM OS PERIÓDICOS NA ÁREA DA EDUCAÇÃO - SCIELO-Br E *WEB OF SCIENCE* (1990-2014)**

**I**nventariar e analisar a produção científica sobre determinado tema, com vistas a indicar tendências nas investigações e lacunas de pesquisa, tem sido no Brasil preocupação relativamente recentes em educação. Referências desta empreitada são os Estados da Arte encomendados por agências de fomento e ou instituições governamentais, dos quais destacamos os trabalhos coordenados por Wittiman e Gracindo (2001), Sposito (2009) e mais, recentemente, Martins e Silva (2011).

O primeiro caso “O estado da Arte em Política e Gestão da Educação no Brasil-1991-1997”, desenvolvido por uma rede de pesquisadores vinculados à Associação Nacional de Política e Administração da Educação (ANPAE), referiu-se, inicialmente, ao levantamento e análise dos resumos relativos a pesquisas concluídas em educação que versassem sobre “dois grandes conjuntos: políticas e gestão” (p. 14). As fontes primárias foram teses, dissertações e pesquisas docentes, totalizando 922 documentos, dos quais 63,8% relativos a dissertações de mestrado (WITTIMAN; GRACINDO, 2001). No entanto, a análise dos resumos exigiu a redefinição do material

em distintos 11 núcleos temáticos, um dos quais relacionado à categoria “público e privado na educação” sob a coordenação de Dourado e Bueno (2001).

Este subtema da pesquisa sobre política e gestão da educação identificou entre 1991-97, 33 trabalhos sobre “público e privado em educação”, correspondendo a 3,5% do conjunto de produções analisadas. USP e UFG concentraram o maior volume de produções: três cada uma (DOURADO; BUENO, 2001). Segundo os autores,

os resumos classificados dentro desse campo são diferenciados entre si e permitem a identificação das seguintes subcategorias: relações público/privado; estudos comparativos; ensino superior privado; esfera pública; esfera privada e instituições filantrópicas/confessionais (p. 99).

Ainda que o tema tratado por Dourado e Bueno integre a preocupação de nossa investigação, o esforço dos pesquisadores não esteve direcionado a inventariar e analisar as produções sobre os processos de privatização, uma vez que a categoria “público” também compôs o levantamento. Tratou-se, de abordar as relações público-privado no campo educacional, nas quais poderiam se enquadrar as estratégias de privatização encontradas mais diretamente associadas à categoria financiamento (DOURADO; BUENO, 2001).

O segundo Estado da Arte relacionou-se a trabalho anterior *Juventude e Escolarização* (SPOSITO, 2002), que se concentrou nas produções da área da Educação no período (1980-1998). O trabalho de 2009, *O Estado da Arte sobre juventude na pós-graduação brasileira: Educação, Ciências Sociais e Serviço Social* (1999-2006)

ampliou seu escopo ao incorporar as áreas de Ciências Sociais (Antropologia, Ciência Política e Sociologia) e Serviço Social, fixando como recorte temporal o período 1999-2006 para o levantamento das dissertações e teses (SPOSITO, 2009, p. 11)

Os dois Estados da arte foram coordenados por Marília Sposito e também envolveram uma rede nacional de pesquisadores. Ainda que o tema fuja ao escopo do que tratamos nesta produção, os dois estudos são referências metodológicas para o tipo de análise aqui desenvolvida.

O último trabalho dessa natureza, mais diretamente relacionado ao campo aqui em evidência, foi coordenado por Ângela Maria Martins e desenvolvido também por um conjunto de pesquisadores vinculados à Associação **Nacional de Política e Administração da Educação** (ANPAE). O Estado da Arte *Gestão, autonomia escolar e órgãos colegiados* (1998-2008) em certa medida dá continuidade ao primeiro estudo (SANDER, 2011, p. 12). Teve por base as produções acadêmicas sobre o tema disponíveis em teses e dissertações; apresentações em eventos nacionais da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd) e as publicações na forma de artigos em periódicos científicos brasileiros.

Por fim, destacam-se os trabalhos conduzidos por Castro e Werle (2004) sobre o estado de conhecimento em administração da educação por meio do levantamento de publicações em periódicos nacionais e o de Souza (2006) intitulado “Os caminhos da produção científica sobre a gestão escolar no Brasil” realizado a partir de levantamento de apresentações de trabalhos na ANPEd e de publicações disponíveis no banco de teses da CAPES.

Não encontramos registro, no Brasil, de inventário que se debruce sobre as produções relativas à *privatização da educação básica*, tarefa que assumimos neste trabalho e que se relaciona com os temas que temos investigado.

Nesta empreita, a dificuldade em construir um Estado da Arte ou Estado do Conhecimento, aqui tomados como sinônimos (FERREIRA, 2002), a partir das informações contidas nos resumos é identificada pela maioria dos pesquisadores que realizaram este tipo de pesquisa. Seja porque “a

natureza dos resumos é variada, não contemplando todos os aspectos que devem existir em resumos de pesquisa” (WITTIMAN; GRACINDO, 2001) condição também identificada por Martins (2011), seja porque no caso dos resumos de teses e dissertações disponíveis no Banco de teses da Capes, muitos apresentavam

problema de precisão de informações provavelmente decorrentes do processo de sua migração pelas secretarias de pós-graduação para a própria plataforma da Agência (MARTINS, 2011).

Na mesma direção encontramos os alertas de Vermelho e Areu (2005) e André (2000).

Para o desenvolvimento desta investigação, às dificuldades identificadas pelas pesquisas anteriores agregam-se outras três que influíram no próprio desenho da pesquisa. A primeira dificuldade se refere a restrições no acesso a periódicos internacionais que integravam a base *Web of Knowledge* (WoK), posteriormente denominada plataforma *Web of Science* (WoS), criada em 2002 pela Thomson Reuters, uma vez que, em alguns casos, o acesso às publicações integrais na série histórica não estava disponível. A segunda dificuldade residiu no fato de que até 2012, alguns periódicos dessas plataformas não exigiam resumo dos artigos para suas publicações. Por fim, outros problemas associaram-se às mudanças na plataforma que abrigava o Banco de Tese e Dissertações da Capes, detalhados no Capítulo 3 deste livro e relacionados à criação da Plataforma Sucupira.

Em respostas a tais percalços, optou-se por compor este mapeamento com os artigos presentes na WoK/WoS que apresentassem resumos complementados por aqueles que sem resumo tivessem liberado o acesso à sua introdução.

A segunda base de dados inventariada a integrar este capítulo refere-se ao conjunto de artigos disponíveis na SciELO-br:

A *Scientific Electronic Library Online* - SciELO constitui-se em um modelo para a gestão e operação de publicação eletrônica em rede cooperativa de coleções de periódicos científicos de qualidade crescente em acesso aberto com ênfase nos países em desenvolvimento e emergentes. SciELO tem como objetivo específico aumentar de forma sustentável a visibilidade, acessibilidade, qualidade, uso e impacto dos periódicos que publica<sup>65</sup>

Na SciELO-br, os artigos integram a Coleção Biblioteca desta base, constituída por 287 periódicos.

A terceira base e quarta base a compor esta pesquisa são constituídas, respectivamente, por dados de teses e dissertações disponíveis para consulta no Banco de Tese da Capes e nos repositórios de Programas de Pós-Graduação em Educação de universidades intencionalmente selecionadas.

Nas bases brasileiras, para textos em português, adotou-se para a busca os seguintes descritores: Financiamento, Escolha, Subsídio, Parceria Público Privada, Parceria Público-Privado;<sup>66</sup> Gestão; Privatização; Cooperativa, Cogestão; e em inglês *Charter* e *Choice*, uma vez que as publicações brasileiras podem ser localizadas por termos em inglês. Todos os descritores foram associados ao termo *educação básica*, excluindo-se os artigos que não se relacionavam a esta etapa de escolaridade.

Para os textos em língua inglesa, disponíveis fundamentalmente nas plataformas *Web of Knowledge/Web of Science*, os descritores selecionados foram: *financing*, *public-private partnership*, *co-management*; *aid* ou *subvention*; *cooperative*; *privatization*; *charter*; e *choice*. Uma vez que, nesta pesquisa, interessa os trabalhos que se ativeram à Educação Básica, tais descritores foram relacionados aos termos *elementary school* e *compulsory education*. A busca por tais expressões se deu tanto pelo

---

65 Disponível em:

<<http://www.scielo.org/php/level.php?lang=pt&component=56&item=3>>. Acesso em: 31/01/2015.

66 A presença destes três descritores buscou identificar a variedade com que os trabalhos se referem a esta relação.

levantamento nas palavras-chaves, quanto pela identificação de sua presença nos títulos dos trabalhos.

A opção por esses descritores buscou inventariar trabalhos que se ativessem às formas de privatização da educação básica apresentadas no capítulo anterior com as quais se acredita cobrir um conjunto de medidas e orientações relativas à transformação da educação pública em um campo para negócios (*edubusiness*) (HILL, 2003), associadas a estratégias relacionadas à exprivatização (BALL; YOUDELL, 2008) ou ainda às dinâmicas de transferência da educação pública para atores privados identificadas por Belfield e Levin (2004).

Com vistas a caracterizar o trato dado ao tema pelas produções, construímos uma matriz de referência relativa às dimensões e formas da privatização da educação básica, abaixo indicada, cujo detalhamento apresentou-se no Capítulo 1. Esta tipologia, ao mesmo tempo em que consiste no primeiro resultado da análise dos materiais que integra este estado da arte, serviu de matriz analítica para a caracterização dos 340 trabalhos que integram a base de dados desta pesquisa.

Matriz: Dimensões da PRIVATIZAÇÃO e suas formas de operacionalização:

1- Privatização da OFERTA EDUCACIONAL- Primeira Dimensão

1.1. Financiamento público a organizações privadas

Bolsa de estudos

Convênios entre governos e organizações privadas

Incentivos fiscais

1.2. Introdução de políticas de escolha parental de escolas

Charter

Voucher

Homeschooling

1.3- Oferta Educacional por provedor privado

Escolas de Baixo custo  
 Tutorias  
 Aulas particulares  
 Escolas privadas

## 2- Privatização da GESTÃO da EDUCAÇÃO PÚBLICA- Segunda Dimensão

### 2.1- Privatização da gestão escolar

Transferência para Organizações com fins de lucro  
 Transferência para Organizações sem fins de lucro  
 Transferência para Cooperativas de Profissionais, Pais etc.

### 2.2- Privatização da gestão educacional

Transferência para Corporações  
 Transferência para Organizações sem fins de lucro  
 Instalação de PPP

## 3- Privatização do CURRÍCULO- Terceira Dimensão

Compra pelo poder público de projetos e desenhos educativos  
 Compra pelo poder público de tecnologias educacionais  
 Compra de Insumos Curriculares  
 Aquisição pelo poder público de tecnologias educacionais difundidas como investimento social  
 Aquisição pelo poder público de Insumo Curriculares difundidos como investimento social  
 Aquisição pelo poder público de projetos educativos e desenhos difundidos como investimento social

O material foi analisado considerando a matriz acima indicada e complementadas, pela identificação de trabalhos que analisaram a privatização da educação básica tendência associada a alterações na conjuntura sócio econômica ou ainda como condicionante, historicamente constitutiva, dos diferentes contextos analisados.

Ainda que restrito à análise dos resumos, entende-se que, pela abrangência deste estudo, trata-se de um *Estado da arte*, como indicado por Romanowski e Ens (2006),

estudos realizados a partir de uma sistematização de dados, denominada "estado da arte", recebem esta denominação quando abrangem toda uma área do conhecimento, nos diferentes aspectos que geraram produções (p. 39).

Esta condição encontra-se reforçada pela incorporação de dados neste mapeamento decorrentes de publicações internacionais e em língua inglesa.

A sistematização do material selecionado considerou, a partir da análise dos resumos inventariados, os seguintes **aspectos qualitativos**:

- Campo empírico analisado;
- Natureza da pesquisa: qualitativa, quantitativa, quali-quantitativa ou ensaio;
- Metodologia adotada informada nos resumos;
- Dimensão e forma da privatização da educação decorrente de matriz analítica definida nesta pesquisa;
- Etapa da educação básica focalizada;
- Posição do autor/res em relação ao processo, programa ou teoria considerada: crítica, favorável ou sem posicionamento claro;
- Programa, política e ator privado considerado na análise;
- Tema/objeto da produção.

Em relação aos **aspectos bibliométricos**, considerou-se:

- Ano de publicação (no caso de teses e dissertações considerou-se o ano de depósito da versão final)
- País ou região do Brasil no qual se localiza a instituição de vínculo do autor /a principal
- Periódico ou instituição na qual o trabalho foi publicado.

O período selecionado para o levantamento compreende o intervalo entre 1990 e 2014, ajustado para as informações disponíveis em cada base de dados. O início do período coincide com a generalização da agenda

reformadora para a educação orientada para e pelos negócios na Europa e USA como indicado por extensa literatura (DALE, 1994; HILL, 2003; AFONSO; LIMA, 2002; KLEES; SAMOFF; STROMQUIST, 2012; ROBERTSON, 2012; entre outros) e com a presença de orientações equivalentes no Brasil e países da América Latina (GENTILI; SILVA, 1994; 1996; PERONI, 2003; BONAL, 2002; ADRIÃO; PERONI, 2005; SILVA; SOUSA, 2009; entre outros).

O ano de 1990 também é justificado pela aprovação da Declaração Mundial sobre Educação para Todos durante a Conferência Mundial sobre Educação para Todos realizada em Jomtien/ Tailândia. O documento, ao mesmo tempo em que afirma o compromisso dos países signatários frente à garantia do acesso à educação básica obrigatória, propõe, entre outras estratégias para sua consecução, o estabelecimento de alianças entre esferas governamentais e atores privados. No caso da consulta a SciELO-br o período tem início em 1998, dado ser este o ano em que o acesso à plataforma foi instituído.

Já o ano de 2014 foi definido em função do prazo para integralização deste estudo.

O levantamento nas plataformas de periódicos foi realizado entre abril de 2013 e maio de 2015, com o apoio fundamental de quatro bolsistas de Iniciação científica: Ellen Ceccon (Fapesp); Marina Abreu; Cristiane A. Silva e Hanna C. Broncher (CNPq). Em 2021, o material foi novamente checado por Andrey Mori (Fapesp).

Por fim, relembro que o foco deste levantamento são estudos que trataram do que no Brasil se designa como educação básica.

## **2.1 MAPEAMENTO E CARACTERIZAÇÃO DE ARTIGOS NA *SCIENTIFIC ELECTRONIC LIBRARY ONLINE* – SCIELO-BR**

Segundo informações disponíveis no *site*, a plataforma, que passou a operar publicamente em 1998:

A *Scientific Electronic Library Online* - SciELO é uma biblioteca eletrônica que abrange uma coleção selecionada de periódicos científicos brasileiros.

A SciELO é o resultado de um projeto de pesquisa da FAPESP - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, em parceria com a BIREME - Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde. A partir de 2002, o Projeto conta com o apoio do CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

O Projeto tem por objetivo o desenvolvimento de uma metodologia comum para a preparação, armazenamento, disseminação e avaliação da produção científica em formato eletrônico.<sup>67</sup>

Considerando o percurso metodológico já apresentado - o qual circunscreveu esta pesquisa aos artigos que apresentassem os descritores selecionados como palavras-chave, em seu título ou ainda em seu resumo - localizou-se na SciELO-br um total de 58 trabalhos, distribuídos conforme Tabela 1. Deste total, após análise dos resumos, 20 abordaram direta ou indiretamente aspectos relacionados à privatização da educação básica em geral ou em suas distintas etapas: educação infantil, ensino fundamental, ensino médio.

Artigos identificados por mais de um descritor foram considerados uma única vez por meio do descritor encontrado como palavra-chave.

A busca por descritor nesta plataforma realizou-se seguindo os seguintes filtros: *Pesquisa de Artigos, Coleção Biblioteca, campo TODOS OS ÍNDICES*, cujo resultado se encontra na tabela 1/coluna1. Os anos selecionados corresponderam às publicações disponíveis para 1998-2014, tendo em vista o início do acesso público a esta biblioteca digital.

---

<sup>67</sup> Disponível em: <<http://www.scielo.br/?lng=pt>>. Acesso em: 05/2015.

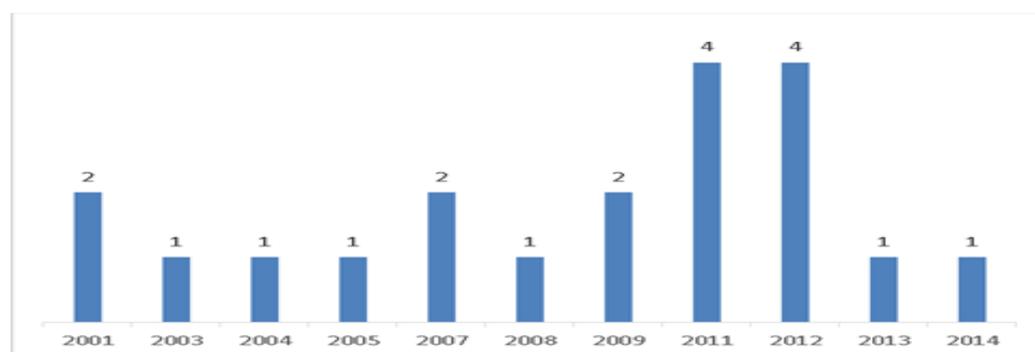
**Tabela 1 - Total de artigos encontrados para o período 1998-2014 - SciELO-br**

<b>Descritor</b>	<b>Quantidade de artigos encontrados por descritor associados a EDUCAÇÃO</b>	<b>Quantidade de artigos selecionados por descritor para Educação Básica</b>
Financiamento	13	2
Gestão	23	3
Parceria Público-Privado/a	5	5
<b>Privatização</b>	<b>13</b>	<b>8</b>
Cogestão	0	0
Subsídio	0	0
Cooperativa	0	0
<i>Charter</i>	0	0
Escolha	1	1
Quase-mercado	3	1
<b>Total</b>	<b>58</b>	<b>20</b>

Fonte: Adrião, 2015, com base em levantamento final realizado entre março/maio de 2015 sítio eletrônico da SciELO-br.

Na SciELO-br, as publicações inventariadas sobre a temática tiveram início em 2001 e se acentuaram a partir de 2004, com destaque para os anos de 2007, 2011 e 2012, conforme indicado no Gráfico 6.

**Gráfico 6 - Distribuição dos artigos selecionados por ano de publicação - SciELO.br-1998-2014**

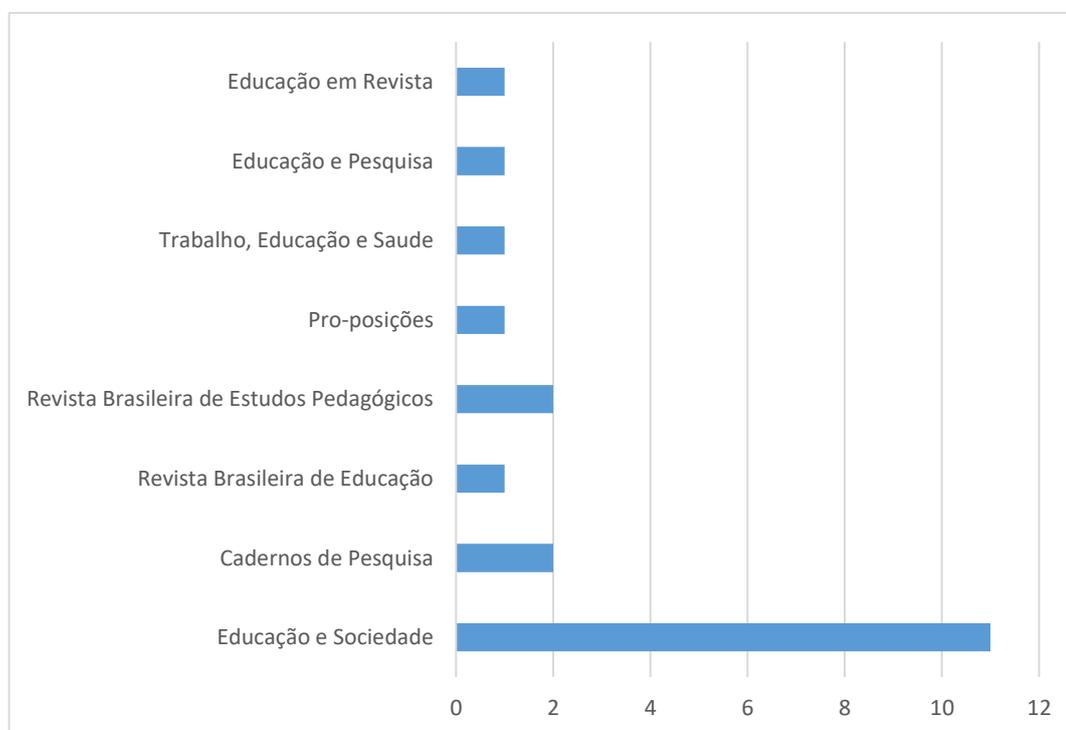


Fonte: Adrião, 2015.

Os trabalhos de 2001 associam-se tanto a temas específicos do contexto brasileiro - processos de descentralização da educação e dificuldades de atendimento aos jovens e adultos pelos municípios - quanto a temas também encontrados na produção internacional - alterações no marco regulatório relativas ao funcionamento das organizações não governamentais e atuação de organizações privadas sem fins lucrativos no campo educacional.

Ainda considerando a caracterização do conjunto da produção veiculada na SciELO-br, percebe-se, conforme indicado no gráfico 7, que o periódico que mais acolheu trabalhos relativos a esta temática foi Educação e Sociedade, publicado pelo Centro de Estudos Educação e Sociedade (52%).

**Gráfico 7 - Distribuição dos artigos sobre privatização Ed Básica por periódico- SciELO.br 1998-2014**



Fonte: Adrião, 2015. Excluem-se trabalhos sobre Ensino Profissional e Educação Especial

### 2.1.1 Temas e abordagens de pesquisa encontrados nos resumos dos artigos SciELO-br

Os artigos selecionados a partir do descritor financiamento integram dois conjuntos de temáticas. O primeiro aborda a privatização da educação básica como decorrência de “modelos específicos” de financiamento da educação pública: como resultado do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF), que vigorou entre 1998-2006, ou como decorrência do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), sistemática criada pela Emenda Constitucional nº. 53/2006 e regulamentada pela Lei nº 11.494/2007 e pelo Decreto nº 6.253/2007. Neste conjunto, os autores indicam que a privatização da educação básica pode ser percebida por meio do aumento das matrículas/oferta privada, especialmente na Educação infantil (Bassi, 2011) e no Ensino Médio (Davies, 2004). Consideramos que estes trabalhos abordam estratégias de privatização relacionadas à oferta educacional.

Três foram os trabalhos publicados e localizados com o descritor *gestão*: Peroni et al. (2009); Peroni (2012) e Adrião et al. (2012). O primeiro, uma pesquisa documental, analisa as alterações no papel do Estado pós 1990 que minimizam a possibilidade de realização da gestão democrática da escola pública. No mesmo sentido encontra-se o ensaio de Peroni (2012), no qual as relações entre o público e o privado no campo da educação básica e o impedimento à constituição da gestão democrática nesta etapa de escolaridade são consideradas à luz das alterações do capitalismo (reestruturação produtiva e crise estrutural). Ambos abordam aspectos relacionados à gestão da educação pública associados a condições do contexto. O terceiro trabalho decorre de pesquisa empírica (multicasos) e analisa tendências relacionadas às três dimensões da privatização da educação básica: gestão escolar; oferta educativa e currículo. Inventariando o período de 1996 a 2006, a pesquisa associa essa tendência

aos processos de municipalização da oferta educacional pós FUNDEF e à institucionalização da Lei 101 de 2000, conhecida como a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Cinco foram os artigos que trataram o tema da privatização localizados por meio dos descritores Parceria público – privado/a: dois de natureza documental (ROBERTSON, 2012; FERNANDES et al. 2012), um sem metodologia informada (ARELARO, 2007), um estudo de caso (GONÇALVES Jr, 2008) e um estudo exploratório (MARTINS et al, 2013).

Robertson (2012) apresenta as orientações para a educação difundidas pelo Banco Mundial em dois de seus documentos, destacando o papel desempenhado pelo *Internacional Finance Corporation* (IFC) na promoção do mercado educacional. Fernandes et al. (2012) analisam o projeto de Plano Nacional de Educação, então em discussão, considerando, entre outros aspectos, o papel previsto para o setor privado e a lógica gerencialista presente no documento analisado. O *Programa Moto Perpetuo*, para distribuição de material didático a escolas do ensino fundamental de todo o Brasil em decorrência de uma parceria entre a FIAT e o MEC, foi o objeto de análise do estudo de caso desenvolvido por Gonçalves Junior (2008), cuja conclusão indica para a não realização dos objetivos propostos pelo programa. Martins et al. (2013) analisam alterações na gestão educacional decorrentes de consórcios e contratos entre entes federados e, por vezes, atores privados. Arelaro (2007) reflete sobre as contradições experimentadas pela gestão escolar premida entre a pressão por maior eficiência e adequação à lógica de mercado e o abandono de perspectivas de participação da comunidade escolar.

O descritor privatização filtrou o maior número de artigos: sete. O primeiro deles, na forma de ensaio de Oliveira e Haddad (2001), reflete sobre o papel fundamental que as ONGs desempenharam na defesa da educação como direito e na resistência à onda de privatização do campo educacional pós 1990. Arelaro (2005) problematiza a privatização da gestão das escolas

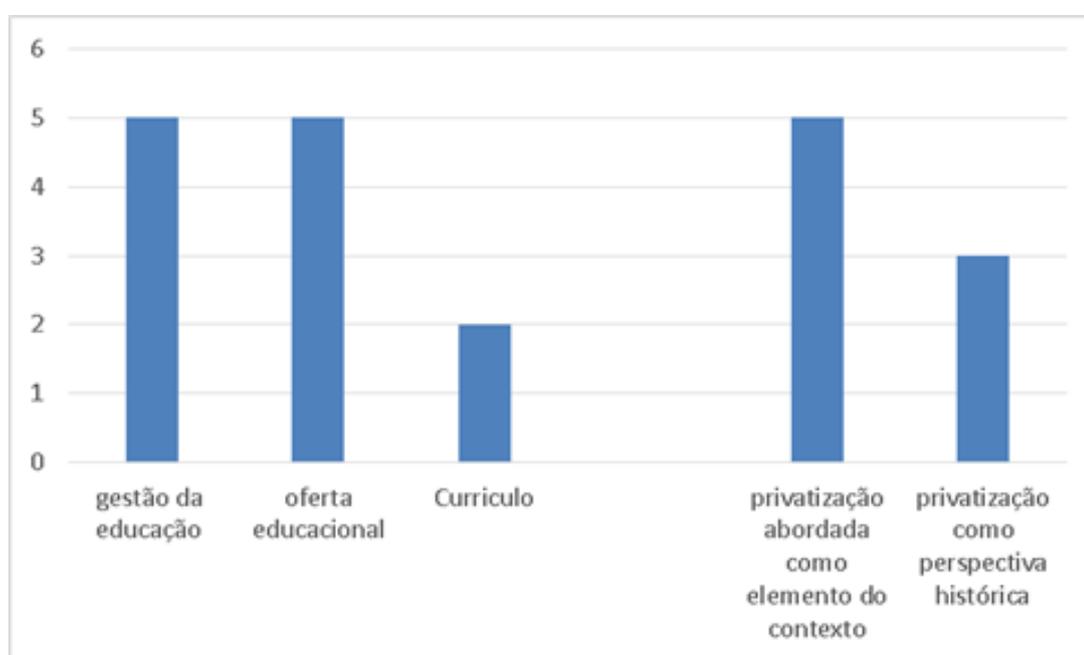
públicas de ensino fundamental por meio da introdução de estratégias concorrenciais e de eficácia pedagógica. O terceiro texto (SILVA JUNIOR et al., 2011) relaciona as mudanças na organização do ensino médio em sua relação com o ensino superior ao regime de acumulação do capital da fase “monopolista” para a financeira, nele a privatização é entendida como um elemento do contexto histórico. Três artigos decorrem de pesquisa documental, Di Pierro (2001), Cunha (2007) e Abicalil (2014). No primeiro, a autora analisa programas do governo federal para a Educação de Jovens e Adultos (EJA) e conclui que há um deslocamento do atendimento desta modalidade para o setor privado. O segundo trabalho analisa, em perspectiva histórica, marcos da legislação federal e indica a ausência na educação brasileira de distinção clara entre os setores público e privado. O último texto (Abicalil, 2014), analisando a legislação então em vigor e depoimentos de atores sociais que integram o terceiro setor, registra a disputa do setor privado pelos fundos públicos, as estratégias para conformar um arcabouço jurídico normativo que permita sua atuação sobre os recursos federais do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização do Magistério (Fundeb) e do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

Pelo descritor escolha (ainda que não tenhamos localizado nenhum artigo pelo descritor escolha parental) localizou-se o texto de Rezende et al. (2011) apoiado em pesquisa de abordagem quantitativa com amostras de famílias mineiras que confirma acessos desiguais para escolha de escolas associando-os perfis socioeconômicos e caracterizando o processo como quase-mercados. Ao descritor quase-mercado associou-se o artigo de Souza e Oliveira (2003), apresentado na forma de ensaio, no qual o termo é adotado para se referir a um “continuum” de privatização da gestão educacional que compreende o espaço entre mercado e o subsídio público à escola privada.

Registra-se que trabalhos associados aos demais descritores não foram localizados nesta base e que um mesmo trabalho pode ter abarcado mais de uma dimensão da privatização em sua análise.

O último conjunto de textos decorre de pesquisas empíricas. O primeiro (ADRIÃO et al., 2009) resulta de levantamento de dados junto à totalidade dos municípios paulistas do que resultou dados relativos à adoção de “sistemas privados de ensino” como estratégia de privatização do currículo de escolas de educação infantil e ensino fundamental. O segundo trabalho, um estudo de caso, caracteriza um programa municipal que destina recursos de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino para subsídio à oferta privada (DOMICIANO, 2011).

**Gráfico 8 - Quantidades de artigos em relação às dimensões da privatização – SciELO.br 1998-2014**



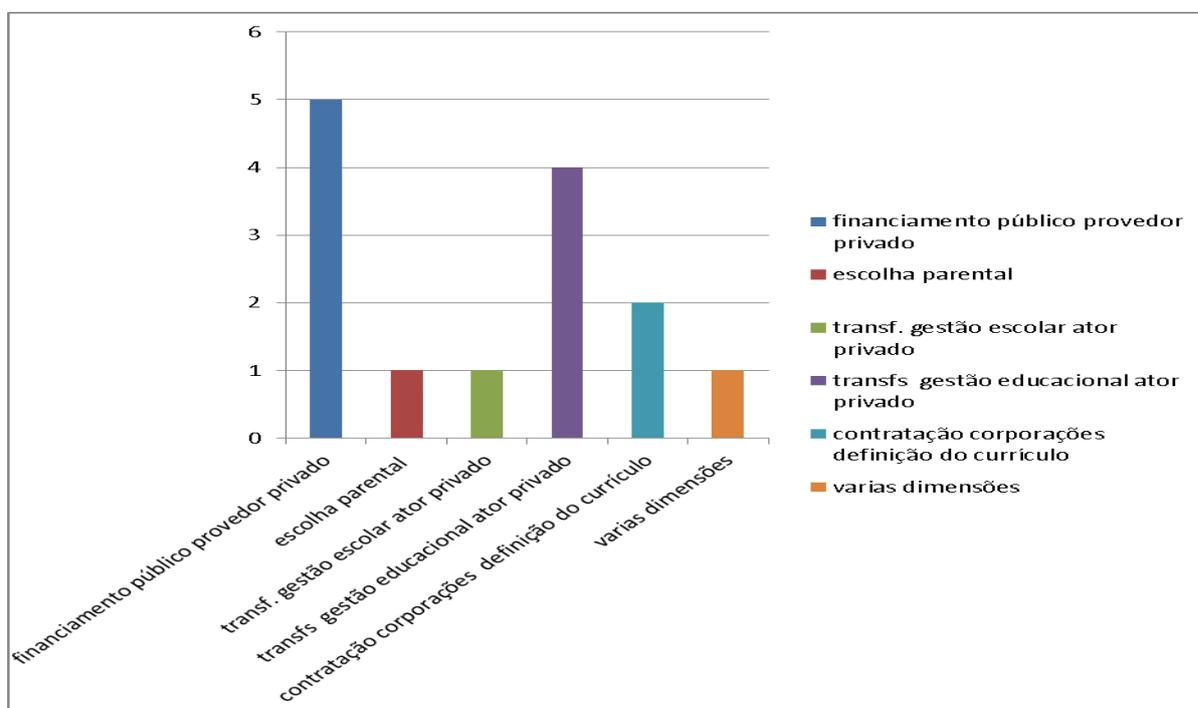
Fonte: Adrião, 2015.

O gráfico 8 indica que as dimensões oferta educacional e gestão da educação foram as mais retratadas nos resumos dos textos selecionados. Identificou-se que a privatização da educação também foi abordada de

maneira mais geral: como condicionante histórica da educação brasileira (Cunha, 2007) e própria do capitalismo (Reis et al., 2011) ou como elemento conjuntural resultante de alterações na função do Estado; de disputas entre classes sociais ou setores sociais com interesses antagônicos, perspectiva identificada em seis artigos desta plataforma. Informa-se que um mesmo artigo pode abordar mais de uma dimensão da privatização além de associar o tema elementos históricos ou de contexto.

O artigo de Adrião et al. (2012), com base em pesquisa documental sobre a educação nos municípios paulistas, analisa três formas de privatização: subvenção pública para oferta de vagas em instituições privadas, aquisição de "sistemas privados de ensino" e contratação de assessoria privada para a gestão da educação.

**Gráfico 9 - Quantidades de artigos em relação às formas de privatização.SciELO.br. 1998-2004**



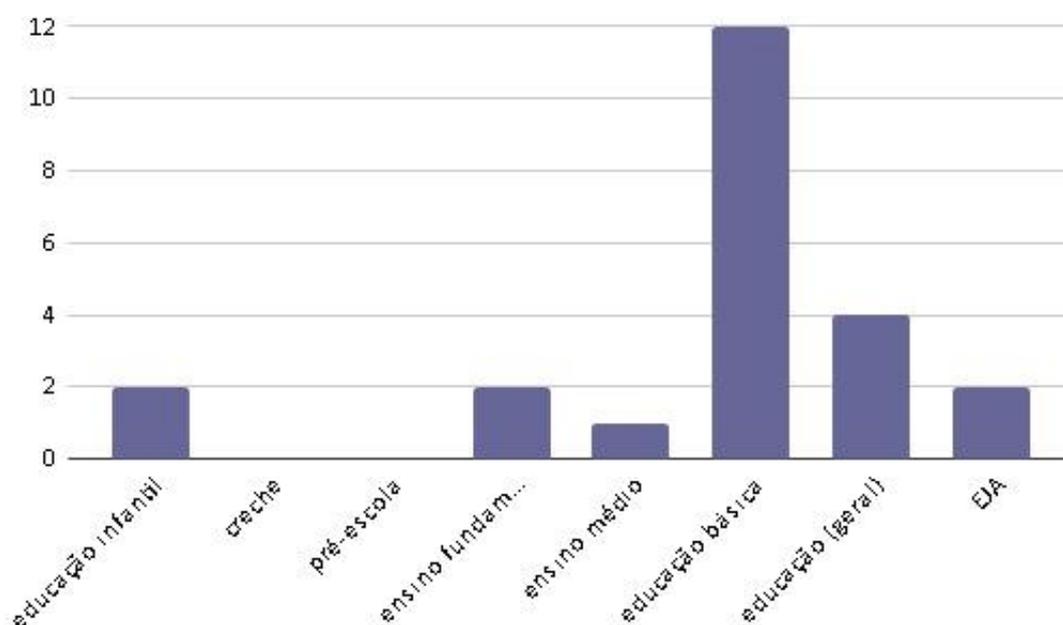
Fonte: Adrião, 2015.

Programas ou políticas relacionadas à privatização do currículo ou da gestão da unidade escolar ou trabalhos que focalizaram várias das formas de privatização consideradas na tipologia que orienta este estudo foram minoria, como se verifica no gráfico 9.

Ao se tomar as formas de privatização adotadas como crivo para análise deste levantamento, na SciELO-br a ênfase recaiu sobre trabalhos que analisaram as perspectivas de privatização da gestão da educação, em sua maioria associadas à presença de atores privados na gestão da educação pública a introduzindo lógicas gerencialistas e considerando a transferência da gestão da escola para organizações privadas sem fins lucrativos. A forma de privatização da oferta mais retratada nos artigos desta base refere-se ao repasse de fundos públicos a provedor privado.

O gráfico 10 indica que uma concentração de textos que englobaram políticas ou programas para o conjunto da educação básica. Adotou-se a expressão educação em geral, quando os trabalhos não identificavam etapa ou modalidade específica, apresentando reflexões sobre tendências ou desenhos de políticas. Tal perspectiva coincidiu com as publicações que analisaram a privatização como elemento de contexto (reformas na gestão pública, por exemplo) ou em perspectiva histórica, como a ausência do estado na oferta educacional. Apenas 30% das produções analisaram formas de privatização relativas a etapas específicas da educação básica, sendo que ao Ensino Médio menor número de trabalhos associou-se.

**Gráfico 10 - Etapas ou modalidades da educação básica tratadas nos artigos- SciELO.br. 1998-2014**



Fonte: Adrião, 2015.

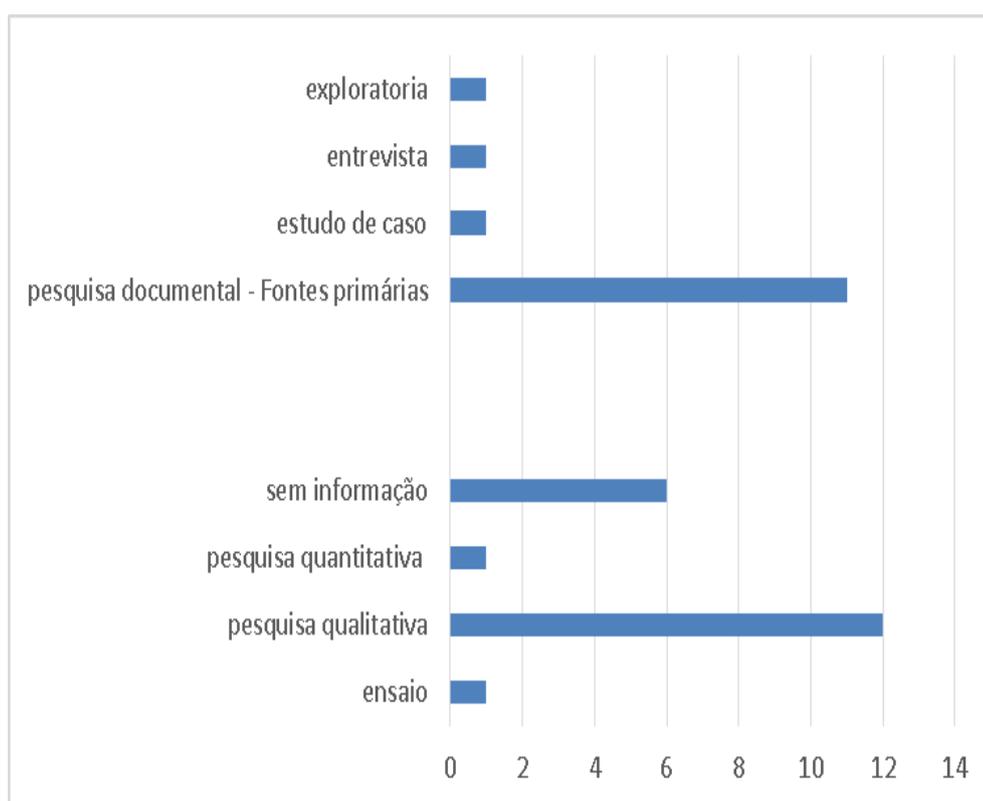
Foram identificados quatro programas como objeto de preocupação nos artigos: Programa Alfabetização Solidária, Programa de Educação na Reforma Agrária, o Plano Nacional de Formação e Qualificação Profissional e o Programa Moto Perpetuo implantado pela Fiat.

Já em relação ao campo empírico, quatro artigos trataram de conjuntos de municípios (sem que a identificação constasse do resumo: Adrião et al., 2009 e 2012; Bassi, 2011 e Martins et al. 2013), um selecionou Belo Horizonte/MG (Resende et al., 2011) e o último Hortolândia/SP (DOMICIANO, 2011).

Em relação à natureza das pesquisas (GODOY, 1995a; 1995b; MINAYO; SANCHES, 1993) e aos correlatos procedimentos metodológicos ou metodologias, as evidências indicam a concentração de trabalhos apoiados em pesquisas qualitativas, das quais se destacam as documentais. Em relação às pesquisas quantitativas, nenhum resultado foi encontrado para pesquisas apoiadas em regressões estatísticas, quatro trabalhos

utilizam-se de recursos de estatística descritiva a partir de bases censitárias e um resulta de um estudo amostral. Já os ensaios apresentaram relativa predominância no conjunto dos trabalhos (24%).

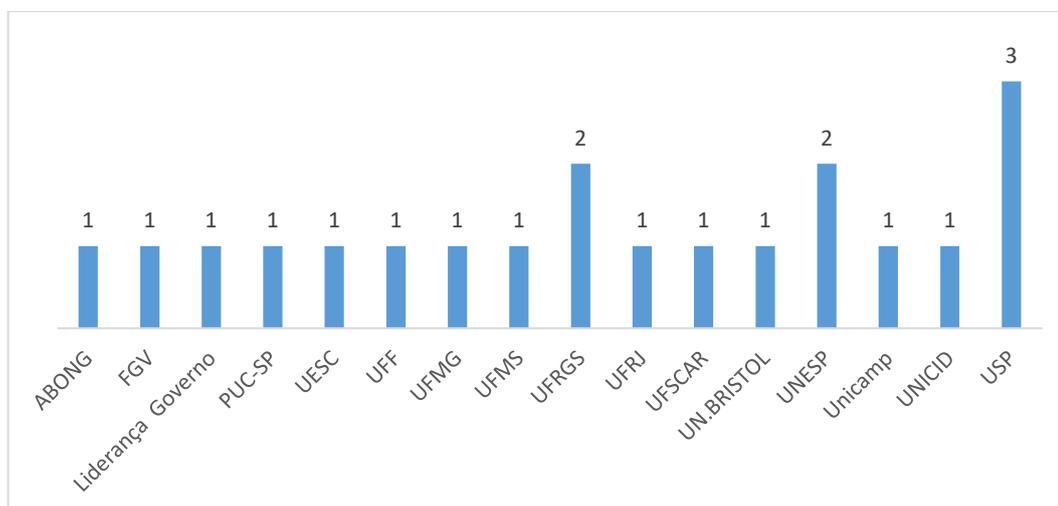
**Gráfico 11 - Natureza e metodologias informas nos resumos que sustentam os artigos- Todos os descritores. SciELO-br. 1998-2014**



Fonte: Adrião, 2015.

Os dados relacionados às instituições de vínculo dos primeiros autores indicam a USP com o maior número de publicações (3), seguida pela UFRGS, UNESP e UFMS com dois trabalhos cada, conforme detalhado no gráfico a seguir:

**Gráfico 12 - Instituição de vínculo do/a primeiro/a autor/a dos artigos- SCIELO-br**



Fonte: Adrião, 2015.

## **2.2 MAPEAMENTO E CARACTERIZAÇÃO DOS ARTIGOS PUBLICADOS NA WEB OF KNOWLEDGE/ WEB OF SCIENCE- 1990-2014**

O levantamento realizado para o período de 1990 a 2012, junto ao *website* Web of Knowledge pelo link <http://apps.webofknowledge.com/UAGeneralSearchinput.do?product=UA&searchmode=GeneralSearch&SID=3BqviqsvR57wRTEjwWo&preferencesSaved=>, foi acessado pelo *login* da CAPES disponibilizado pela biblioteca central da Unicamp. A segunda fase do levantamento, relativa às publicações entre 2013 e 2014, realizou-se na plataforma da *Web of Science* (WoS), que deu continuidade ao *Web of Knowledge* (WoK), por meio do link [wokinfo.com](http://wokinfo.com) acessado com o *login* da CAPES. Em ambas plataformas, a metodologia e os filtros para as buscas foram os mesmos para todos os descritores e exigiu a associação destes com a palavra *education*, refinando-se a busca pela escolha da área *Education Research* e ano de publicação. O procedimento adotado foi abrir o *link* do artigo e verificar se havia resumo ou se o acesso ao texto completo estava disponível, satisfeitas uma das duas condições os dados

bibliográficos eram considerados na Tabela fase 2. Este conjunto, por sua vez, após análise qualitativa para identificação da etapa de escolaridade tratada, posto que o mapeamento se refere educação básica, passou a integrar a fase 3 do inventario que corresponde ao conjunto efetivamente aqui inventariado.

Nas duas bases nenhum artigo associado aos descritores *co-management* e *subvention* correspondeu aos critérios de seleção. Ainda assim, o volume total de informações analisado foi composto por 387 trabalhos, acessados via resumos ou introdução dos textos. Na ausência destes dois elementos textuais, os artigos foram excluídos deste mapeamento. Os artigos localizados por mais de um descritor foram contabilizados uma única vez pelo descritor que integrou o campo das respectivas *keywords*.

A análise mais detalhada do conteúdo expresso nesses textos permitiu ainda a exclusão de trabalhos relativos a aspectos não relacionados às dimensões da privatização da educação aqui em destaque.

Em função do número elevado de resumos, optou-se por caracterizar e apresentar a análise qualitativa dos trabalhos publicados nestas plataformas por descritor, finalizando o item com uma análise de conjunto dos resultados.

**Tabela 2 - Fluxo do processo de seleção dos resumos por descritor nas plataformas *Web of Knowledge* e *Web of Science*- 1990-2014 - educação básica**

<b>Descritor</b>	<b>Total de artigos localizados por descritor nas plataformas</b>	<b>Total de artigos filtrados com resumo- Fase 2*</b>	<b>Total de artigos filtrados sem resumo Fase 2</b>	<b>Total Final de resumos selecionados Fase 3</b>
<b><i>Privatization</i></b>	263	68	16	59
<b><i>Choice</i></b>	4524	139	46	67
<b><i>Charter</i></b>	417	80	22	45

<b>Public-private partnership</b>	170	13	5	11
<b>Comonagement</b>	32	0	0	0
<b>Cooperative</b>	1291	4	6	0
<b>Financing</b>	1073	65	38	22
<b>Subvention</b>	5	0	0	0
<b>Total</b>	<b>7775</b>	<b>383</b>	<b>133</b>	<b>204</b>

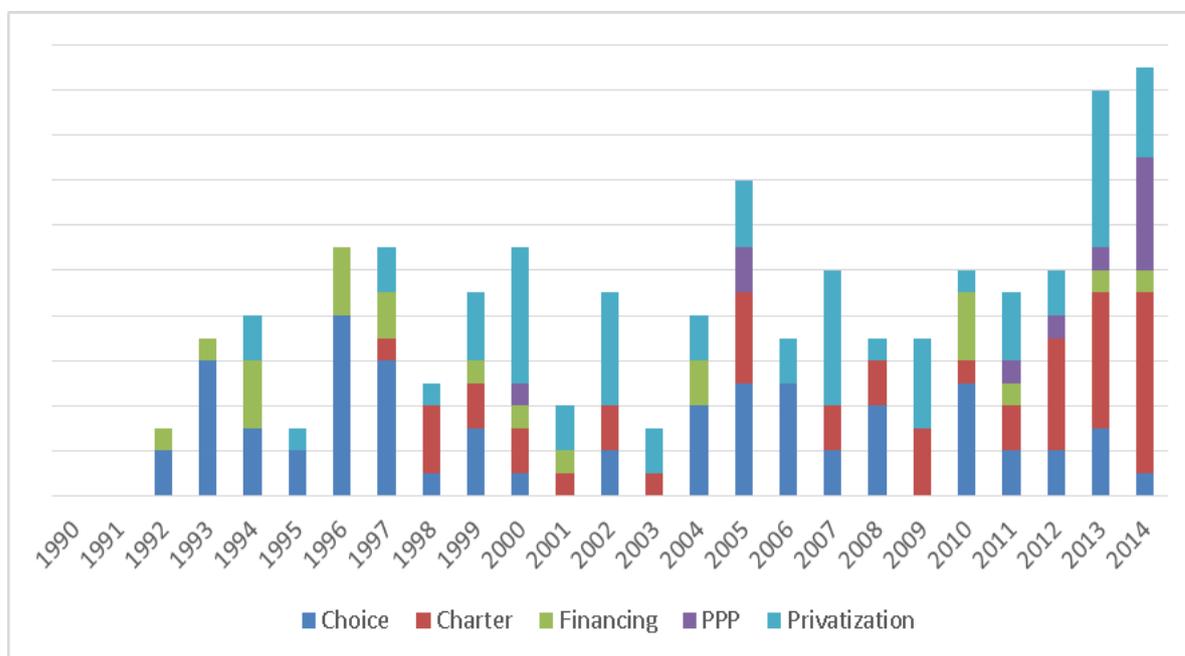
Fonte: Adrião (2015). \* nota- Apenas a partir do ano 2000 a plataforma passou a exigir o resumo.

A Tabela 2 sistematiza as fases de seleção dos trabalhos adotadas neste mapeamento. Na primeira, expressa nas quantidades indicadas na segunda coluna da tabela, identificou-se o total geral de trabalhos localizados apenas pelos descritores presentes nas bases. Na segunda filtrou-se os artigos associados à educação elementar ou compulsória resultando em dois blocos: 387 COM resumo, que constam da terceira coluna e 133 sem resumos alocados na quarta coluna. Informa-se que os textos sem resumo, quando disponíveis para acesso, tiveram sua introdução lida para efeito de filtragem.

Considerando que se trata de um mapeamento sobre produções a respeito de políticas, programas e reflexões relativos à privatização da educação básica ou etapa equivalente e dada a variação de termos adotados para os diferentes países com vistas a definir a etapa de escolaridade obrigatória, a análise mais detalhada do conteúdo dos resumos ou da introdução dos artigos exigiu a exclusão de artigos em função de sua não adequação ao escopo desta investigação, a maioria deles localizados pelos descritores *choice* (73), *financing* (44) e *charter* (44). Em síntese, a seleção nesta base foi constituída por 204 trabalhos.

O gráfico 13 permite visualizar a distribuição dos trabalhos localizados na *Web of Knowledge/Web of Science (WoK/WoS)* por descritor na série histórica (1990-2014) selecionada para esta pesquisa.

**Gráfico 13 - Distribuição do total de trabalhos por descritor.  
WoK/WoS-1990-2014**



Fonte: Adrião, 2015

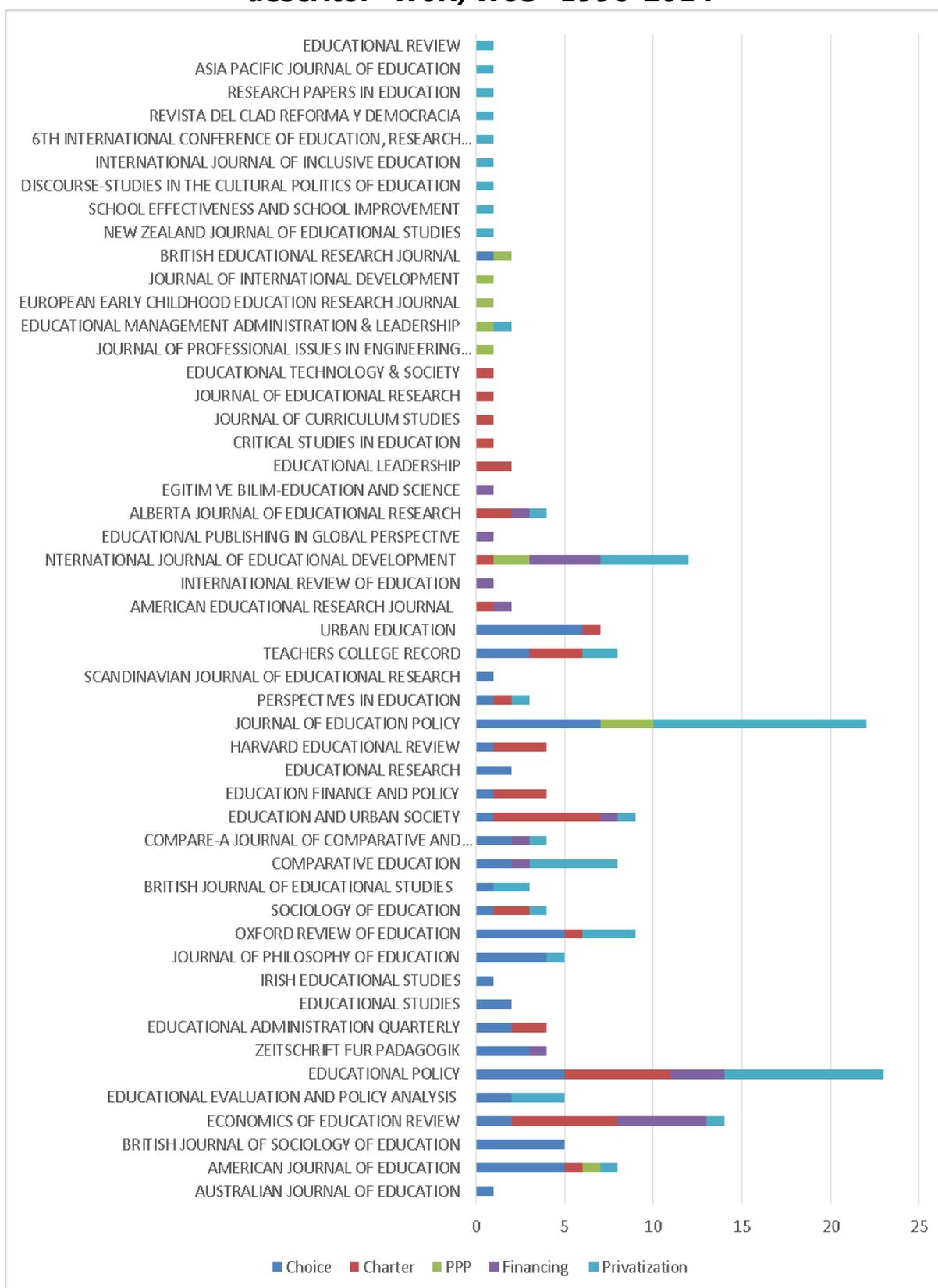
Da análise do gráfico 13 capta-se que as publicações relativas à formas e dimensões da privatização aqui em destaque são posteriores a 1992 e se acentuam a partir de 1996. No entanto, é a partir de 2005 que o tema recebe maior afluxo de artigos, o que nos permite inferir que se trata de temática relativamente recente mesmo nas publicações em inglês. As informações contidas no mesmo gráfico também indicam que as publicações relacionadas às *charter schools* e às parcerias público-privadas (PPP) são mais recentes e ganham maior atenção dos investigadores na medida em que se avança na série histórica. Estudos sobre escolha parental (*choice*) em geral ou sobre financiamento a setores privados foram temas tratados por maior número de trabalhos nos primeiros anos do período selecionado e que abarcam um conjunto mais amplo de políticas, programas ou teorias relacionadas ao subsídio público a provedores privados para a oferta educativa ou a estudos sobre as consequências de programas de escolha parental. O descritor *privatization* passa a se apresentar nos trabalhos a

partir de 1994 e permanece frequente em toda série histórica, possivelmente por sua abrangência.

Da leitura do gráfico 14, no qual se apresenta a distribuição das publicações por periódico, identifica-se, dentre 50, as cinco revistas que nesta base concentram 34% dos artigos que analisam processos e concepções relacionados à privatização da educação básica.

- *EDUCATIONAL POLICY*: Com 23 publicações relacionadas a todos os descritores é o periódico que mais acolheu produções;
- *JOURNAL OF EDUCACIONAL POLICY*- Com 22 publicações
- *ECONOMICS OF EDUCATION REVIEW*: Com 14 publicações relacionadas a todos os descritores;
- *INTERNATIONAL JOURNAL OF EDUCATIONAL DEVELOPMENT*: Com 12 publicações localizadas por todos os descritores, excetuando-se trabalhos artigos relacionados a *charter*;
- *OXFORD REVIEW OF EDUCATION* com nove publicações, em sua maioria relativas a temas associados à escolha parental.

**Gráfico 14 - Quantidade de artigos publicados por periódicos e descritor- WoK/WoS- 1990-2014**

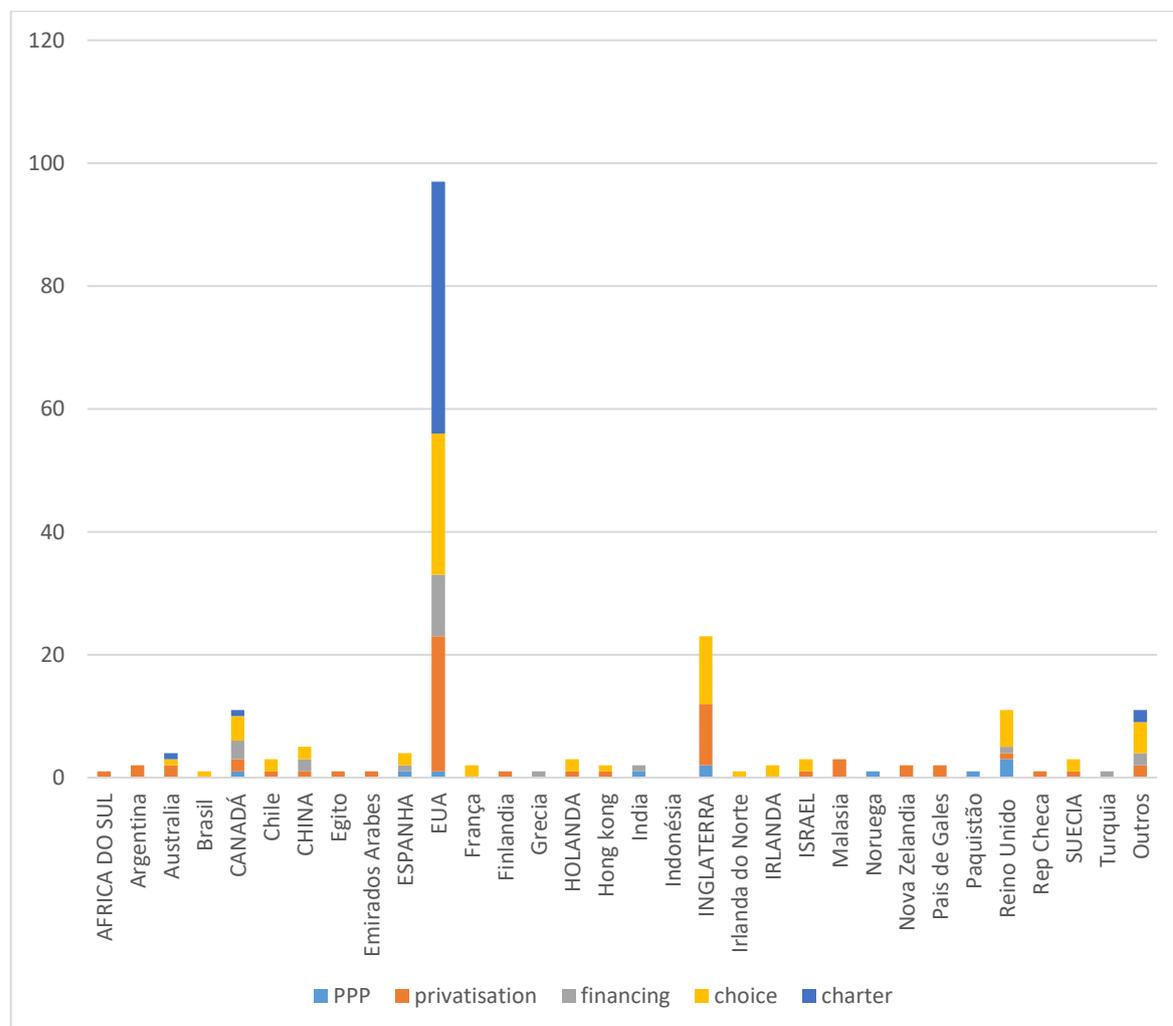


Fonte: Adrião, 2015.

O mesmo gráfico indica também que nestas revistas, a predominância foi de artigos selecionados pelo descritor *privatization* em periódicos oriundos de países do hemisfério norte.

Em relação ao país da instituição de vínculo do/a autor/a principal, os dados informam que pesquisadores associado/as a instituições estadunidenses são o/as que mais publicaram, seguido/as pelos ingleses e canadenses, conforme gráfico 15.

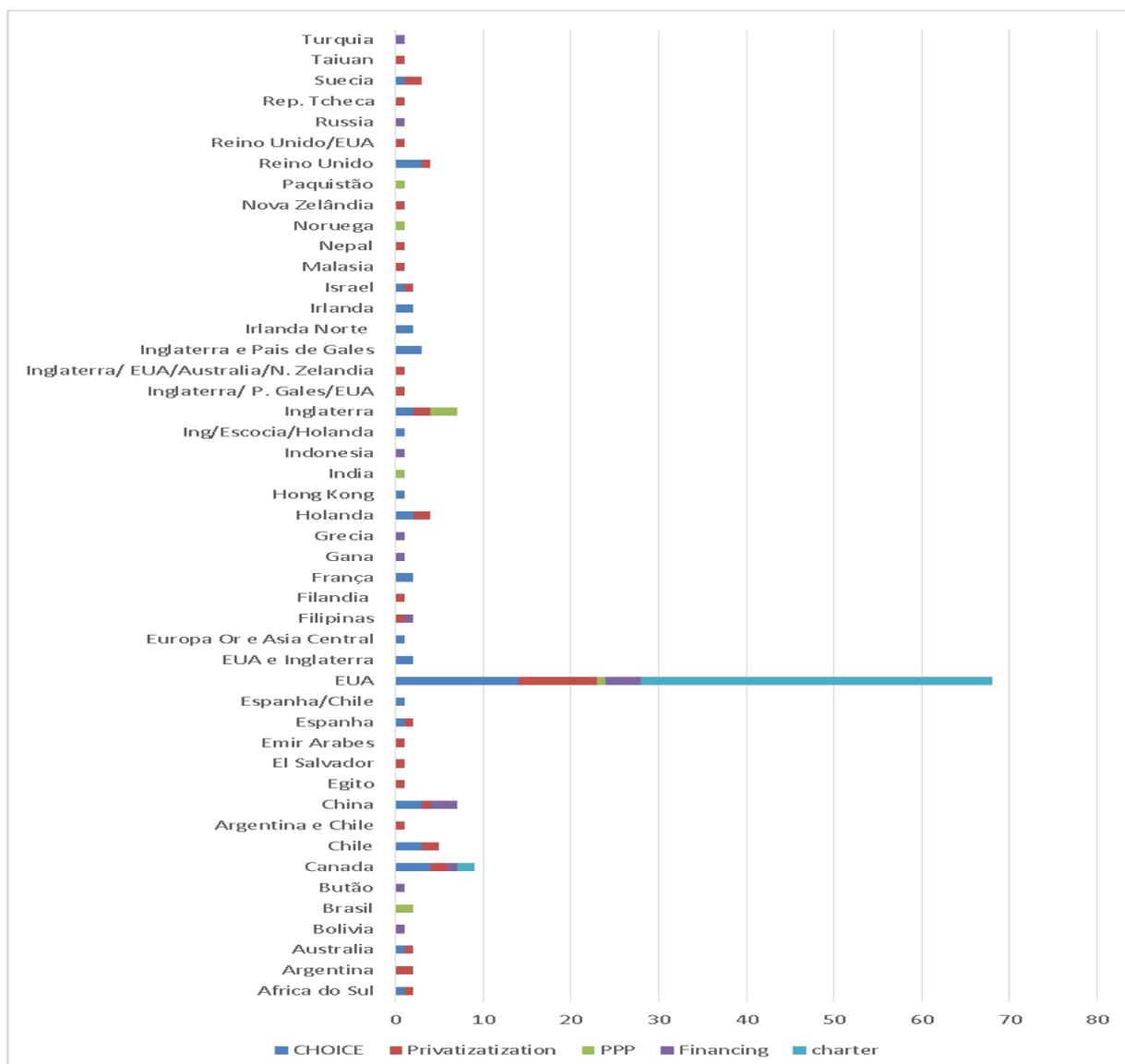
**Gráfico 15 - Relação entre país da instituição de vínculo do primeiro/a autor/a e quantidade de artigos por descritor- Wok/WoS- 1990-2014.**



Fonte: Adrião, 2015. Nota- Outros: refere-se a vínculos com organismos multilaterais ou a ausência de informação.

Tomando-se o campo empírico como objeto, tem-se que a imensa maioria dos trabalhos centra a análise em experiências e temas relativos à educação estadunidense, seguidos do Reino Unido e Canadá, conforme Gráfico 16. 24 artigos não especificaram o campo investigado e apenas 16 artigos, dos 204 que selecionados nesta base, analisaram temas relativos a países que compõem o sul global: quatro sobre países africanos e o restante sobre contextos da América Latina.

**Gráfico 16 - Campo empírico analisado por descritor- WoK/WoS- 1990-2014.**



Fonte: Adrião, 2015

Em relação aos trabalhos comparados, observou-se mais uma vez, conforme Tabela 3, que são pesquisadores vinculados a instituições estadunidenses e inglesas o/as que mais escreveram sobre outros territórios. Localizou-se, apenas um autor vinculado a uma instituição do sul global (Argentina) no conjunto das publicações desta base.

**Tabela 3 - Relação entre o campo empírico de pesquisas comparadas e o país de vínculo institucional do primeiro autor- Wok/WoS- 1990-2014.**

Campo empírico	Total artigos	País da instituição e Vínculo - 1ºautor
Argentina/Chile	1	Argentina
Espanha/Chile	1	Espanha
Inglaterra/Escócia/Países Baixos	1	Holanda
Reino Unido/EUA	1	EUA
EUA/Inglaterra	2	EUA (1) e Inglaterra (1)
Chile/Argentina	1	Argentina
EUA/Reino Unido	1	EUA (1)
Inglaterra/ Suécia	1	Inglaterra (1)
England/EUA/Austrália/ New Zeland	1	Inglaterra
Inglaterra/País de Gales/EUA	3	País de Gales
Europa Oriental e Ásia	1	EUA

Fonte: Adrião, 2015.

### **2.2.1 CARACTERIZAÇÃO DAS PUBLICAÇÕES NA WOK/WOS SEGUNDO O DESCRITOR**

Completando a caracterização dos artigos, além dos elementos bibliográficos, ancorada nos metadados exposta, este item apresenta o resultado da caracterização dos artigos encontrados por descritor, considerando os seguintes aspectos: abordagem e metodologia de

pesquisa, campo empírico, dimensões e formas de privatização e a posição dos autores sobre o objeto ou tema considerado.

#### 2.2.1.1 *Choice*

Em relação ao descritor CHOICE, a primeira fase do levantamento (cujo único critério foi conter o descritor no título, palavras-chave, resumo ou introdução, quando o artigo estava disponível para acesso) identificou 4.524. Aplicados os filtros adotados para a segunda fase (integrarem os campos *EDUCATION* ou *EDUCATIONAL RESEARCH* e se relacionarem à educação básica<sup>68</sup>), o conjunto foi constituído por 185 artigos. Satisfeitos os critérios de iniciais, 73 artigos foram selecionados por este descritor, posto que cumulativamente referiam-se à educação básica/etapa obrigatória e analisavam aspectos relacionados à escolha da escola.

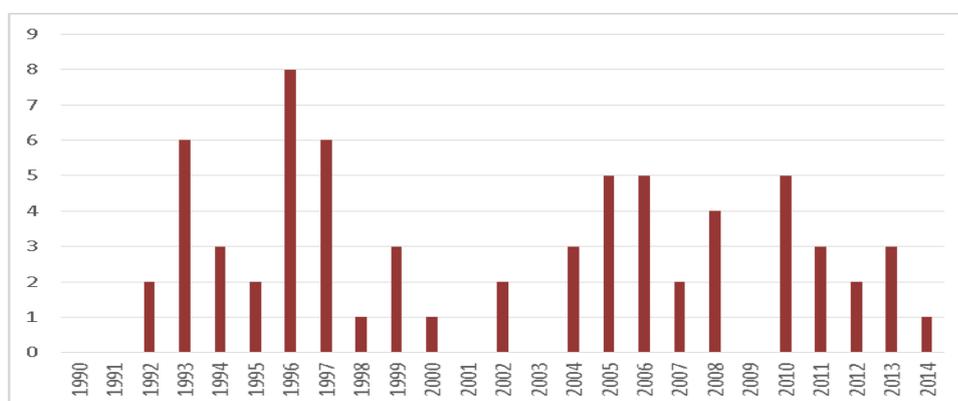
Na sequência, procedeu-se à leitura e análise de todos os resumos excluindo-se aqueles relacionados a áreas de conhecimento não afeitas aos objetivos do projeto, como a escolha de determinado recurso didático por educadores, de dado curso ou carreira etc. Assim, considerando os recortes e critérios adotados para caracterização das produções, ainda nesta terceira fase, excluímos do mapeamento seis artigos, pois o tema escolha de escola recebia um tratamento secundarizado, uma vez que os trabalhos problematizavam aspectos relacionados à desigualdade de gênero, a relações étnico-raciais ou desigualdades derivadas de percursos familiares. Ainda que o tema da desigualdade seja fundamental na composição do quadro de análise associado às políticas, programas ou teorias sobre *choice*, os artigos selecionados precisariam indicar como objeto central, abordagens teóricas, políticas de “escolha” ou programas que as operacionalizam.

---

68 O levantamento deste material foi desenvolvido com o essencial apoio técnico de Ellen Ceccon, bolsista TT da FAPESP para este fim e posteriormente como pesquisadora integrante do GREPPE- UNICAMP e de Ulli Dutra, então aluna do curso de pedagogia da UNICAMP.

Em síntese, nesta terceira fase, chegou-se a um total de 67 artigos, sendo que o primeiro (Trente, 1992), crítica ao programa de escolha parental de George Bush nos EUA, foi publicado em 1992 e que o ano de maior concentração de publicações foi 1996, conforme visualizado no gráfico 17.

**Gráfico 17 - Quantidade de artigos por ano de Publicação - Descritor CHOICE- WoK/WoS- 1990-2014**



Fonte: Adrião, 2015

Ainda que com distintos enfoques, é certo afirmar que na década de 1990 o tema da escolha parental recebeu tratamento mais frequente a partir das reformas introduzidas pelas políticas de Ronald Reagan nos EUA e de Margareth Thatcher na Inglaterra. Assim, dos 32 artigos publicados nessa década, cinco se referem ao quadro encontrado nos EUA; quatro à Inglaterra ou Reino Unido e dois analisam aspectos encontrados em ambos os países (32%).

Os resumos de artigos que trataram das reformas educacionais implementadas em diferentes locais dos EUA, durante a década de 1990, foram: LEE, NINGER e SMITH, (1994) analisando a experiência Detroit; os programas de escolha parental (*voucher* e *charter* interdistrital) implantados em Milwaukee objeto de análise de Witte e Thorn, (1995) e Carl (1996), este destacando na experiência a aliança entre reformadores

neoliberais e apoiadores de escolas comunitárias; Margonis e Parker (1995) que discutem o que consideram como argumentos fundamentais do debate nacional sobre escolha de escola, mais eficiência para os defensores e privatização para os críticos e introduzem o tema do racismo institucional na análise e o trabalho de Meyer (1996) teorizando a respeito da dificuldades dos EUA alçarem “padrões mundiais” em educação a partir do conflito entre a liberdade individual e igualdade.

Para o Reino Unido, o trabalho de Carroll e Walford, G (1996), relativo ao quase-mercado educacional da cidade de Sutton Coldfield e do mesmo Walford (1997) uma análise crítica sobre a seletividade presente nos modelos de contratos de subsídio público a provedores privados. Tomlinson (1996) destaca as consequências negativas das políticas pró-mercado, que incentivam a concorrência, sobre a educação de estudantes de minorias. Em perspectiva contrária, Tooley (1996) considera que programas de escolha de escola na educação promovem a equidade, freiam monopólio estatal e estimulam a diversidade de oportunidades educacionais.

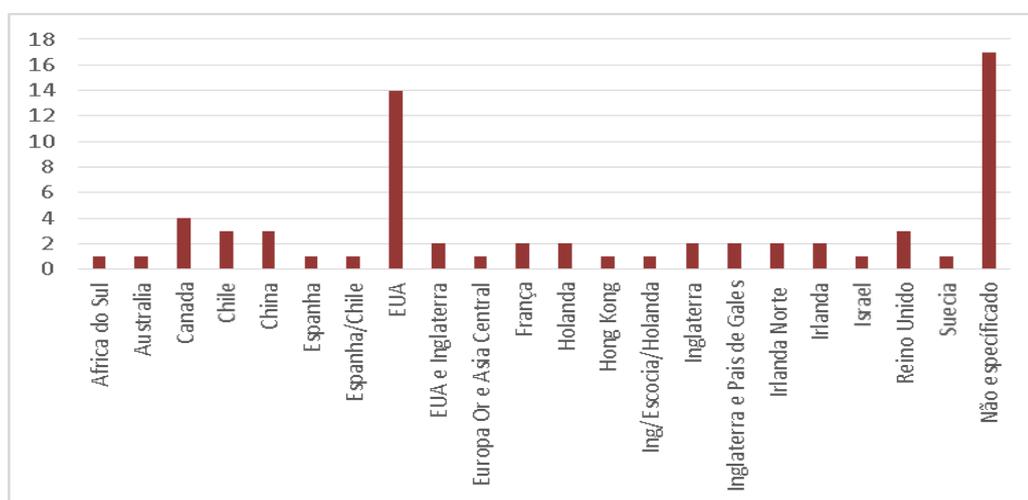
Analisando EUA e Inglaterra, o levantamento identificou, na mesma década de 1990, a publicação de Ball (1993), que identifica nos dois países políticas de escolha de escola pelos pais e de concorrência entre escolas e argumenta que os mercados de educação ampliam a estratificação na educação e potencializa as vantagens de classe e de Whitty e Edwards (1997), que reflete sobre as semelhanças entre as políticas de escolha da escola nos dois países.

Dezessete trabalhos não se referiram a pesquisas realizadas sobre campo específico. Desses, destacam-se três que trataram de revisão da literatura Weiss (1993), Powers e Cookson (1998) e Gorard e Fitz (2006), ainda que este último se atenha a pesquisas publicadas para o Reino Unido. Quatro artigos debatem ou dialogam com pesquisas ou sobre obras específicas: Walford (1996) contrapondo-se ao artigo de Hargreaves

(1996), o qual defende medidas de escolha da escola no Reino Unido apoiado em posições libertárias de “esquerda e direita”. Ogawa e Dutton (1997), que acionam os conceitos de satisfação, voz e valorização do produto desenvolvidos pelo economista Albert Hirschman, o referencial teórico também acionado dez anos depois por Healy (2007). Tooley (1997) questiona a pesquisa realizada por Ball, Bowe e Gewirtz (1994) sobre reformas educativas que introduziram a escolha da escola na Inglaterra e no País de Gales. MORGAN et al (1993) discutem as conclusões de Sosniak e Ethington (1992) sobre o terceiro Estudo Nacional Longitudinal de 1988 dos EUA. Problematizando conceitos contrários ou favoráveis a programas de escolha de escolas, localiza-se: Ogawa e Dutton (1994) que analisam pressupostos acionados para a defesa da escolha de escola como mecanismo de melhoria educacional; Paquette (2005) atribui caráter antiético ao repasse de fundos públicos a escolas privadas e Ferrero (2004), que analisa a escolha da escola a partir da filosofia política anglo-americana, de obras da sociologia e da teoria jurídica.

O gráfico 18 apresenta a frequência com que os campos empíricos apareceram nos resumos analisados.

**Gráfico 18 - Distribuição dos artigos por campo empírico.  
WoK/WoS. Descritor CHOICE-1990-2014**



Fonte: Adrião, 2015.

Se avaliarmos as publicações, tendo em vista as dimensões e formas de privatização abordadas, as reflexões e pesquisas sobre escolha parental ou *CHOICE*, como era de se esperar, associam-se mais diretamente à problemática do subsídio público para que o exercício da opção das famílias por escolas possa se viabilizar. Nesta direção, os artigos abordaram tanto programas que destinam fundos diretamente às famílias para que estas paguem estabelecimentos privados (modelo *voucher* analisado por Margonis e Parker em um artigo de 1996 sobre experiência americana na região de Milwaukee), quanto programas que destinam fundos públicos às escolas privadas nas quais as famílias matriculam seus filhos, como tratado em textos sobre o modelo chileno, o modelo irlandês e o chinês.

Para outros contextos, tem-se os trabalhos de: Tse (2008), que analisa o programa chinês de regime de subsídio direto (DSS) implantado em Hong Kong em 1991 com vistas à revitalização da escola particular e pelo qual as escolas recebem subsídio por aluno, podem cobrar taxas e regulam os critérios para admissão dos estudantes. Perspectiva semelhante, implantada no Chile no 1981 e que transferiu a responsabilidade pela prestação de serviços aos municípios e a escolas particulares, é analisada por Winkler e Rounds (1996), os quais salientam o aumento do financiamento à oferta educacional privada; o modelo holandês “ponderado” de financiamento público à escolha parental, pelo qual o governo repassa mais recursos a escolas que atendem crianças de meios menos favorecidos, tema de Ritzen, van Dommelen e Vijlder (1997). Por fim, localiza-se um estudo sobre as consequências de Lei Debré instituída na França em 1959, que inaugura subsídios massivos para a educação privada (FOWLER, 1992)

Ainda entre temas tratados nos artigos que relacionaram a escolha parental a algum formato de subsídio público, sete concluíram que os mecanismos de escolha reforçam a estratificação educacional e/ou ampliam formas de segregação. A étnico e racial foi tratada em Tomlinson (1996)

para a Inglaterra e em Mragonis e Parker (1995) e por Andre-Bechely (2004) e Archbald (2004) para os EUA; de nível socioeconômico, para Inglaterra encontrou-se o artigo de Gorard e Fitz, (2000) e de West (2005), neste último caso problematizando a possibilidade de as escolas efetuarem as admissões dos estudantes e neste processo selecionarem. A segregação na Espanha foi objeto de em Bernal (2005) e de Rambla e Valiente (2010), aqui em estudo comprado com a situação chilena. A pouca efetividade nos EUA de políticas de escola parental para minorias também foi objeto de estudo de Goldhaber e Eide (2000). A frequência à escola céltica, na Irlanda do Norte, é analisada por Morgan et al. (1994) como mecanismo de estratificação social, enquanto o programa israelense para a área metropolitana de Tel-Aviv, que autoriza matrícula interdistrital (SPNN, pela sigla em inglês) é tema de Menahem et al. (1993).

Há artigos que consideram necessária alguma forma de ajuste para correção de distorções dos programas e políticas de escolha parental analisados: introdução de algum mecanismo de discriminação positiva para que os mais pobres frequentem escolas “mais valorizadas”; fim de restrições geográficas para a escolha de escolas em função do local de moradia das famílias e a necessidade de aumento da regulação estatal (Payne, 1993 e Gintis, 1994).

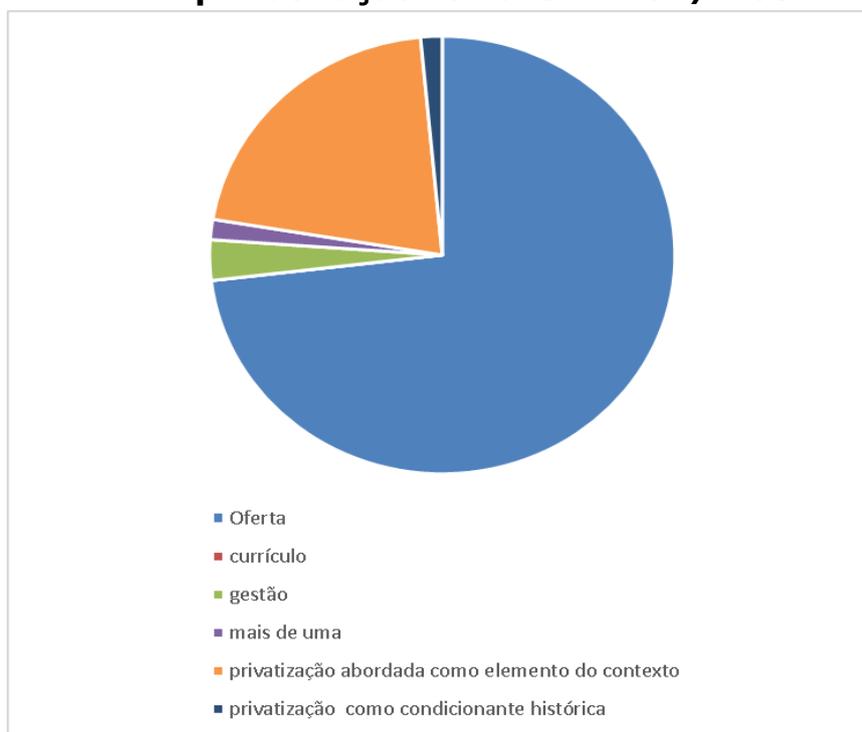
O gráfico 19 ilustra a proporção com que as dimensões da educação foram associadas à privatização, de acordo com o tratamento identificado nos resumos selecionados pelo descritor *Choice*. Além da já comentada preponderância da dimensão oferta educativa, percebe-se a existência de artigos que abordaram mais de uma dimensão da educação ao relacionar a oferta educacional com modelos de gestão, por meio da análise sobre mecanismos de estímulo à concorrência entre escolas e introdução de lógica mercantil (BOWE, BALL, GEWIRTZ, 1994; Colburn, 2011) ou sobre a adequação de provedores privados sem fins de lucro que se alinham, mais diretamente, às demandas da família (Davies e Quirke, 2005).

Ainda em relação à dimensão da gestão, encontra-se reflexões sobre a ausência de mecanismos de prestação de contas dos recursos recebidos pelas escolas e a constatação de alteração nas relações entre pais e educadores, que passam a ser crivadas por interesses mercantis (Bauch e Goldring, 1996 e Bagley, 2006).

Vale considerar que a maior parte dos estudos bibliográficos tratou a privatização da oferta educativa como elemento associado ao contexto global (ascensão do neoliberalismo e da globalização, por exemplo) ou local (governos alinhados com perspectivas liberais ou neoliberais, adoção de ranquiamentos via resultados em testes etc.).

Cinco artigos merecem destaque neste inventário da produção por analisarem processos mais recentes de privatização. Os dois primeiros abordam o tema do *homeschooling*: um estudo bibliográfico focalizando o Canadá indica ser esta modalidade a forma mais radicalizada de oferta privada de educação (Aurini e Davies; 2005) e o segundo, analisando a implantação de experiências deste tipo na Holanda, salienta a ampliação das desigualdades sociais e negação do interesse das crianças (Merry e Karsten; 2010). O segundo conjunto refere-se ao crescimento, em países do leste europeu (Slova, 2010), no Canadá (Davies, 2002) e na China (Wu, 2008), do que no Brasil se denominam aulas particulares destacando as desigualdades geradas entre aqueles que as acessam e os demais, especialmente quando o sistema educativo é competitivo.

**Gráfico 19 - Incidência de publicações em relação às dimensões da privatização- *CHOICE- WoK/WoS.***



Fonte: Adrião, 2015.

O gráfico 20 sistematiza as formas de privatização identificadas na análise dos resumos/introduções deste conjunto de artigos. Além do subsídio público a provedores privados já comentado, destacam-se os artigos que estudam aspectos específicos de tipos de escolas particulares, como o caso de escolas para elites exposto por Lynch e Morgan (2006) sobre os processos de seleção praticados por escolas célticas irlandesas ou de escolas católicas nos EUA (Trivitt e Wolf, 2011). Na outra ponta, tem-se o estudo relativo às escolas de baixo custo sul-africanas (Ndimande, 2006). Ainda sobre formas de privatização da oferta encontra-se o artigo a respeito do pagamento de taxas por famílias chinesas em busca de diferenciais para o acesso às melhores escolas para seus filhos. (Wu, 2013)

Em relação aos trabalhos que abordam a escolha da escola como elemento de dado contexto nacional ou da conjuntura global, localizou-se artigos que analisaram aspectos das políticas da era Bush, como a "No Child Left Behind" (Beal, 2012), da Inglaterra pré e pós governo do Partido

Trabalhista (Caldwell,1999) e de novos marcos regulatórios franceses. As consequências, sobre o modelo de oferta educacional, da assunção de um governo liberal-conservador na Suécia são consideradas em Bunar (2010). Para a Austrália, tem-se a problematização de dois programas: o Karmel Review, que estabeleceu intervenção sistemática do governo federal no ensino australiano e o Gonski Review (Windle, 2014).

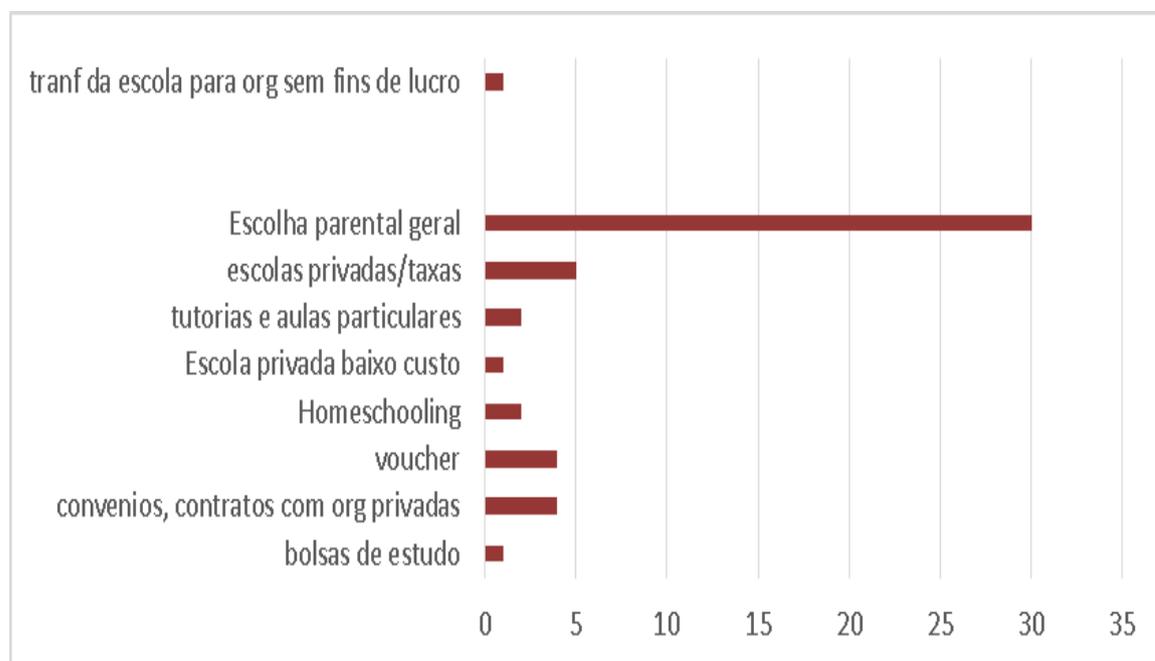
Há artigos que associam políticas de escolha ao crescimento das matrículas privadas em escolas católicas, instituição que, segundo o trabalho (Trivitt e Wolf, 2011), construiu uma “marca corporativa” adequada uma vez que responde a “nichos” de mercado para o atendimento de demandas específicas das famílias e alunos (Davies e Quirke; 2005).O aumento de matrículas em escolas privadas, agora na França, é objeto de análise de Langouet e Leger (2000), para quem mais de 40% dos alunos franceses frequentaram, em algum momento, escolas particulares indicando um declínio de escolhas ideológicas entre escola estatal e escola privada.

Sete programas governamentais são explicitamente tratados em sete distintos artigos. O primeiro, de Fowler (1992) analisa as consequências da chamada Lei Debré de 1959, pela qual se regulou o repasse de fundos públicos a escolas católicas, o artigo informa que apesar do apoio popular e que não tenha colaborado com o aumento da estratificação social, falta mecanismos de prestação de contas. Menahem et al. (1993) focalizam o *Program Non-neighborhood* (SPNN) implementado em Tel-aviv considerando que a experiência favoreceu a diminuição da segregação residencial. O trabalho de Lee, Croninger e Smith (1994) realizado sobre a região de Detroit, que no período não dispunha de políticas de escolha, sugere que populações mais pobres e minorias demandam este tipo de medida. Também sobre experiência estadunidense localizou-se o texto de Archbald (2004) relativo às *Magnet Schools*, segundo o texto, o primeiro programa de escolha de escola em âmbito nacional, tais escolas,

apesar de gratuitas, exigem aprovação em exames seletivos e têm currículo por especialização. Em 2006, Carl Bagley revisita campo estudado em 1993 pela pesquisa *Parental and School Choice Interaction* (Pacsi), afirmando que passados dez anos e tendo se alterado o campo político de conservador para trabalhista, os resultados revelam o acirramento de mecanismos competitivos nas escolas, nas quais os pais são vistos como "consumidores". Tse (2008) questiona os dados proclamados pelo programa de escolha de escola implantado em 1991 em Hong Kong, por meio do regime de subsídio direto (DSS) para revitalizar o setor das escolas particulares. A última política específica tratada em artigo selecionado para este conjunto de autoria de Beal (2012) é a "Nenhuma criança deixada para trás". No texto o autor, por meio de um estudo de caso em Lousiana (EUA), apresenta as contradições e limites da política acompanhando as dificuldades das famílias pobres em matricular seus filhos em escolas *Magnet*.

O gráfico 20 sintetiza as formas de privatização tratadas nos artigos. Observa-se que um mesmo texto pode abordar mais de um objeto e envolver a análise de mais de uma forma ou dimensão da privatização, como já indicado, ou ainda não abordar o tema por meio de análises históricas ou de contexto, situação verificada especialmente nos ensaios.

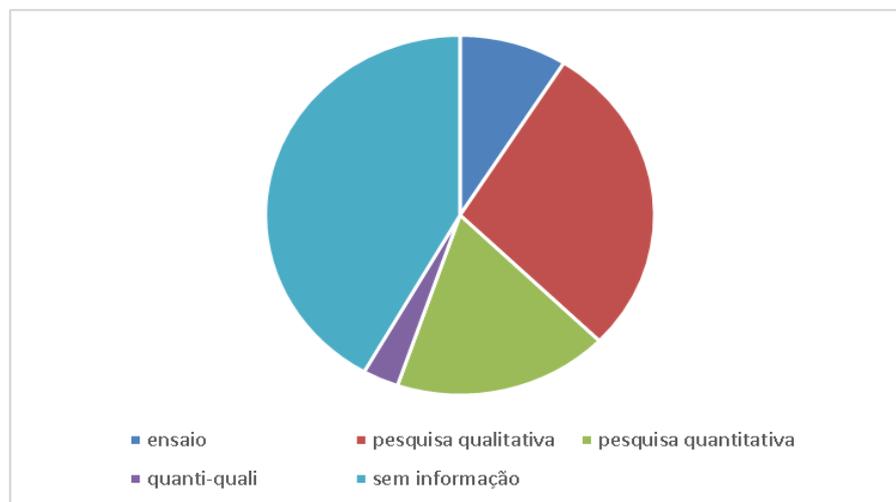
**Gráfico 20 - Formas de Privatização- Descritor Choice- WoK/WOS- 1990-2014.**



Fonte: Adrião, 2015.

Sob a forma de ensaios contabilizou-se seis artigos, que problematizam posições contrárias às políticas de *choice* (4) ou abordam orientações globais disseminadas por diversas agências para estas políticas (2). Encontramos ainda três ensaios filosóficos relacionando justiça e ética aos programas de escolha e um conjunto de textos que abordam as políticas de *choice* relacionando-as a elementos historicamente determinados em países específicos, mais especificamente, à criação de um mercado educacional pós 1990 (Hargreaves, 1996; Caldwell, 1999; Ball, 1993 e Margonis e Parker, 1995)

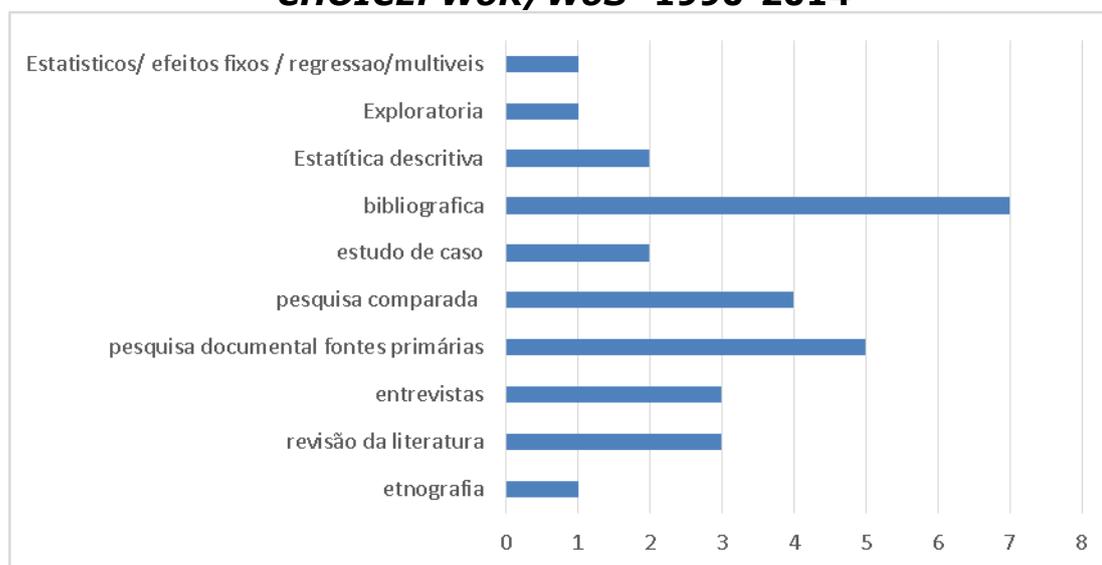
**Gráfico 21 - Natureza das pesquisas- CHOICE- WoK/WoS- 1990-2014**



Fonte: Adrião, 2015

Em relação às abordagens metodológicas indicadas no Gráfico 21, a maioria das publicações não apresenta informação (27) sobre estes aspectos, em seus resumos ou introduções. Dentre as que sinalizam, 19 apresentam-se como pesquisas de natureza qualitativa, 12 quantitativas, seis ensaios e duas classificadas como pesquisas quali-quanti, pois associam metodologias quantitativas e qualitativas.

**Gráfico 22 - Metodologia mencionada nos resumos/ introduções- CHOICE. WoK/WoS- 1990-2014**



Fonte: Adrião, 2015.

A análise do conjunto dos resumos selecionados por este descritor indicou ainda que, em sua maioria (33), os textos são críticos às políticas de escolha principalmente por efeitos negativos relacionados à ampliação da estratificação educacional, à constituição de mercados educacionais e à desconfiguração da oferta pública. Na sequência tem-se um número considerável de resumos omissos a este respeito ou que indicam ajustes nos programas realizados (21) e, em menor número (13), encontram-se textos favoráveis ou que sugerem ajustes para que as iniciativas alcancem seus objetivos.

### **2.2.1.2 Charter**

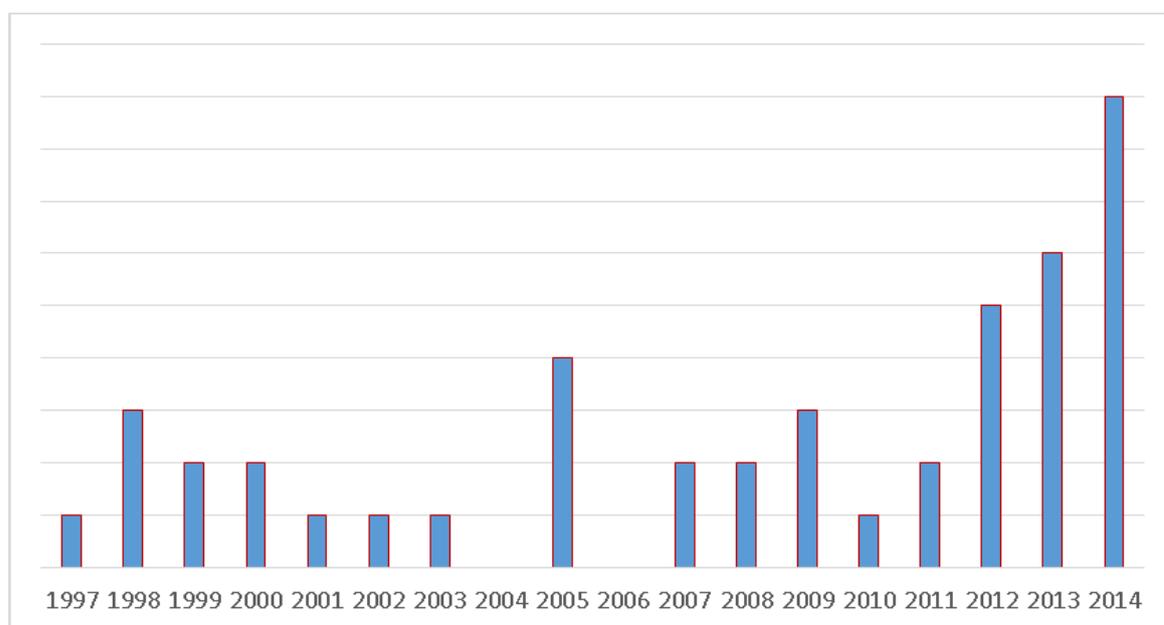
Descartados os trabalhos não relativos à educação básica, no sentido assumido neste inventário (417), localizou-se 80 títulos selecionados com resumo e 46 filtrados sem resumo nas plataformas WoK e WoS a partir do descritor *CHARTER*. Destes, a terceira seleção excluiu, ainda, aqueles sem resumo e que não estavam acessíveis e aqueles cujo foco dirigia-se à análise de metodologias especificamente relacionadas ao atendimento de populações com necessidades educacionais especializadas. Excluiu-se também artigos publicados em revistas não acadêmicas e que constavam da base selecionada (5) de maneira que o esforço final aqui apresentado se refere à análise de 45 resumos associados ao descritor *CHARTER*.

A primeira observação é que o campo de investigação é essencialmente norte americano, ou seja, a maioria das publicações relaciona-se a experiências desenvolvidas em diferentes estados dos Estados Unidos (43) ou na cidade de Alberta (2) no Canadá, cenários, a partir dos quais, os programas de *charter school* são estudados. Tal situação se reflete no perfil dos primeiros o/as autore/as: 43 estadunidenses e 2 canadenses. Não há reflexão sobre escolas contratadas em outros

territórios, ainda que, como identificado em varias pesquisas, o modelo de escolas privadas contratadas ou conveniadas com o poder público, que funcionam com recurso público e atendem gratuitamente aos alunos, não seja exclusividade da América do Norte.

Em relação à distribuição das publicações pelo período 1990-2014 tem-se, conforme Gráfico 23, a publicação do primeiro artigo, localizado pelos critérios deste mapeamento, em 1997.

**Gráfico 22 - Distribuição dos artigos por ano de publicação.  
Descritor *Charter- WoK/WoS*. 1990-2014**



Fonte. Adrião, 2015.

O primeiro artigo localizado nesta plataforma data de 1997, de autoria de Geske, Davis e Hingle, e examina as disposições legislativas que permitem a escolas sob contrato (*charter school*) funcionarem em diferentes estados dos EUA. O trabalho alerta para temas como mecanismos de regulação e autonomia dessas escolas em relação às escolas públicas tradicionais e o papel desempenhado pelo mercado.

Segundo Manno et al. (1998), a primeira *Charter school* foi implantada em 1991 no estado de Minnessota/EUA. A produção se intensifica

e apresenta maior regularidade a partir de 2009, início dos mandatos de Barack Obama, período no qual a política deste modelo de escola foi estimulada (Payne e Knowles, 2009) aumentando o debate sobre sua conveniência conforme se percebe na intensificação das publicações a partir de 2008.

Em relação ao tratamento dos temas, de acordo com o declarado nos resumos, 1/3 dos trabalhos abordam o tema da escola com contrato ou contratada (*charter school*) associando-o a elementos de contexto, os quais informam ou “conformam” as reformas educativas postas em marcha na América do Norte no final do século XX. Deste conjunto, computa-se análises a respeito da introdução de mecanismos de mercado como elemento constitutivo deste modelo de escola, como os trabalhos críticos de Abowitz et al. (2010) e Jacobs (2013), enquanto Manno et al. (2000) manifestam-se favoravelmente à implantação desses mesmos mecanismos. A globalização econômica e o neoliberalismo foram explicitamente abordados em dois textos: Wells et al. (1999) e Bosetti, (2000).

Entretanto, foram pesquisas que abordaram o tema associando-o a aspectos específicos (11) de implantação, regulação e operacionalização das escolas *charter* as mais recorrentes: aspectos relacionados à sua normalização (legislação; critérios para seleção de propostas ou mecanismos de prestação de contas e controle dos resultados) foram tratados por Renzulli (2005); Lacircno-Paquet (2007); Holyoke (2007), Chi e Welner (2008), Wayne et al. (2014) e Renzulli et al. (2014), enquanto cinco focalizaram as relações entre os atores (partidos políticos, sindicatos, eleitores, corporações ou igrejas) para a compressão dos processos analisados: Renzulli e Roscigno (2005), Vergari (2007), Corcoran e Stoddard (2011), Giersch (2010) e Zimmer et al. (2014)

Analisando sob perspectiva histórica, que considera elementos estruturais da sociedade norte-americana para o entendimento do modelo de escolas sob contrato, localizaram-se dois artigos. O primeiro, Buras

(2013), com título aludindo ao documentário "*Race to nowhere*",<sup>69</sup> analisa as dinâmicas econômicas, sociais e raciais que definem a organização e a ocupação de Nova Orleans e que determinam sua "reorganização" e a oferta educacional pós destruição originada pelo furacão Katrina. O segundo trabalho, Johnston (2014), busca identificar condicionantes históricos presentes em dois Estados americanos que resistiram até 2012 à adoção desta modalidade de oferta educacional.

Aspectos relacionados ao financiamento público a estas escolas e às consequências de sua implantação foram objeto de sete textos. Dentre esses, três adotaram alguma espécie de ferramenta estatística para analisar comparativamente recursos destinados a escolas públicas e *charter*: Arsen (2012) indica não haver e Carlson e Witte (2012) haver pequena variação nos desempenhos das escolas *charter* em relação às públicas com leve vantagem para esta última gerida por organizações sem fins lucrativos, enquanto Gronberg et al. (2012) indicam vantagem para a *charter*. Levin (2012) reflete sobre as consequências para a oferta educacional de casos em que todo o distrito é organizado para o atendimento a escolas *charter*. A respeito da eficácia deste tipo de escola, expressa em seu menor custo, tem-se a posição de (Flaker, 2014) para a situação específica de Massachussets. Na Carolina do Norte, a pesquisa de Paino (2014) apresenta aspectos relacionados aos balanços financeiros das escolas como motivo mais frequente para a suspensão dos contratos, enquanto o impacto fiscal de modelos de *charter* interdistrital é objeto do estudo de Rezulli (2014).

O tema da gestão privada da escola foi objeto de 12 trabalhos. Seis deles problematizam, sobre diversos aspectos (éticos; sociais; pedagógicos e sociais), o crescimento e a inserção de *Educational Management Organizations* (EMO) como mantenedoras de escolas sob contrato dada sua natureza lucrativa. Este é o caso dos textos de Dykgraaf e Lewis (1998)

---

69 "Race to Nowhere" é um documentário de 2009 dirigido por Vicki Abeles e Jessica Congdon e escrito por Maimone Attia a respeito do sofrimento de estudantes submetidos aos programas de ranqueamento por testes.

para o caso de Michigan. Stitzlein (2013), por meio da análise crítica do discurso interage com materiais pedagógicos, *sites* e outros documentos relacionados aos investidores privados que atuam nas *charter schools*, enquanto Lubienski (2013) conclui sua pesquisa defendendo que o principal ganho das EMOS se refere à garantia de uma posição influente na definição da privatização da educação pública, com consequências negativas para a efetivação desta. Ertas e Roch (2014), por outro lado, analisando banco de dados sobre perfil e desempenho acadêmico dos alunos indicam, entre outras coisas, que as *charter*, geridas por EMOS de grande porte, tendem a atender mais alunos negros que as outras escolas, mas menos alunos pobres. Sugerindo aspectos positivos da gestão de escolas por instituições lucrativas, Bulkley (2005) defende que tais escolas e seus alunos tendem a ser mais ouvidos pelos gestores distritais e Toson (2013) informa, com base em estatísticas, um aumento de 420% no número de EMOs ao longo dos últimos 11 anos, coincidindo com o compromisso do governo Obama com a manutenção desta política.

Scott (2009) relaciona a chamada filantropia de risco (*venture philanthropy*) com o aumento das escolas sob contrato em razão da defesa desta política e do exercício de “*advocacy*” por parte das organizações deste segmento. Os atores políticos defensores do modelo e suas redes de influência, constituídas por setores das elites e fundações mantidas por tais grupos, também é tema de Au e Ferrare (2014). Outro ator coletivo considerado nas reflexões, os sindicatos, segundo Giersch (2010), encontram-se ameaçados pelas reformas pró *charter school*.

Geske et al. (1997); Manno et al. (2000) Preston et al. (2012) e Hays (2013) analisam diferentes aspectos da tomada de decisão por mantenedores privados (maior ou menor autonomia; perfil do gestor etc.).

No âmbito da gestão escolar, o artigo de Lubienski (2003) alerta para o descompasso entre o discurso de inovação decorrente da concorrência e da escolha de escola proclamado pelos reformadores

(segmento que propõe o modelo) e o exame realizado em ambientes institucionais segundo o qual, a concorrência pode restringir as inovações e impor conformidade pedagógica e curricular. A comparação entre gestão de escolas públicas e sob contrato, em função da autonomia que gozam diante de normativas distritais e consequências derivadas desta condição é tema de Gawlik (2008) e de Leonard (2002), que apresenta a experiência de instalação de uma escola charter e as condições diferenciadas experimentadas, como o oferecimento de currículo etnocêntrico ou focado em áreas específicas, a constituição da equipe etc.

A relação entre políticas de escolha (*choice*) e escola sob contrato (*charter*) foi tratada especificamente nos textos que abordaram a introdução do modelo no Canadá (Wagner, 1999 e Bosetti, 2000), enquanto Hubbard e Spancer (2009) correlacionando-as aos interesses de comunidades pobres e/ou etnicamente excluídas.

Smith (1998) analisa o modelo considerando as perspectivas favoráveis à prestação de contas e à participação da população.

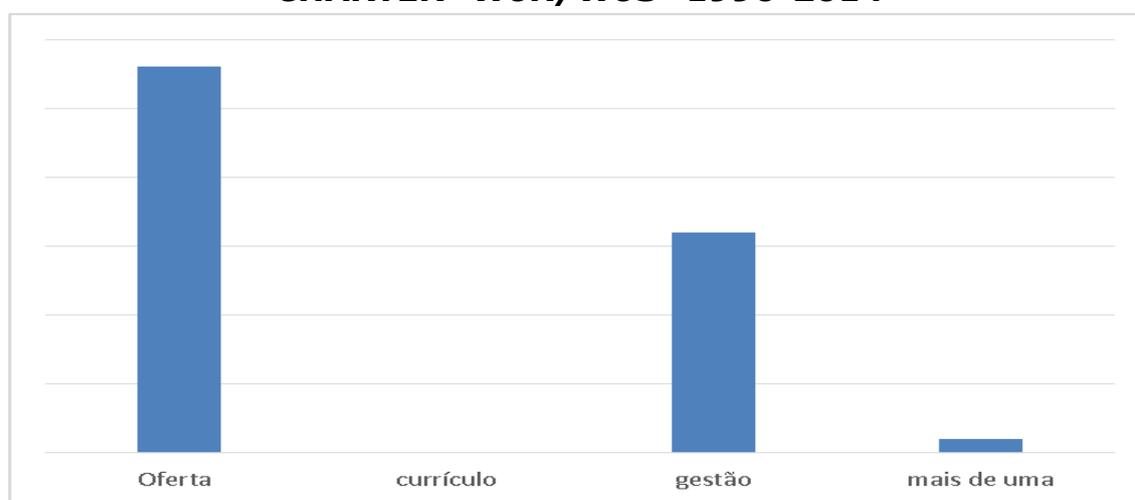
A partir de pesquisa comparada, sobre impactos fiscais do funcionamento deste tipo de escola em concomitância com escolas públicas nos distritos escolares de Albany e Buffalo, Bifulco e Reback (2014) traçam recomendações para melhoria do modelo. Comparações entre escolas públicas e sob contrato também foi tema do artigo de Glomm, Harris e Lo (2005) focalizado na oferta dos dois modelos por um mesmo distrito e nas escolhas efetuadas pelos pais entre ambos.

Encontrou-se artigo que analisou os modelos de escola sob contrato em perspectiva histórica e filosófica (Lubienski, 2001), conectando-o à educação como bem de consumo e advogando tratar-se de perspectiva de privatização que contrasta com a educação para a democracia e para o bem público.

O gráfico 24 oferece uma síntese das dimensões abordadas pelos resumos localizados por meio do descritor *Charter*. Dele a primeira coisa a

destacar é a ausência de trabalhos que abordem formas de privatização do currículo, ainda que alguns resumos considerem a autonomia pedagógica das escolas sob contrato. A maioria (28) aborda a privatização da oferta educacional, 16 relacionam o tema com a privatização da gestão educacional ou escolar e apenas um articulou o tema a mais de uma dimensão.

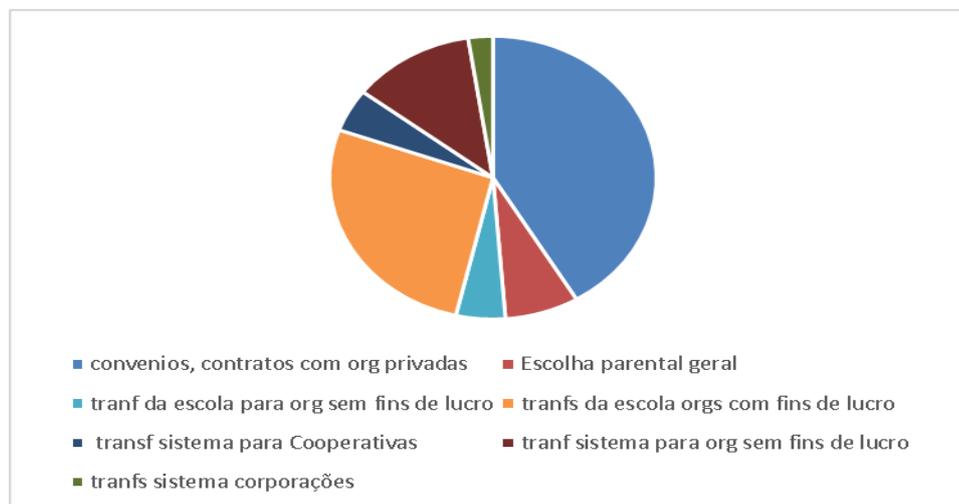
**Gráfico 23 - Dimensões da privatização abordadas nos resumos.  
CHARTER- WoK/WoS- 1990-2014**



Fonte: Adrião, 2015

Se consideramos as formas de privatização tipificadas para este estudo, a maioria dos trabalhos versou sobre oferta educacional privada realizada por meio de contratos, como era de se esperar. Ainda assim, um número grande de resumos abordou a privatização da gestão da escola (13) ou de todo sistema educativo – distrital – (8) por meio de sua transferência para organizações privadas com fins de lucro, as EMOs, e sem fins de lucro, como visualizado no gráfico 25.

**Gráfico 24 - Formas de privatização localizadas. Descritor *Charter*. *WoK/WoS*. 1990-2014**



Fonte: Adrião, 2015.

Mesmo com 17 resumos sem informação, é possível identificar que 20 trabalhos advêm de pesquisas qualitativas. Estas, por sua vez, se constituem majoritariamente de pesquisas documentais e estudos de casos ou multicase, explicada em parte pela variedade de programas implantados em decorrência dos *federalismos* dos EUA e Canadá, como verificado no gráfico 26.

**Gráfico 25 - Metodologia informada nos resumos. Descritor *CHARTER*, *WoK/WoS*- 1990-2014**



Fonte: Adrião, 2015

A pesquisa documental, especialmente pela consulta a documentos oficiais e escolares, é outra modalidade presente no desenvolvimento dos trabalhos selecionados, seguida de pesquisas quantitativas a partir de dados censitários ou coletados por enquetes cujo tratamento se deu por meio do uso de ferramentas estatísticas. Destaca-se, ainda, a presença de uma pesquisa sobre redes sociais, via *software* específico, além de dois ensaios e cinco trabalhos apoiados em pesquisas quantitativas.

Os resultados expressos nos resumos analisados indicam que a maioria dos trabalhos, que tratam de escolas sob contrato ou conveniadas etc., é contrária aos programas (21), dez são francamente favoráveis e 14 não se manifestam explicitamente, sugerem alterações e ajustes ou apresentam, no resumo, apenas resultados do tratamento de dados.

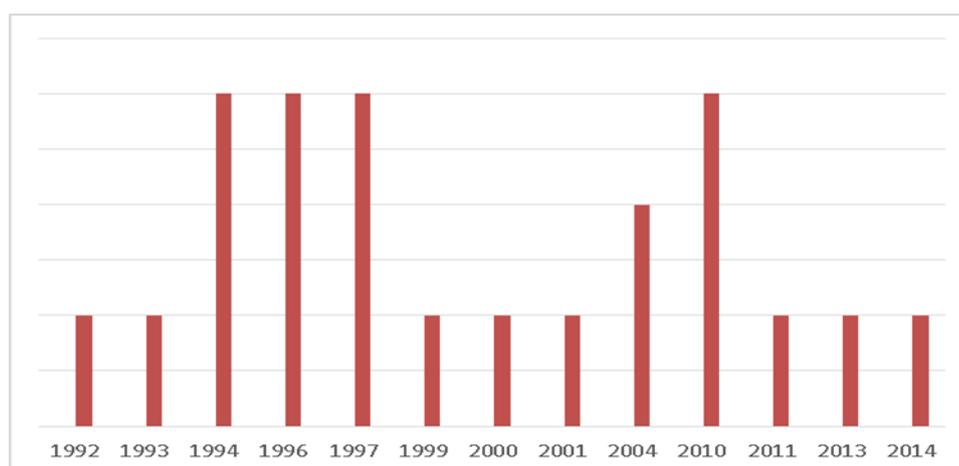
### **2.2.1.3 *Financing***

O descritor *Financing* foi selecionado para integrar este levantamento pois se considerou a possibilidade de haver trabalhos que estudassem dimensões da privatização da educação obrigatória a partir da alocação ou da origem dos recursos financeiros destinados à educação. Com este crivo, localizaram-se, inicialmente, nas plataformas WoK/WoS, 1073 artigos. Adotando a sequência de filtros, 69 com resumos e 38 artigos sem resumo corresponderam aos filtros posto versarem sobre a educação básica.

Leitura mais detida permitiu nova triagem e a exclusão de resumos relativos a trabalhos sobre a divisão de fundos públicos entre esferas de governos ou entre etapas de escolaridade, sobre a destinação de fundos públicos por meio de políticas de focalização de atendimento, a respeito do custo de dada etapa de escolaridade ou ainda sobre a judicialização dos gastos com educação. Como resultado, os 22 artigos que integram este mapeamento enfocam diretamente aspectos relativos às dimensões da

privatização da educação básica, os quais se apresentam distribuídos na série histórica, conforme gráfico 27.

**Gráfico 26 - Distribuição das publicações por ano. *Financing-Wok/WoS- 1990-2014***



Fonte: Adrião, 2015

A tabela 4 apresenta a quantidade de artigos em função do país de origem da instituição a qual o primeiro autor se vincula. Nota-se a preponderância de instituições dos EUA seguidas por canadenses.

**Tabela 4 - País da instituição de vínculo do/a primeiro/a autor/a. *Financing. WoK/WoS- 1990-2014***

Canadá	3
China	2
Espanha	1
EUA	10
Grécia	1
Índia	1
Reino Unido	1
Turquia	1
Outros	2

Fonte: Adrião, 2015. Nota: Outros- inclui organismo multilateral ou falta de informação.

Em relação aos temas tratados, indica-se a presença de trabalhos relacionados a reformas nos formatos de financiamento da educação básica

na Rússia e na China, por meio da alteração na sistemática do financiamento com o fim das economias planificadas (Bray e Borevskaya, 2001). As consequências da globalização na educação chinesa é o tema do artigo de Guo et al (2013), o qual apresenta a diminuição da presença estatal no financiamento da educação pública e o aumento da frequência da oferta privada e de desigualdades.

A presença de corporações e de instituições filantrópicas como agentes indutores de políticas educativas, seja como gestores de programas ou na posição de financiadores destes, foi objeto da maior parte dos textos. Tal se verificou em campos e contextos distintos como quando da análise da experiência da *New American Schools Development Corporation*, entidade constituída por empresários com vistas a induzir iniciativas em Illinois para apoio às reformas educativas do Governo Bush (Mirel, 1994) e no trabalho de Srivastava e Oh (2010), quando apresentam uma revisão da literatura sobre o papel das fundações privadas na oferta e no financiamento da educação em países em desenvolvimento. Da reflexão sobre os fatores que inibiriam as doações privadas internacionais para países nos quais a educação básica não está universalizada tem-se o artigo de Steer e Wathne (2010) e de análise realizada a partir de entrevistas com empresários turcos sobre suas motivações como doadores para a educação pública, o texto de Kondakci et al. (2014). Por fim, sobre o Banco Mundial na condição de financiador da produção de livros didáticos valorizar os editores nacionais em atuação em Gana tem-se o texto de Crabbe, 1999.

O tema do aumento das matrículas privadas foi abordado tanto em decorrência de políticas de subsídio público à escola privada associada a processos de descentralização, quanto como decorrência do aumento do gasto das famílias por meio da "escolha" por matricular os filhos em escolas privadas. No primeiro caso, tem-se Reyes e Rodriguez (2004), que refletem sobre a descentralização orçamentária por meio de *charters* e *vouchers* nos EUA.

Como decorrência de estudos que analisaram os gastos privados em educação, localizou-se Kanellopoulos e Psacharopoulos (1997), segundo o qual, na então situação grega, as despesas das famílias com educação correspondiam a cerca de metade do gasto público e indicavam desigualdades no acesso à escola relacionadas à região e perfil socioeconômico e educacional do chefe da família. O segundo resumo refere-se a trabalho sobre a extensão da despesa privada com educação na Bolívia entre 1990-1992, assegurando a “vontade” de famílias bolivianas em pagar a educação privada para seus filhos (Psacharopoulos, Arieira e Mattson, 1997). Os EUA é o caso analisado por Loeb e Socias (2004), para quem a dedução dos gastos no Imposto de Renda com escolas privadas representa maior investimento federal em escolas de elite se comparados aos gastos com distritos escolares de baixa renda.

Reflexão sobre a Indonésia de James et al. (1996) identifica o efeito positivo de mais recursos sobre a qualidade da escola, sendo que, para os autores, o retorno é maior em escolas privadas ou *públicas* geridas pelo setor privado. Ritzen et al (1997) atentam para distorções da política de financiamento público à escolha dos pais, em vigência na Holanda, a qual deveria ser complementada por investimentos públicos adicionais para os mais pobres, tendo em vista a diminuição das desigualdades educacionais. O financiamento suplementar também é analisado por Bray (1996), que destaca as desigualdades decorrentes da participação de comunidades locais no financiamento da educação no Butão, campo pouco analisado pela literatura.

Piolatto (2010), com base em modelo matemático, simula posição de famílias sobre o financiamento da educação básica via *voucher* e indica que a opção por esta modalidade se daria em casos de menor custo para famílias, e que os eleitores se mostram favoráveis ao modelo de *voucher* seletivo por minimizar a estratificação de renda na escola. Nos EUA também se analisa a oferta da pré-escola e os custos para as famílias, dado que não

há financiamento público específico para esta etapa da educação básica (Hustedt e Barnett, 2011).

Três estudos bibliográficos compuseram os artigos selecionados pelo descritor *financing* nesta base. O primeiro, de Mangold et al (2000), referenciado na teoria econômica neoclássica, analisa o debate em torno dos “*vouchers*” como alternativa ao monopólio do estado na oferta educativa. O segundo, de Odden e Wohlstetter (1992) a partir da abordagem da agenda de política proposta por Cobb e Elder (1971), analisa 20 anos de reformas educacionais nos EUA envolvendo o financiamento das escolas. Também em diálogo com referencial teórico, agora proposto por William Clune (da *University of Wisconsin Law School*) sobre políticas públicas de educação, Murnane (1994) analisa políticas orientadas para a competição que se concentram no desempenho do aluno e na organização do currículo.

Relativo às consequências das reformas educacionais, localizou-se também o artigo de Hossain e Psacharopoulos (1994) sobre tais consequências em termos de retorno econômico dos financiamentos público e privado à educação nas Filipinas, concluindo não haver evidências sobre as taxas de retornos derivadas de um e de outro.

As reformas na China, na década de 1980, foi objeto de estudo de Tse (1996), por meio de uma avaliação crítica dos impactos da reforma financeira da educação básica na China, conclui que, embora a reforma tenha sido bem-sucedida na consecução dos objetivos de mudança estrutural e mobilização de recursos governamentais e privados (não-governamentais) adicionais, o sistema educacional apresenta desigualdades gritantes e ineficiências significativas. As desigualdades decorrentes da reforma educacional na China também foi objeto de análise de Guo et al. (2013). Para os autores a globalização e a “economia socialista de mercado” transformaram a vida social e econômica resultando em mudanças significativas na educação chinesa expressas na reforma

curricular, no aumento da disparidade entre a educação rural e urbano, na marginalização da educação de minorias e na falta de educação acessível e disponível para filhos de migrantes.

No que diz respeito às dimensões da privatização identificadas nos resumos dos trabalhos selecionados pelo descritor **Financing**, de acordo com a sistematização da tabela 5, percebe-se a concentração na dimensão Oferta educacional, seguida de trabalhos nos quais a privatização era considerada e analisada em função de mudanças ou reformas nas relações socioeconômicas.

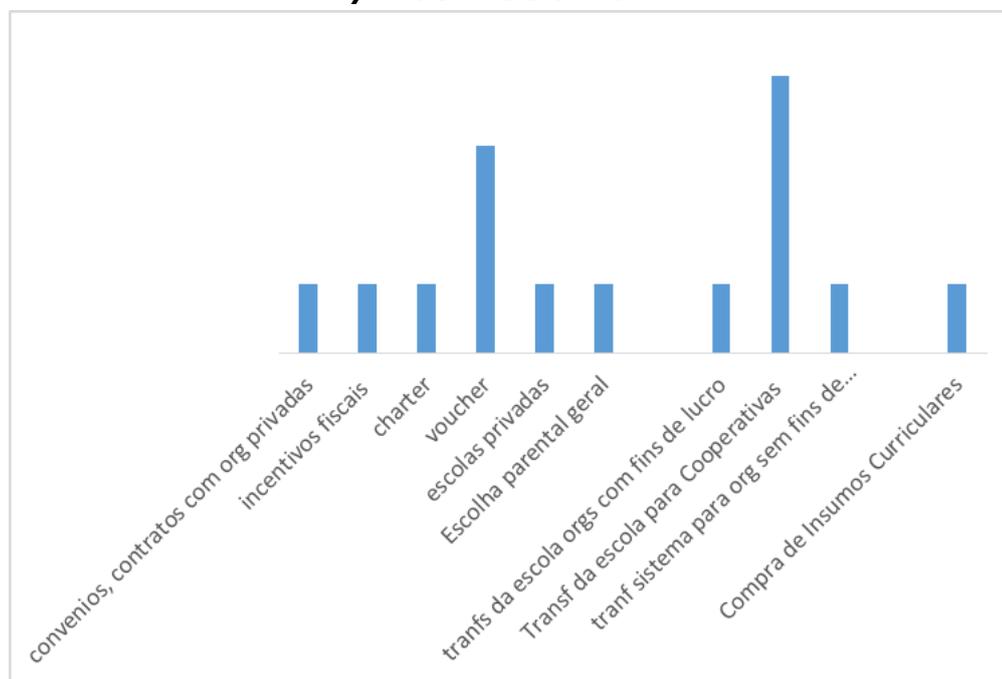
**Tabela 5 - Dimensão da Privatização. Descritor *Financing*, 1990-2014 WoK/WoS.**

<b>Dimensão da privatização</b>	<b>Quantidade de resumos</b>
Oferta	9
Currículo	1
Gestão	6
Mais de uma	1
Privatização abordada como elemento do contexto	5
Privatização como condicionante histórica	0

Fonte: Adrião, 2015

Em relação às formas pelas quais a privatização se materializa, a análise dos resumos associados a este descritor apresenta a configuração expressa no Gráfico 28, pela qual se verifica uma concentração de trabalhos sobre a privatização da oferta educacional, seguida da privatização da gestão da escola. Além das formas consideradas para categorização deste mapeamento, identificou-se também estudos sobre cobrança de mensalidades em escolas públicas.

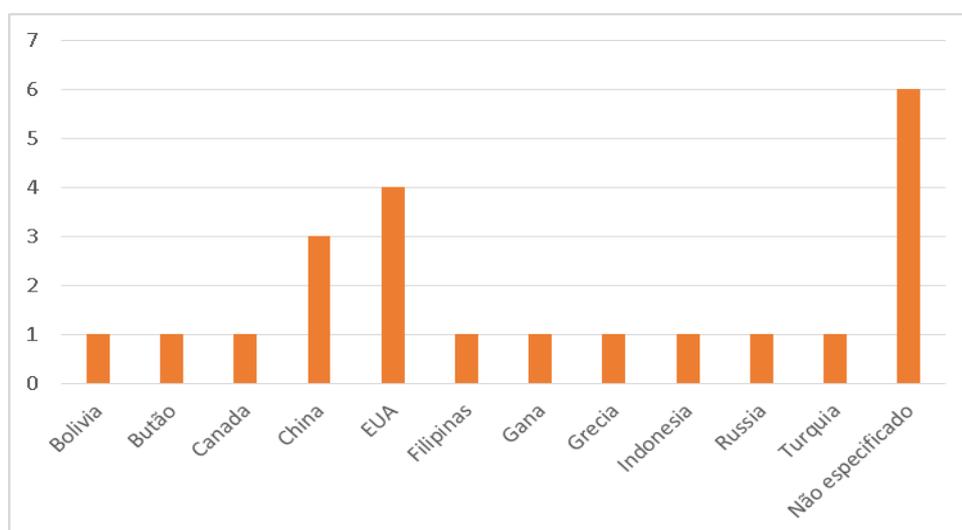
**Gráfico 27 - Formas de privatização. Descritor *Financing. WoK* /*WoS*. 1990-2014**



Fonte: Adrião, 2015

Percebeu-se relativa variação nos campos empíricos abordados nos trabalhos, ainda que, individualmente, os EUA sejam objeto da maior parte deles, onze países foram analisados.

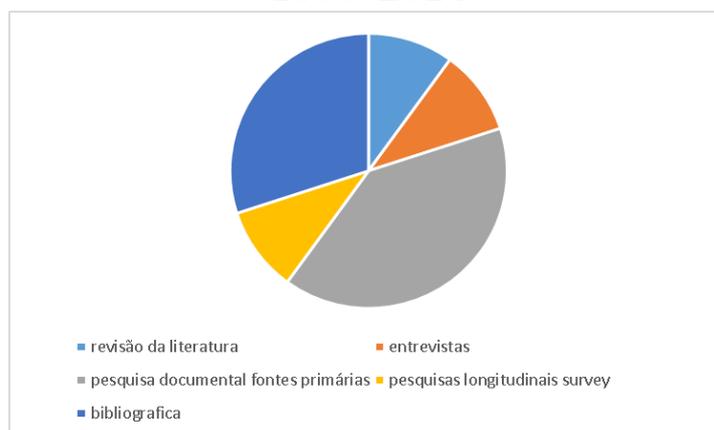
**Gráfico 29- Campo empírico abordado nos trabalhos. *Financing. WoK/Web-S*.1990-2014.**



Fonte: Adrião, 2015.

A maior parte dos resumos localizados por este descritor não apresentou informações sobre a metodologia (12). Dentre os que informaram, as mais frequentes se referiram à análise de dados de censos ou dados sem indicação sobre o tipo de tratamento adotado (8). O segundo maior volume de trabalhos decorre de artigos elaborados com base e/ou em diálogo com outras publicações (4), localizou-se uma revisão bibliográfica e um estudo de caso.

**Gráfico 30 - Metodologia adotada. Descritor *Finnacing. Wok/WoS*. 1990-2014**



Fonte: Adrião, 2015

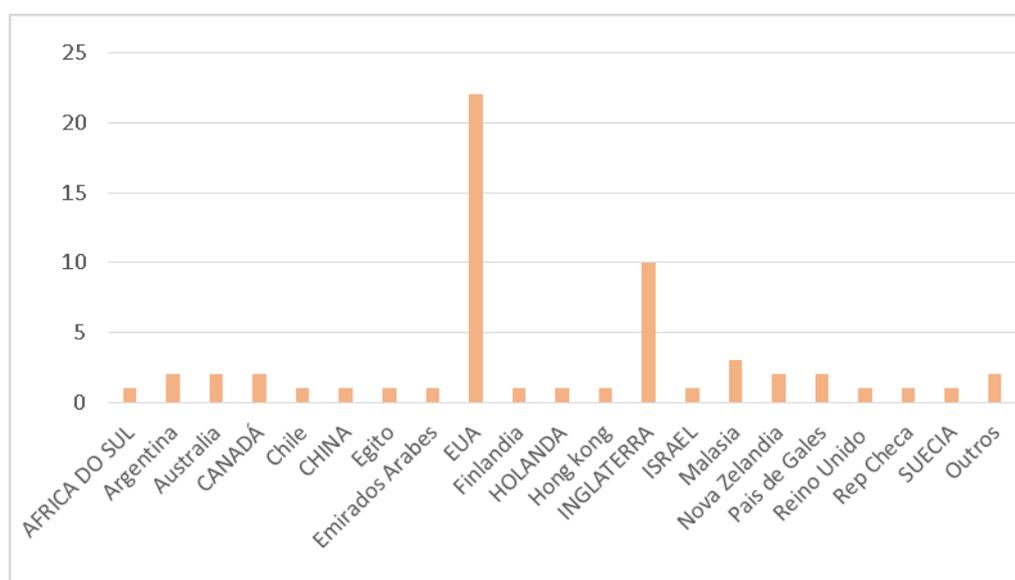
Dez artigos apresentaram resultados contrários às políticas de crescimento da oferta educacional por provedores privados, com ou sem subsídio público, considerando como principal consequência a geração ou o aprofundamento de desigualdades na educação ofertada. A atuação dos atores privados foi tanto celebrada (no caso de países em desenvolvimento), quanto questionada. Neste caso, destaca-se a crítica à atuação da *New American Schools*, organização de base empresarial que financiou reformas educativas atuando de maneira semelhante à ONG brasileira Todos pela Educação. Já nos trabalhos afeitos aos processos de privatização identificados por este descritor, quatro destacam a importância

de mecanismos contrários ao monopólio do estado como estímulo à melhoria da oferta educativa. Por fim, quatro resumos não se posicionam.

#### 2.2.1.4 Privatization

Dos 263 artigos localizados pelo descritor *privatization*, 68 com resumo e 16 sem resumo associavam-se à educação básica. Da análise qualitativa deste elementos textuais, resultou a seleção final de 59 textos. Por este descritor identificou-se relativa diversificação nos países das instituições de origem do/as autore/as responsáveis pelos textos selecionados, ainda que se mantenha maioria de trabalhos sob a responsabilidade de instituições estadunidenses e inglesas (60%), outros 40% estão distribuídos em 17 diferentes países, como ilustrado no Gráfico que segue

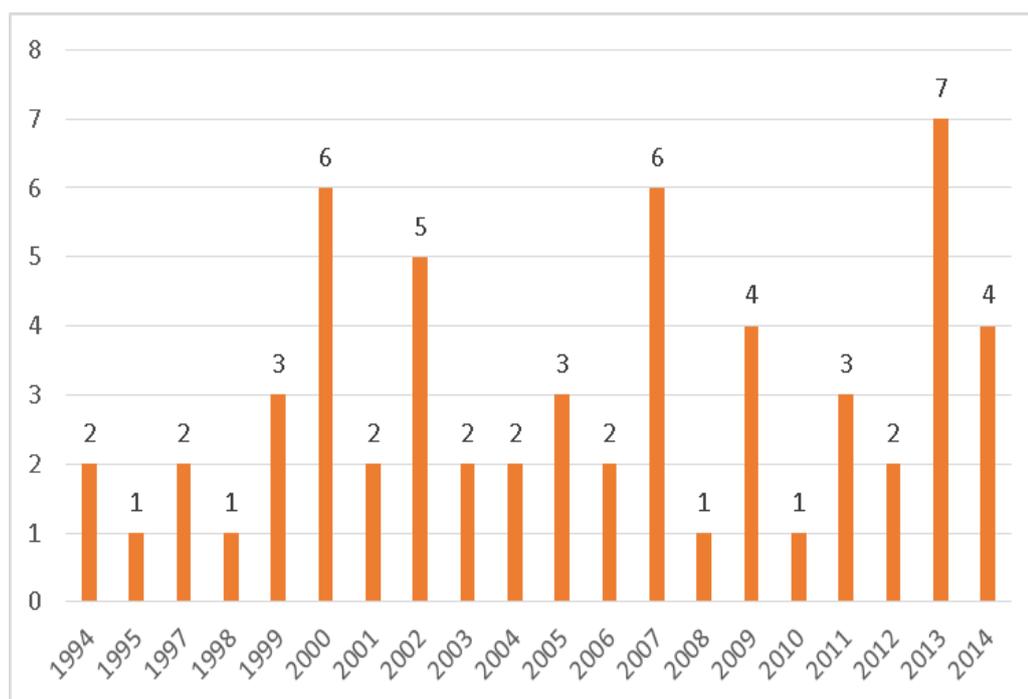
**Gráfico 31 - Distribuição dos artigos por país da instituição do primeiro autor. *Privatization. WoK/WoS. 1990-2014***



Fonte: Adrião, 2015

Nesta seleção também se observa o predomínio de publicações relativas à privatização da educação básica/obrigatória a partir dos anos 2000 e sua ausência antes de 1994, conforme Gráfico 32.

**Gráfico 32 - Distribuição anual das publicações. Descritor: Privatization. WoK/WoS.1990-2014**



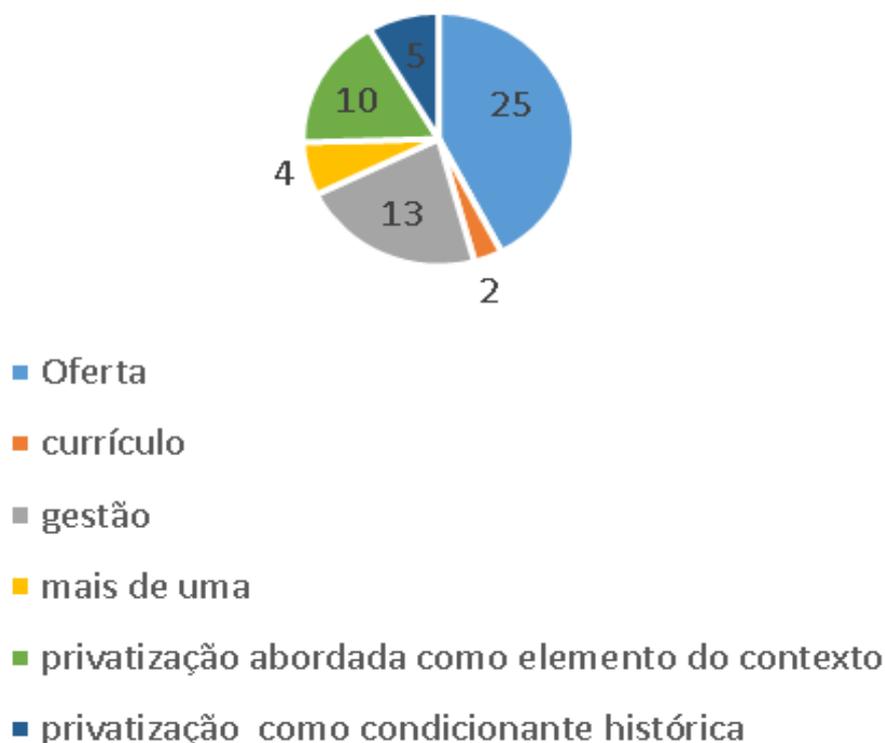
Fonte: Adrião, 2015

Dois periódicos concentraram grande parte das publicações, ambos com dez artigos cada: *JOURNAL OF EDUCATIONAL POLICY* e *EDUCATIONAL POLICY*. Na sequência, *INTERNATIONAL JOURNAL OF EDUCATIONAL DEVELOPMENT* e *COMPARATIVE EDUCATION* abrigaram cada um cinco artigos relativos ao tema. Em conjunto publicaram mais de 50% dos textos filtrados pelo descritor *privatization* nas bases selecionadas.

O gráfico 33 ilustra a proporção com que as dimensões da privatização foram abordadas nos resumos ou na introdução dos textos selecionados: concentração na oferta educacional seguida pela privatização

da gestão da educação e por artigos que analisaram o tema associando-o a elementos de contexto, como se verá na sequência.

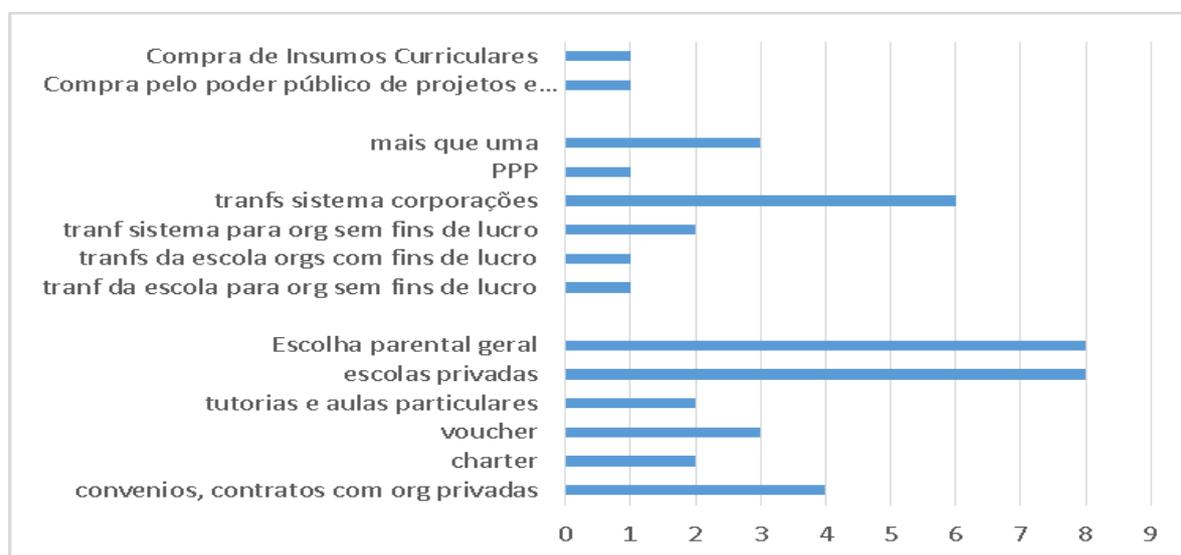
**Gráfico 33- Dimensão da privatização identificada nos resumos-  
*Privatization- WoK/WoS- 1990-2014***



Fonte: Adrião, 2015.

A respeito das formas de privatização abordadas nos resumos, localizou-se apenas um trabalho sobre parceria público-privada (PPP), modalidade concessão de serviço público para construção de escolas públicas por consórcios privados implantada no programa "Novas Escolas" de Sidney-Austrália (Crump e Slee, 2005). O gráfico 34 sistematiza a frequência com as formas de privatização foram identificadas nos trabalhos selecionados.

**Gráfico 34 - Formas de privatização identificada nos resumos-  
Privatization- WoK/WoS- 1990-2014**



Fonte: Adrião, 2015.

Percebe-se que a maior parte dos artigos analisa formas de privatização da oferta educacional expressas nas barras do grupo inferior do gráfico 34, sublinhando-se os estudos sobre programas, teorias e orientações relacionados à escolha de escola e escolas privadas (oito artigos cada) e sobre a transferência de sistemas educativos (conjunto de escolas públicas) para organizações com fins de lucro.

Sob a forma de ensaios, os trabalhos associaram a privatização da educação básica a condicionantes históricas ou a políticas e orientações articuladas a elementos de contexto, estes entendidos como opções governamentais, políticas ou programas instituídos em dada conjuntura. Dentre os trabalhos que analisam aspectos históricos de dado país ou região como elementos prioritários, mas não exclusivos, encontra-se Margonis e Parker (1995), para quem as desiguais condições econômicas e raciais devem ser observadas quando da introdução de programas de escolha de escola dado serem responsáveis pelas desigualdades educacionais. Svecova (2000) considera as características da educação Tcheca antes e depois do fim do que designa como ideologia comunista totalitária e julga que a

privatização pode decorrer de medidas contrárias ao monopólio do estado experimentado no período. Mok (1997) analisa o crescimento da educação privada na China pós-Mao, a partir da ação de educadores na região do Delta do Rio das Pérolas. As reformas educativas, no contexto de alterações políticas, são abordadas por Mansour (2013) considerando o pós independência dos Emirados Árabes.

Relacionando a privatização com a descentralização ou a desconcentração da educação chilena, identifica-se o texto de Alarcon-Leiva et al. (2013). Os processos e os atores envolvidos na descentralização e da privatização da educação também são analisados para o caso argentino por Rhoten (2000). As condições contextuais também são exploradas por Forsey (2009) como condição para o entendimento do que designa como “neoliberalismo na prática”.

Hunter (2009) analisa estratégias como o *voucher* e a transferência de distritos escolares para organizações privadas como forma de enfrentamento da segregação racial nos EUA.

Corson (2000) explora o sentido utilitarista e mercantil que a ideologia do capitalismo atribui à educação. A introdução e o impacto dos mecanismos de privatização e de mercantilização são analisados em diferentes países (Inglaterra, EUA Austrália e Nova Zelândia) considerando quatro aspectos: provisão, eficácia, eficiência e equidade (Whitty e Power, 2000).

Reputando a elementos de contexto ou conjuntura, sete resumos foram localizados, a maioria decorre de pesquisa documental em fontes primárias e um não apresenta informação sobre a metodologia na qual se apoia. McGinn (1994) considera criticamente o papel das organizações supranacionais e das corporações transnacionais na redução da soberania dos Estados-nação, especialmente no caso de economias mais pobres, e na indução à expansão de modelos educativos voltados para a competitividade global. Contrariamente, Lee (1999) analisa o desenvolvimento da educação

malaia sob a perspectiva da Agenda 2020, contexto no qual o autor identifica a liberalização das políticas educativas que levam à democratização, à privatização e à descentralização do sistema educativo. Boyd (2007) e Fitz e Hafid (2007) identificam, para EUA e Inglaterra respectivamente, os vínculos entre conservadores e neoliberais para sustentação de reformas educativas pró mercado. Hart e Livingston (1998) analisam dados de inquérito sobre financiamento estatal ao sistema educacional de Ontário e a relação deste financiamento com políticas de ajuste fiscal. Karsten (1999) discute as alterações introduzidas, em meados dos anos 1980, no modelo de financiamento educacional holandês orientado pela "revolução neoliberal" que modificou um sistema educacional que, desde 1917, mantinha o financiamento público a escolas públicas e privadas de forma equânime.

A introdução de reformas privatistas associadas a uma agenda internacional é objeto de reflexão de Rinne e Smola (2002) para a Finlândia. A mesma orientação reformista é tema de Arreman e Erixon (2011), desta feita, tomando em consideração a substituição de políticas sociais-democratas por mais mercado na oferta do ensino médio sueco. Robertson e Dale (2013) analisam as tendências de privatização associadas à globalização com base em fontes secundárias (mais propriamente o modelo de "coesão social" proposto por Iris Marion Young) evocando a necessidade de considerar as implicações das reformas para a justiça social.

A existência de contradições nas orientações pró mercado é percebida em trabalho de Atasay e Delavan (2012), que se debruçam sobre casos empíricos do Haiti e Nova Orleans pós calamidades, explicitando a amplitude da agenda privatizante em territórios que pouco oferecem de público.

No âmbito do debate teórico, Tooley (2003) se contrapõe a Harry Brighouse a respeito do sentido atribuído ao conceito de "privatização da educação", conceito que associado ao de mercantilização é tema da reflexão

de Chitty (1997). Cribb e Ball (2005) argumentam que o entendimento dos processos de privatização deve ser adensado eticamente e ser relacionado aos feitos sobre os serviços prestados, para o que sugerem a superação do mero debate ideológico.

Outro conjunto de resumos se refere a programas de transferência ou de criação de escolas públicas com gestão privada, seja por instituições com fins de lucro (corporações) como os casos de Fitz e Beers (2002) que analisam comparativamente o crescimento das EMOs como agentes de privatização da educação pública em duas configurações nacionais (EUA e na Inglaterra e País de Gales). Byrnes (2009) investiga a performance das escolas de gestão privada pós-reforma educacional na Filadélfia. A atuação e o crescimento de 11 empresas de porte nacional junto a escolas e distritos escolares americanos, mesmo depois da crise de 2007, é o tema de Burch (2010). Hatcher (2006) analisa o papel das agências não-governamentais, empresas privadas e, principalmente, empresários na reforma pró mercado do sistema educativo inglês. Adotando análise econômica, os autores Pugh, Davies e Adnett (2006) examinam os pontos fortes e fracos de provedores privados de educação sem fins lucrativos, tendo escolas religiosas como casos empíricos. Por fim, o artigo de Higham (2014) discute a lógica, os atores e as consequências do programa inglês que introduziu o modelo de “escola gratuita de gestão privada autorizada ou regulamentada” e financiada pelo governo, baseia-se em entrevistas com uma amostra de 58 proponentes dessas escolas para explorar os processos por meio dos quais tais escolas gratuitas são estabelecidas.

A competição entre escolas é o objeto da análise de Resnick (1994), por meio da comparação entre quatro programas de ensino judaico instituídos em escolas públicas, e de Adnett (2004), para quem a agenda de escolha da escola tem promovido o aumento da competição entre escolas o que exige estudos sobre o financiamento governamental em relação ao tipo de provedor da educação.

As assessorias privadas para a educação pública são identificadas por O'Neill (2011) como uma das formas favoráveis ao avanço de teorias neoliberais de escolarização em detrimento de orientações educacionais de base social-democrata liberal,<sup>70</sup> enquanto Sanders (2002) analisa, com base na teoria econômica, o limite de crescimento apresentado pelo mercado educacional e sua tendência a monopólios. A ação de fundações privadas no financiamento de bolsas de estudo a docentes, considerada uma forma de privatização, é discutida por Freedman (2000)

Ainda que se perceba uma ampla gama de temáticas associadas ao descritor privatização nos artigos das plataformas de divulgação científica aqui consideradas, são trabalhos sobre programas específicos de financiamento público à oferta privada que maior atenção receberam dos pesquisadores, seja por meio do subsídio a escolas públicas de gestão privada, como a *charter* nos EUA, *Academies* na Inglaterra, as *Friskolor* na Suécia ou as *Tomorrow's Schools* na Austrália (Wylie, 1999), seja por meio de subsídio público a organizações de origem popular como a escolas do Programa EDuco de El Salvador, ou ainda refletindo sobre as escolas privadas subvencionadas, associadas a políticas liberais de escolha como encontrado no de Chile, Argentina, Espanha e Holanda. Em 16 trabalhos relacionados ao descritor *privatization*, os autores, concordando ou discordando das políticas, programas ou orientações em foco, os associam a formatos de privatização: Wylie(1999); Karsten (1999); Narodowski e Nores (2002); Levin (2002); Narodowsk e Nores (2002); Cuellar-Marchelli (2003); Torche (2005); d'Entremont e Huerta (2007); Rhim (2007); Lipman e Haines (2007); Cooper e Randall (2008); Cucchiaraet al. (2011); Olmedo (2013); Levin et al. (2013), West e Bailey (2013); Higham (2014) e West (2014).

---

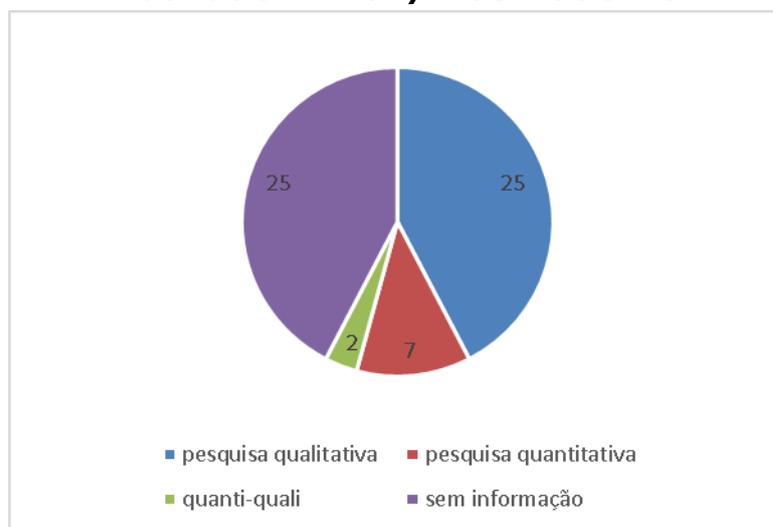
<sup>70</sup> Em certa tradição crítica de língua inglesa os princípios da “social-democracia liberal” são equivalentes aos da social-democracia europeia.

Pesquisa de Jimenez e Sawada (2001) discute as relações entre a oferta privada e pública do ensino médio nas Filipinas e indica que o crescimento desta última não dependeu da diminuição da oferta privada. Já para Narodowski e Andrada (2001), a partir do caso argentino nos anos 1960, o crescimento da oferta privada e o aumento da regulamentação das escolas privadas expressam o processo de privatização da educação a partir da mudança de um sistema de quase-monopólio estatal para um sistema dual público/privado.

A competição entre escolas privadas no Nepal foi objeto do artigo de Thapa (2013).

Identificaram-se ainda dois trabalhos que analisam a privatização de distritos escolares e não apenas de escolas, como observado na Filadélfia por Bulkley (2007) e no Canadá/British Columbia por Fallon e Poole (2014); dois estudos relacionando gestão privada de escolas “públicas” ao desempenho de estudantes (MACIVER E STRINGFIELD, 2000) ou opção religiosa dos estudantes em escolas israelenses por Yablon (2009) e, por fim, dois estudos sobre o crescimento das tutorias no Egito (SOBHY, 2012) e no oeste asiático (ZHAN, 2014)

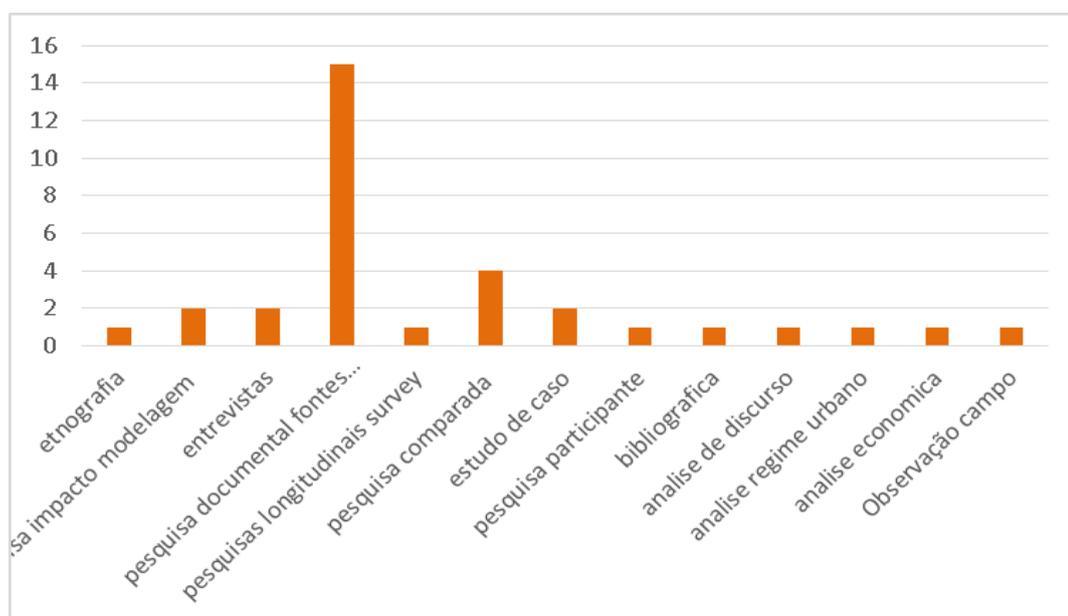
**Gráfico 35 - Natureza das pesquisas informadas para descritor Privatization- WoK/WoS-1990-2014**



Fonte: Adrião, 2015

Em relação à natureza das pesquisas (gráfico 35) e às metodologias empregadas (gráfico 36), as qualitativas, dentre as quais as documentais (15), os estudos de caso (2) e comparadas (4) são mais frequentes. As pesquisas quantitativas representam 16% do total, conforme gráfico 35. Recorda-se que nem todos os resumos informam a natureza da pesquisa ou o procedimento metodológico acionado.

**Gráfico 36- Procedimentos metodológicos informados para descritor *Privatization- WoK/WoS-1990-2014***



Fonte: Adrião, 2015.

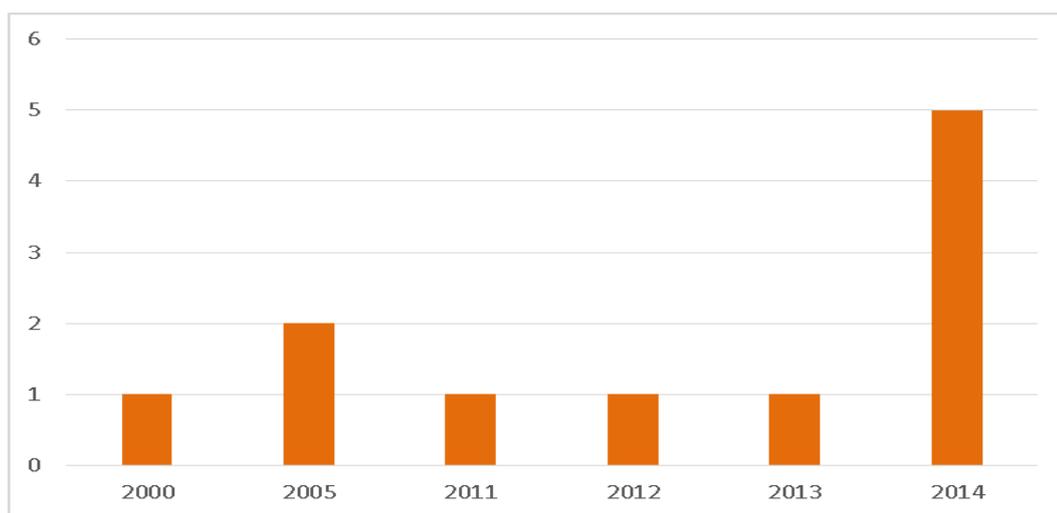
### 2.2.1.5 Public-Private Partnership (PPP)

O último conjunto de artigos selecionados nestas plataformas é integrado por trabalhos localizados pelo descritor *PUBLIC-PRIVATE PARTNERSHIP* (PPP). Na primeira fase do filtro encontrou-se 170 trabalhos, destes 18 associavam-se ao campo da educação (13 com resumo e cinco sem este elemento textual). A leitura dos resumos e das introduções dos

textos, quando disponíveis, redundaram na seleção de 11 artigos alinhados aos critérios adotados para este mapeamento.

A observação do gráfico 37 indica que, ao menos nesta base, as pesquisas relativas às PPPs associadas à educação básica são, comparativamente aos demais conjuntos de artigos, recentes e datam já deste século, indicando se tratar de uma modalidade nova de privatização ou um tema recente nas investigações. Por essa razão integra o menor grupo de artigos selecionados entre 1990-2014.

**Gráfico 37 - Distribuição anual das publicações. Descritor *Public-private Partnership*. WoK/WoS.1990-2014**

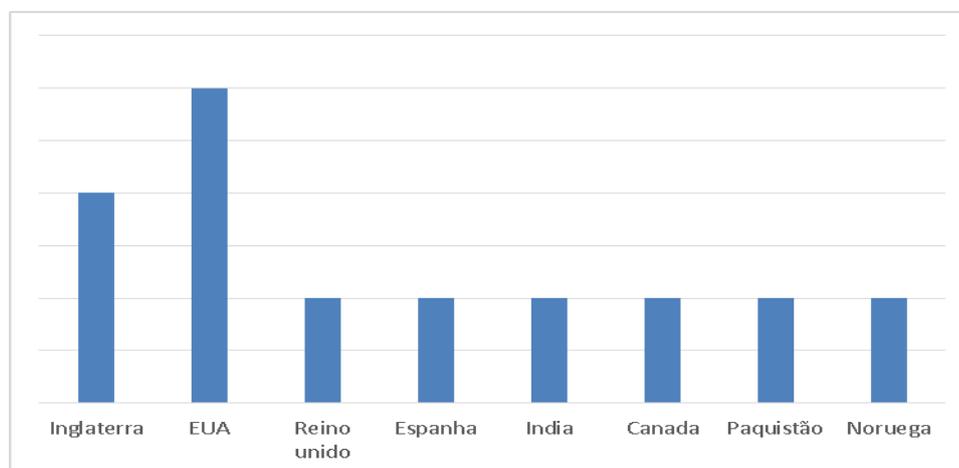


Fonte: Adrião, 2015

O gráfico indica ainda a ampliação das publicações a partir da segunda década deste século.

Em relação ao país de origem da instituição de vínculo do autor principal desses trabalhos, tem-se os recorrentes norte-americanos (4), Reino Unido (3), confirmando a proeminência das instituições do norte global, além de uma paquistanesa.

**Gráfico 38 - Distribuição dos artigos por país da instituição do primeiro autor. *Public-private Partnership. WoK/WoS. 1990-2014***



Autora: Adrião, 2015.

Os periódicos que mais frequentemente publicaram artigos que integram o levantamento com este descritor foram *INTERNATIONAL JOURNAL OF EDUCATIONAL DEVELOPMENT* (3) e *JOURNAL OF EDUCATION POLICY* (3).

A respeito dos temas tratados, os artigos inventariados analisam as PPPs como orientações e estratégias advindas de organismos e agências de financiamento internacionais e ou como estratégia de uma agenda global pró reformas, identificadas em documentos e orientações das mesmas. Este é o caso dos trabalhos de Robertson e Verger (2012) e de Fernandes (2014). Outros adotam a expressão PPP para se referirem a políticas de gestão privada da escola ou da educação pública por meio da contratação de assessorias – Jones e Bird (2000) e Woods e Woods (2005) - como ocorrido na Inglaterra com as *Education Action Zones*.<sup>71</sup> Vale destacar que

71 Reforma que consistiu na criação de “setores” educacionais, em regiões mais pobres da Inglaterra, formados por representantes da autoridade educativa local, de empresas locais e nacionais interessadas, de gestores de escolas de educação primária, secundária e infantil, pais e outros grupos locais e comunitários. As escolas seriam geridas por este coletivo com assessoria de empresas contratadas. Cf:

<<http://www.encyclo.co.uk/meaning-of-Education%20action%20zones>> e

<[http://news.bbc.co.uk/2/hi/special\\_report/1998/05/98/education\\_action\\_zones/97959.stm](http://news.bbc.co.uk/2/hi/special_report/1998/05/98/education_action_zones/97959.stm)>. Acesso em: 2015.

o trabalho de Jones e Bird (2000) introduz o tema do conflito de interesse entre atores envolvidos na gestão da educação.

Outros trabalhos se referiam ainda a iniciativas governamentais que induziram ao aumento das matrículas em escolas privadas, como o verificado em Bangay e Lathan (2014), sobre as escolas de baixo custo implementadas na Índia. A experiência norueguesa a respeito da parceria público-privada para o atendimento à primeira infância foi objetivo de estudo de Hang (2014), etapa de escolaridade e de vida objeto de análise também de Fernandes (2014) a partir de avaliação crítica sobre relatório do Banco Mundial sobre a política de Educação Precoce da Criança (ECE), implantada no Brasil em 2010.

Dimartino (2014) focaliza os programas de transferência da gestão da educação para atores privados como as EMOs, por meio da adoção da gestão por "portfólio" ou ainda pela por distritos escolares geridos por atores privados ou doares privados.

Considerando positivas as iniciativas de parcerias entre diferentes governos e setor privado, encontram-se quatro trabalhos: Amjad e MacLeod (2014) que, a partir de dados sobre desempenho acadêmico em 2011 de alunos paquistaneses, sugerem que alunos de escolas privadas e de PPPs têm melhor desempenho que os das públicas, tendo em vista a presença de taxas nestas últimas. Bangay e Latham (2013) enfocam o programa indiano "Gyan Shala" pelo qual, nas favelas de Gujarat e Bihar, expande-se o acesso à escolarização pela oferta de escola privada de baixo custo, Chattopadhyay e Nogueira (2014), a respeito de experiência de "co-gestão" entre governo e uma empresa de tecnologia no Rio de Janeiro e Stainback e Donahue (2005), que consideram os modelos de concessão envolvidos nos projetos de PPP como alternativas ao financiamento público para melhoria dos equipamentos escolares.

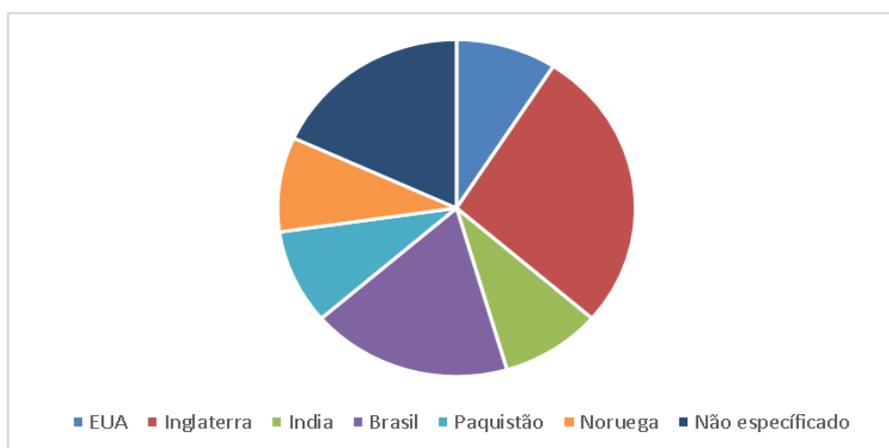
Já Stainback e Donahue (2005) entendem que as concessões para construção e manutenção de equipamentos escolares apresentam

vantagens e desvantagens, sugerindo ajustes para melhor adequação dos modelos. Mertkan (2011), com base em entrevista com empresários, discute o incentivo dado por políticas implantadas pelos governos da “Nova Direita e do Novo Trabalhismo” na Inglaterra para o voluntariado empresarial junto à gestão de escolas.

Em relação à natureza das pesquisas, dentre os textos que informam (7), mais uma vez se destacam as qualitativas (4), envolvendo estudos de caso (1), pesquisas documentais em fontes primárias (2) e entrevista (1).

Sobre o campo empírico indicado nos resumos e introdução dos trabalhos, tem-se a configuração expressa no gráfico 39, na qual se destacam os estudos sobre a Inglaterra.

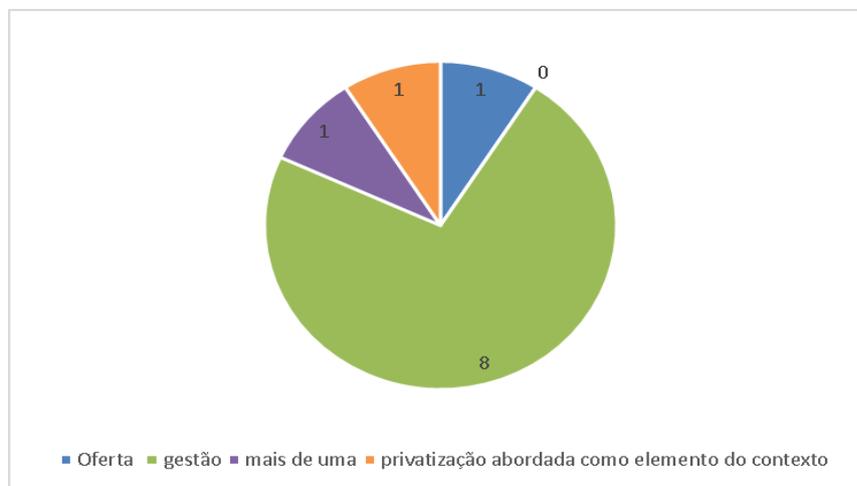
**Gráfico 39- Campo empírico abordado nos artigos. Descritor *Public-private Partnership. WoK/WoS. 1990-2014***



Fonte: Adrião, 2015

No que se refere às dimensões da política educacional consideradas nesta pesquisa, oito trabalhos se referem ao âmbito da gestão educacional ou escolar; um articula a gestão educacional por atores privados com e sem fins de lucro com a oferta educativa, abordando mais de uma dimensão. Um artigo analisa a PPP como elemento de contexto e um último se relaciona, especificamente, à oferta educacional. O gráfico 40 indica as dimensões da privatização identificadas nos resumos analisados.

**Gráfico 40- Dimensão de privatização identificada nos resumos-  
*Public-private Partnership. WoK/WoS- 1990-2014***



Fonte: Adrião, 2015

O conjunto de artigos selecionados pelo descritor PPP abordou duas dimensões da privatização. A gestão da educação, tanto no âmbito escolar (3), quanto educacional (2) considerando a presença de organizações com e sem fins de lucro. Três artigos abordaram formas de PPP como concessões estatais para organizações privadas. As formas de privatização da oferta educacional versaram sobre escolas privadas em geral e escolas privadas de baixo custo.

Um último aspecto a salientar é a posição dos artigos diante das PPPs: quatro são contrários, cinco favoráveis e dois não se posicionam claramente.

### **2.2.2 SISTEMATIZAÇÃO DE TEMAS E ABORDAGENS ENCONTRADOS NAS PLATAFORMAS *WoK/WoS- 1990-2014***

Lembrando que um mesmo artigo poderia abordar mais de uma dimensão, situação frequente quando se tratava de texto que buscava analisar o contexto dos processos de privatização, como se verifica na Tabela 6 na qual se registra, por descritor, o total de trabalhos relacionados

a cada uma das dimensões de privatização analisadas e aqueles que abordaram mais de uma delas.

**Tabela 6 - Total de artigos por descritor e dimensões da privatização. WoK/WoS.- 1990-2014**

<b>Dimensão da privatização</b>	<b>Financing</b>	<b>Choice</b>	<b>PPP</b>	<b>Charter</b>	<b>Privatization</b>	<b>TOTAL</b>
<b>Oferta</b>	9	49	1	28	25	<b>112</b>
<b>Currículo</b>	1	0	0	0	2	<b>3</b>
<b>Gestão</b>	6	2	8	16	13	<b>45</b>
<b>Mais de uma</b>	1	1	1	1	4	<b>8</b>

Fonte: Adrião, 2015

Percebe-se que as formas associadas à privatização da oferta educacional foram as mais frequentemente tratadas, seguidas das que abordaram a privatização da gestão da educação (escolar ou educacional). Apenas três resumos se referiram especificamente a formas de privatização do currículo.

Considerável foi o volume de trabalhos que não se ativeram a uma dimensão específica, mas analisaram as tendências ou discursos privatizantes como elemento de dado contexto ou de condições históricas, conforme se indica na tabela 7.

**Tabela 7 - Total de trabalhos por descritor abordando a privatização associada a elementos de contexto ou históricos. WoK/WoS.1990-2014**


	<b>Financing</b>	<b>Choice</b>	<b>PPP</b>	<b>Charter</b>	<b>Privatization</b>	<b>TOTAL</b>
Privatização abordada como elemento do contexto	5	14	1	0	10	30
Privatização como condicionante histórica	0	1		0	5	6

Fonte: Adrião, 2015

Caracterizou-se os trabalhos como associados a elementos de contexto, quando abordaram relações entre os processos, tendências ou políticas de privatização com a introdução de mecanismos de mercado, a globalização, o neoliberalismo, a ascensão ou queda de dado governo ou ainda como consequência da desregulação, da descentralização política e ou administrativa, esta, por vezes, entendida como mera desconcentração e em outros casos como exercício de autonomia financeira e administrativa. Já a privatização como decorrente de condicionantes históricas pode ser apreendida nos resumos quando estes se pautavam em análises sobre a composição étnica ou racial de dada sociedade; a desigualdade estrutural ou sobre alterações decorrentes de mudanças econômicas como a substituição da economia planificada pela introdução de relações capitalistas ou de mercado.

No que se refere às instituições de vínculo do/as autore/as principais destaca-se a concentração destas em países de capitalismo avançado, especialmente de língua inglesa, ainda que a distribuição seja desigual: os EUA responderam por 47,5% das publicações e o Reino Unido, incluindo Inglaterra, País de Gales e Irlanda, por 18,1 % delas. Os demais trabalhos associam-se a instituições pulverizadas por distintos países.

Na posição do/as autore/as sobre os processos de privatização analisados ou sobre os referenciais teóricos que lhes dão suporte, tem-se a prevalência de artigos críticos, como registrado na tabela a seguir.

**Tabela 8 - Posição do/as autore/as expressa nos resumos por descritor WoK/WoS- 1990-2014**

<b>Posição do autor</b>	<b><i>Financing</i></b>	<b><i>Choice</i></b>	<b><i>PPP</i></b>	<b><i>Charter</i></b>	<b><i>Privatization</i></b>	<b>Total</b>
<b>Crítica</b>	10	33	4	21	29	<b>97</b>
<b>Favorável</b>	8	13	5	10	7	<b>43</b>
<b>Sem posição</b>	4	21	2	14	23	<b>64</b>

Fonte: Adrião, 2015

### **2.3- SCIELO.Br E WoK/WoS: INVENTÁRIO DE PUBLICAÇÕES EM PERIÓDICOS EM DIÁLOGO**

Este capítulo apresentou a primeira parte deste Estado da Arte e consistiu no levantamento e caracterização de publicações, na forma de artigos, em periódicos estrangeiros e brasileiros de circulação internacional com alto impacto, razão pela qual as bases selecionadas foram *Web of Knowledge/Web of Science* e o *SciELO-br*. Além das considerações desenvolvidas ao longo dos itens deste capítulo, que analisaram cada base em separado, a comparação de aspectos selecionados apresenta-se como decorrência esperada deste tipo de pesquisa.

A primeiro deles se refere aos descritores pelos quais os artigos foram localizados: os artigos publicados na *Web of Knowledge/Web of Science* se dedicaram a analisar, com muito mais frequência, políticas, programas ou teorias relacionadas à escolha de escolas, localizados pelo descritor *choice*. Neles se analisou diferentes formas de subsídio público ao setor privado (provedores com e sem fins de lucro; fundações e empresas vinculadas ou não ao segmento educacional), incluindo-se a família, neste caso, por meio do *homeschooling*, de bolsas de estudo ou formas de incentivos fiscais. Enquanto na plataforma *SciELO-br*, a maior parte dos artigos foram selecionados pelo descritor privatização e focalizaram processos conjunturais de alteração na gestão pública e nas formas de

financiamento da educação, como elementos determinantes para a ampliação de formas de privatização da gestão educacional e da oferta educativa por provedor privado.

As desigualdades como consequência de iniciativas privatizantes ou como fator indutor para sua adoção também estiveram presentes nos artigos publicados nas plataformas WoK/WoS e quase que ausentes nas publicações localizadas na SciELO-br, sendo consideradas em apenas um artigo.

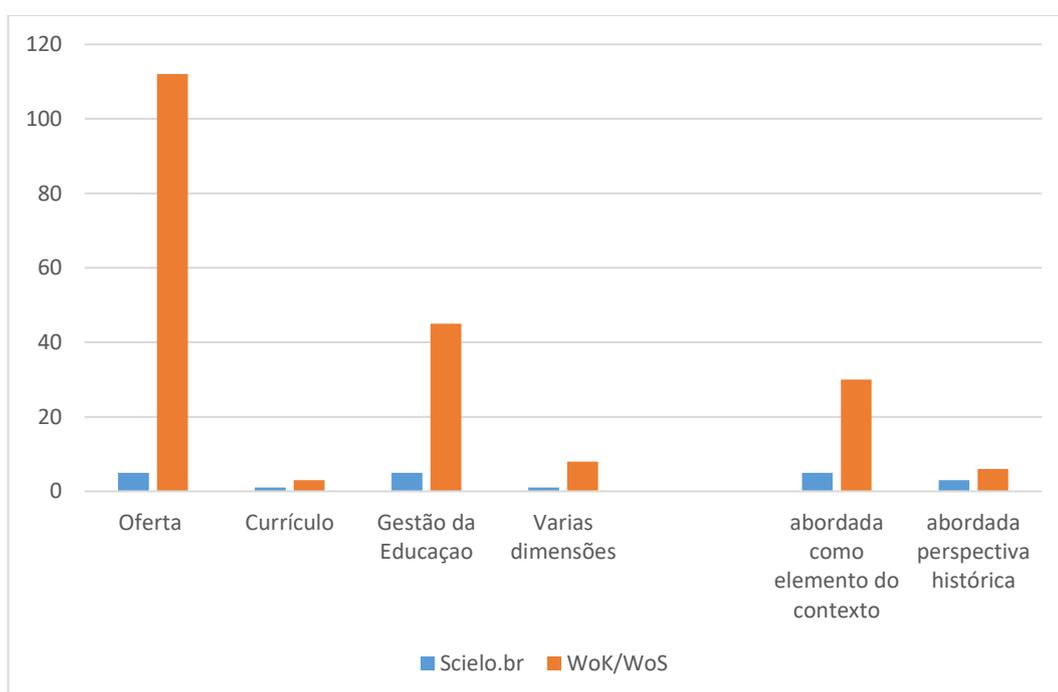
O segundo descritor que selecionou o maior número de artigos foi privatização, neste caso os trabalhos trataram de uma diversidade temática e evoluíram aspectos das reformas educacionais pró mercado em diferentes contextos e territórios, inclusive como dimensão de orientação global.

As publicações na SciELO-br também foram, em sua maior parte, localizadas pelo descritor privatização, seguido de parceria público privado/a. Nenhum trabalho foi localizado pelo descritor *charter/contrato*, ainda que alguns deles, analisassem contratos entre organizações privadas e esferas governamentais para a oferta educativa, especialmente na educação infantil. Vale destacar que, dois artigos associados ao descritor “quase-mercado” atribuem distintos significados à mesma expressão: o primeiro entende o quase-mercado como mecanismo percebido em trajetórias escolares decorrentes de “escolhas” por escolas, enquanto o segundo entende o termo como expressão de privatização na gestão.

Em relação às dimensões, sobre as quais incidem os processos de privatização identificadas nos artigos inventariados, encontra-se relativa sintonia expressa na presença de produções que relacionam a privatização a aspectos da conjuntura/contexto, como indicado no gráfico 41 e a estudos sobre a privatização da oferta educativa. Além disso, nas três plataformas, a privatização do currículo apresenta-se marginalmente e associou-se à

compra de projetos educativos para escolas públicas ou de insumos curriculares financiados por organismos internacionais ou atores privados, com destaque para os filantropocapitalistas, modalidade de ator privado ausente nos resumos publicados na SciELO-br.

**Gráfico 41 - Quantidade de artigos por dimensão da privatização: WoK/WoS e SciELO.br- 1990-2014**



Fonte: Adrião, 2015

Outro aspecto a considerar, na análise dos dados inventariados nas três plataformas de periódicos, é a ausência de trabalhos na SciELO-br relativos a algumas formas de privatização identificadas na produção internacional: a) transferência da gestão da escola para os pais; b) escolas privadas de baixo custo; c) tutorias e aulas particulares; d) *homeschooling*; e) transferência de sistemas e escolas para organizações lucrativas e f) cofinanciamento da escola pública (Estado/família). Por outro lado, a frequência com que tais formas apareceram no conjunto dos 204 resumos localizados na WoK/WoS é registrada na Tabela 9. A falta de artigos associados a essas formas de privatização nas publicações brasileiras pode

indicar tanto a ausência do fenômeno nas realidades estudadas, quanto sua não importância para pesquisadores ou periódicos.

**Tabela 9 - Total de resumos que abordam formas de privatização presentes na WoK/WoS não localizadas na SciELO.br.1990-2014.**

<i>Voucher- ( subsidio ás familias para escolha da escola)</i>	10
<i>Homeschooling ( Educação domiciliar)</i>	2
Escola privada baixo custo	2
Tutorias e aulas particulares	4
Transf. da escola para org. sem fins de lucro	5
Transf. Sistema educacional para Cooperativas	6
Transf. Sistema educacional para org. sem fins de lucro	6
Transf. Sistema educacional para Corporações/empresas	9

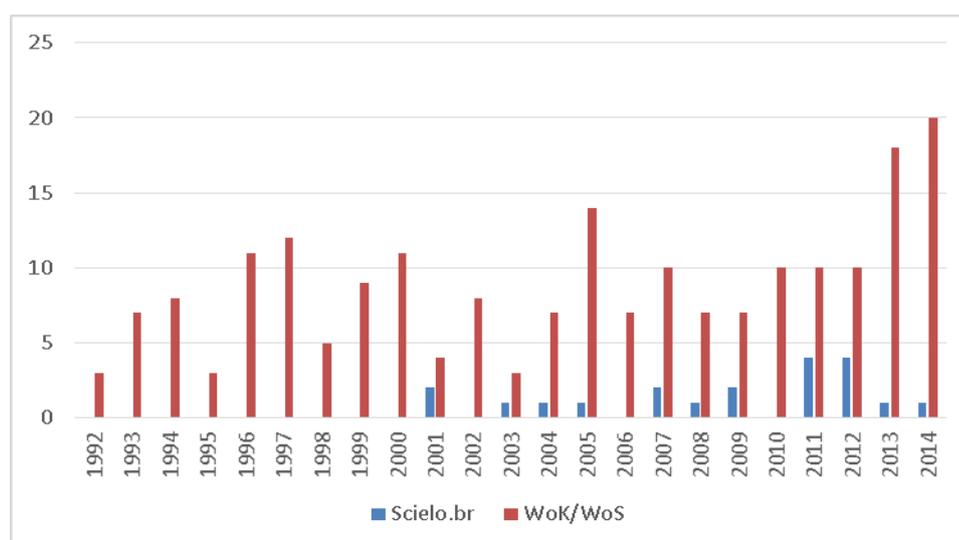
Fonte: Adrião, 2015

A disseminação de estudos sobre privatização da educação obrigatória/básica nos periódicos das plataformas selecionadas fica evidente quando se compara o volume de artigos publicados em cada uma delas no decorrer da série histórica, como registrado no gráfico 42.

Nesta comparação, se percebe a antecedência de uma década nas publicações sobre o tema pelos periódicos em língua inglesa. O deslocamento temporal nas publicações em periódicos acadêmicos relaciona-se à disseminação de uma agenda de pesquisa associada à globalização, à liberalização econômica, à introdução de ideário neoliberal e programas de reforma educacional alicerçados em políticas de escolha (mercado e quase-mercado) e de incentivo à oferta privada da educação que ainda não se verificava, expressamente, no Brasil. Tal conjunto de aspectos foram introduzidos, primeiramente, nas economias de capitalismo central, nas quais o Estado de Bem-Estar Social vigorava. Entre nós, as tendências nessa direção foram analisadas por poucos pesquisadores.

Ainda que possa haver uma diferenciação na série histórica em virtude da SciELO-br ter passado a operar publicamente a partir de 1998. Importa considerar que no Brasil, as propostas reformistas e privatistas se materializaram em programas e políticas no final dos anos 1990, identificadas nos artigos e com alterações no modelo de financiamento da educação básica e na organização e atuação do Estado, condições que ampliaram o mercado da educação para assessorias privadas, provedores privados etc.

**Gráfico 42 - Distribuição dos artigos selecionados por ano e plataforma- SciELO.br/ WoK/WoS.1990-2014**



Fonte: Adrião, 2015.

Nas duas bases consultadas, não se localizou artigos para os anos 1990 e 1991, por outro lado em ambas, o número de artigos se amplia a partir de 2007.

Dois aspectos merecem destaque nesta comparação no que tange ao sentido atribuído aos descritores que integram este levantamento. O primeiro relaciona-se ao sentido atribuído pelas produções aos termos parceria público-privado/a (PPP) e quase-mercado. No caso da PPP, o termo, em algumas produções de língua inglesa assume um sentido amplo

para se referir às políticas orientadas por agências internacionais relacionadas à incorporação de atores privados, em especial associados a corporações, na definição e operacionalização das políticas educativas; enquanto em outras publicações a expressão parceria público-privada se refere a estratégias de concessão pelo poder público da oferta educacional e da gestão da educação, incluindo a construção e manutenção de equipamentos escolares, para corporações. De qualquer modo, a natureza do ator privado associa-se ao campo corporativo. Já nas publicações na SciELO-br, os autores brasileiros adotam o termo mais “livremente” em referência a todas as formas de relações entre governos e setores privados com ou sem fins de lucro, incluindo setor filantrópico, nas diferentes dimensões da política educacional. Esta profusão de tratamentos permite inquirir sobre a pertinência de se adotar o termo para se referir a processos de privatização. Afinal por que disseminar expressão cunhada por organizações que apostam na privatização da educação?

Já em relação ao termo quase-mercado, a literatura internacional o entende associado aos processos de escolha de escola que ocorrem em situações de competição, mas não de mercado propriamente, posto que não há a compra de vagas pelas famílias, ainda que as escolas disputem a preferência destas tendo em vista diferentes vantagens decorrentes de distintos programas governamentais. Já, entre nós, o termo foi adotado em referência ao que Ball e Youdell (2008) denominam de “endoprivatização” ou à introdução de orientações gerencialistas na gestão da educação. Tais divergências alertam para a necessidade de definição do sentido empregado quando da adoção de termos derivados de outros contextos e áreas, posto que se pode estar tratando de fenômenos distintos.

Um segundo elemento derivado da análise das publicações nas duas bases relaciona-se à inexistência de trabalhos nas WoK/WoS que analisem a democratização da gestão da educação ou escolar como qualidade da educação pública a ser perdida com a introdução de processos privatizantes

ou a ser estimulada como freio contra esses mesmos processos, como observado em alguns trabalhos localizados na SciELO-br. Em artigos que analisam contextos diferentes do brasileiro, a participação da comunidade ou das famílias na gestão da educação é compreendida como mecanismo de descentralização dos processos decisórios, por vezes, associados à privatização, como quando distritos escolares passam a ser geridos pela comunidade ou quando escolas públicas têm sua gestão transferida para a comunidade. A participação de pais na escola privada foi analisada como um mecanismo de mercado, na medida que induz professores atuar em resposta às demandas das famílias, introduzindo uma relação entre prestador de serviço e clientes.

Nos estudos publicados na SciELO-br não se encontrou abordagens que relacionassem processos de privatização à desigualdade educacional, aspecto recorrente em grande parte dos artigos sobre escolha de escola nas plataformas WoK/WoS. As bolsas de estudo, programas que permitam o rompimento da segregação espacial da matrícula (como em alguns programas de escola *charter*) são apreendidos por alguns autores como estratégias para superar desigualdade ou formas de discriminação positiva.

Também não se localizou na SciELO-br estudo sobre escolas privadas, tema que, mesmo rarefeito, apareceu nas publicações das outras plataformas, em alusão à escola de baixo custo para países pobres ou via estudos sobre escolas confessionais. Ainda em relação a temas ausentes nas publicações da plataforma brasileira indica-se: a) tutorias e aulas particulares, formas de privatização da oferta educacional que existem no Brasil, mas não configuram em objeto das publicações; b) cobrança de taxas por escolas públicas, praticadas em países pobres e também vigentes no Brasil e pouco analisadas e 3) papel das marcas de escolas privadas como estratégia na disputa pelas famílias.

Em relação à posição dos artigos sobre os processos e formas de privatização considerados, a tabela 9 ilustra a maioria formada por seus

críticos e pelo grande número de resumos cujos resultados impedem a identificação da posição do autor. Vale indagar se esta proporção se manteria caso o foco fosse o Ensino Superior.

**Tabela 10 - Posição dos artigos sobre os processos analisados. SciELO-br e WoK/WoS. 1990-2014**

	SciELO	WoK/WoS
<b>Crítico</b>	15	97
<b>Favorável</b>	1	43
<b>Sem Informação</b>	4	64
Total	20	204

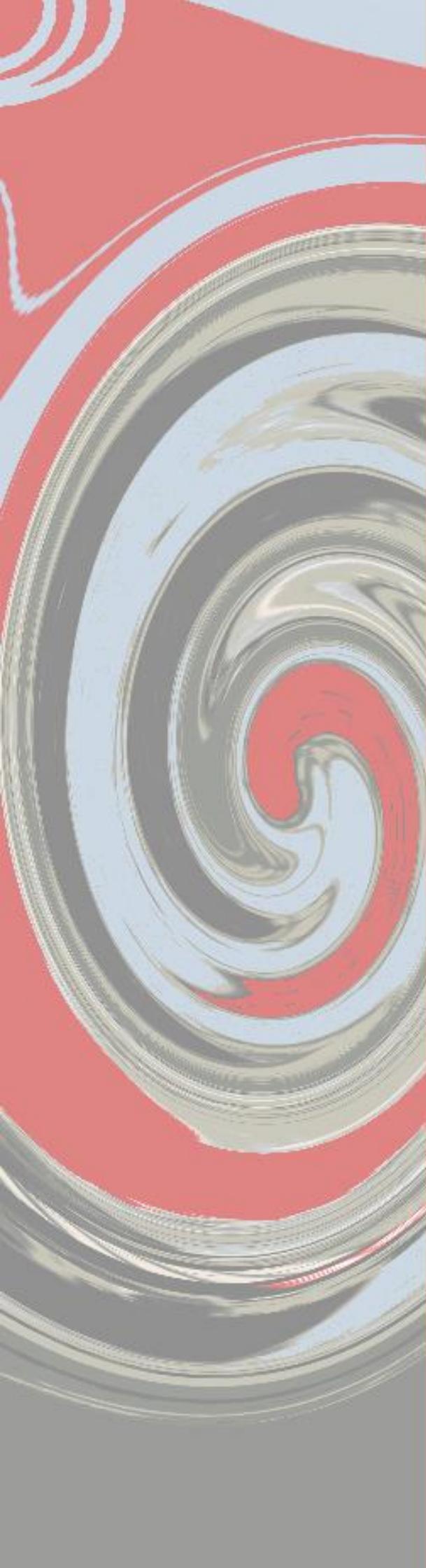
Fonte: Adrião, 2015

Em relação à natureza das pesquisas, nas duas bases, a maior parte dos resumos indicou tratar-se de trabalhos assentados em pesquisas qualitativas apoiadas em fontes documentais. Em relação aos procedimentos metodológicos, revisão da literatura, pesquisas com modelagem estatísticas e estudos de redes sociais não foram encontrados entre os trabalhos selecionados na SciELO-br.

Não se localizou na plataforma SciELO-br estudos sobre redes ou atores privados específicos, temática que apareceu nas publicações das outras plataformas. Destas destaca-se o acionamento do conceito “filantropocapitalista” para se referir a fundações empresariais norte-americanas. Destaca-se ainda o estudo da articulação empresarial *New American Schools Development Corporation*, entidade constituída por empresários com incidência semelhante ao Todos pela Educação brasileiro.

Por fim, se identificou uma forma de privatização estudada em artigos presente na WoK/WoS que não integram a matriz analítica adotada neste trabalho: cobrança de mensalidades ou taxas em escolas públicas.





## CAPÍTULO III

---



## PRODUÇÃO DA PÓS-GRADUAÇÃO BRASILEIRA SOBRE PRIVATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO:<sup>72</sup> 1990-2014

Complementando o mapeamento sobre publicações relativas à privatização da educação básica, considerou-se relevante inventariar as pesquisas desenvolvidas no âmbito dos Programas de Pós-graduação em Educação (PPGE), com vistas a identificar o tratamento e a frequência com que o tema se constituiu em objeto de preocupação de pesquisadores em formação. Esta é a razão pela qual definimos como escopo as teses e dissertações produzidas em programas de pós-graduação em educação *stricto sensu*, na modalidade acadêmica.

Aqui também a organização e análise do material levantado se ativeram ao resumo, inclusive porque o Banco de Teses e Dissertações da Capes não era constituído pelos trabalhos na íntegra. O campo de investigação se referiu aos mestrados acadêmicos e doutorados afiliados à Área de Educação da COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR – CAPES. Possivelmente em outras áreas poderão ser encontrados trabalhos que preencham os requisitos para este mapeamento,

---

72 Esta etapa do trabalho contou com o importante auxílio no levantamento dos dados, em distintos momentos de três estudantes de graduação, bolsistas PIBIC: Hanna Cotrim Broncher, Cristiane da Silva Antonio e Marina Abreu.

ainda assim se optou por manter a similaridade e o padrão de pesquisa em educação.

O levantamento foi realizado em três distintos momentos entre 2012 e 2015 com o auxílio de três distintas bolsistas de Iniciação Científica/CNPq: Hanna Cotrim Broncher (2012), Cristiane da Silva Antonio (2013) e Marina Abreu (2015).

Em função das dificuldades encontradas no acesso ao acervo que integrava o então Banco de Tese da CAPES, dado que o mesmo foi retirado de circulação até maio de 2015 para modernização da plataforma e criação da plataforma Sucupira, o acesso público ao banco de dados se efetiva apenas para período entre 2011-2012, optou-se por pesquisar diretamente nos repositórios de universidades intencionalmente selecionadas cuja escolha decorreu dos seguintes critérios: representação geográfica de todas as regiões do país e seleção da universidade com o maior Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) em funcionamento no ano de 2015.

Além dessas instituições, ampliou-se este inventario com consultas aos programas das três universidades estaduais paulistas – Unicamp, USP e Unesp, universo justificado pela inserção das mesmas na produção científica nacional e pela concentração de PPGEs no estado de São Paulo.

Em síntese, o levantamento de teses e dissertações sobre as dimensões e formas de da privatização na educação básica se deu por meio de seleção em duas bases: junto ao Banco de Tese da Capes e junto ao acervo digital das seguintes universidades brasileiras, aqui considerado em conjunto como uma base de dados: Universidade Federal do Pernambuco (UFPE), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Universidade Federal do Pará (UFPA), Universidade de São Paulo (USP), Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Universidade Estadual Paulista (Unesp) e Universidade de Brasília (UNB).

Nas duas bases, os descritores selecionados para a filtragem foram os mesmos dos adotados para os periódicos: Financiamento; Parceria Público-Privado; Parceria Pública-Privada; Gestão Privada, Subsídio; Cooperativa; Privatização; Escolha; Quase-Mercado ainda as expressões em inglês *Choice* e *Charter*, uma vez que os trabalhos poderiam adotar a palavra-chave em inglês por constarem das informações bibliográficas em inglês que acompanham as produções. Tais descritores poderiam se apresentar no título, palavra-chave ou no resumo. Teses ou Dissertações que NÃO apresentavam relação com o tema proposto foram desconsideradas após análise.

As dimensões analisadas deveriam ser associadas à educação básica, de modo que na primeira fase do levantamento, os trabalhos relacionados ao Ensino Superior foram excluídos.

Os resultados apresentados pela busca foram examinados de acordo com as exigências do tema proposto nesta pesquisa: privatização entendida como a transferência da educação, materializada em dimensões, para atores privados.

Mesmo que os procedimentos de busca sejam diversificados, pois os acessos à plataforma da Capes e aos bancos das universidades se deram por sistemáticas distintas, em todos eles os procedimentos de busca ocorreram em duas etapas: a primeira referente à procura no nível do Mestrado acadêmico e a segunda etapa no nível de Doutorado.

A apresentação dos dados relativos às produções discentes, no caso das universidades, aparece em três etapas: mantivemos a totalidade dos trabalhos identificados pela primeira fase da busca em cada repositório, no qual trabalhos puderam compor o levantamento pelo fato do filtro identificar a presença do termo em um dos campos selecionados. Por exemplo: os trabalhos selecionados pelo termo parceria, mas nem sempre referidos à parceria público-privado/a, constaram, ainda assim, do primeiro levantamento.

Em um segundo momento, após a exclusão dos trabalhos relativos ao ensino superior, educação profissional, educação tecnológica e daqueles que se repetiam ou cujo tema fugia ao objetivo proposto, procedeu-se à leitura dos resumos, excluindo-se trabalhos que, mesmo identificados pelo descritor, não se associavam ao tema da privatização da educação básica, como aqui considerado, de modo que, o volume total de resumos analisados para este conjunto foi composto por 112 trabalhos.

Considerou-se oportuno manter o conjunto de trabalhos localizados em cada repositório das universidades, mesmo que para o período de 2011-2012 alguns possam coincidir com o levantamento efetuado no Banco de Tese da Capes, uma vez que na síntese deste capítulo, que envolve o exercício da comparação, os trabalhos duplicados nas duas bases foram desconsiderados.

### **3.1 BANCO DE TESE DA CAPES- 2011-2012**

A busca por teses e dissertações na plataforma da CAPES foi executada pelo link <http://bancodeteses.capes.gov.br>, na modalidade "Busca Avançada". Os descritores, que integram a Tabela 11, foram incluídos individualmente e as produções localizadas em "Todos os índices". O refinamento da seleção exigiu o corte por Programa de Pós-graduação em Educação, na área de conhecimento Educação e por nível de curso, Mestrado acadêmico e Doutorado. O período então disponível para consulta pública refere-se apenas aos anos de 2011 -2012 e, infelizmente, os pedidos para acesso ao conjunto do banco, até o momento de conclusão desta tese, não foram acatados.

Segundo informação disponível no site da CAPES,

como forma de garantir a consistência das informações, a equipe responsável está realizando uma análise dos dados informados e identificando registros que por algum motivo não foram informados de forma completa à época de coleta dos dados. Assim, em um

primeiro momento, apenas os trabalhos defendidos em 2011 e 2012 estão disponíveis. Os trabalhos defendidos em anos anteriores serão incluídos aos poucos.<sup>73</sup>

As 175 teses e dissertações selecionadas pelos descritores, após triagem pelo filtro educação básica regular, compuseram um total de 41 trabalhos distribuídos entre mestrados e doutorados conforme Tabela 11. Estes tiveram seus resumos submetidos à análise qualitativa, tendo em vista identificar sua adequação ao escopo deste estudo, processo que redundou no número definitivo de 21 trabalhos incorporados ao mapeamento, como indicado nas últimas colunas da mesma tabela: 18 mestrados e três doutorados.

**Tabela 11 - Total de teses e dissertações selecionadas por descritor- CAPES - 2011-2012**

<b>Descritores</b>	<b>Doutorados Localizados</b>	<b>Mestrados localizados</b>	<b>Mestrados incorporados ao mapeamento</b>	<b>Doutorados incorporados ao mapeamento</b>
Financiamento	12	26	3	1
Parceria Público-Privado	0	3	4	0
Parceria Pública-Privada	0	1	5	1
Gestão Privada	16	9	4	1
Cogestão	1	0	0	0
Subsídio	0	4	0	0
Cooperativa	0	1	0	0
Privatização	0	2	1	0
Charter	0	0	0	0
Escolha Parental	0	0	0	0
Quase-Mercado	1	1	1	0
<i>Choice</i>	0	0	0	0
<b>Total</b>	<b>8</b>	<b>33</b>	<b>18</b>	<b>3</b>

Fonte: Adrião, 2015

73 Disponível em: <<http://bancodeteses.capes.gov.br/noticia/view/id/1>>. Acesso em: 2015.

Verificou-se a inexistência de resultados para os descritores: *Cooperativa*, *Charter*, *Escolha Parental* e *Choice* nos dois anos disponíveis para consulta. Informa-se também que, após a leitura das produções inicialmente localizadas pelos descritores, o trabalho identificado por cogestão não atendia aos critérios desta seleção, razão que suscitou sua exclusão. Em resumo, foram 18 mestrados e três doutorados produzidos no biênio 2011-2012 incorporados a este mapeamento.

Nesta base, percebeu-se uma concentração de produções associadas aos termos parceria público-privado e parceria público-privada (PPP), quatro e seis respectivamente. Nesse conjunto, o sentido atribuído a esses termos é mais amplo do que o previsto na Lei nº. 11.079, de 30 de dezembro de 2004, pela qual o governo brasileiro instituiu normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública. As PPPs referiram-se a programas governamentais de diferentes esferas de governo elaborados ou implementados sob a tutela de organizações privada setor privado ou por elas executados.

Três trabalhos analisaram programas relativos à introdução de ferramentas de gestão escolar elaboradas por empresas, fundações ou institutos. Dantas (2011) debruçou-se sobre parceria entre o governo municipal de Campo Grande e o Instituto Ayrton Senna (IAS) efetivada entre 2001 e 2004. Brito (2012) considera a presença e as orientações políticas decorrentes de “parceria estabelecida entre a Prefeitura de Barcarena, no Pará e a Fundação Vale para implementação do Programa Escola que Vale no município”. Já Silva (2012) analisa a implantação do Sistema de Gestão Integrado (SGI) elaborado pela Fundação Pitágoras em um município paulista.

Os limites à gestão democrática de escolas brasileiras, impostos por um contexto de privatização da gestão pública e da educação, é o tema de Rosa (2012) tendo por objeto o Programa Nacional Escola de Gestores da Educação Básica-PNEGEB.

Quatro produções referem-se a políticas e programas de subsídio público à oferta privada para o atendimento na educação infantil. Este é o caso dos trabalhos de Casagrande (2011), sobre as tendências de oferta privada da educação infantil por municípios paulistas de porte médio. Já os convênios em Joinville para o atendimento a esta etapa de escolaridade, ofertado por creches domiciliares ou comunitárias, foi o objeto de investigação e crítica do trabalho de Zarpelon (2011). Centrando a crítica no perfil do atendimento às crianças pequenas, ressaltando a perspectiva assistencialista e moralista que resulta de alguns convênios entre o município de Esteio-MG e entidades privadas, Oliveira (2012) problematiza indiretamente esse formato de privatização da oferta educativa. O atendimento à educação infantil na cidade de Manaus, por meio do crescimento irregular de uma rede privada precarizada e voltada predominantemente ao atendimento da creche, foi identificado e analisado por Pereira Silva (2012).

A indução a políticas de privatização e alinhamento com orientações neoliberais disseminadas por organismos multilaterais e relacionadas às políticas de educação infantil em vigência no Brasil foi tema de Morgado (2011). Preocupação semelhante encontra-se em Lima Junior (2011) no trabalho em que analisa a interferência do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) na gestão do ensino médio público do Distrito Federal, por meio do Programa de Melhoria e Expansão do Ensino Médio (Promed), resultante de um acordo de financiamento firmado com o MEC/FNDE.

A análise do discurso das empresas educacionais, desenvolvida por Caria (2012), considera a adoção das estratégias propostas pelas empresas assentadas na promessa de soluções educacionais e da realização de uma 'revolução do ensino público'.

A primeira PPP, formalmente instituída e correspondendo à transferência de conjunto de escolas para empresas implantada em Belo

Horizonte e comentada no Capítulo 1 deste trabalho, foi o objeto de Reis (2012) cuja pesquisa localiza um gasto adicional de 23,4% no custo desse atendimento.

Pernasso (2011) aborda as parcerias público-privadas em educação vigentes no Estado de São Paulo, mas não sinaliza em seu resumo o objeto tratado.

Feitosa (2012) analisa a relação entre o Programa Educação para Todos (EPT) e o movimento "Todos pela Educação", de base empresarial, e o estímulo a parcerias entre o setor público e o privado.

A "escolha" de escolas como expressão de condições hierárquicas de acesso a informações privilegiadas, sejam estas escolas públicas ou privadas, foi a preocupação de Lanes (2011). Já Moraes (2011) analisa a atuação das entidades filantrópicas no estado do Paraná para atendimento educacional dos deficientes intelectuais, expressão de políticas de "publicização" decorrentes da reforma do Estado implantada na gestão do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, segundo a autora, tais entidades são hegemônicas e influenciam as orientações políticas para este tipo de atendimento educativo.

Silva (2011) analisa parte da legislação que regulamenta o terceiro setor relacionando-a a reformas do Estado a marcos regulatórios a partir dos quais, a qual a educação passou a ser considerada serviço não-exclusivo.<sup>74</sup>

A trajetória do ensino privado encontrado em Pelotas/RS no século XIX até o início deste foi investigada por Neves (2012), que destacou o papel da propaganda impressa para o marketing educacional.

O Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) do governo federal foi identificado por AbouKalan (2011). De acordo com a pesquisa, o PDDE, apesar de anunciar, não possibilita a participação dos sujeitos nas decisões e tampouco a autonomia das escolas. O mesmo programa foi objeto de

---

<sup>74</sup> Sobre a definição ver Capítulo 1 deste estudo.

investigação de Pinheiro (2012), para quem, no período de 2006 a 2011, houve um aumento no repasse de recursos para as unidades executoras de natureza privada da ordem de 692% para gasto com ensino de tempo integral.

Alves da Silva (2012) problematiza, por meio de estudo comparativo entre Portugal e Brasil e no âmbito da mundialização do capital, a relação entre o financiamento e a gestão da educação.

Interessante indicar que nesta base, três trabalhos explicitaram vínculos com grupos de pesquisa específicos: Políticas Públicas e Gestão da Educação (PPGE) da UCDB e Grupo de Estudos e Pesquisas e Política Educacional (GREPPE) tanto da UNESP, quanto da UNICAMP.

Três programas governamentais foram associados a organizações privadas: PDDE, PNEGEB e PMEM foram associados às tendências de privatização aqui em destaque, conforme tabela 12. Além disso, alguns atores privados e seus respectivos programas foram relacionados: IAS, Fundação Vale e Fundação Pitágoras.

**Tabela 12 - Total de trabalhos que abordaram programas educacionais associados a atores privados abordados. Capes-2011-2012**

<b>Ator Privado/Programa</b>	<b>Total de trabalhos</b>
Instituto Ayrton Senna (IAS)-/Gestão Nota 10 e Circuito Campeão	2
Fundação Vale/ Escola que Vale	1
Fundação Pitágoras/ Sistema de Gestão Integrado-	1
BID/ Programa de Melhoria e Expansão do Ensino Médio -PMEEM	1
Todos pela Educação/Programa Educação para Todos (EPT)	1
APM/Programa Dinheiro Direto na Escola	2
UNESCO-OMS/Primeira Infância melhor- PIM	1

Vários/Programa Nacional Escola de Gestores da Educação Básica -PNEGEB	1
SI/Parceria Público Privada	1

Fonte: Adrião, 2015

Nenhuma produção, localizada nesta base, desenvolveu-se por meio de pesquisa quantitativa e a quase totalidade correspondeu a pesquisas documentais em fontes primárias, como se verifica na tabela que segue.

**Tabela 13 - Procedimentos metodológicos informados nos resumos de teses e dissertações. Capes- 2011-2012**

<b>Metodologia informada</b>	<b>Total de trabalhos</b>
Pesquisa documental fontes primárias	18
Pesquisa comparada - multicasos	1
Estudo de caso	1
Pesquisa Documental e entrevistas	1
<b>Total</b>	<b>21</b>

Fonte: Adrião, 2015

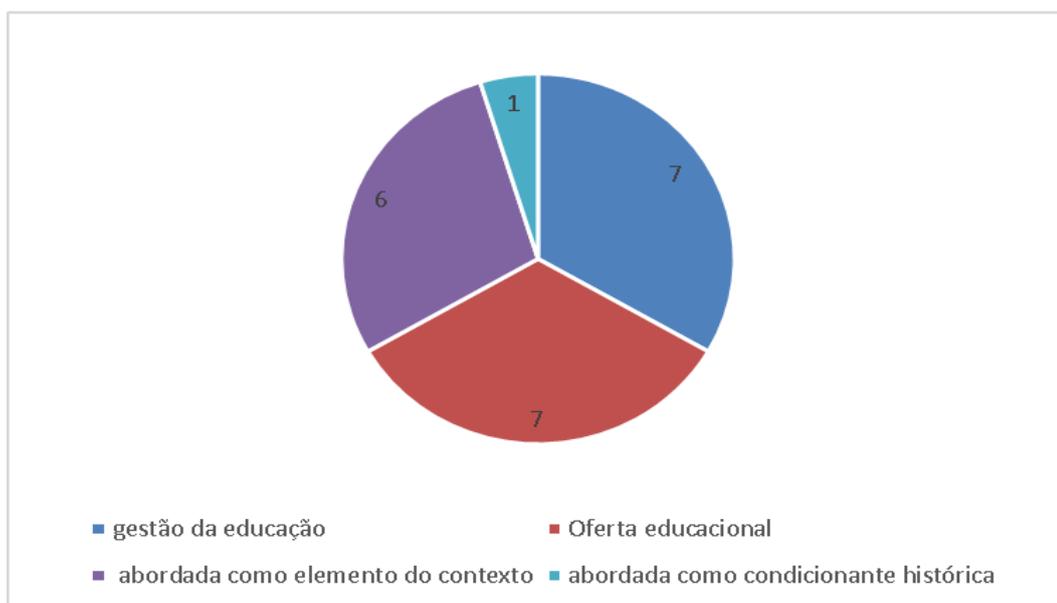
Em relação às formas associadas às dimensões privatizadas da educação básica apresentadas nos resumos, chama a atenção o número de trabalhos sobre o subsídio público para o setor privado quando este é o provedor da educação infantil, com destaque para a dissertação que analisa a primeira PPP instituída em Belo Horizonte com suporte do Banco Mundial (BM).

A privatização da educação básica, como consequência de reformas na gestão pública brasileira identificadas com reforma no Estado ou do Estado ou como decorrência da atuação de agências e organismos multilaterais (Unicef, Unesco e BID), foi objeto de cinco trabalhos. Três destes analisaram programas e políticas de privatização da gestão da

educação, seja no âmbito dos sistemas (dois) ou das unidades escolares (1).

Apenas, dois, dos vinte e um trabalhos selecionados, não se posicionaram claramente contrários às medidas ou orientações analisadas

**Gráfico 43- Dimensões da privatização da educação básica abordadas em Teses e Dissertações. Capes 2011-2012**



Fonte: Adrião, 2015.

Não se identificou trabalhos relacionados à privatização do currículo. Tampouco formas de privatização como voluntariado, tutorias, aulas particulares, cobrança de taxas em escolas públicas, transferência de instâncias governamentais da educação para o setor privado ou incentivos fiscais para organizações privadas associadas ao setor da educação.

A privatização da educação foi abordada em sete trabalhos como elemento de contexto ou como condicionante historicamente constituída, conforme gráfico 43. Nesses casos, os trabalhos consideraram a privatização da educação básica como resultado da introdução de mecanismos de mercado, da globalização e desregulação econômica, do neoliberalismo, da flexibilização na gestão estatal e do aumento da autonomia financeira de escolas e municípios. Já a privatização como

condicionante histórica foi relacionada às contradições entre as propostas educacionais para os setores populares e os interesses hegemônicos das elites, dos brancos ou ainda dos setores privados que buscam o lucro na educação. Também, em perspectiva histórica, houve trabalhos que relacionaram a oferta privada à inexistência do atendimento estatal, como no caso das demandas por creche e educação de adultos.

Mesmo restrita a dois anos, dada à interrupção do acesso ao Banco de Teses, os trabalhos foram desenvolvidos em uma diversidade de Programas de Pós-Graduação, conforme tabela a seguir.

**Tabela 14 - Distribuição das teses e dissertações por PPGE- Banco de Tese da Capes - 2011-2012.**

<b>Sigla Instituição</b>	<b>Total de trabalhos</b>
UFRJ	1
UTuiuti	1
UFU	1
UNICAMP	1
UFMS	1
UFSC	2
UFPEL	1
UCDB	1
UNICID	1
UFJF	2
ULBRA	1
PUC-SP	1
UFC	1
UEM	1
UNESP	1
UFPA	1
UNB	1
UFG	1
USP	1
<b>Total</b>	<b>21</b>

Fonte: Adrião, 2015

Vê-se que 1/3 das produções foram desenvolvidas, entre 2011-2012, em Programas da região sudeste.

### **3.2 REPOSITÓRIOS DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO DE UNIVERSIDADES SELECIONADAS- 1990-2014**

A segunda base de dados sobre a produção discente em nível de pós-graduação no Brasil resulta de consultas diretas a repositórios de teses e dissertações de Programas de Pós-Graduação em Educação. Por este processo ampliou-se o levantamento considerando o período definido para este trabalho 1990-2014.

Cinco Programas de Pós-graduação em Educação (PPGE) de universidades federais de cinco distintas universidades – Universidade Federal do Pernambuco (UFPE), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Universidade Federal do Pará (UFPA) e Universidade de Brasília (UNB) - e a consulta a PPGEs das três universidades públicas paulistas- Universidade de São Paulo (USP), Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Universidade Estadual Paulista (Unesp) - constituem o conjunto que serviu de fonte para este item. A inclusão das três universidades paulistas justifica-se pelo volume de produção discente a elas vinculado. Considerou-se os Programas na modalidade acadêmica.

O total de resumos, selecionados pelos descritores e filtrados em função da adequação à temática (educação básica e relação com aspectos da privatização da educação) vinculados aos programas de universidades selecionadas, encontra-se na Tabela 15.

**Tabela 15 - Total de dissertações e teses em Educação filtrados nos repositórios das universidades selecionadas. 1990-2014**

<b>Instituição</b>	<b>Total</b>
UFPA	09
UFMG	08
UFPE	07
UNB	03
UFRGS	22
USP	07
UNESP	30
UNICAMP	09
<b>TOTAL</b>	<b>95</b>

Fonte: Adrião, 2015

### **3.2.1 MAIORES PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO POR REGIÃO**

#### **3.2.1.1 Universidade Federal do Pará (UFPA)**

O Programa de Pós-graduação em Educação da UFPA vincula-se ao Instituto de Ciências da Educação e oferece curso de mestrado e doutorado. Organiza-se em três linhas de pesquisa: Currículo e Formação de Professores, Políticas Públicas Educacionais e Educação, Cultura e Sociedade e contava, em 2015, com 27 professores, sendo 19 do quadro docente do Instituto de Ciências da Educação da UFPA e oito de outras instituições ou unidades da própria UFPA. (<http://iced.ufpa.br/principal/index.php/2013-09-09-02-38-02/pos-graduacao>)

O acesso a este acervo resultou de busca junto ao site do repositório da instituição pelo link <http://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/2318>, durante o primeiro semestre de 2015. Aqui, como nas demais bases, o período investigado tem início em 1990 e se encerra em 2014. No entanto, dada a impossibilidade de optar pela busca em “Todos os Índices”, decidiu-

se por não refinar a pesquisa com o intuito de fazer com que o levantamento fosse o mais amplo possível.

**Tabela 16 - Dissertações e teses filtradas e consideradas por descritor- UFPA- 1990-2014**

<b>Descritores</b>	<b>Mestrados e Doutorados inicialmente selecionados</b>	<b>Total de dissertações e teses incorporadas ao mapeamento</b>
<b>Financiamento</b>	9	2
<b>Parceria Público-Privado</b>	5	5
<b>Parceria Pública-Privada</b>	0	0
<b>Gestão Privada</b>	2	0
<b>Cogestão</b>	1	0
<b>Subsídio</b>	2	1
<b>Cooperativa</b>	0	0
<b>Privatização</b>	0	0
<b>Charter</b>	2	1
<b>Escolha Parental</b>	0	0
<b>Quase-Mercado</b>	0	0
<b>Choice</b>	0	0
<b>Total</b>	<b>21</b>	<b>9</b>

Nenhum trabalho foi localizado com os descritores Parceria Pública-Privada; Cooperativa, Privatização, Escolha Parental ou Quase-Mercado. O maior volume de produções associa-se ao tema financiamento. Neste caso, um trabalho abordou o processo de privatização da educação relacionado a políticas de descentralização do financiamento pelas quais se introduziu organizações privadas na gestão da escola pública ou na definição da política educativa, como observado, respectivamente por Cardoso (2009) em relação ao Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) e Braga (2012) a respeito do Programa "Excelência em Gestão", implementado pela Fundação Itaú Social. Gutierrez (2005) analisou o processo de privatização

da educação como tendência condicionada pelo contexto, mais precisamente por orientações advindas do Plano Diretor para a Reforma do Aparelho do Estado (PDRAE<sup>75</sup>), enquanto Araújo (2012) problematiza, por meio de estudo de caso, a introdução de aspectos do gerencialismo em uma escola conveniada de ensino fundamental e médio. Interessante observar que o tema analisado neste trabalho não se referiu ao fato de ser escola conveniada (aspecto que aproxima o modelo de medidas de privatização da oferta e razão que justifica o trabalho nesta seletiva) mas sim a elementos internos previstos para o funcionamento da gestão escolar e sua semelhança com a gestão empresarial.

O PDDE também foi objeto de reflexão de Silva (2005) para quem o Programa minimizou a presença do Estado no financiamento da escola pública estimulando a presença de organizações privadas na gestão e na oferta da educação pública.

Dois trabalhos, a dissertação de Sousa (2013) e o doutorado de Pojo (2012), analisam a presença do Instituto Ayrton Senna (IAS) na definição da política educacional em dois municípios paraenses por meio do Programa Gestão Nota 10: Para ambos se tratou de uma parceria público-privada. O sentido atribuído a esta expressão se aproxima ao que nesta investigação identificou-se com a dimensão da privatização da gestão educacional por meio da presença de corporações ou entidades sem fins lucrativos da definição da agenda educacional.

Na mesma direção encontramos reflexões de Bryto (2011) e Machado (2012) sobre a presença da Fundação Vale e o programa "Escola que Vale", escola pública de gestão privada e com aporte financeiro da Companhia Vale. Nos dois casos o Programa é analisado como consequência de mudanças no contexto brasileiro.

---

75 Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado, documento elaborado pelo então Ministério da Administração e Reforma do Estado e aprovado, em 21 de setembro de 1995, pela Câmara da Reforma do Estado, orientou a reforma da administração pública brasileira assentada em orientações da Nova Gestão Pública (ADRIÃO; PERONI, 2005).

### 3.2.1.2 Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG

O Programa de Pós-Graduação em Educação da UFMG, Conhecimento e Inclusão Social, criado em 1971 e integrado em 2015 por 92 docentes, tem o acervo de suas teses e dissertações disponível em <http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/advanced-search>, por meio do qual se desenvolveram as buscas relativas a teses e dissertações no período selecionado. O campo foi preenchido apenas com os descritores e a busca realizada em TODOS OS CAMPOS.

Na primeira seletiva, excluindo-se os trabalhos que claramente apresentavam relação com o ensino superior, localizou-se 475 teses e dissertações. Em segunda fase, excluídos os trabalhos duplicados (por aparecerem associados a mais de um descritor) e aqueles não relacionados à educação básica, chegou-se às quantidades apresentadas na primeira e segunda colunas da tabela 16. Dessas, após análise em detalhes de seus resumos, atingiu-se o conjunto de teses e dissertações efetivamente incorporado a este mapeamento, indicado, respectivamente, nas colunas quatro e cinco da tabela, excluindo-se trabalhos sobre a introdução do gerencialismo na rede pública mineira, programas de educação não formal, educação profissional pois não responderam às condições exigidas para este levantamento apresentadas no Capítulo 1 deste trabalho.

Não foram identificadas produções discentes associadas aos descritores *choice*, *cogestão*, *parceria público-privada*, *subsídio*, *charter* e *privatização*. O termo que, mais frequentemente, discriminou as produções dos estudantes neste Programa foi *Parceria público- privado*.

Das 80 teses e dissertações encontradas no repositório do programa da UFPA, 20 inicialmente corresponderam aos critérios formais deste mapeamento, sendo que os primeiros trabalhos a investigar a temática no âmbito daquele programa datam de 2005: mestrados de Gutierrez (2005) e Silva (2005). Entretanto, análise mais detida do conteúdo dos resumos

excluiu onze produções, uma vez que não se referiam ao escopo aqui considerado, seja por se aterem a processos de implantação das políticas de financiamento ou de parcerias entre esferas de governo ou entes federados, seja por abordarem temas relacionados à educação tecnológica. A tabela a seguir registra a síntese do processo de seleção junto à UFPA e indica ser o descritor financiamento aquele que filtrou o maior número de trabalhos e o descritor parceria público-privado o que selecionou o maior volume de produções.

**Tabela 17- Dissertações e teses filtradas e consideradas por descritor- UFPA- 1990-2014**

<b>Descritores</b>	<b>Mestrados e Doutorados inicialmente selecionados</b>	<b>Total de dissertações e teses incorporadas ao mapeamento</b>
<b>Financiamento</b>	9	2
<b>Parceria Público-Privado</b>	5	5
<b>Parceria Pública-Privada</b>	0	0
<b>Gestão Privada</b>	2	0
<b>Cogestão</b>	1	0
<b>Subsídio</b>	2	1
<b>Cooperativa</b>	0	0
<b>Privatização</b>	0	0
<b>Charter</b>	2	1
<b>Escolha Parental</b>	0	0
<b>Quase-Mercado</b>	0	0
<b>Choice</b>	0	0
<b>Total</b>	<b>21</b>	<b>9</b>

Fonte: Adrião. 2015

Cronologicamente, o primeiro ano no qual se localizou trabalhos adequados ao escopo deste mapeamento foi 2008, quando Andrade (2008), em seu doutoramento, e Velloso (2008), em seu mestrado, concluem suas investigações. O primeiro caso analisa o sistema de educação básica brasileira a partir de dados disponíveis no SAEB. O trabalho compara dependências administrativas pública e privada, indica que esta última apresenta melhor qualidade e que o sistema, como um todo, é profundamente desigual, especialmente para alunos pretos, uma vez que para o autor, o termo *negro* acoberta diferenças fundamentais. O segundo trabalho analisa o processo de municipalização da oferta de educação infantil em cinco municípios via transferência do atendimento oferecido pela organização *Fundo Cristão para a Criança*, entendido como comunitário, para escolas municipais.

O ano de 2010 concentra o maior número de investigações concluídas: o mestrado de Chaves Jr (2010) que, em perspectiva histórica, analisa a relação entre o público e o particular no atendimento ao ensino secundário na cidade de Belo Horizonte, assinalando que, no período compreendido entre o final do séc. XIX e início do XX, o Estado atuou no sentido de regular a oferta privada e induzir o atendimento à demanda por seu intermédio.

Costa (2010) e Vilanova (2010) analisam, em suas dissertações, o atendimento privado à educação infantil. O primeiro focaliza o atendimento no município mineiro de Contagem informando que, ali, as primeiras creches públicas foram criadas apenas em 2005. Vilanova focaliza o Programa Primeira Escola, do município de Belo Horizonte, o qual, com limitações, buscou minimizar as tendências de privatização da oferta. Ambos se debruçam sobre programas governamentais mineiros que tentaram, na década anterior, ampliar a oferta pública da educação infantil, situação que se reverte na atual década.

Santos (2012) aborda a relação entre a prefeitura de um município do estado de Minas Gerais e a Fundação Pitágoras como expressão de uma PPP e indicativo de privatização da educação escolar. A oferta privada da educação foi analisada em perspectiva histórica por Oliveira (2013) ao discutir a atuação das escolas confessionais mineiras no começo do século XX.

O último trabalho localizado, Bernardo (2014), discute o programa de subsídio a alunos pobres que frequentaram as escolas públicas mineiras no começo do Século XX, denominado Caixa Escolar, pelo qual, entidades filantrópicas custeavam a permanência desse perfil de alunos.

### **3.2.1.3 Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS**

O Mestrado em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS teve início em 1972 e o Curso de Doutorado em 1994. Segundo informações institucionais, o Programa de Pós-graduação em Educação daquela instituição tem por objetivo “formar profissionais qualificados para o exercício das atividades de Ensino, Pesquisa e Desenvolvimento da produção de conhecimento no campo da Educação”. Em 2015, 68 docentes integravam este PPGE.

O levantamento neste repositório realizou-se por meio de buscas no link: [http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/1?locale=pt\\_BR](http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/1?locale=pt_BR).

Tanto para mestrados, quanto para doutorados as restrições para as buscas se limitaram ao Campo Educação, no período selecionado de 1990-2014. A triagem considerou apenas teses e dissertações e exigiu um esforço adicional para a seleção, pois não havia possibilidade de busca refinada por descritor, de maneira que as produções selecionadas foram identificadas pela presença dos termos no texto dos resumos.

Isso significou que das 1461 teses e dissertações disponíveis na área Educação, considerando o período, 530 trabalhos foram identificados pela

presença dos termos em seu resumo ou título. Destes excluiu-se os trabalhos duplicados e aqueles não relacionados a políticas para a educação básica, chegando-se aos totais apresentados na primeira e segunda colunas da Tabela a seguir.

No entanto, análise qualitativa dos resumos identificou aqueles trabalhos que efetivamente se referem ao escopo desta investigação: investigações sobre políticas de educação básica que abordem as dimensões da privatização, cujo resultado encontra-se nas terceiras e quartas colunas da tabela 18, respectivamente para o mestrado e o doutorado.

**Tabela 16 - Total de teses e dissertações selecionadas por descritor- UFRGS-1990-2014**

Descritores	Dout.	Mest.	Total de teses incorporadas ao mapeamento	Total de dissertações incorporadas ao mapeamento
Financiamento	15	27	5	4
Parceria Público-Privado	5	5	1	3
Parceria Pública-Privada	1	2	0	0
Gestão Privada	8	13	1	3
Cogestão	1	1	0	0
Subsídio	22	1	1	1
Cooperativa	13	5	0	0
Privatização	13	5	2	0
<i>Charter</i>	0	0	0	0
Escolha Parental	9	0	0	0
Quase-Mercado	4	1	0	0
<i>Choice</i>	1	1	0	1
<b>Total</b>	<b>79</b>	<b>61</b>	<b>10</b>	<b>12</b>

Fonte: Adrião, 2015.

Dos potenciais 140 resumos selecionados, nenhum deles se relacionou a *charter* e a maior parte dos trabalhos foi identificada pelo termo financiamento (42). Além disso, o fato de existir o termo no resumo, não significou que o sentido a ele atribuído se referia ao conteúdo esperado para este levantamento, de modo que para os termos Parceria público-privada; escolha parental, quase mercado e cooperativa, ainda que localizadas produções, as mesmas não se adequavam ao escopo desta investigação, posto em sua maioria tratar-se de experiências pedagógicas relacionadas a políticas de inclusão propostas para educação indígena ou para a educação no campo e políticas para a juventude em situação de risco entre outros temas.

O primeiro trabalho a abordar a temática que interessa a esta pesquisa, o faz em decorrência da análise do ordenamento constitucional-legal relativo ao financiamento da educação básica. Nele Farenzena (2001) percebe um deslocamento nos históricos conflitos pelos fundos públicos das relações público e privado para relações entre esferas governamentais. O atendimento à demanda para o Ensino Médio e a presença de escolas privadas neste atendimento, nas quais o fenômeno da diminuição de concluintes também é verificado foi um dos resultados da investigação de Meneghello (2003), desenvolvida junto a 32 municípios do Rio Grande do Sul. Também o atendimento realizado por escolas privadas foi objeto do trabalho de Abreu (2002), pelo qual foi identificada a falta de regulação e de dados sobre o atendimento em escolas privadas de crianças com necessidades educacionais especiais.

O ano de 2005 concentra o maior número de teses e dissertações concluídas relacionadas à temática deste inventário. Souza (2005), em perspectiva histórica, analisa a atuação de uma ONG (não informada no resumo) e sua relação com o setor público por meio de “parcerias”, relacionando esta atuação com a indução por parte do BM de políticas desta natureza. Susin (2005) relaciona políticas orientadas pela Terceira Via ao

padrão de atendimento da educação infantil, então vigente no município de Porto Alegre, entendendo como expressão de uma relação historicamente construída entre governo e sociedade civil. Em 2009, a autora retorna ao tema considerando a qualidade da oferta educativa presente em escolas privadas de educação infantil e conveniadas com o poder público, as quais, para a autora expressam a relação de parceria entre o movimento “comunitário” e o poder público (Susin, 2009). A ausência de regulamentação para o funcionamento de 73% das escolas privadas de educação infantil foi o tema de Bruscato (2008).

Moreau (2006) também investiga a oferta de educação infantil em dois municípios gaúchos assinalando a limitação dos fundos públicos para a expansão desta etapa pelo setor público.

Considerando como experiência progressista a construção de uma escola cujo projeto e gestão realizaram-se pelo Movimento dos Trabalhadores sem Terra (MST), identificamos o trabalho de Andretta (2005). Na mesma direção, Camini (2009) analisa a escola *Iluminati* do acampamento do MST identificando tal experiência como um contraponto ao que denomina de escola capitalista.

Estudo comparado sobre os modelos de oferta da educação básica, entre Brasil e Chile, indicando o modelo de *choice* deste último, foi desenvolvido por Araújo (2005).

Três trabalhos foram concluídos em 2007: Flores (2007), referenciando-se nos estudos de Edgard Morin, analisa o atendimento à educação infantil no município de Porto Alegre o qual envolve a oferta em creches conveniadas, sem, contudo, indicar uma crítica a este modelo. Gerzson (2007), com base em Foucault, analisa o papel da mídia impressa na disseminação de um dado padrão de qualidade educacional forjado pelo setor privado e adequado ao desenvolvimento econômico. A descentralização de recursos financeiros para as escolas públicas,

envolvendo a possibilidade de captação e gestão de novos recursos como expressão do aumento de sua autonomia, foi analisado por Schuch (2007).

Lumertz (2008), Pires (2009) e Comerlatto (2013) analisam, por diferentes perspectivas e em campos empíricos distintos, a atuação do IAS junto a redes públicas de ensino. A presença de programas que incidem sobre o processo de alfabetização, padronizando-o, implantadas por entidades privadas (IAS, Alfa e Beto e GEMPA) é o tema da análise de Schineider (2009), enquanto as consequências da implantação do Programa Jovens do Futuro pelo Instituto Unibanco sobre o trabalho docente foi o objeto de investigação de Monteiro (2014).

Considerando a privatização como elemento de contexto de reformas neoliberais, Amaral (2010) analisa, por meio de metodologia proposta por Ball e Bowe, a política educativa da rede estadual do Rio Grande do Sul.

A privatização do currículo, via adoção de “sistemas privados de ensino” ofertado por corporações privadas - Grupo Positivo e SER, foi objeto de análise de Gomes (2012). Preocupação semelhante encontra-se em Lima (2011) ao discutir as implicações para o trabalho docente da implantação do Programa de alfabetização Alfa e Beto, vendido pelo Instituto de mesmo nome.<sup>76</sup>

---

76 Segundo site do Instituto Alfa Beto: O Programa Alfa e Beto de Alfabetização inclui um conjunto rico e variado de materiais para o aluno, professor, classe e escola. O objetivo de nossos livros e ferramentas pedagógicas é assegurar que todos os estudantes dominem o nível básico de fluência em leitura e escrita ao final do 1o ano do Ensino Fundamental. A proposta pedagógica do Programa de Alfabetização está baseada no método fônico, comprovadamente o mais eficaz para promover a alfabetização de crianças e adultos. Além dos materiais voltados para a alfabetização, o Programa do IAB também inclui livros de Matemática e Ciências para o 1o ano, instrumentos didáticos de uso coletivo em sala de aula e manuais de orientação para professores, coordenadores pedagógicos e secretarias de Educação. Todos os técnicos recebem capacitação pedagógica de 24 horas e gerencial de 8 horas. Disponível em: <<http://www.alfaebeto.org.br/detalhe-produtos-servicos/?slug=programa-alfa-e-beto-de-alfabetizacao-2>>. Acesso em: 16/07/2015.

### 3.2.1.4 Universidade de Brasília – UNB

A Faculdade de Educação possui dois programas de Pós-Graduação, um na Modalidade Acadêmica fundado em 1975, que oferece os cursos de mestrado e doutorado e, outro, na Modalidade Profissional, com o curso de Mestrado Profissional. Este mapeamento se refere às produções discentes da modalidade acadêmica, à qual no ano 2015 se vinculavam 54 professores: 45 permanentes e nove colaboradores.

A busca, como nas universidades anteriores, deu-se em seu repositório específico localizado em <http://repositorio.unb.br/>, discriminando-se como fonte o Programa de Pós-graduação da FE. Nele, foram encontradas 711 produções, dissertações e teses para a série histórica pretendida por este trabalho.

Os trabalhos foram localizados a partir dos descritores individualmente indicados no sistema de busca deixando-se em aberto demais detalhamentos, dado que assim o inventário seria suficientemente amplo. A tabela 19 indica a síntese desse processo, ao apresentar nas colunas 1 e 2 os totais de trabalhos identificados por descritor cujo foco estava relacionado à oferta, gestão, financiamento ou orientação curricular da educação básica regular.

**Tabela 19 - Total de teses e dissertações selecionadas por descritor- UNB-1990-2014**

<b>Descritores</b>	<b>Inicialmente selecionados Dout.</b>	<b>Inicialmente selecionados Mest.</b>	<b>Total de teses incorporadas ao mapeamento</b>	<b>Total de dissertações incorporadas ao mapeamento</b>
Financiamento	3	13	0	2
Parceria Público-Privado	0	0	0	0

Parceria Pública-Privada	0	0	0	0
Gestão Privada	0	5	0	0
Cogestão	0	0	0	0
Subsídio	3	8	0	0
Cooperativa	0	4	0	1
Privatização	0	2	0	0
<i>Charter</i>	0	1	0	0
Escolha Parental	0	0	0	0
Quase-Mercado	0	0	0	0
<i>Choice</i>	1	1	0	0
<b>Total</b>	<b>7</b>	<b>34</b>	<b>0</b>	<b>3</b>

Fonte: Adrião, 2015

Dos 41 trabalhos, inicialmente filtrados pelos descritores adotados para integrar este estudo, apenas três dissertações corresponderam aos critérios definidos. Carvalho (2010) que, segundo resumo de seu trabalho, enfoca a relação entre escolas públicas do Distrito Federal e entidades do Terceiro Setor, por meio da análise das relações estabelecidas entre duas escolas públicas regulares e duas ONGs que atuam no atendimento a alunos com deficiência. Lima Junior (2012), estudando o Programa de Melhoria e Expansão do Ensino Médio (Promed) decorrente de acordo entre o MEC/FNDE e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), considera o programa como expressão das reformas educacionais descentralizadoras e pró mercado propugnadas pelo governo federal na década de 1990. O último trabalho – Gaio (2008) também elaborado nessa década, versa sobre os acordos de cooperação técnica e financeira desenvolvidos entre a agência estadunidense USAID e o MEC, durante os anos de 1963 e 1971. O trabalho salienta o papel das associações empresariais e dos organismos internacionais na formulação das políticas educacionais daquele contexto.

### 3.2.1.5 Universidade Federal de Pernambuco- UFPE

O Programa de Pós-graduação em Educação da UFPE oferece, desde 1978, o mestrado acadêmico e seu doutorado teve início em 2002. A ele estão vinculados 45 docentes. Nesta instituição, a pesquisa realizou-se por meio do repositório da Universidade Federal de Pernambuco disponível em <http://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/50>, na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações, restringindo-se a busca ao Programa de Pós-Graduação em Educação. No período indicado para este mapeamento, 1990-2014, localizou-se 456 mestrados e 126 doutorados. O campo foi preenchido apenas com os descritores de modo a não acionar nenhuma forma de filtro e ampliar os resultados iniciais. As duas primeiras colunas da Tabela 20 registram as quantidades de trabalhos selecionados por descritor para análise qualitativa de seus resumos, considerando que deveriam tratar de política educativa para a educação básica regular.

**Tabela 20 - Total de teses e dissertações selecionadas por descritor- UFPE-1990-2014**

Descritores	Inicialmente selecionados Doutorado	Inicialmente selecionados Mestrado	Total de teses incorporadas ao mapeamento	Total de dissertações incorporadas ao mapeamento
Financiamento	1	0	0	0
Parceria Público-Privado	1	13	0	1
Parceria Pública-Privada	6	9	0	2
Gestão Privada	4	11	2	0
Cogestão	0	0	0	0
Subsídio	0	0	0	0

Cooperativa	1	0	1	0
Privatização	1	0	0	0
<i>Charter</i>	0	0	0	0
Escolha Parental	1	0	0	0
Quase-Mercado	0	1	0	1
<i>Choice</i>	0	0	0	0
<b>Total</b>	<b>15</b>	<b>34</b>	<b>3</b>	<b>4</b>

Fonte: Adrião, 2015

Analisando o conteúdo expresso nos resumos dos trabalhos selecionados, definiu-se um total de sete produções discentes do PPGE da UFPE como ajustadas aos critérios deste mapeamento, já apresentados anteriormente. Interessante frisar, o volume relativamente grande de mestrados selecionados pelo descritor *parceria*, entretanto estes se dirigem ao estudo de situações de ensino e aprendizagem ou a relações entre entes federados ou esferas governamentais. Situação análoga foi percebida com o descritor *gestão privada*, pelo qual vários trabalhos foram incorporados ao primeiro levantamento por apresentarem a palavra gestão em algum campo de busca, mas dos 15 inicialmente filtrados, apenas duas teses compuseram este estudo.

O primeiro trabalho a integrar este levantamento data de 2004 e se refere, de forma inconclusiva, à presença do voluntariado nas escolas públicas (Nepomuceno, 2004). A presença do voluntariado e de outras modalidades de práticas “participacionistas”, preconizadas pelo “projeto neoliberal de terceira-via” substituindo perspectivas de gestão democrática progressista, foi parte das conclusões do trabalho de Cruz Neto (2014) considerando o contexto alagoano.

Cinco estudos analisaram a relação entre entidades sem fins de lucro e políticas educativas implementadas no estado de Pernambuco ou em municípios da região Nordeste. Porto (2011) discute o modelo de gestão

proposto pelo Instituto Ayrton Senna, estratégia que permitiu a construção de ferramentas que melhoram o controle e o desenvolvimento na qualidade da educação pública. A atuação do mesmo instituto foi tema de Silva Filho (2014), porém focalizando o Projeto Alfabetizar com Sucesso do Programa Circuito Campeão, implementado no Município de Surubim/PE. O Instituto de Co - Responsabilidade para a Educação (ICE) e o projeto de reforma do Ginásio Pernambucano, por ele patrocinado, foram objeto de reflexão e crítica por parte de Leite (2009). A SERTA - Serviço de Tecnologia Alternativa<sup>77</sup> e a Proposta Educacional de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável (PEADS) por ela implantada em vários municípios do Estado de Pernambuco foi analisada em Pires (2008) para quem foi possível perceber a democratização do acesso e o aumento da permanência dos alunos nas escolas, em decorrência da relativa democratização da gestão e da escola. Angeiras (2007) concentra-se na análise das produções do Centro de Estudo e Pesquisa em Educação, Cultura e Ação Comunitária (CENPEC) intitulada Coleção para Gestores Educacionais adotada na formação de setores das redes municipais na qual a autora localiza "iniciativa sutil de prática política emancipatória."

Indica-se que a maioria dos trabalhos selecionada associou-se ao descritor gestão.

---

77 Segundo informação institucional, trata-se de Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip) fundada em 1989 a partir de um grupo de agricultores, técnicos e educadores que desenvolviam em comunidades rurais. Atualmente, com o credenciamento do Conselho Estadual de Educação e da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente de Pernambuco (Sectma), oferece em dois campi, escolas técnicas de formação profissional: Centro Tecnológico da Agricultura Familiar e o curso profissional de Nível Médio Técnico em Agroecologia. Disponível em: <<http://www.serta.org.br/site/o-serta/historico/>>. Acesso em: 06/08/2015.

### 3.2.2 REPOSITÓRIOS DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO DAS UNIVERSIDADES ESTADUAIS PAULISTAS: UNICAMP, USP E UNESP

#### 3.2.2.1 Universidade Estadual de Campinas – Unicamp

O Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Estadual de Campinas iniciou suas atividades em 1975 e, segundo informações institucionais, 107 docentes plenos e 12 professores participantes integravam seus quadros no ano de 2014.

Para a realização da pesquisa no repositório desta universidade, utilizou-se o *site* Biblioteca Digital da Unicamp (<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/>), procedendo-se à inserção do descritor no campo de pesquisa, restringindo esta a dissertações e teses concluídas no PPGE da Faculdade de Educação. A busca resultou em 169 trabalhos selecionados pelos descritores no período compreendido para esta pesquisa: 1990-2014.

Levou-se em consideração a presença dos descritores nas palavras-chave, nos títulos e nos resumos do trabalho. Como nos demais levantamentos excluíram-se trabalhos relativos ao ensino superior, educação profissional e tecnológica e educação não formal. Centrou-se a seleção em produções relacionadas à educação básica. A síntese desse percurso encontra-se na tabela 21, na qual se percebe que parceria foi o descritor que mais filtrou produções para o levantamento.

**Tabela 171- Total de teses e dissertações selecionadas por descritor- UNICAMP-1990-2014**

Descritores	Inicialmente selecionados Doutorado e Mestrado *	Total de teses incorporadas ao mapeamento	Total de dissertações incorporadas ao mapeamento
Financiamento	11	0	1
Parceria Público-Privado	14	2	3

Parceria Pública-Privada	0	0	0
Gestão Privada	3	0	1
Cogestão	0	0	0
Subsídio	0	0	0
Cooperativa	0	0	0
Privatização	22	2	0
<i>Charter</i>	0	0	0
Escolha Parental	0	0	0
Quase-Mercado	1	0	0
<i>Choice</i>	14	0	0
<b>Total</b>	<b>65</b>	<b>4</b>	<b>5</b>

Fonte: Adrião, 2015. Nota\*duas produções foram excluídas por não apresentarem resumo.

Data de 2001 a primeira produção associada aos temas deste mapeamento da literatura junto ao PPGE-Unicamp. O texto, de autoria Ronalda Barreto Silva (2001) indica em seu resumo tratar-se de análise da Campanha Nacional de Escolas da Comunidade-CNEC, autointitulada comunitária, considerada pela autora um campo entre o público e o privado, entre o Estado e o mercado. Com forte presença no cenário educacional brasileiro, a CNEC agregava escolas da educação infantil ao ensino superior e representaria, para a autora, uma tendência à privatização da oferta educacional.

Neste PPGE, a maior parte das produções discentes esteve associada ao descritor parceria público-privado: três dissertações e dois doutorados, trabalhos produzidos pós 2010. O primeiro, Silva (2012) discute a adoção, por parte de um município não identificado, de modelo de gestão escolar elaborado pela Fundação Pitágoras orientado por pressupostos da Qualidade Total. Rosilene Silva (2012) centrou-se na análise do projeto "Educação Repaginada" implantando em um município paulista, buscando investigar em que medida tal projeto se constitui numa alternativa à adoção de "sistemas privados de ensino", tendo em vista que pesquisas anteriores indicam o crescimento deste formato de privatização no estado paulista. A terceira dissertação, identificada por esse descritor, de Martins (2013),

analisou a presença do empresariado na definição da agenda educacional, considerando o Todos Pela Educação como expressão de nova configuração da “esfera pública”.

Amaral (2014) reflexiona sobre duas parcerias público-privadas estabelecidas entre a Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso, a Fundação CESGRANRIO e o Instituto Ayrton Senna, tratando como marco analítico a reconfiguração do papel do Estado a partir da década de 1990 e a atuação de organizações do Terceiro Setor em substituição ao Estado. Os resultados traduzem contradições na relação público-privada; falta de transparência na contratação das parcerias; precarização e intensificação do trabalho docente, especialmente em relação ao programa do IAS.

Lima e Silva (2014) identifica a constituição de uma rede de atores estatais e não estatais (CNTE, CONTEE, ANPEd, MIEIB e UNESCO) em atuação na definição da Política Nacional de Educação Infantil, rede essa instituída pelo Estado, caracterizando-se como um modelo de governança.

Pelo descritor financiamento, apenas um trabalho relacionou-se ao tema deste mapeamento. Nunes (2012) pesquisou os primeiros desdobramentos do FUNDEB no Estado da Paraíba, especificamente nos Municípios de João Pessoa e Cabedelo, evidenciando que parte do atendimento à Educação Infantil foi realizada por meio de parcerias com o setor privado para a oferta de vagas no segmento creche.

Em sua dissertação, Silva (2013) analisa a expansão e as contradições do cooperativismo educacional no Estado de São Paulo entre os anos de 1989 e 2011, tendência que, segundo a autora deslocou-se nos anos de 1980 a 1990 assentando-se em um discurso aparentemente renovador de uma escola que se anunciava como inovadora.

Sbardelotto (2014) enfoca o Projeto Educacional da Itaipu Binacional instalada entre 1974 e 1985 nas vilas habitacionais canteiro de obras da margem brasileira da Usina Hidrelétrica Binacional de Itaipu. A pesquisa

constatou a dualidade da educação ofertada pelo Programa para os trabalhadores de alto nível e os braçais.

### 3.2.2.2 Universidade de São Paulo: FEUSP e FFCL-RP

A USP possui dois programas de pós-graduação em educação: O primeiro vinculado à Faculdade de Educação (FEUSP), criado em 1971 e que contava, em 2015, com 117 docentes credenciados, divididos em 14 Grupos de Pesquisa. O segundo, mais recente, vincula-se ao Departamento de Educação, Informação e Comunicação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL) e oferecia apenas o mestrado acadêmico.

A seleção de teses e dissertações realizou-se por meio do acesso ao repositório da Universidade, a partir do qual se selecionou, nas duas unidades (FEUSP e FFCL-RP), as produções filtradas a partir dos descritores adotados para este mapeamento. Tais descritores poderiam se apresentar no Título, Palavra-Chave ou no Resumo. O processo exigiu a busca em separado por dissertações e teses, na área de conhecimento Educação. Por este procedimento, referentes ao período selecionado, chegou-se a um total de 1357 produções disponíveis na FEUSP e 20 na FCL-RP.

**Tabela 22 - Total de teses e dissertações em Educação selecionadas por descritor- USP-1990-2014\***

<b>Descritores</b>	<b>Inicialmente selecionados Doutorado</b>	<b>Inicialmente selecionados Mestrado</b>	<b>Total de teses incorporadas ao mapeamento</b>	<b>Total de dissertações incorporadas ao mapeamento</b>
Financiamento	14	17	0	0
Parceria Público-Privado	0	0	0	0

Parceria Pública-Privada	1	3	2	2
Gestão Privada	0	0	0	0
Cogestão	0	0	0	0
Subsídio	30	23	0	0
Cooperativa	0	9	0	0
Privatização	0	5	1	0
<i>Charter</i>	0	0	0	0
Escolha Parental	0	0	0	0
Quase-Mercado	0	0	0	0
<i>Choice</i>	25	38	0	2
<b>Total</b>	<b>69</b>	<b>92</b>	<b>3</b>	<b>4</b>

Fonte: Adrião, 2015. Nota\*. Totalizações FEUSP e FFCL-RP.

Apesar do expressivo volume de trabalhos produzidos pelos estudantes de pós-graduação localizados pelos descritores *financiamento* e *subsídio*, como apresentado na tabela 20, nenhum deles abordou, ao menos em seus resumos- elemento textual considerado para este mapeamento-, aspectos da privatização da educação básica, de maneira que, para o que interessa à pesquisa, o primeiro trabalho corresponde à produção de Gonçalves Jr (2004). A investigação indica motivações comerciais para o desenvolvimento de parceria entre a iniciativa privada e o Ministério da Educação por meio do Programa *Moto perpetuo* desenvolvido no âmbito do Programa Acorda Brasil! Está na hora da Escola, cujo objetivo era estimular a participação da iniciativa privada na educação.

Galini (2005) aborda as parcerias entre escolas estaduais paulistas e a sociedade civil (empresas e ONGs), como decorrência de iniciativas do Governo do Estado de São Paulo a partir de 1987, as quais, ainda que pontuais, são identificadas com mecanismos de desobrigação do Estado e responsabilização das escolas pela busca de recursos para sua manutenção.

Englobando as relações entre “braços” sociais de grupos empresariais e a definição de políticas educacionais, Miranda (2013) compara e questiona a atuação de duas entidades desta natureza: Fundação Lemann (SP) e o Instituto Delta, braço social do Grupo Empresarial Delta.

Alencar (2012) evidencia, com base na documentação levantada, a existência de uma disputa ideológica que pode redundar na privatização do processo de produção de novos conhecimentos e de sua socialização às novas gerações. Com preocupação semelhante encontrou-se o trabalho de Vieira (2014), no qual se discute as relações da educação com a mercantilização e os bens comuns ilustrado por cinco casos relacionados a novos modelos de negócio relativos ao compartilhamento de bens intelectuais: *crowdfunding*; o acesso *aberto ouro*; dois casos ligados à participação de empresas no desenvolvimento do *software livre* e a publicidade comportamental online.

As duas últimas teses tratam do mesmo tema: a introdução no Brasil de um movimento *pró homeschooling* ou ensino domiciliar. Barbosa (2013) analisa criticamente o fenômeno considerando ações para sua autorização pelo Poder Judiciário e para sua regulamentação via Projetos de Lei como expressão do aumento, em consonância com tendência internacional, do interesse de segmentos sociais por essa modalidade de ensino privado, no sentido de entendendo-o como expressão dos Direitos Humanos. Por outro lado, o trabalho de Andrade (2014) apoia-se justamente na defesa desses direitos para considerar educação familiar desescolarizada aplicável à esfera da garantia dos direitos da criança e do adolescente e, por conseguinte, “constitucional e desejável”.

### **3.2.2.3 Universidade Estadual Paulista – UNESP**

Por ser uma universidade *multi campi*, dentre as três universidades estaduais de São Paulo, a Unesp apresenta o maior número de Programas

de Pós -Graduação em Educação funcionando em cinco cidades do interior do estado: Araraquara; Presidente Prudente; Marília; Rio Claro e Bauru. Por essa razão, a consulta ao repositório da Universidade (<http://repositorio.unesp.br/>) demandou, além da seleção por Programa de Pós-Graduação, a escolha das diferentes unidades, cujo resultado final encontra-se indicado na tabela 23.

A busca considerou a presença dos descritores no título, nas palavras-chave ou nos resumos das teses e dissertações. Aqui também, do levantamento inicial submetido à análise do conteúdo indicado no resumo, excluíram-se as produções discentes relacionadas ao ensino superior, educação não formal, educação tecnológica ou temas que não se relacionassem ao objeto deste trabalho.

**Tabela 18 - Total de teses e dissertações selecionadas por descritor- UNESP-1990-2014**

<b>Descritores</b>	<b>Inicialmente selecionados Doutorado</b>	<b>Inicialmente selecionados Mestrados</b>	<b>Total de teses incorporadas ao mapeamento</b>	<b>Total de dissertações incorporadas ao mapeamento</b>
Financiamento	164	41	9	2
Parceria Público-Privado	164	30	7	2
Parceria Pública-Privada	98	27	1	0
Gestão Privada	76	25	3	2
Cogestão	0	0	0	0
Subsídio	27	26	0	1
Cooperativa	9	6	1	0
Privatização	8	6	0	0
<i>Charter</i>	0	0	0	0
Escolha Parental	34	13	0	0

Quase-Mercado	11	2	2	0
Choice	5	3	0	0
<b>Total</b>	<b>596</b>	<b>179</b>	<b>23</b>	<b>7</b>

Fonte: Adrião, 2015. \* Considera-se o conjunto dos PPGEs da Universidade

Segundo informações veiculadas nos respectivos *sites*, o Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Filosofia e Ciências, da Universidade Estadual Paulista (UNESP), Campus de Marília, é o mais antigo. Foi criado em agosto de 1988 e contava, em 2015, com 44 docentes. Em 1997, instalou-se, no Campus de Araraquara, o Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar da Faculdade de Ciências e Letras (FCL), organizado em cinco linhas de pesquisa e com 46 docentes cadastrados. No mesmo ano, no Campus de Bauru, cria-se o Programa de Pós-graduação em Educação para a Ciência ao qual se vinculavam 35 docentes. O Programa de Pós-graduação em Educação da Faculdade de Ciências e Tecnologia da UNESP de Presidente Prudente iniciou suas atividades em agosto de 2001, sendo integrado por 26 docentes. O mais recente PPGE criado nesta universidade funciona no Instituto de Biociências da Unesp de Rio Claro e contava, no período de desenvolvimento desta tese, com 30 docentes.

Do conjunto das produções discentes dos PPGEs da UNESP, 775 foram inicialmente filtradas pelos descritores. Após a análise qualitativa de seus resumos e excluindo-se as repetições ou temas não pertencentes ao objeto deste trabalho, chegou-se ao total de 30 produções. Mais uma vez os descritores “parceria público privado/a” foram os que mais selecionaram trabalhos. A expressão quase-mercado filtrou dois trabalhos: o primeiro discutiu estratégias de reforma da gestão educacional (Souza, 2010) e o segundo concentrou-se na análise sobre a aquisição de sistemas privados de ensino pelo município de Fernão (Delgado, 2010).

Amaral (2003) analisa a atuação da organização sem fins lucrativos APEART - Associação Projeto Educação do Assalariado Rural Temporário na elaboração de políticas educativas para jovens e adultos. Enquanto a atuação de instituição privada de natureza cooperativa (Cooperativa Educacional de Marília) foi objeto de estudo de Oliveira (2012), ambas associadas ao descritor parceria público-privado.

Um conjunto de cinco trabalhos refletiu sobre a presença de organismos internacionais ou agências de financiamento multilaterais, como Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial e a UNESCO na indução de políticas educacionais brasileiras. Rodrigues (2000) considera esses organismos como principais parceiros na elaboração das políticas educativas brasileiras, condições que secundariza a desejável participação da sociedade civil nesta empreita. O trabalho de Moura (2013) considerou a precarização do trabalho docente como consequência de orientações do FMI e do BM. Bettol (2009) incluiu a OIT e a Cepal nesta relação ao analisar as políticas nacionais para o ensino. Di Nallo (2010), por sua vez, relaciona a instituição de sistemas de avaliação externa, expressão da “mercadorização” da educação básica brasileira, como decorrente de orientações desse tipo de instituição. As Escolas em Tempo Integral (EMTI) da cidade de Goiânia e a relação entre as diretrizes desse programa, a LDB e as orientações do BM foram o tema desenvolvido por Valadares (2012). Esse conjunto de trabalhos foram identificados pelos descritores parceria público-privado/a, gestão privada ou financiamento.

Sobre o estímulo à presença de voluntários na esfera educacional ou na escola pública, localiza-se o trabalho de Batista (2005) a respeito do Programa “Amigos da Escola” estimulado pela Rede Globo de Telecomunicações e o de Lopes (2006) sobre as parcerias educativas entre organizações sociais e escolas no Município de Votuporanga/SP.

A respeito das estratégias de privatização da oferta da educação infantil cinco trabalhos foram localizados. Todos eles associaram-se aos descritores parceria público-privada ou subsídio.

Domiciano (2009) analisa o Programa Bolsa creche, de financiamento público a escolas privadas para este atendimento nos municípios de Hortolândia e Piracicaba. O tema também foi objeto de Oliveira (2013) para o caso do município de Limeira. Programas de subsídio público à instituição privada de educação infantil também foi objeto de investigação de Azevedo (2013), especialmente no que concerne aos aspectos jurídicos desse tipo de privatização; Costa (2014) analisa o Programa Pró-creche e Casagrande (2012), com base em dados disponíveis no Banco de dados sobre Privatização da educação em Municípios Paulista,<sup>78</sup> analisa dados sobre a oferta na educação infantil em 23 municípios paulistas. O mesmo banco de dados serviu de fonte para Rossi (2009), que analisou a compra de “sistemas privados de ensino” por um conjunto de municípios paulistas.

A privatização do currículo, localizada pelos descritores parceria público-privado ou público-privada e expressa na adoção desses “sistemas privados” por redes públicas de ensino, foi a dimensão que concentrou o maior número de investigações desenvolvidas por alunos de pós-graduação em PPGES da Unesp. Além de Rossi (2009), o tema foi também o objeto de análise de Cain em 2009 e 2014; de Silva (2010), Amorim (2008 e 2012), Nicoletti (2009) e Bego (2013).

Pardo (2007) concentra seus esforços na análise do Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos na região do Grande ABCD paulista, conhecido como MOVA-Regional, buscando apreender as contradições de um projeto que teve origem nos processos de mobilização popular dos anos 1950-1960.

---

78 Disponível em: <<https://www.fe.unicamp.br/grepe/bd/pesquisas/pesqdados.php>>. Acesso em: 2015.

Estratégias de privatização da gestão educacional pública, por meio da introdução de modelos de gestão assentadas na lógica empresarial e ou introduzidas por instituição privada foi o tema investigado por dois trabalhos: Pinheiro (2012) analisou o Programa Gestão nota 10 introduzido pelo IAS em vários municípios brasileiros, e considerou a proximidade das orientações ali contidas com a Gestão de Qualidade Total (GQT). Esta, por sua vez foi o objeto de investigação de Siqueira (2009) focando especificamente a experiência do município de Limeira que implantou Programa de Qualidade Total em Educação - PQTE-L a partir de um convênio com a fundação municipal.

Analisar o tratamento dado pelos textos constitucionais às instituições privadas sem fins lucrativos, tendo em vista a presença histórica na oferta da educação brasileira e mais recentemente em sua gestão, foi tema de Pulheiz Jr (2010).

Almeida (2008), por meio de pesquisa participante, buscou compreender a atuação de duas ONGs: EMCANTAR e Ação Educativa. Já a política educativa do governo estadual paulista, que tem induzido a privatização da educação por diferentes estratégias, foi preocupação de Dante (2013), que identifica um aprofundamento do alinhamento com o ideário neoliberal pelos governos a partir de 2002.

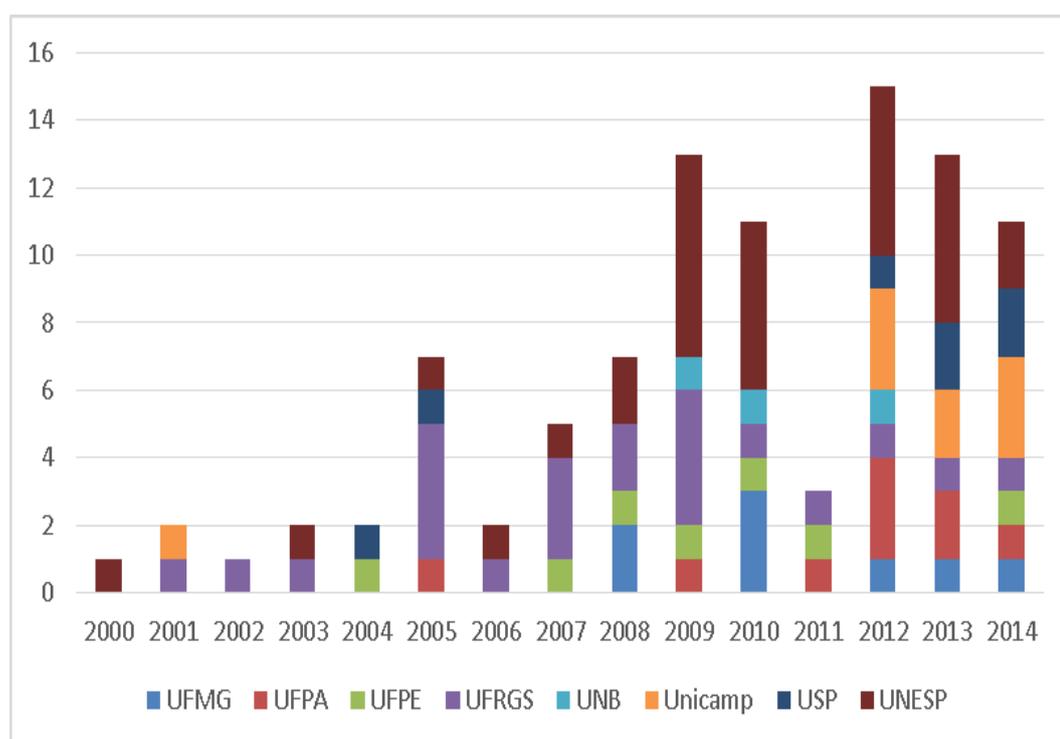
### **3.2.3 SÍNTESES E CONSIDERAÇÕES SOBRE A PRODUÇÃO NA PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO: REPOSITÓRIOS DAS UNIVERSIDADES SELECIONADAS 1990-2014**

Do reportado nos 95 resumos das teses e dissertações e não ao contido na totalidade do trabalho, foi possível apreender tendências importantes sobre a produção no âmbito da pós-graduação em educação relativa à privatização da educação básica regular, entre 1990-2014.

A primeira delas é que se trata de temática relativamente recente, pois 2000 é o ano do primeiro trabalho elaborado na Unesp, universidade

que, talvez por apresentar cinco programas de pós-graduação em educação é a que mais orientou mestrados e doutorados relacionados à privatização da educação básica nas dimensões aqui analisadas: gestão da educação, oferta educacional, currículo, ou, ainda a privatização abordada nos trabalhos como elemento de dada conjuntura ou condicionante histórico. Àquele, seguem os PPGEs da UFRGS e da UFPA, como apresentado no gráfico 44.

**Gráfico 44 - Ano de conclusão de Teses e Dissertações relacionadas à privatização da educação básica. Repositórios de Universidades Seleccionadas.1990-2014**



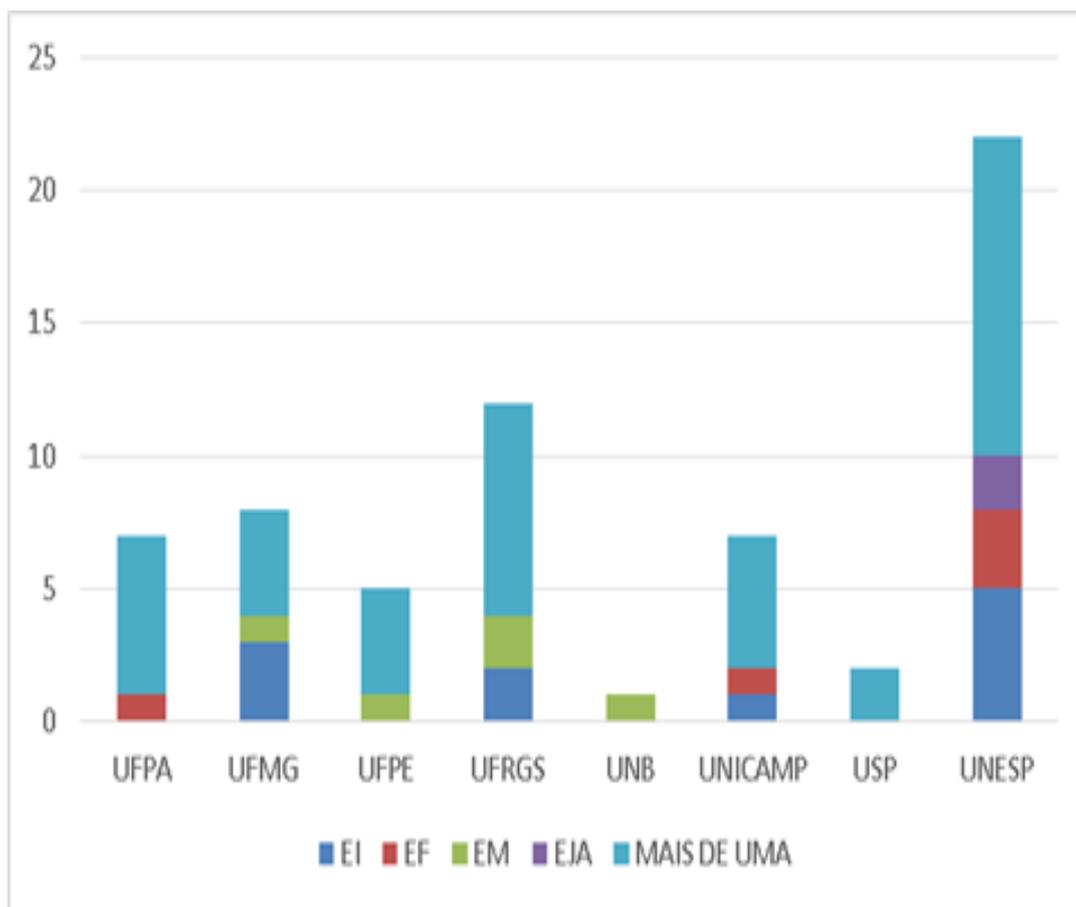
Fonte: Adrião, 2015

O gráfico indica ainda que o volume das produções, constituído por 95 trabalhos, sobre a temática intensifica-se a partir de 2005 e tem em 2012 a concentração do maior número de teses dissertações.

Em relação à etapa de escolaridade, o gráfico 45 indica a prevalência de pesquisas que analisaram mais de uma etapa de escolaridade, seguidas

de investigações sobre a educação infantil, neste caso, desenvolvidas principalmente nos Programas da UNESP e UFMG.

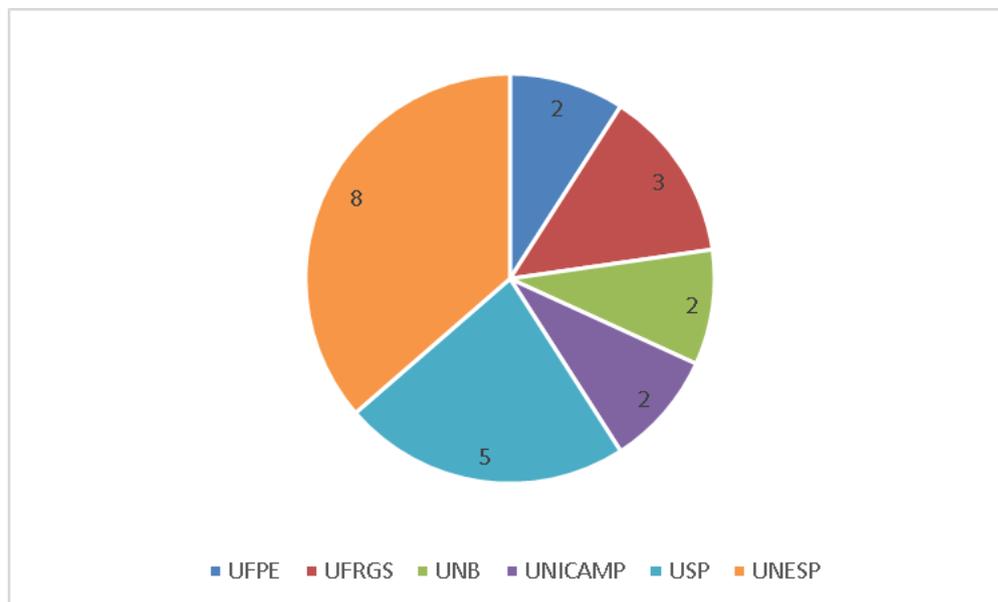
**Gráfico 45- Etapa de escolaridade. Repositórios de universidades selecionadas- 1990-2014**



Fonte: Adrião, 2015

Outro conjunto de estudos problematizou a atuação de atores privados e agências ou organismos internacionais no campo das políticas educacionais, conforme distribuição ilustrada no Gráfico 45.

**Gráfico 46 - Total de Teses e Dissertação cujo objeto foi atores privados e agências ou organismos internacionais. Repositórios universidade selecionadas. 1990-2014.**

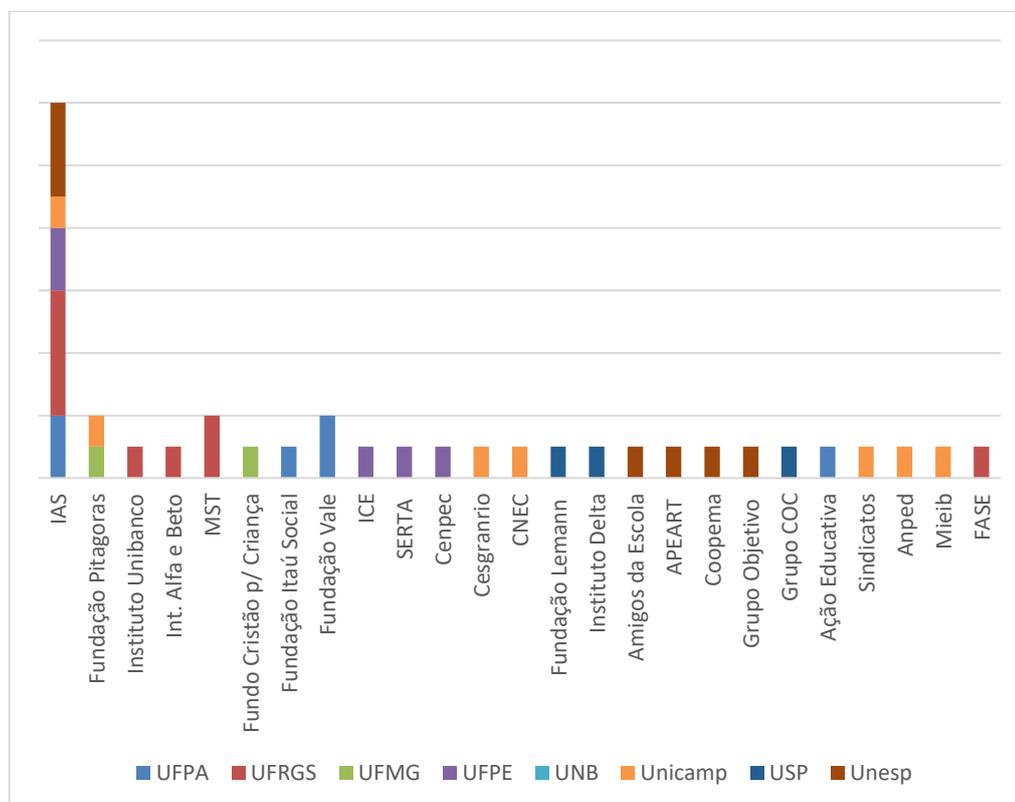


Fonte: Adrião, 2015

Vale destacar os atores privados priorizados nas análises: O Instituto Ayrton Senna concentrou o interesse do maior número de pesquisadores, tanto por sua capilaridade nacional, quanto pelo fato dos trabalhos articularem-se à investigação interinstitucional coordenada por Adrião e Peroni (2011). As Fundações VALE e Pitágoras foram objeto de estudos para quatro trabalhos. Em relação aos demais atores identificou-se uma pulverização nos estudos em função da incidência local. Além disso, um mesmo trabalho pode analisar mais de um ator privado.

Os atores privados foram aqui considerados independentemente de sua natureza jurídica ou campo de incidência, razão pela qual se considerou como ator privado segmentos não estatais ou paraestatais, o que incluiu organizações sem fins lucrativos; organizações de natureza confessional; movimentos populares, como o MST ou o MIEIB; associações da sociedade civil de base empresarial, como o IAS e a Fundação Vale e, ainda, empresas privadas como os Grupos empresariais Objetivo e COC. No total, foram estudados 25 diferentes atores privados.

**Gráfico 47 - Atores privados analisados em Teses e Dissertações. PPGES -Universidades Seleccionadas. 1990-2014.**

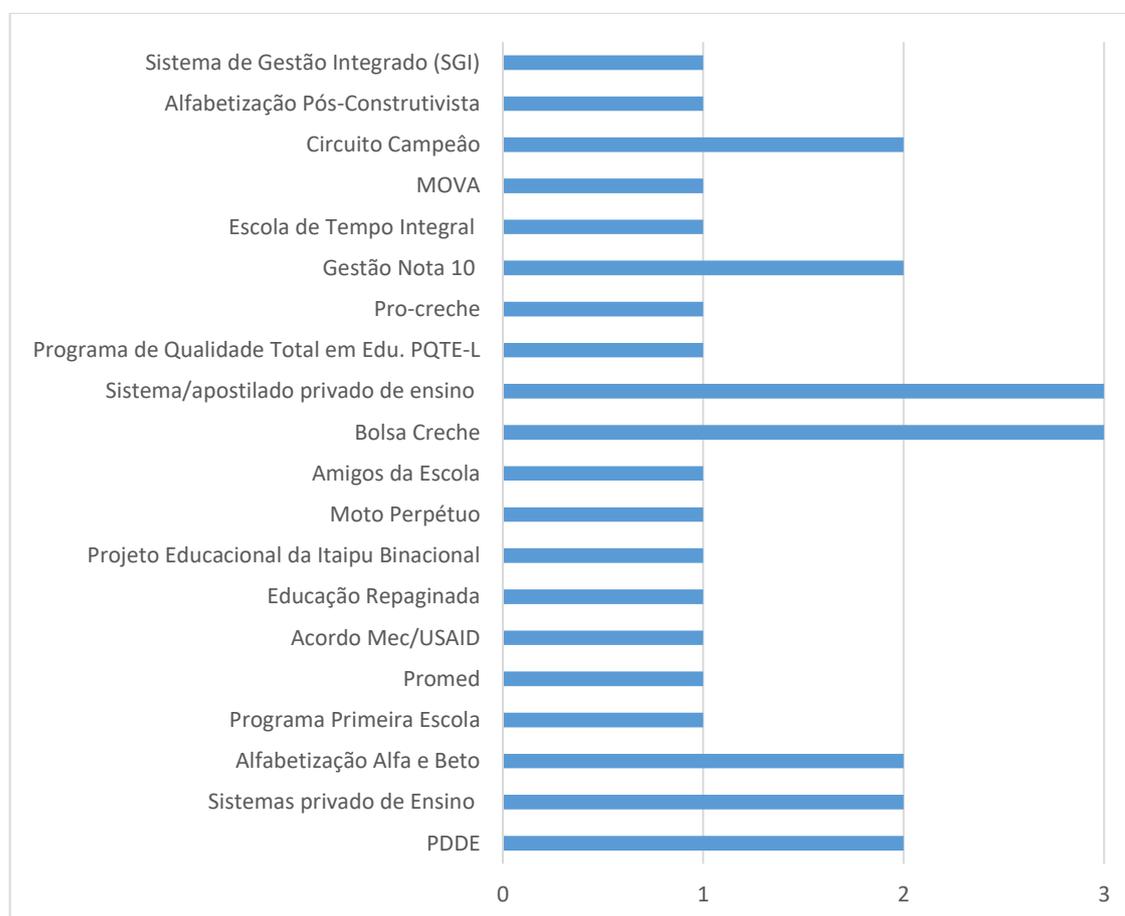


Fonte: Adrião, 2015.

Nota. MST- Movimento Trabalhadores sem Terra; Fundo Cristão para Crianças; Coopema- Cooperativa Educacional de Marília; CNEC- Campanha Nacional de Escolas da Comunidade; ICE- instituto de corresponsabilidade pela educação; SERTA - Serviço de Tecnologia Alternativa; MIEIB- Movimento Interfóruns de Educação Infantil do Brasil; Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional-FASE.

Em relação aos programas operados ou implantados por organizações privadas selecionadas pelos estudos, tem-se o registrado no Gráfico 48, no qual se destacam os programas do IAS - Circuito Campeão e Gestão Nota 10 (quatro); os sistemas apostilados/privados de ensino (cinco) e o Programa Bolsa Creche (três).

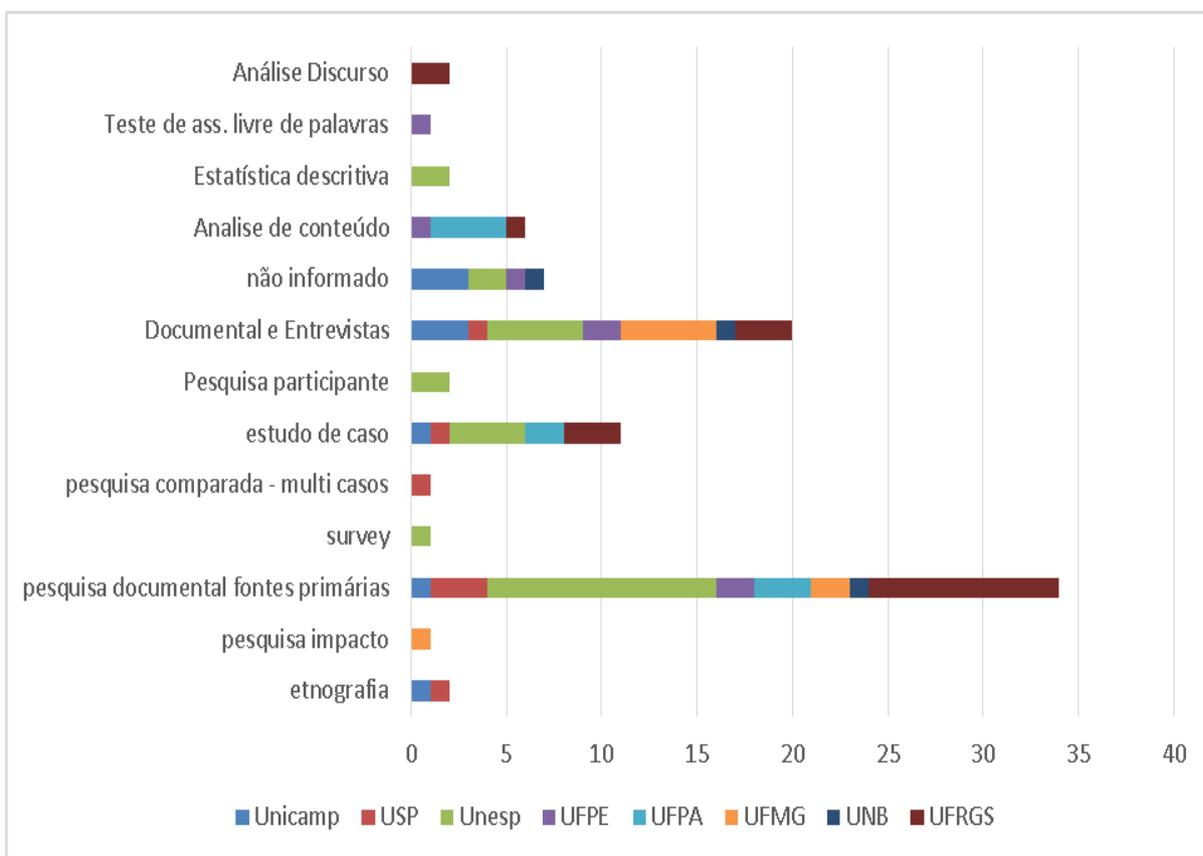
**Gráfico 48 - Programas operados e implantados por ator privado analisados em teses e dissertações. Universidades selecionadas. 1990-2014.**



Fonte: Adrião, 2015. Nota- PDDE- Programa Dinheiro Direto na Escola, que apesar de ser governamental opera por meio de unidades executoras de natureza privada.

Análise do informado no conteúdo dos resumos indica que a pesquisa qualitativa, com base em documentos que se apresentam como fontes primárias, constituiu 80% dos procedimentos adotados, seguida por pesquisas documentais associadas à realização de entrevistas e por estudos de caso. Não houve registros de pesquisas desenvolvidas por meio de recursos da história oral; apenas apoiadas em entrevistas; estudos classificados como revisão da literatura ou adotando análise de redes, como indica o gráfico a seguir. Pesquisas quantitativas também estiveram ausentes.

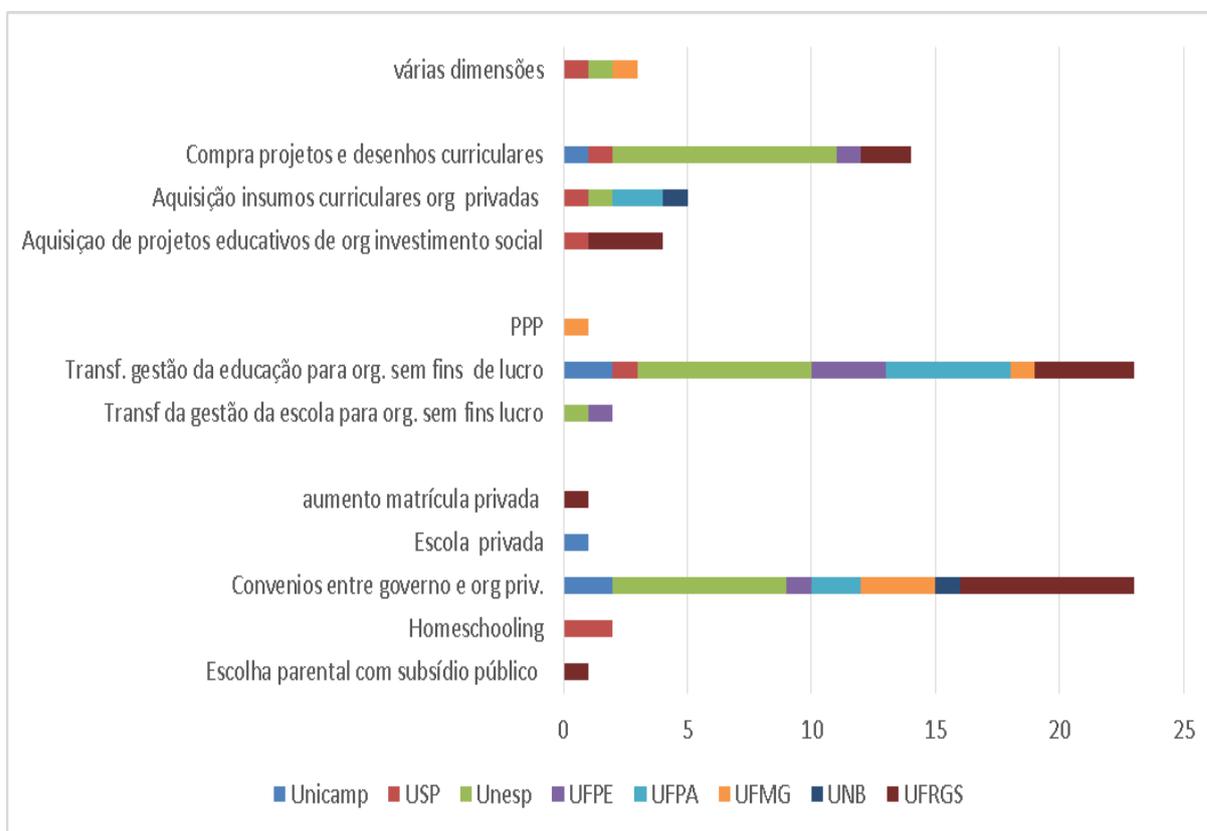
**Gráfico 49 - Procedimentos metodológicos adotados pelas Teses e Dissertações. Universidades selecionadas. 1990-2014**



Fonte: Adrião, 2015.

As dimensões da privatização e as formas pelas quais foram operacionalizadas também receberam tratamento diferenciado por parte dos PPGEs selecionados, conforme se verá no gráfico 50, do qual se destaca a privatização da gestão da educação, por meio de sua transferência para organizações privadas sem fins de lucro, com destaque para investidores sociais, e a privatização da oferta educacional por meio de convênios entre governos e organizações privadas. Um terceiro conjunto refere-se à compra de políticas e programas curriculares de diferentes empresas, na forma de sistemas apostilados ou privados de ensino.

### Gráfico 50- Formas de operacionalização da privatização abordadas nas produções. Repositórios universidades 1990-2014



Fonte: Adrião, 2015.

Interessante frisar que as teses e dissertações da UNESP abordaram equitativamente a privatização das três dimensões da educação ( currículo, gestão e oferta), enquanto a UFRGS, segundo programa com maior produção neste levantamento, apresenta maior quantidade de estudos na dimensão da oferta educacional. A privatização foi abordada ainda como elemento derivado ou relacionado a um contexto específico (seis produções, três das quais na UNICAMP) ou como expressão de condições historicamente dadas (cinco produções).

Não foram localizados trabalhos relacionados às seguintes formas de privatização: tutorias ou aulas particulares; gestão da escola pública por setor privado lucrativo; co-financiamento da escola pública entre estado e família, escolas privadas contratadas, isentivos fiscais, *voucher* ou bolsas

de estudos e ainda aquisição ou compra de tecnologias educacionais digitais.

Elemento a compor esta análise diz respeito à posição dos autores frente à atuação do setor privado em relevo nas teses e dissertações das universidades selecionadas e registrada na tabela a seguir.

**Tabela 19 - Posição dos autores em relação à privatização da Ed. Básica estudada. Universidades selecionadas. 1990-2014**

Posição	Unicamp	USP	Unesp	UFPE	UFPA	UFMG	UnB	UFRGS	Total
<b>Crítica</b>	4	5	23	2	8	2	1	13	<b>58</b>
<b>Favorável</b>	1	2	2	3	0	2	1	3	<b>14</b>
<b>Sem posição</b>	4	0	5	2	1	4	1	6	<b>23</b>

Fonte: Adrião, 2015.

A análise dos resumos indicou que 61% dos trabalhos selecionados pelos critérios adotados para este mapeamento são críticos aos processos ou concepções teóricas relacionados às dimensões e formas da privatização estudados. Em cerca de 24% dos resumos não se localizou posição explícita favorável ou contrária aos temas ou fenômenos estudados, situação mais frequente em estudos que adotam perspectivas históricas.

### **3.3 SÍNTESE E INDICAÇÕES A PARTIR DO MAPEAMENTO DE TESES E DISSERTAÇÕES EM EDUCAÇÃO 1990-2014. - CAPES E UNIVERSIDADES/PPGES SELECIONADOS**

Considerando o total de teses e dissertações que constaram do banco da Capes e dos repositórios selecionados, excluídos os trabalhos que se repetiram nas duas bases, tem-se, a distribuição pelos PPGes apresentada na Tabela 25. Dela, depreende-se uma maior concentração de pesquisas sobre a privatização da educação básica em cinco programas de

Pós-Graduação: UNICAMP, USP, UFPA, UNESP e UFRGS, os dois últimos destacando-se em relação aos demais. A totalização por instituição exclui os três trabalhos localizados nas duas bases.

**Tabela 25 - Distribuição de teses e dissertações por PPGE 1990-2014. Duas bases: Capes e Repositórios Universidades Selecionadas. 1990-2014**

<b>PPGE</b>	<b>Quantidade de Teses e Dissertações com resumos analisados</b>
UNICAMP	9
UNESP	30
USP	9
UFPA	9
UFPE	7
UNB	3
UFMG	8
UFRGS	22
UFSC	2
UFJF	1
UEM	1
UCDB	1
UFRJ	1
Utiúti	1
UFU	1
UFMS	1
UFPEL	1
ULBRA	1
PUC-SP	1
UFC	1
<b>Total</b>	<b>110</b>

Fonte: Adrião, 2015. Nota: Trabalhos localizados nas duas bases foram contabilizados apenas uma vez.

Dois grupos de pesquisa foram, explicitamente, mencionados nos resumos: Políticas Públicas e Gestão da Educação (PPGE) da UCDB e Grupo de Estudos e Pesquisas e Política Educacional (GREPPE) tanto da UNESP, quanto da UNICAMP.

Em que pese os limites de qualquer escolha, a organização e análise dos dados aqui sistematizados permitiu “radiografar” a produção discente sobre processos de privatização da educação como considerado neste mapeamento: processos pelos quais a educação pública se subordina ao setor privado explicitamente por meio da transferência de responsabilidades do Estado ou pela flexibilização da regulamentação para atuação do setor privado.

Os descritores que mais selecionaram trabalhos de conclusão nos Programas selecionados foram: Parceria Público-Privado/Público-privada, constando as duas flexões de gênero, e financiamento.

**Tabela 26 - Total de resumos de teses e dissertações analisados. Capes e Repositórios. 1990-2014.**

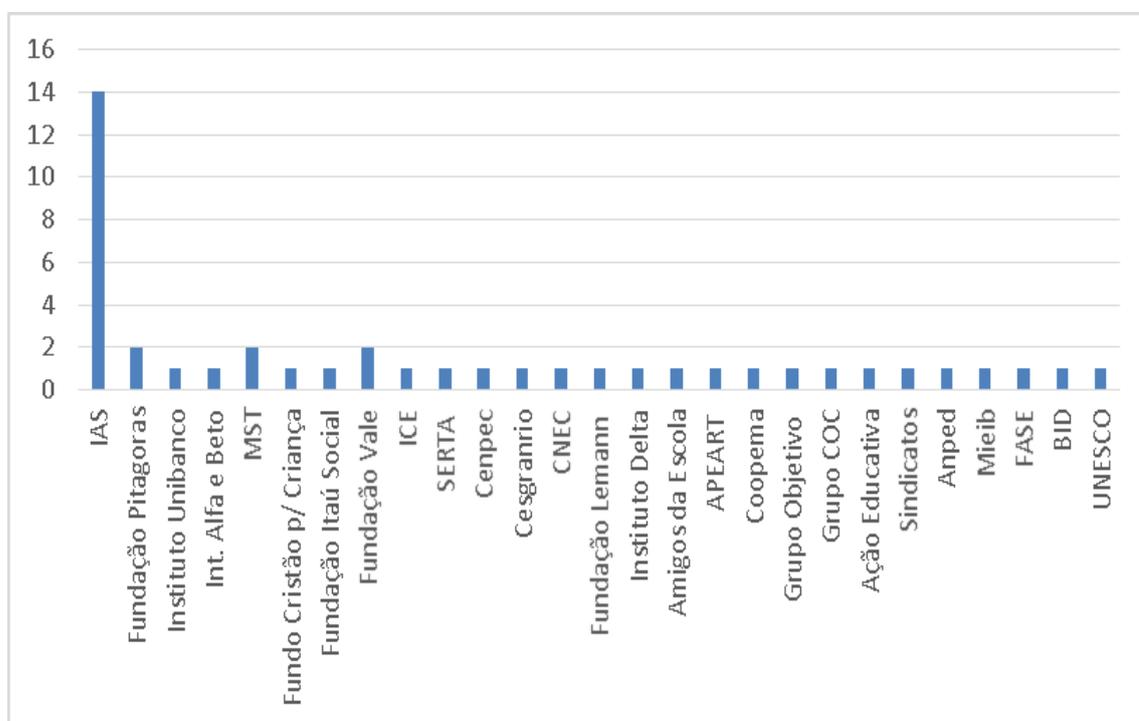
<b>Descritores</b>	<b>Banco de Tese da Capes (anos selecionados)</b>	<b>Repositórios das Universidades/PPG ES</b>	<b>Total</b>
Financiamento	04	26	30
Parceria Público-Privado/a	10	35	45
Gestão Privada	5	09	14
Cogestão	0	0	0
Subsídio	0	4	4
Cooperativa	0	6	6
Privatização	1	5	6
<i>Charter</i>	0	1	1
Escolha Parental	0	0	0
Quase-Mercado	1	4	5
<i>Choice</i>	0	3	3
<b>Total</b>	<b>21</b>	<b>95</b>	<b>126</b>

Fonte: Adrião, 2015.

Nas duas bases não se detectou pesquisas relativas às seguintes formas de privatização: tutorias ou aulas particulares; gestão da escola pública por setor privado lucrativo; cofinanciamento da escola pública entre estado e família, políticas pró escolha parental; incentivos fiscais para oferta privada; *voucher* ou bolsas de estudos. Na dimensão do currículo os estudos não trataram da aquisição ou compra de tecnologias educacionais digitais.

Dos 43 trabalhos, que consideraram na pesquisa um ou mais atores privados, 14 trataram do Instituto Ayrton Senna e foram desenvolvidos em sua maioria na UFRGS e na UNESP. Três organizações privadas de diferentes naturezas foram objeto de dois trabalhos cada um: o MST, a Fundação Vale e a Fundação Pitágoras. Para os demais atores a atenção foi diluída, como sistematizado no gráfico 51.

**Gráfico 51 - Atores privados considerados nas teses e dissertações. Capes Universidades selecionadas- 1990-2014**



Fonte: Adrião, 2015.

Nas duas bases a maioria dos autores foram críticos aos programas ou às orientações analisadas. Exceção feita aos estudos relativos a movimentos populares, como o MST ou a programas governamentais que potencializam organizações populares ou de bairro, caso do Movimento de Alfabetização de Adultos (MOVA) e de escolas comunitárias para educação infantil.

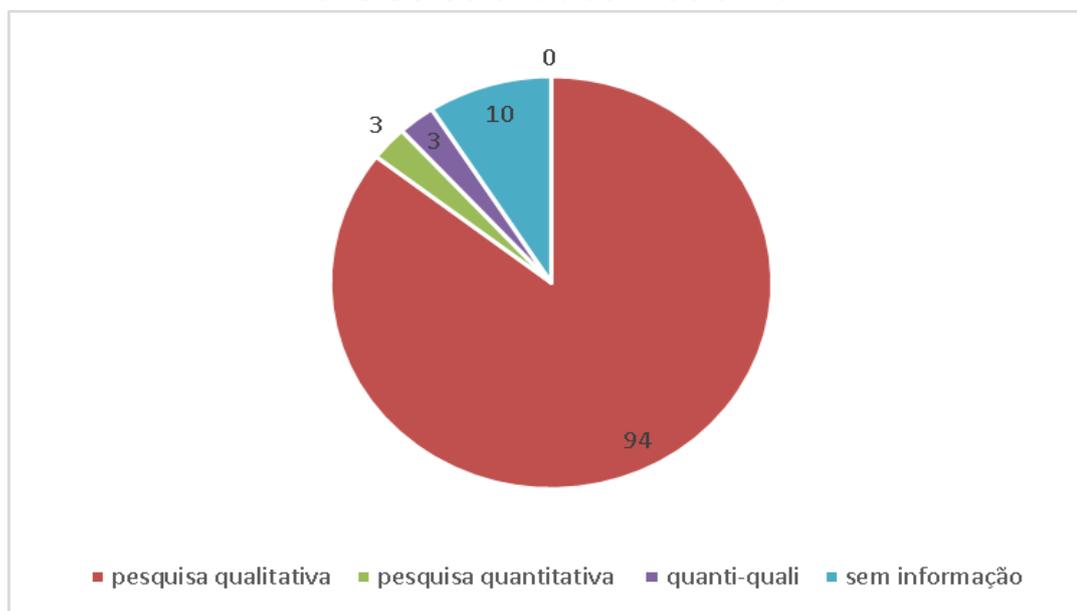
As escolas privadas foram abordadas marginalmente e em perspectiva histórica.

A maior parte dos estudos concentrou-se na análise de programas de transferência da gestão educacional ou escolar para atores privados sem fins de lucro. Neste último caso versando sobre organizações caracterizadas como integrantes do "terceiro setor". Os estudos identificaram também a presença destas organizações na oferta educativa, desta feita relacionando-a tanto a condições históricas relativas à resistência à privatização, quanto à reivindicação da presença do estado nesta tarefa, quanto a mudanças na sistemática de financiamento com a introdução das políticas de fundos. Parte significativa dos estudos relacionados ao financiamento da educação básica associaram a municipalização decorrente das políticas de fundos (Fundef e Fundeb) ao incremento da privatização.

Já a privatização da gestão educacional, ou seja, a transferência da gestão em âmbito sistêmico para atores privados, foi associada à introdução de ferramentas de gestão empresarial sob o controle de organizações de base empresarial ou à introdução de modelos de organização da educação e da escola cunhados por organizações privadas ou por elas incentivados.

As pesquisas se apresentaram fundamentalmente como qualitativas e de cunho documental, conforme distribuição ilustrada no gráfico 52.

**Gráfico 52 - Natureza da pesquisa- Banco de Tese da Capes e PPGEs selecionados. 1990-2014**



Fonte: Adrião, 2015.

Em decorrência da natureza das pesquisas, os dados informaram que 44% dos trabalhos derivaram de pesquisa documental, em torno de 18% de pesquisas documentais associadas ao uso de entrevistas e 11% de estudos de caso. A estatística descritiva foi a metodologia adotada em duas pesquisas quantitativas. Chama atenção a ausência de informações a respeito da opção metodológica em dez resumos, condição que retoma a preocupação sobre a qualidade destes elementos identificada desde Wittiman e Gracindo (2001).

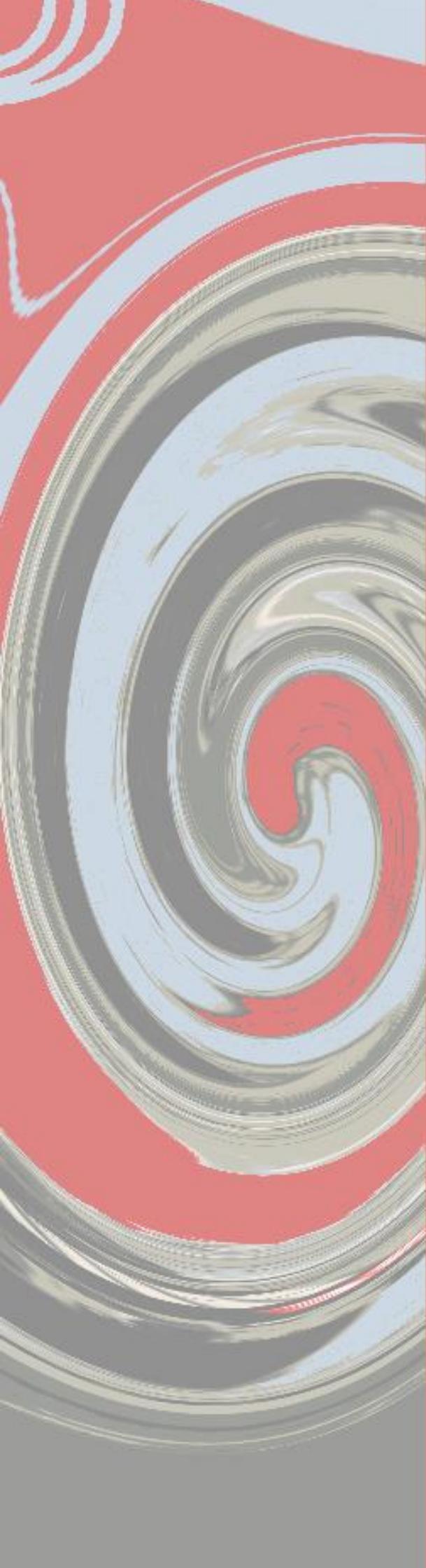
Em relação ao tratamento atribuído aos termos que serviram como descritores deste inventario interessante indicar a variedade de sentido atribuído ao descritor parceria público privado/a: em alguns resumos havia equivalência à expressão esfera pública não estatal; em outros se referia à relação entre governos e atores privados de qualquer natureza, inclusive para a compra de serviços ou produtos.

Não foram identificadas teses ou dissertações sobre transferência da gestão da escola ou de sistemas de ensino para atores privados com fins de lucro, tampouco estudos sobre aulas particulares, tutorias ou isenção

fiscal como expressão da privação da oferta educacional. Em relação às formas de privatização do currículo, não foram localizados estudos sobre a adoção ou compra de tecnologias digitais. Por outro lado, formas de privatização do currículo como a compra de insumos curriculares e adoção e desenhos curriculares elaborados e implantados pelo setor privado de base empresarial foi objeto de preocupação em vários trabalhos.

Em que pese os inevitáveis limites de qualquer escolha, a organização e análise dos dados aqui sistematizados permitiu radiografar a produção discente sobre o tema.





## CAPÍTULO IV

---



## **REFLEXÕES SOBRE AS DIMENSÕES DA PRIVATIZAÇÃO NA EDUCAÇÃO BÁSICA BRASILEIRA EM DIÁLOGO COM A PRODUÇÃO BIBLIOGRÁFICA.**

**A** vitória do Partido dos Trabalhadores (PT) e a ascensão à presidência da República, na eleição de 2002, de Luís Ignácio Lula da Silva, não poderiam deixar de expressar relações contraditórias entre as forças e os setores da sociedade brasileira que, de um lado, sustentaram a opção histórica por uma agenda de reformas que garantisse a diminuição das também históricas desigualdades desta sociedade e de outro, os setores hegemônicos, com os quais o governo eleito associou-se buscando garantir a governabilidade anunciada já na “Carta ao Povo Brasileiro”, de 22 de junho de 2002, divulgada durante a campanha presidencial. Para o que nos interessa neste trabalho, essas contradições se explicitam não apenas na manutenção, mas, também, na ampliação de um marco regulatório que favorece a desestatização e a privatização da educação como aqui analisadas.

Numa atualização das perspectivas de reforma na gestão pública, iniciada com o Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado, de 1995,

e orientadas pelos pressupostos da Nova Gestão Pública (MORAES, 2002; OLIVEIRA, 2000; PERONI; ADRIÃO, 2008; GARCIA, ADRIÃO, BORGHI, 2009; entre outros), o Partido dos Trabalhadores (PT), ao assumir os mandatos presidenciais no período de 2003 a 2015, aproximou-se da concepção de governança pública sugerida por distintos organismos internacionais como alternativa às orientações neoliberais (KISSLER; HEIDEMANN, 2006) ou de cunho gerencial.

Kissler e Heidemann (2006), a partir da análise de processos experimentados na sociedade alemã, afirmam que, para este modelo:

O Estado deixa de ser uma instituição que se diferencia de forma clara e distinta do mercado e da sociedade, como acontecia no caso do governo tradicional. Estado, mercado, redes sociais e comunidades constituem mecanismos institucionais de regulamentação, que se articulam em diferentes composições ou arranjos. [...] Em termos de um denominador comum, em suma, a governança pública agrupa, em novos arranjos de atores (redes, alianças etc.), três diferentes lógicas: a do Estado (hierarquia), a do mercado (concorrência) e a da sociedade civil (comunicação e confiança). Mas esta convergência tem um preço, a saber: a economicização ou mercadização do setor público, ou seja, a transformação do setor público em um empreendimento econômico. (p. 486)

Em diálogo com essa perspectiva, a inserção de mecanismos de governança corporativa (CLADE, 2014) no âmbito da gestão pública assimila o setor privado (lucrativo e não lucrativo) como agente e parceiro na elaboração das políticas públicas, dado o pressuposto de que a ação estatal ou governamental é insuficiente e, por vezes, refratária para apreciar e atender as demandas sociais. Deriva dessa perspectiva de gestão, os movimentos de organizações do complexo e multifacetado Terceiro Setor - integrado por Fundações, Institutos, Centros etc. - em buscar esferas governamentais, ou serem por elas acionadas, com o objetivo de este setor oferecer o que consideram ter *expertise* em resposta ao que classificam como insuficientes alternativas geradas pelas funções públicas. Veja que não se trata apenas da adoção da lógica empresarial na

gestão do trabalho escolar ou a organização do sistema de ensino, mas sim a transposição para a educação pública de programas para a gestão o currículo e oferta educacional considerados pelo setor privado como os mais adequados para a escola pública. Fenômeno identificado em âmbito global e em diferentes contextos, como referido pela literatura acionada.

No caso brasileiro, esse segmento constitui-se de organizações privadas sem fins lucrativos que, por força de lei, podem receber recursos públicos, sem que haja uma clara orientação sobre *accountability* (AFONSO, 2010) dos programas implantados, para além da prestação de contas aos doadores ou investidores sociais.

Em sua maioria essas organizações sobrevivem de fundos privados advindos de empresas, patrimônios individuais aos quais se associam, doadores e ou parceiros que patrocinam suas “causas”, dentre as quais se identifica a melhoria da educação pública. Esta “causa” tem justificado a incidência de atores privados na definição e implantação de políticas educacionais no país, que passam a assumir função determinante na definição das prioridades educacionais de diferentes governos e em diferentes níveis governamentais. Assim, de maneira análoga ao apresentado por artigos que analisaram processo semelhante nos EUA, no Brasil, em nome de um compromisso com a melhoria da educação pública, corporações, fundações e institutos vinculados a setores empresariais (FREITAS, 2012; MARTINS; 2013; ADRIÃO e PERONI, 2011, entre outros) e financeiros atuam na agenda pública do governo federal e esferas subnacionais e transformam, paulatinamente, o direito à educação em um campo de negócios (HILL, 2003; DALE, 1994; ROBERTSON, 2012). Essa tendência foi identificada em artigos relativos a processos de privatização da educação nos EUA e na Inglaterra e confirmada pelo crescimento do papel assumido por organizações com fins de lucro na gestão de escolas sob contrato/*charter*. Destaque para o artigo de Scott (2009), no qual esse conjunto de organizações é caracterizado como *venture philanthropy*

(filantropia de risco) correspondendo ao sentido de novos filantropos proposto por Verger e Robertson (2012).

A ideia de “filantropia de risco” generalizou-se a partir de 1997 com a publicação na Harvard Business Review do artigo *Virtuous Capital: What Foundations Can Learn from Venture Capitalists* (LETTS; RYAN; GROSSMAN, 1997), no qual os autores propõem que os filantropos utilizem ferramentas como gestão de risco e gestão de desempenho a fim de ter um maior impacto na solução de problemas da sociedade, a partir de doações realizadas.

A figura 3, na forma de diagrama, ilustra a rede de relações estabelecidas entre alguns desses “filantropos”. Sua construção partiu da identificação das organizações que deram início à iniciativa Compromisso São Paulo pela Educação, programa que instituiu a gestão corporativa na educação paulista. Os dados foram complementados com informações sobre organizações satélites, apresentadas como parceiras, e que se fazem presente na implantação da política educacional em diferentes estados e municípios brasileiros como identificado por algumas publicações que integraram este estudo.

Na análise do diagrama, composto por informações coletadas nas páginas institucionais de cada ator, é interessante notar os diferentes papéis assumidos entre os atores privados, expressos na centralidade que alguns assumem para e na articulação entre as organizações que integram a rede de relações prioritárias identificadas pelo tamanho dos nós do diagrama. Na Figura, destaca-se a ONG Parceiros da Educação criada por empresários paulistas em 1991. A natureza dos parceiros “prioritários”, que gravitam em torno das entidades centrais, também fornece pistas para um melhor entendimento do tipo de inserção realizada por cada organização privada junto aos governos.

Assim, enquanto a Fundação Lemann, a Itaú-Social, o Instituto Unibanco - estes dois investidores sociais de um mesmo Grupo<sup>79</sup> - e Instituto Braudel apresentam como alianças prioritárias setores do próprio setor privado, o IAS parece priorizar as relações com agências e organismos internacionais e com instâncias governamentais.

As razões para essas, ao menos aparentes, diferenciações nas inter-relações podem estar articuladas à natureza dos fundos que sustentam os diferentes atores e, por conseguinte suas iniciativas. O IAS, diferentemente dos demais, parece não dispor de outras fontes de recursos, que não os provenientes dos produtos e marcas que comercializa e de donativos,<sup>80</sup> fontes que, em tempos de crise, devem sofrer algum tipo de constrangimento, diferentemente dos demais grupos que são alimentados por fortes grupos financeiros dos quais são parte constitutiva.

Tais inferências carecem de estudos que possam confirmá-las e indicam que a atuação desses atores, quando associada aos interesses públicos, merece mais atenção de pesquisas científicas, além de demandar

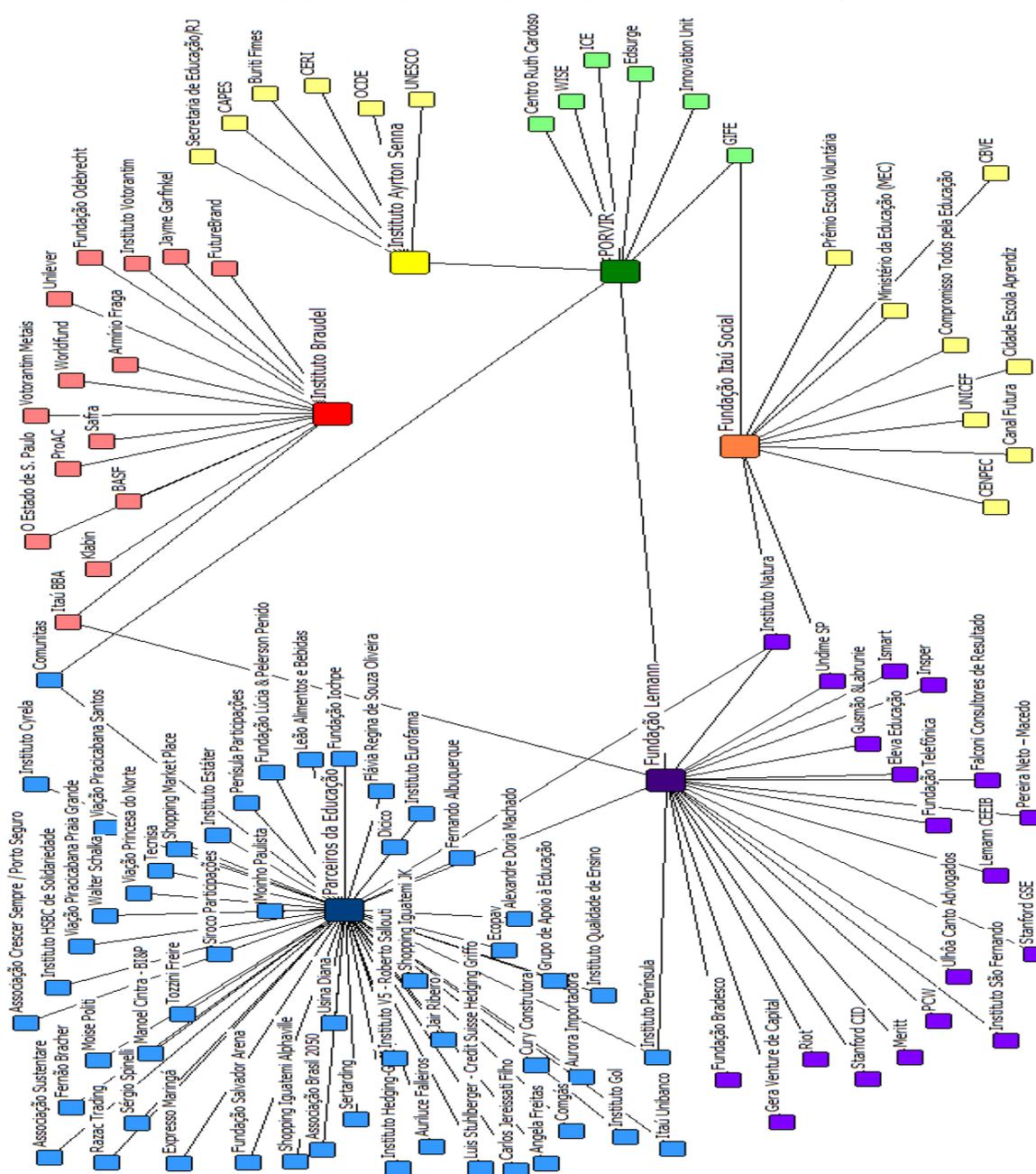
---

79 Segundo divulgação do Grupo, o banco Itaú- Unibanco registrou lucro líquido de R\$ 5,984 bilhões no segundo trimestre de 2015, nos três meses anteriores, o lucro havia sido de R\$ 5,73 bilhões e no segundo trimestre do ano passado, de R\$ 4,899 bilhões. Disponível em <<http://g1.globo.com/economia/negocios/noticia/2015/08/lucro-do-itaú-sobe-para-r-59-bilhoes-no-2-trimestre-de-2015.html>>. Acesso: 18/08/2015.

80 Segundo pesquisa coordenada por Adrião e Peroni (2011, p. 24), "De acordo com depoimento concedido pela então coordenadora da área de educação formal do IAS desde 2005, a origem do IAS relaciona-se de um lado a um compromisso do piloto brasileiro em desenvolver atividades de cunho social assumido pela família após seu falecimento. De outro, a uma decisão objetiva que implicava no gerenciamento de contratos e royalties em vigência quando de seu falecimento, para o que, se optou por criar em Londres uma Fundação sem fins lucrativos, para a qual seriam doados os ganhos da marca SENNA. A opção por Londres, segundo a entrevistada, deveu-se à maior flexibilidade da legislação inglesa para a criação deste tipo de instituição. O responsável pela instalação da *THE AYRTON SENNA FOUNDATION* foi Milton Guirado Theodoro da Silva, pai do piloto e os demais responsáveis são familiares e amigos do piloto. O destaque deve ser dado a Viviane Senna, irmã do piloto e presidente do IAS desde sua criação. A instituição, declarada filantrópica, assume compromissos com a diminuição da pobreza e a atuação nas áreas de saúde e educação. Sobrevive basicamente de doações da *AYRTON SENNA FOUNDATION LTDA*, da qual é acionista, e cuja principal atuação refere-se à gestão da marca Senna. O documento informa ainda, que a Fundação doou ao IAS em 2007, algo em torno de 145,898 (EUROS) em valores de 31 de dezembro do mesmo ano.

ações de transparência pública sobre resultados dos programas implantados.

**Figura 5 - Matriz da articulação entre Filantropocapitalistas/venture philanthropy e organizações privadas- Brasil, 2015.**



Fonte: Adrião, 2015.<sup>81</sup>

81 Informações retiradas dos seguintes sites: <<http://www.fundacaolemann.org.br>>, <<http://www.fundacaoitausocial.org.br>> ,

A presença desse tipo de ator na política educativa brasileira amplia-se em um contexto de grave crise econômica e cortes nos investimentos sociais, no qual as disputas pelos fundos públicos, já escassos, se acirram e a participação dessas organizações na governança da educação pública passa a ser sugerida por organizações multilaterais (OCDE, 2014). Tema a ser instigado, em decorrência da pesquisa realizada, diz respeito às estratégias da concorrência entre as organizações privadas pelos recursos privados derivados de fundos patrimoniais e as consequências dessas disputas para a definição dos programas e ações propostos implantados nas redes públicas. Afinal que ator público toma a decisão sobre as prioridades dos investimentos privados? Quais mecanismos de *accountability* para os usuários das escolas públicas estão previstos?

Dados disponíveis pelo INEP revelam que o governo federal tem tido pouca participação no financiamento da educação básica: em 2012, apenas 18% do gasto público com esta etapa de escolaridade era proveniente de recursos da União, cabendo o maior volume aos governos subnacionais.<sup>82</sup>

Como indicado no estado da arte que integrou os Capítulos 2 e 3 desta pesquisa, nos diferentes níveis de governo, e mais especificamente nos municípios, os recursos destinados à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino têm sido canalizados, com frequência indicada em vários trabalhos, para a compra ou aquisição gratuita de tecnologias educacionais para a gestão educativa e implantação de modelos curriculares elaborados e operados por distintas organizações privadas. Mais recentemente, os recursos têm sido destinados ao financiamento da oferta privada, opção de política respaldada pela *nova filantropia*, estimulada pela LRF e pela decisão do STF como visto no Capítulo 1.

---

<<http://www.parceirosdaeducacao.org.br/index.php>>, <<http://www.institutoayrtonsenna.org.br/>>, <<http://porvir.org/>>, <<http://pt.braudel.org.br/>>. Acesso em: 07/2015. Elaborado com o apoio dos graduandos Matheus Gomes e Gabriel Oliveira.

<sup>82</sup> Dados disponíveis no sítio eletrônico do INEP, em 2013.

Em vista dessa conjuntura, a presença de entidades *sem fins* lucrativos, integrantes do Terceiro Setor ou, mais precisamente, os filantropos de risco, na condição de proponentes de soluções para a gestão e a qualidade educacional generaliza-se e se apresenta como um aspecto fundamental a ser considerado quando se analisa a produção nacional e internacional sobre a privatização da educação.

Nos estudos realizados por pesquisadores brasileiros, acionados para este Estado da Arte, o Terceiro Setor é tratado muito amplamente. Por meio dessa designação enquadram-se diferentes entidades:

1- organizações vinculadas ao setor empresarial, que buscam engendrar na educação pública novos campos para os negócios,

2- entidades empresariais, que atuam como investidores sociais privados<sup>83</sup>

3- entidades derivadas de movimentos sociais identificadas, como no caso de publicações aqui localizadas, com a educação popular, a educação no campo ou experiências comunitárias

Agrega-se a este heterogêneo grupo, organizações não governamentais que atuam na defesa dos direitos ou que se organizam em função de agendas identitárias, de cooperativas de trabalhadores, centros de estudos etc. os quais se posicionam contrariamente à privatização da educação pública.<sup>84</sup> Por essa razão, acredita-se que a denominação *filantropos de risco (venture philanthropy) ou filantrocapiitalistas* ajusta-se melhor à identificação dos segmentos centrais ilustrados na imagem 6 e expressa, com maior nitidez, o perfil do setor privado potencializado pela

---

83 Lembrando que segundo o GIFE, "investimento social privado é o repasse voluntário de recursos privados de forma planejada, monitorada e sistemática para projetos sociais, ambientais e culturais de interesse público. Incluem-se neste universo as ações sociais protagonizadas por empresas, fundações e institutos de origem empresarial ou instituídos por famílias, comunidades ou indivíduos". Disponível em: <[http://www.gife.org.br/ogife\\_investimento\\_social\\_privado.asp](http://www.gife.org.br/ogife_investimento_social_privado.asp)>. Acesso em: 20/08/2015.

84 Como a Ação Educativa, a Campanha Nacional pelo Direito à Educação, o Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária.

financeirização econômica e a concentração da riqueza, que mais recentemente destaca-se na definição de políticas educacionais. Tal segmento considera que o investimento privado pode potencializar a atuação junto à educação como um negócio social.

Outro aspecto a salientar, derivado da análise comparada da produção bibliográfica inventariada e que tende a adensar e refinar o tratamento teórico relativo aos processos de privatização da educação básica, refere-se ao uso da expressão parceria público-privado/a. Nas publicações brasileiras ela é adotada para designar, de forma indistinta, várias maneiras pelas quais se estabelecem relações entre esferas governamentais e o setor privado com ou sem fins lucrativos.

Analisando tais processos em perspectiva crítica, percebe-se não se tratar de uma PARCERIA, como anunciado em documentos de organismos multilaterais, agência de financiamento ou em materiais elaborados por organizações e setores envolvidos nessas estratégias, uma vez que a relação não é horizontal e sim de incidência assimétrica. Além do mais, os objetivos previstos por tais parcerias, quase sempre são heterônimos pois definidos pelo setor privado. Nesses termos, acredito que os processos e programas analisados precisam ser identificados pelo que de fato são: mecanismos de privatização da educação; expressão que melhor sinaliza as tendências pelas quais a educação pública, gerida por meio de ferramentas e mecanismos de gestão estatal e financiada por fundos públicos, é transferida, em parte ou em sua totalidade para o setor privado.

Essa transferência pode se constituir em bases mercantis, em decorrência da destituição do caráter público da educação ou ainda pela minimização do aspecto de bem público que a educação, quando estatal, assume.

O Quadro 4 sistematiza a distribuição dos trabalhos que integram este Estado da Arte, de acordo com a base e a dimensão da educação privatizada.

**Quadro 4 - Quantidade de produções por base inventariada e dimensões da Privatização da Educação Básica- 1990-2014**

Base	Gestão da Educação	Currículo	Oferta Educativa	Mais de uma
<i>Web of Knowledge/Web of Science</i>	45	3	112	8
SciELO-br*	5	2	5	0
Banco de tese da Capes**	7	0	7	0
Repositórios de Universidades selecionadas	27	23	28	6

Fonte: Adrião, 2015. Nota: \*SciELO-br a partir de 1998; \*\* Capes apenas para 2011-2012.

O mapeamento e as análises realizados nas quatro bases, indicaram que a dimensão **da oferta educacional** foi a mais estudada. Nessa dimensão, a privatização foi identificada, mais recorrentemente, por meio do subsídio público ao setor privado foi o tema mais recorrente: em torno de 52% dos resumos analisados. Mais especificamente, destacou-se o número de estudos sobre formas de operacionalização da oferta privada da educação com subsídio por meio de convênios, contratos ou bolsas de estudos, correspondendo a 32,8% das produções sobre essa dimensão. A privatização da oferta, operada por políticas ou programas de escolha parental, foi identificada em apenas três trabalhos nas bases brasileiras (dois deles sobre *homeschooling*), enquanto 20% dos resumos de textos localizados nas bases da WoK/WoS relacionaram-se a estas formas, com destaque para a diversidade de trabalhos sobre *charter schools*.

Da análise da produção bibliográfica relacionada aos estudos empíricos que integram o capítulo 4 deste trabalho é possível afirmar uma diferença percebida no cotejamento entre as produções sintetizadas e a pesquisa empírica: Enquanto nos EUA, Inglaterra e Canadá, a *charter school* se apresenta como uma alternativa **paralela** às escolas públicas estatais

pré-existentes, por vezes derivando da transformação destas mesmas escolas e por essa razão integra o rol das políticas de escolha parental. Em Portugal, as escolas sob contrato substituem as escolas públicas, pois se instalam onde estas não existem e, nestes casos se apresenta, mais como contingência que opção, situação semelhante a modelos de conveniamento existentes no Brasil.

Além disso, enquanto nos EUA os propositores das escolas sob contrato alinham este formato de privatização à defesa de relativa autonomia ou inovação pedagógica, ainda que fortemente premida pelas políticas de “*accountability*” expressas nas avaliações em larga escala de alguns Estados; no Brasil, a proposta vem acompanhada da defesa de um currículo nacional, da indução à padronização metodológica e da ampliação dos testes em larga escala, limitando qualquer tentativa de inovação pedagógica. Não se trata, pois, no caso brasileiro, de programas de escolha de escola pelas famílias, e sim do repasse de fundo público a provedor privado por meio da contratação destes para a oferta educacional, seja na modalidade de destinação de valor por aluno para estabelecimento privado, seja, por meio da transferência da gestão da escola pública para uma organização privada.

A análise dos resumos da produção brasileira permite identificar que a vigência de contratos e convênios entre o poder público e o setor privado para a oferta educativa não é novidade. Trata-se de um velho padrão, que já vigora nas etapas da educação básica onde o estado nunca se fez presente ou o fez apenas supletivamente, como na educação infantil e na de jovens e adultos. Entretanto, percebe-se que o modelo vem sendo proposto para outras etapas de escolaridade, inclusive aquelas que, a partir da Constituição Federal de 1988, o Estado tem o dever de ofertar.

Constatou-se também que formulações teóricas ou programas relacionados à escolha da escola e a escolas privadas foram, apenas,

tangencialmente abordadas pela produção brasileira, ainda que o mercado educacional privado no Brasil seja muito grande e pouco regulado.

Para a maioria das produções selecionadas nos periódicos internacionais, programas de escolha da escola se assentam em promessas de diminuição de desigualdades educacionais, estas geradas por dificuldades de acesso a escolas de melhor qualidade por populações mais pobres e vulneráveis. Em grande medida, os estudos indicam que essas dificuldades decorrem de modelos de acesso a escolas definidos em função do local de residência dos estudantes, uma vez que a matrícula é “georreferenciada”, situação que reforçaria a estratificação e a segregação educacional. Entretanto, para parte considerável dos resumos analisados sobre o tema (66%)<sup>85</sup>, as desigualdades foram reforçadas com a introdução de políticas de “escolhas” de escola.

Um tema derivado do modelo de escolas privadas sob contrato/convênio (*charter school*), não localizado em resumos de quaisquer bases mas diretamente relacionado à privatização da educação, diz respeito à indução ao surgimento de um mercado de insumos e de assessorias para a instalação de escolas contratadas, fenômeno identificado durante pesquisa de campo (ADRIÃO, 2014). Ou seja, a oferta educativa por meio de provedores privados com subsídio público gera “novos mercados” para um segmento do, cada vez mais amplo, mercado educacional. Aliás, a segmentação e a diferenciação do mercado para a educação privada é tema a ser investigado no Brasil, não tendo sido percebido em nenhuma produção.

Também as pesquisas, no conjunto das bases, ressentem-se de tratamentos mais diretos sobre os volumes de recursos públicos destinados ao setor privado para provimento da educação básica e sobre os gastos privados com educação. O mesmo se diz de trabalhos que analisam os

---

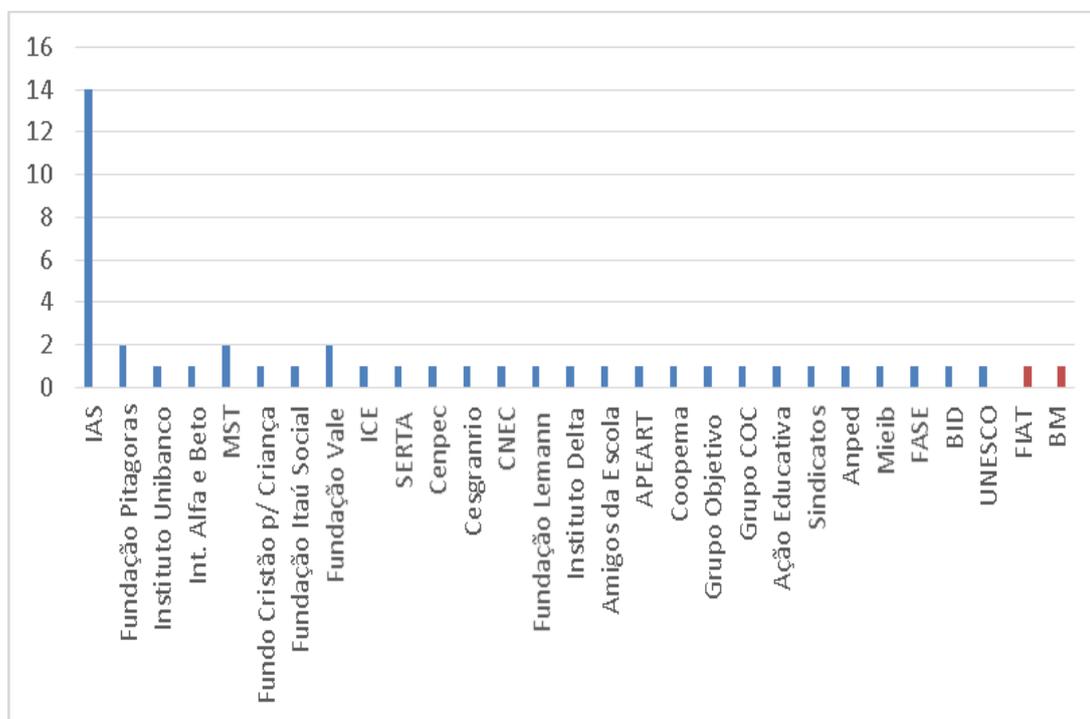
85 Dos 111 resumos que abordaram políticas de *choice* ou *charter* localizados na *Web Of Science*, 66% são críticos ou indicam a necessidade de revisão nos programas analisados.

formatos “indiretos” de subsídio público à oferta privada decorrentes de incentivos ou de renúncias fiscais. Mesmos os trabalhos filtrados pelo descritor financiamento não abordaram essas formas de privatização.

22,5% dos objetos declarados nos resumos analisados trataram da privatização da gestão da educação pública, por meio da transferência da elaboração e da implantação de políticas educacionais para organizações identificadas com o investimento social privado, como os filantropos de risco, ou mesmo para corporações. Foram os repositórios das universidades a base com mais investigações relacionadas a esta forma de privatização da gestão. Especificamente abordando a transferência da gestão da educação pública para organizações privadas com fins de lucro, não existentes no Brasil, o levantamento identificou estudos sobre a experiência na Filadélfia/EUA e na British Columbia/ Canadá.

O gráfico 53, elaborado a partir dos dados coletados nos trabalhos publicados nas bases brasileiras, indica os atores privados considerados nos estudos que tratam da gestão da educação.

**Gráfico 53 - Organizações privadas identificadas nas bases Scielo.br/Capes/PPGE selecionados que incidem sobre a privatização da Gestão da educação. 1990-2014**



Fonte: Adrião, 2015. Nota- Azul- Teses e Dissertações, Vermelho- SciELO-br.

Evidencia-se o grande volume de produções relativo a atuação do IAS, seguido de produções sobre a Fundação Pitágoras. Já as organizações vinculadas diretamente ao setor financeiro aparecem apenas em três trabalhos, possivelmente pela presença relativamente recente destes grupos no cenário educacional brasileiro, conforme analisado no Capítulo 1. Por essa razão, importa sublinhar a relevância de futuras pesquisas que se debrucem sobre esse novo perfil de organizações privadas tendo em vista a diferenciação em seu *modus operandi* em função da adesão ao investimento social por impacto ou resultados e a estreita relação que guardam com empresas que investem no mercado educacional, tal como identificado com a Fundação Lemann reportada em uma única produção de pós-graduação.

Em relação às organizações privadas que incidem sobre a privatização do currículo, dimensão menos abordada no conjunto dos trabalhos que compuseram este mapeamento, nas produções sobre a educação brasileira os dados identificaram pesquisas sobre duas empresas-COC e o Grupo Objetivo e um instituto, o Alfa e Beto. Os dois primeiros são responsáveis pela comercialização de sistemas privados de ensino para redes públicas e o terceiro, apresentando-se como organização não governamental, atua na implantação de sistemáticas de alfabetização e comercialização de material didático, também em redes públicas.

A privatização da educação básica, como decorrência de alterações em elementos do contexto socioeconômico e político, foi fortemente tratada nas publicações selecionadas nas plataformas WoK/WoS. Cerca de 18% dos resumos abordaram o tema considerando aspectos de distintos contextos, relativos à introdução de mecanismos de mercado em países de economia planificada, à globalização econômica, ao neoliberalismo em diferentes escalas ou ainda a medidas de desregulação ou flexibilização da gestão pública. Por outro lado, em artigos relativos a países que integraram a União Soviética ou que analisam regiões da China, nos quais a ação estatal foi identificada com a centralização e o autoritarismo, os resumos defendem a introdução de formatos de privatização, principalmente por meio de mecanismos de escolha da escola, ainda que identifiquem processos de desigualdades. Já a descentralização da ação estatal e, mais diretamente da gestão da educação, foi associada a processos de privatização em trabalhos sobre Brasil, Chile e Argentina disponíveis na Scielo-br e nas WoK/WoS.

A privatização da educação básica considerada como fenômeno historicamente constitutivo de dado sistema educacional esteve presente nos resumos com menor frequência. Neste caso, os trabalhos indicaram aspectos associados a escolas vinculadas a igrejas (como na Holanda ou Suécia) ou ainda à introdução de escolas vinculadas e geridas por

movimentos populares e cooperativista que reivindicam subsídio público, mas se contrapõem à regulação e intervenção estatal.

Apesar de muito comuns na sociedade brasileira, temas como tutorias digitais e aulas particulares não foram identificados nas bases relativas às produções brasileiras. Por outro lado, essas formas de privatização consideradas recentes no Japão, China e em países da ex-URSS integraram estudos publicados nos periódicos estrangeiros, os quais consideram que as práticas aprofundaram as desigualdades para o acesso às melhores escolas.

Em que medida a naturalização das aulas particulares e similares entre no Brasil acoberta essa desigualdade? Qual o tamanho do mercado de aulas particulares induzido ou não pela falência da própria escola privada? Em que as plataformas digitais para o ensino remoto potencializa essa forma de ensino privado? Como a *shadow education* associa-se a desigualdades educacionais? Essas questões demandam pesquisas específicas e indicam um campo de investigação a ser constituído no Brasil.

Para arrematar este diálogo com a literatura sobre a privatização da educação básica, percebeu-se que outros dois temas, tratados fenômenos, tratados em publicações internacionais, não se apresentaram nos trabalhos filtrados nas bases brasileiras:

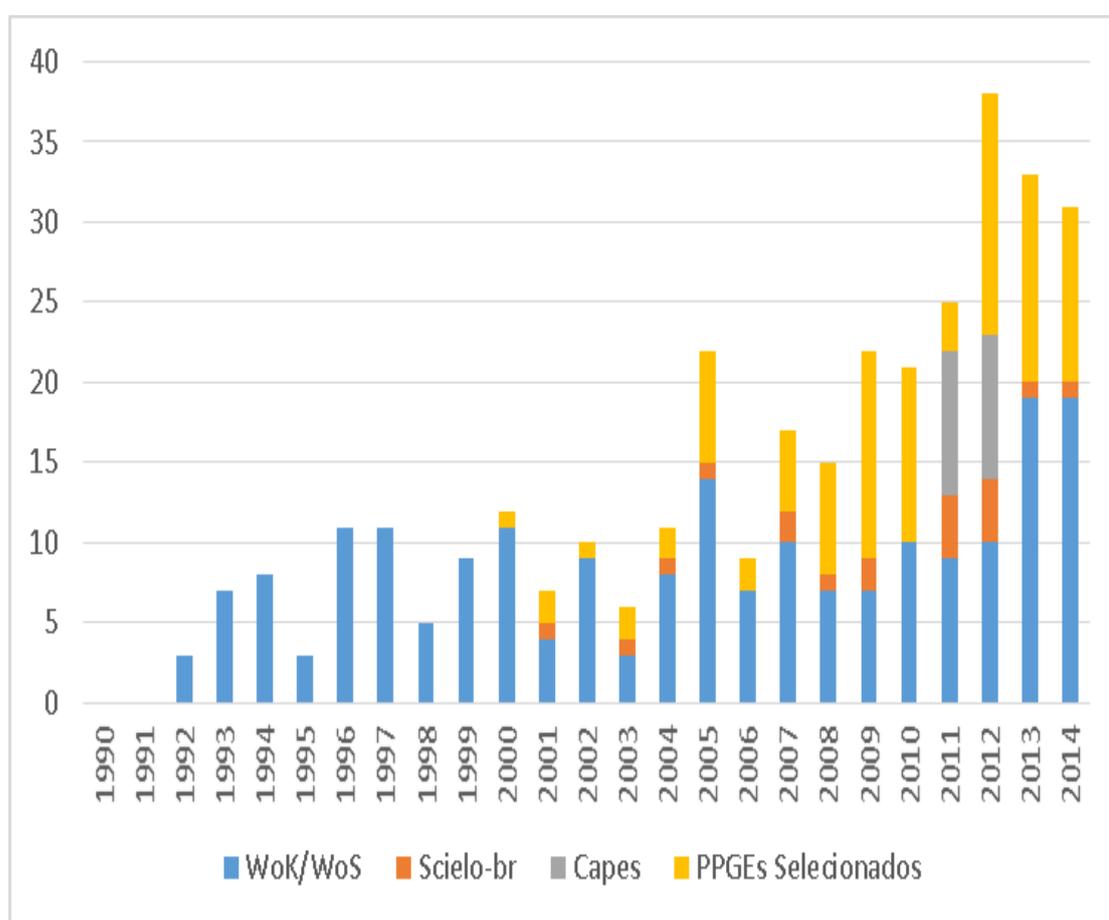
- O papel das estratégias de marketing adotadas por escolas privadas frente à competição por alunos;

- A vigência de cobranças de taxas em estabelecimentos públicos de ensino.

A distribuição do conjunto das produções pelo período selecionado é indicada no gráfico 54. De sua análise, o primeiro aspecto destacado é a antecedência em uma década de publicações sobre a temática em periódicos estrangeiros (artigo publicado em periódico na *Web of Knowledge* em 1991); no Brasil o primeiro trabalho data de 2000 e se refere a um mestrado defendido na UNESP (Rodrigues, 2000). A partir da segunda

metade deste século, com destaque para 2012, a proporção entre as produções disponíveis nos periódicos estrangeiros e as brasileiras se equiparam, indicando que o tema da privatização entrou para a agenda de investigação no Brasil e se transformou em fenômeno global.

**Gráfico 54- Distribuição dos trabalhos selecionados por ano de publicação. Todas as bases. 1990-2014**



Fonte: Adrião, 2015. Excluídos trabalhos duplicados.

A seleção dos trabalhos envolveu a presença de um conjunto de descritores que englobavam reflexões sobre a privatização da educação básica em três dimensões; gestão, currículo e oferta educacional. O conjunto dos descritores acionados em português para localizar as produções foram: Financiamento; Parceria Público-Privado; Parceria Pública-Privada; Gestão Privada, Subsídio; Cooperativa; Privatização;

Escolha Parental; Quase-Mercado e as expressões em inglês *Choice* e *Charter*. Manteve-se esses mesmos descritores traduzidos para inglês como mecanismo para acesso aos trabalhos nas plataformas WoK/WoS.

Recorda-se que os dados disponíveis para consulta no Banco de Tese da Capes limitavam-se a teses e dissertações publicadas entre 2011 e 2012, motivo da incorporação, na base de dados desta pesquisa, dos trabalhos disponíveis nos repositórios dos cinco maiores programas de pós-graduação em educação de cada região brasileira acrescido das teses e dissertações defendidas nas universidades estaduais paulistas. Acredita-se, assim, que o levantamento efetuado nessas bases e na SciELO-br foram estratégias suficientes para a apreensão das tendências das pesquisas sobre o tema no Brasil.

Enfim, a qualidade e a extensão dos impactos para a natureza pública da educação dos processos aqui identificados são temas que permanecem no horizonte das investigações necessárias no Brasil, agora estimuladas pela identificação de lacunas e de tendências resultantes deste Estado da Arte. Fica aqui o compromisso e o convite para esta tarefa...

No mais, termino com Saramago:

***Privatización, que se privatice todo***

*Que se privatice Machu Picchu, que se privatice Chan Chan, que se privatice la Capilla Sixtina, que se privatice el Partenón, que se privatice Nuno Gonçalves, que se privatice la catedral de Chartres, que se privatice el Descendimiento de la cruz de Antonio da Crestalcore, que se privatice el Pórtico de la Gloria de Santiago de Compostela, que se privatice la cordillera de los Andes, que se privatice todo, que se privatice el mar y el cielo, que se privatice el agua y el aire, que se privatice la justicia y la ley, que se privatice la nube que pasa, que se privatice el sueño, sobre todo si es diurno y con los ojos abiertos. Y, finalmente, para florón y remate de tanto*

*privatizar, privatícense los Estados, entréguese de una vez por todas la explotación a empresas privadas mediante concurso internacional. Ahí se encuentra la salvación del mundo... Y, metidos en esto, [...]*

*José Saramago, Fragmento de Cuadernos de Lanzarote (1993-1995)*





## REFERÊNCIAS

---

## REFERÊNCIAS

---



ABRUCIO, F. L. Trajetória recente da gestão pública brasileira: um balanço crítico e a renovação da agenda de reformas. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 41, p. 67-86, 2007.

ADRIÃO, T. Autonomia monitorada como eixo de mudança: padrões de gestão do ensino paulista (1995-1998). Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

ADRIÃO, T. **Dimensões da privatização da educação básica no Brasil a partir de 1990**: um diálogo com a produção acadêmica. Relatório de pesquisa para Tese de Livre-Docência em Educação. Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2015.

ADRIÃO, T. **Educação e produtividade**: a reforma do ensino paulista e a desobrigação do Estado. São Paulo: Xamã, 2006.

ADRIÃO, T. Escolas charters nos EUA: contradições de uma tendência proposta para o Brasil e suas implicações para a oferta da educação pública. **EDUCAÇÃO E FILOSOFIA** (UFU. IMPRESSO), v. 28, p. 263-282, 2014.

ADRIÃO, T. Estratégias político-institucionais para a oferta da educação pelos municípios: algumas consequências da descentralização. In: Gouveia, A. B.; Souza, R.; Tavares, T. (Org.). **Conversas sobre financiamento da educação no Brasil**. 1. ed. Curitiba: Editora UFPR, 2006, p. 271-284.

ADRIÃO, T. et al. As parcerias entre prefeituras paulistas e o setor privado na política educacional: expressão de simbiose?. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 33, n. 119, p. 533-549, jun. 2012. Disponível em:

<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-73302012000200011&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302012000200011&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 19 jul. 2015.

ADRIÃO, T. et al. **SISTEMAS DE ENSINO PRIVADOS NA EDUCAÇÃO PÚBLICA BRASILEIRA: CONSEQUÊNCIAS DA MERCANTILIZAÇÃO PARA O DIREITO À EDUCAÇÃO**. Relatório de pesquisa. 2015. 114 p. Disponível em: <[https://acaoeducativa.org.br/wp-content/uploads/2016/10/sistemas\\_privados\\_pt.pdf](https://acaoeducativa.org.br/wp-content/uploads/2016/10/sistemas_privados_pt.pdf)>. Acesso em: 23/06/2021.

ADRIÃO, T. et al. Uma modalidade peculiar de privatização da educação pública: a aquisição de "sistemas de ensino" por municípios paulistas. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 30, n. 108, p. 799-818, out. 2009. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-73302009000300009&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302009000300009&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 7 jun. 2017.

ADRIÃO, T. Políticas descentralizadoras para a educação escolar: dimensões da confluência entre a esfera pública e a privada. In: SILVA, Maria Vieira; CORBALÁN, Maria Alejandra (Org.). **Dimensões políticas da educação contemporânea**. Campinas: Átomo e Alínea, 2009.

ADRIÃO, T. **Private management of public education: a look at the model of "charter school" in the U.S. and its approach to the Brazilian reality**. Mimeo. 2013, 86p.'01

ADRIÃO, T. Privatização da educação no Brasil: estratégias de regulação pelo setor privado da educação obrigatória. In: JEFFREY, Débora Cristina; AGUILAR, Luis Enrique (Org.). **Balanco da Política Educacional Brasileira (1999-2009): ações e programas**. 1 ed. Campinas: Mercado das Letras, 2013. p. 61-84.

ADRIÃO, T. Relações entre o público e o privado na oferta educacional no Brasil. In: PINTO, José Marcelino. **Para onde vai o dinheiro?: caminhos e descaminhos do financiamento da educação**. 1 ed. São Paulo: Xamã, 2014. p. 97-112.

ADRIÃO, T. Sistemas apostilados de ensino e municípios paulistas: o avanço do setor privado sobre a política educacional local. In: SIMPÓSIO

INTERNACIONAL: O ESTADO E AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS NO TEMPO PRESENTE, 5., 2008, Uberlândia. **Anais...**, Uberlândia: UFU, 2008.

ADRIÃO, T.; BEZERRA, E. P. O setor não lucrativo na gestão da educação pública: corresponsabilidade ou debilidade. **Currículo sem Fronteiras**, v. 13, p. 256-268, maio/ago. 2013. Disponível em: <<http://www.curriculosemfronteiras.org/vol13iss2articles/adriao-bezerra.pdf>>. Acesso em: 7 jun. 2017.

ADRIÃO, T.; CAMARGO, R. B. A gestão democrática na Constituição Federal de 1988. In: OLIVEIRA, R. P.; ADRIÃO, T. (Org.). **Gestão, financiamento e direito à educação**: análise da Constituição Federal e da LDB. 3. ed. São Paulo: Xamã, 2007.

ADRIÃO, T.; DAMASO, A. INDICAÇÕES SOBRE O CRESCIMENTO DA OFERTA DE SISTEMAS. In: TOMMASIELLO, M. G. C. et. al. (Org.). **Didática e práticas de ensino na realidade escolar contemporânea**: constatações, análises e proposições. 1. Ed. Araraquara: Junqueira&Marin Editores, 2012.

ADRIÃO, T.; DAMASO, A.; GALZERANO, L. S. A ADOÇÃO DE SISTEMAS PRIVADOS DE ENSINO EM ESCOLAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO INFANTIL: REFLEXÕES A PARTIR DO PERFIL DOS PROFESSORES. **e-Curriculum**, v. 11, n. 2, 2013, p. 434-460.

ADRIÃO, T.; DOMICIANO, C. O atendimento à educação infantil em São Paulo: abordando o subsídio público ao setor privado. In: SILVA, Flávio Caetano. **O financiamento da educação básica e os programas de transferências voluntárias**. São Paulo: Xamã, 2011, p. 19-33.

ADRIÃO, T.; DRAGONE, A. O Fundef e a educação básica em São Paulo: análise de quatro municípios. **Educação Teoria e Prática**, Rio Claro, v. 12, n.22, p. 43-48, 2004.

ADRIÃO, T.; GARCIA, T. SUBSÍDIO PÚBLICO AO SETOR PRIVADO: REFLEXÕES SOBRE A GESTÃO DA ESCOLA PÚBLICA NO BRASIL. **Políticas Educativas**, Porto Alegre, v. 7, n. 2, p. 110-122, 2014. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/Poled/article/view/51031/31749>>. Acesso em: 7 jun. 2017.

ADRIÃO, T.; PERONI, V. (Org.). **Gestão Municipal da Educação e as Parcerias com o Instituto Ayrton Senna**. 1. ed. Recife: FUNAPE, 2013. 163p.

ADRIÃO, T.; PERONI, V. (Org.). **O público e o privado na educação: interfaces entre Estado e sociedade**. São Paulo: Xamã, 2005.

ADRIÃO, T.; PERONI, V. Consequências da atuação do Instituto Ayrton Senna para a gestão da educação pública: observações sobre dez estudos de caso. **Práxis Educativa**, v. 6, p. 45-53, 2011.

ADRIÃO, T.; PERONI, V. (Coord.). **Análise das consequências de parcerias firmadas entre municípios brasileiros e a Fundação Ayrton Senna para a oferta educacional**. Relatório de Pesquisa, 2011, 210p. Disponível em: <  
<http://www.redefinanciamento.ufpr.br/ArquivoTextos/AdriaoPeroni.pdf>>. Acesso em: 23/06/2021.

AFONSO, A. J. Gestão, autonomia e accountability na escola pública portuguesa: breve diacronia. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, v. 26, n. 1, p. 13-30, jan./abr. 2010.

ANDRÉ, M. A pesquisa sobre formação de professores no Brasil – 1990-1998. In: CANDAU, Vera (Org.). **Ensinar e aprender: sujeitos, saberes e pesquisa**. 1 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000, p. 83-99.

ANTUNES, R. Inglaterra e Brasil: duas rotas do social-liberalismo em duas notas. **Currículo sem Fronteiras**, v. 13, n. 2, p. 204-212, maio/ago. 2013.

ARAÚJO, L. Federalismo, desigualdade territorial e o Fundeb. In: ARAÚJO, L. **Federalismo, desigualdade territorial e o Fundeb**. Campinas: Cedes, 2013. v. 1. p. 660-677.

ARELARO, Lisete. Municipalização do ensino no Estado de São Paulo: antecedentes, históricos e tendências. In. OLIVEIRA., Cleiton (Org.). **Municipalização do ensino no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999, p. 61-90

ARELARO, L. Formulação e implementação das políticas públicas em educação e as parcerias público-privadas: impasse democrático ou mistificação política?. **Educação & Sociedade**, Campinas, vol. 28, n. 100 – especial, p. 899-919, out. 2007.

AZEVEDO, M. L. N. **Neoliberalismo e Educação**: novo conflito entre o público e o privado. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, Brasil. 1995.

AZEVEDO, M.; LARA, A. (Org.). **Políticas para a Educação**: Análises e apontamentos. Maringá: Eduem, 2011.

BALL, S. J. Performatividade, privatização e o pós-Estado do Bem-Estar. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 25, n. 89, p. 1105-1126, set./dez. 2004.

BALL, S. J.; YOUDELL, D. **Hidden privatisation in public education**. 2008.

BANCO MUNDIAL. **Estratégia 2020 para a Educação do Grupo Banco Mundial**. Washington, Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento/Banco Mundial, 2011.

BANCO MUNDIAL. **O Estado num mundo em transformação**. Relatório sobre o desenvolvimento mundial 1997. Washington: Banco Mundial, 1997.

BARRETTO, E. S. S. Onde se quer chegar com a municipalização do ensino fundamental? **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 80, p. 51-55, fev. 1992.

BARRETTO, E. S.; ARELARO, L. A municipalização do ensino de 1º grau: tese controvertida. **Em Aberto**, Brasília, v. 5, n. 29, p. 1-13, 1986.

BARRETTO, Elba Siqueira. Onde se quer chegar com a municipalização do ensino fundamental?. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 80, p. 51-55, 1992.

BARROSO, J. Organização e regulação dos ensinos básico e secundário, em Portugal: sentidos de uma evolução. **Educação & Sociedade**, v. 24, n. 82, p. 63-92, abr. 2003.

BASTOS, P. P. Z. Financeirização, crise, educação: considerações preliminares. **Texto para Discussão**, IE/UNICAMP, Campinas, n. 217, mar. 2013.

BELFIELD, C. R.; LEVIN, H. M. **A privatização da educação**: causas e implicações. Porto, Portugal: ASA Editores, 2004.

BEZERRA, E. **Parceria público-privada nos municípios de Brotas e Pirassununga**: estratégias para a oferta do ensino?. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2008.

BISHOP, M.; GREEN, M. **Philanthrocapitalism**: how the rich can save the world. Bloomsbury Press, 2008.

BOA VISTA (Município). **Diário Oficial do Município de Boa Vista nº 3889**. 2015. Disponível em: <<https://www.publicacoes.boavista.rr.gov.br/diarios/2015/3/edicao/3889>>. Acesso em: 2021.

BONAL, X. **Globalización y política educativa**: un análisis crítico de la agenda del Banco Mundial para América Latina. 31p., 2002. Disponível em: <[http://www.facso.uchile.cl/psicologia/epe/\\_documentos/GT\\_cultura\\_escolar\\_politica\\_educativa/recursos%20bibliograficos/articulos%20relacionados/bonal%282002%29globalizacionypoliticaeducativaanalisisagendabancomundial.pdf](http://www.facso.uchile.cl/psicologia/epe/_documentos/GT_cultura_escolar_politica_educativa/recursos%20bibliograficos/articulos%20relacionados/bonal%282002%29globalizacionypoliticaeducativaanalisisagendabancomundial.pdf)>. Acesso em: 9 jun. 2017.

BORGHI, R. et al. SUBSÍDIOS PÚBLICOS PARA INSTITUIÇÕES PRIVADAS DE EDUCAÇÃO INFANTIL. In: SILVA, Maria Vieira; MEDINA, Sarita (Org.). **Trabalho Docente e Políticas Educacionais para a educação infantil**: desafios contemporâneos. 1 ed. Uberlândia: EDUFU, v. 1, p. 131-149, 2014.

BORGHI, R.; ADRIÃO, T.; GARCIA, T. AS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS PARA A OFERTA DE VAGAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL: UM ESTUDO EM MUNICÍPIOS PAULISTAS. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 92, n. 231, p. 285-301, maio/ago. 2011. Disponível em: <<http://rbep.inep.gov.br/index.php/rbep/article/view/534/517>>. Acesso em: 9 jun. 2017.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 1 ed. São Paulo: Saraiva, 1999.

BRASIL. Emenda Constitucional n.º 19, de 04 de junho de 1998. Modifica o regime e dispõe sobre princípios e normas da Administração Pública, servidores e agentes políticos, controle de despesas e finanças públicas e custeio de atividades a cargo do Distrito Federal, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, 05 de junho de 1998.

BRASIL. Emenda Constitucional n.º 14, de 12 de setembro de 1996. Modifica os artigos 34, 208, 211 e 212 da Constituição Federal e dá nova redação ao art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. **Diário Oficial da União**. Brasília, 12 de setembro de 1996.

BRASIL. Emenda Constitucional n.º 53, de 19 de dezembro de 2006. Dá nova redação aos arts. 7º, 23, 30, 206, 208, 211, 212 da Constituição Federal, e ao art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. **Diário Oficial da União**. Brasília, 19 de dezembro de 2006.

BRASIL. Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**. Brasília, 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. Lei n.º 11.079, de 30 de dezembro de 2004 que Institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública. **Diário Oficial da União**. Brasília, 30 de dezembro de 2004.

BRASIL. Lei n.º 9.790, de 23 de março de 1999. Dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, institui e

disciplina o Termo de Parceria, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, 23 de março de 1999.

BRASIL. Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado. **Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado**. Brasília, 1995.

BRASIL. Ministério da Educação. **Plano de Desenvolvimento em Educação**: razões, princípios e programas. Brasília, 2007.

BREMAEKER, F. E. J.. A política de fundos para a educação e o impacto nas finanças dos estados e dos municípios. In: GOUVEIA, Andréa Barbosa; PINTO, José Marcelino Rezende; CORBUCCI, P. R. (Org.). **Federalismo e políticas educacionais na efetivação do direito à educação no Brasil**. Brasília: IPEA, 2011.

BRESSER-PEREIRA, L. C. Desenvolvimento, progresso e crescimento econômico. **Lua Nova**, n. 93, dez. 2014.

BRESSER-PEREIRA, L. C.. Do estado patrimonial ao gerencial. In: PINHEIRO, Paulo Sérgio; WILHEIM, Jorge; SACHS, Ignacy (Org.). **Brasil: Um Século de Transformações**. São Paulo: Companhia das Letras, p. 222-259, 2001. CAMPANHA NACIONAL PELO DIREITO À EDUCAÇÃO. **Educação pública de qualidade**: quanto custa esse direito?. São Paulo: 2010.

BUFFA, E. **Ideologias em Conflito**: Escola Pública e Escola Privada. São Paulo: São Paulo: Cortez & Moraes, 1979.

CAMPOS, M. M.; PATTO, M. H.; MUCCI, C. **A creche e a pré-escola**. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n. 39, p. 35-42, nov. 1981.

CAMPOS, M. M.; ROSEMBERG, F.; FERREIRA, I. M. **Creche e Pré-escola no Brasil**. 4. ed. São Paulo: Cortez; Fundação Carlos Chagas, 2006.

CARREIRA, D.; PINTO, J. M. R. **Custo Aluno-Qualidade Inicial**: rumo à educação pública de qualidade no Brasil. São Paulo: Global: Campanha Nacional pelo Direito à Educação, 2007.

CASTRO, M. L. S.; WERLE, F. O. C. Estado do Conhecimento em Administração da Educação: uma análise dos artigos publicados em

periódicos nacionais 1982-2000. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 45, p. 1045-1064, out./dez. 2004.

CHESNAIS, F. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

CHUBB, J. E.; MOE, T. M. **Politics, markets, and America's Schools**. Brookings Institution Press, 1990.

CIPOLLA, F. P. Diferentes teorias marxistas de crise e diferentes interpretações da crise atual. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 21, n. 1, p. 39-59, abr. 2012.

CLADE. **MAPEO SOBRE TENDENCIAS DE LA PRIVATIZACIÓN DE LA EDUCACIÓN EN AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE**, São Paulo: 2014. Disponível em: <[https://redclade.org/wp-content/uploads/clade\\_mapeo2015-1.pdf](https://redclade.org/wp-content/uploads/clade_mapeo2015-1.pdf)>. Acesso em: 23/06/2021.

CNEF. Confederação Nacional da Educação e Formação. **Boletim CNEF**. n.1, 2013. Disponível em: <[http://cnef.pt/wpcontent/uploads/2013/07/BoletimCNEF1\\_web.pdf](http://cnef.pt/wpcontent/uploads/2013/07/BoletimCNEF1_web.pdf)>. Acesso em: 9 jun. 2017.

CORREA, B.; ADRIÃO, T. A educação de crianças de zero a seis anos: contradições na garantia de um direito. **Revista ADUSP**, v. 48, p. 6-13, 2010.

COSSE, G. Voucher educacional: nova e discutível panacéia para a América Latina. **Cadernos de Pesquisa**, n. 118, p. 207-246, São Paulo, mar. 2003.

COSTA, M. Criar o público não-estatal ou tornar público o estatal?. In: ADRIÃO, Theresa; PERONI, Vera (Org.). **O público e o privado na educação**: Interfaces entre Estado e Sociedade. São Paulo: Xamã, 2005, p. 13-30.

CRUZ, R. E. **Pacto federativo e financiamento da educação**: a função supletiva e redistributiva da união – o FNDE em destaque. Tese

(Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

CUNHA, L. A. (Org.). **Escola pública, escola particular e a democratização do ensino**. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1986.

CUNHA, L. A. **Educação, Estado e democracia no Brasil**. São Paulo/Niterói/Brasília: Cortez/EDUFF/Flacso-Brasil. 1. ed. 1991.

CUNHA, L. A. O desenvolvimento meandroso da educação brasileira entre o estado e o mercado. **Educação & Sociedade**, v. 28, n. 100, out. 2007.

CURY, C. J. O atual discurso dos protagonistas das redes de ensino. In: CUNHA, L. A. (Org.). **Escola pública, escola particular e a democratização do ensino**. São Paulo, Cortez/Campinas: Autores Associados, 1985.

CURY, C. R. J. A Educação Básica no Brasil. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 23, n. 80, p. 168-200, set. 2002.

CURY, C. R. J. A educação escolar no Brasil: o público e o privado. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 4, n. 1, p. 143-158, 2006. Disponível em: <<http://www.revista.epsjv.fiocruz.br/upload/revistas/r130.pdf>>. Acesso em: 9 jun. 2017.

CURY, C. R. J. A questão federativa e a educação escolar. In: OLIVEIRA, Romualdo Portela; SANTANA, Wagner (Org.). **Educação e federalismo no Brasil: combater as desigualdades, garantir a diversidade**. Brasília: UNESCO, 2010.

DALE, R. A promoção do mercado educacional e a polarização da educação. **Educação, Sociedade & Culturas**, Porto, n. 2, p. 109-139, 1994.

DALE, R. Globalização e educação: demonstrando a existência de uma “cultura educacional mundial comum” ou localizando uma “agenda globalmente estruturada para a educação”? **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 25, n. 87, p. 423-460, maio/ago. 2004.

DAVIES, N. Educação do município do Rio de Janeiro perdeu mais de R\$ 1 bilhão em 1998 e 1999. **Movimento – revista de educação**, n. 3, 2001.

DAVIES, P. Revisões sistemáticas e Campbell Collaboration. In: THOMAS, Gary; PRING, Richard. **Educação baseada em evidências**: a utilização dos achados científicos para qualificação da prática pedagógica. Porto Alegre: Artmed, 2007. p. 31-43.

DI PIETRO, M. S. Z. **Parcerias na administração pública**: concessão, permissão, franquia, terceirização, parceria público-privada e outras formas. São Paulo: Atlas, 2006.

DOMICIANO, C. **O programa “Bolsa Creche” nos municípios paulistas de Piracicaba e Hortolândia**: uma proposta para alocação de recursos estatais à educação privada? Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), Rio Claro, UNESP, 2009.

DOMICIANO, C. O projeto ‘Nave-mãe’ no município paulista de Campinas e os objetivos para o desenvolvimento do milênio: tendências de privatização da educação infantil. **Políticas Educativas**, Porto Alegre, v. 6, n. 1, p. 90-106, 2012.

DOMICIANO, C.; FRANCO, D.; ADRIÃO, T. A educação infantil: de zero a três anos. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 5, n. 9, p. 308-327, jul./dez. 2011.

DOURADO, L. F. Reforma do Estado e as políticas para a educação superior no Brasil nos anos 90. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 23, n. 80, p. 234-252, set. 2002.

DOURADO, L.; BUENO, M. O público e o privado na educação. In: **Políticas e gestão da educação (1991-1997)** / Realização: Associação Nacional de Políticas e Administração da Educação. – Brasília: MEC/Inep/Comped, 2001.

DOWBOR, L.. **A crise financeira sem mistérios**: convergência dos dramas econômicos, sociais e ambientais. 2009. Disponível em: <<http://www.desenvolvimentistas.com.br/desempregozero/2009/02/a->

[crise-financeira-sem-misterios-convergencia-dos-dramas-economicos-sociais-e-ambientais/](#)>. Acesso em: 9 jun. 2017.

DRAIBE, S. As políticas sociais e o neoliberalismo – reflexões suscitadas pelas experiências latino-americanas. **Revista USP**, São Paulo, n. 17, 1993.

DRAIBE, S. **Ciclos de reformas de políticas públicas em ambiente de consolidação da democracia**. Campinas: Unicamp, 2005.

DUPAS, G. A lógica econômica global e a revisão do Welfare State: a urgência de um novo pacto. In: BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos; WILHEIM, Jorge; SOLA, Lourdes (Org.). **Sociedade e Estado em Transformação**. São Paulo: Editora da UNESP, 2001.

ESTEVÃO, C. A. V. **Redescobrir a escola privada portuguesa como organização**: na fronteira da sua complexidade organizacional. Braga: Universidade do Minho, 1998.

EUROPEAN COMMISSION/EACEA/EURYDICE. **Financing Schools in Europe**: Mechanisms, Methods and Criteria in Public Funding. Eurydice Report. Luxemburgo: Publications Office of the European Union. 2004.

FERREIRA, A. B. **Grupo GPS confirma buscas da Polícia Judiciária**. 2014. Disponível em: <<http://www.dn.pt/portugal/interior/grupo-gps-confirma-buscas-da-policia-judiciaria-3643638.html>>. Acesso em: 9 jun. 2017.

FERREIRA, N. S. As pesquisas denominadas “estado da arte”. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 23, n. 79, ago. 2002.

FORMOSINHO, J. De serviço de estado a comunidade educativa: uma nova concepção para a escola portuguesa, **Revista Portuguesa de Educação**, v. 2, n. 1, 53-86, 1989.

FORMOSINHO, J. et al. Democracia, gestão e autónoma da escola: a governação por contrato. In: FERREIRA, Henrique da Costa et al (Org.). **Investigar, Avaliar, Descentralizar**: Actas do X Congresso da SPCE. Bragança: IPB, ESE, SPCE, 2009.

FORMOSINHO, J.; FERREIRA, F.; MACHADO, J. **Políticas Educativas e Autonomia das Escolas**. Porto: Edições ASA, 2002.

FOSTER, J. B. **O capital monopolista-financeiro**. 2006. Disponível em <[http://resistir.info/mreview/monopoly\\_finance\\_capital\\_p.html](http://resistir.info/mreview/monopoly_finance_capital_p.html)>. Acesso em: 15 abr. 2015

FOSTER, J. B. The Financialization of Capital and the Crisis. **Monthly Review**, v. 59, issue 11, abr. 2008. Disponível em: <<http://monthlyreview.org/2008/04/01/the-financialization-of-capital-and-the-crisis/>>. Acesso em: 12 fev. 2015.

FREITAS, L. C. Os reformadores empresariais da educação e a disputa pelo controle do processo pedagógico na escola. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 35, n. 129, p. 1085-1114, out./dez. 2014. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-73302014000401085&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302014000401085&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 18 jul. 2015.

FREITAS, L. C. Os reformadores empresariais da educação: da desmoralização do magistério à destruição do sistema público de educação. **Educação & Sociedade**, v. 33, n. 119, p. 379-404, abr./jun. 2012.

FUNDAÇÃO LEMANN. **Relatório Anual 2014**. 2014. Disponível em: <[http://fundacaolemann.org.br/wp-content/uploads/2014/10/RA\\_2014\\_final-em-baixa.pdf](http://fundacaolemann.org.br/wp-content/uploads/2014/10/RA_2014_final-em-baixa.pdf)>. Acesso em: 09/06/2017.

FUX, L. **Parecer sobre ADI nº 1923**. Disponível em: <<http://portal.andes.org.br/imprensa/noticias/imp-ult-1468005415.pdf>>. Acesso 19 jul. 2015.

GALL, N.; GUEDES, P. M. **A REFORMA EDUCACIONAL DE NOVA YORK: POSSIBILIDADES PARA O BRASIL**, Instituto Braudel; Fundação Itau Social. 2009.

GALZERANO, L. S. O grupo Abril e a educação: estratégias de atuação. In: **37ª Reunião Nacional ANPEd**, 2015, Florianópolis. Pôsteres 37ª Reunião Nacional ANPEd, 2015.

GARCIA, T.; ADRIÃO, T.; BORGHI, R. A nova gestão pública e o contexto brasileiro. In: MARTINS, A. M. (Org.). Instituições educacionais: políticas, gestão e práticas profissionais. Santos: Editora Leopoldianum, Universidade Católica de Santos, 2009, v. 1, p. 9-23.

GARCIA, T.; CORREA, B. Sistemas de ensino privados em redes públicas de educação: relações com a organização do trabalho na escola. **Educação: Teoria e Prática**, v. 21, n. 38, 2011.

GENRO, T. Educação e Globalização: educação é mercadoria ou patrimônio coletivo?. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/artigo\\_educglob080606.pdf](http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/artigo_educglob080606.pdf)>. Acesso em: 9 jun. 2017.

GENTILI, P.; SILVA, T. T. (Org.). Escola S. A.: Quem ganha e quem perde no mercado educacional do neoliberalismo. Brasília: CNTE, 1996. 188p.

GENTILI, P.; SILVA, T. T. (Org.). Neoliberalismo, qualidade total e educação: visões críticas. 1. ed. Petrópolis: Vozes, 1994. 284p.

GIFE. Censo GIFE 2011-2012. São Paulo: GIFE, 2013. 68 p. Disponível em: <[http://gife.issuelab.org/resource/censo\\_gife\\_2011\\_2012](http://gife.issuelab.org/resource/censo_gife_2011_2012)>. Acesso em: 9 jun. 2017.

GODOY, A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63, 1995a.

GODOY, A. S. Pesquisa Qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**. São Paulo, v. 35, n. 3, p. 20-29, maio/jun. 1995b.

GOMES, C. A. Financiamento e custos da educação infantil ou a corda arrebenta do lado mais fraco. In: COELHO, Rita de Cassia; BARRETO, Ângela Rabelo (Org.). Financiamento da Educação Infantil: perspectiva em debate. Brasília: UNESCO Brasil, 2004, p. 31-72.

GRACIO, S. Ensino privado em Portugal: contributo para uma discussão. **Sociologia: Problemas e práticas**, n. 27, p. 129-153, 1998.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna:** uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 17. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

HARVEY, D. **O Neoliberalismo:** história e implicações. São Paulo: Loyola, 2005.

HENTSCHKE, G.; OSCHMAN, S.; SNELL, L. TRENDS & BEST PRACTICES for Education Management Organizations. **Policy perspectives.** 2003. Disponível em: <[http://www.wested.org/online\\_pubs/PP-03-02.pdf](http://www.wested.org/online_pubs/PP-03-02.pdf)>. Acesso em: 18 ago. 2011.

HILL, D. O neoliberalismo global, a resistência e a deformação da educação. **Currículo sem Fronteiras**, v. 3, n. 2, p. 24-59, jul./dez. 2003.

HOBBSBAWN, E. **A era dos extremos:** O breve século XX, 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

HORTA, J. S. B. As diferentes concepções de diretrizes e bases e a questão do nacional na história da educação brasileira. **Cadernos Anped**, Rio de Janeiro, n. 2, p. 5-13, 1989.

HYPOLITO, A. M.; GANDIN, L. A. Políticas de responsabilização, gerencialismo e currículo: uma breve apresentação. **Revista e-Currículum**, São Paulo, v. 2, n. 11, p. 335-341, 2013.

IANNI, O. Globalização: novo paradigma das ciências sociais. **Estudos avançados**, São Paulo, v. 8, n. 21, p. 147-163, maio/ago. 1994.

JESSOP, B. Liberalism, Neoliberalism, and Urban Governance: A State-Theoretical Perspective. **Antipode**, v. 34, issue 3, jul. 2002.

JUNQUILHO, Gelson Silva. Reforma gerencial o "gerente caboclo" frente os desafios da reforma do Estado no Brasil. In: CONGRESO INTERNACIONAL DEL CLAD SOBRE LA REFORMA DEL ESTADO Y DE LA ADMINISTRACION PÚBLICA, 7., 2002, Lisboa. Anais... Portugal, 2002. p. 1-23

KANE, P.; LAURICELLA, C. Assessing the growth and potential of charter schools. In: LEVIN, Henry. (Ed.). **Privatizing education:** can the

marketplace deliver choice, efficiency, equity and social cohesion?. Oxford: Westview Press, p. 203-233, 2001.

KISSLER, L.; HEIDEMANN, F. Governança pública: novo modelo regulatório para as relações entre Estado, mercado e sociedade? **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, vol. 40, n. 3, maio/jun. 2006.

KLEES, S. J.; EDWARDS JR., D. B. Privatização da educação: experiências dos Estados Unidos e outros países. **Revista Brasileira de Educação**, v. 20, n. 60, jan./mar. 2015.

KLEES, S.; SAMOFF, J.; STROMQUIST, N. (Ed.). **The World Bank and Education: critiques and alternatives**. Rotterdam/Boston/Taipei: Sense Publishers, 2012.

KROIKE, B. Eleva busca colégios para aquisição. **Valor Econômico**, 5 de março de 2015. Disponível em <<http://www.educacionista.org.br/jornal3/?p=1505>>. Acesso em: 02/08/2015.

KUHLMANN JR., M. **Infância e educação infantil**: uma abordagem histórica. 3. ed. Porto Alegre: Mediação, 2004.

LETTS, C.; RYAN, W.; GROSSMAN, A. Virtuous capital: What foundations can learn from venture capitalists. **Harvard Business Review**, mar./abr. 1997.

LEVIN, H.; BELFIELD, C. The Marketplace in Education. **Review of Research in Education**, vol. 27, p. 183-219, 2003.

LIMA, L. A Gestão Democrática das Escolas: do autogoverno à ascensão de uma pós-democracia gestonária?. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 35, n. 129, p. 1067-1083, out./dez. 2014.

LIMA, L. C. **A escola como organização e a participação na organização escolar**. Braga: Instituto de Educação e Psicologia, Centro de Estudos em Educação e Psicologia, Universidade do Minho, 1992.

LIMA, L. C.; AFONSO, A. J. **Reformas da educação pública: democratização, modernização, neoliberalismo**. Porto: Edições Afrontamento, 2002.

MARTINS, A. M. (Org.). **Estado da Arte: gestão, autonomia escolar e órgãos colegiados (2000/2008)**. Brasília: Liber Livro, 2011.

MARTINS, A. M.; SILVA, V. Estado da arte: gestão, autonomia da escola e órgãos colegiados (2000/2008). **Cadernos de Pesquisa**, v. 41, n. 142, p. 228-245, jan./abr. 2011.

MARTINS, E. M. **Movimento "Todos Pela Educação"**: um projeto de nação para a educação brasileira. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013.

MATHIS, W.; JIMERSON, L. **A Guide to Contracting Out School Support Services: Good for the School? Good for the Community?**. East Lansing: The Great Lakes Center for Education Research & Practice, mar. 2008. Disponível em:  
<[http://greatlakescenter.org/docs/Policy\\_Briefs/Mathis\\_ContractingOut.pdf](http://greatlakescenter.org/docs/Policy_Briefs/Mathis_ContractingOut.pdf)>. Acesso em: 9 jun. 2017.

MCKINSEY ON SOCIETY. **Special Edition: Latin America**. 2012. Disponível em:  
<[http://mckinseysociety.com/downloads/reports/Economic-Development/MoS\\_1\\_v2\\_NEW.pdf](http://mckinseysociety.com/downloads/reports/Economic-Development/MoS_1_v2_NEW.pdf)>. Acesso em: 19 jun. 2017.

MELLO, G. Subconsumo ou sobreacumulação? Debate teórico e político para a análise da crise atual. **Crítica Marxista**, n. 37, p. 91-111, 2013. Disponível em:  
<[https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos\\_biblioteca/artigo299Artigo5.pdf](https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/artigo299Artigo5.pdf)>. Acesso em: 19 jun. 2017.

MINAYO, M. C. de S.; SANCHES, O. Quantitativo-Qualitativo: Oposição ou complementaridade?. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, p. 239-262, jul./set. 1993.

MOLNAR, A.; MIRON, G.; URSCHER, J. **Profiles of For-Profit Education Management Organizations**: Twelfth Annual Report – 2009-2010. Boulder, CO: National Education Policy Center. 2010.

MORAES, R. C. **Neoliberalismo**: de onde vem, para onde vai? São Paulo: Editora Senac, 2011. Disponível em: <[https://reginaldomoraes.files.wordpress.com/2012/01/livro\\_neoliberalismo.pdf](https://reginaldomoraes.files.wordpress.com/2012/01/livro_neoliberalismo.pdf)>. Acesso em: 2015.

MOREIRA, A.; CANDAU, V. Currículo, conhecimento e cultura. In: BEAUCHAMP, Jeanete; PAGEL, Sandra Denise; NASCIMENTO, Aricélia Ribeiro. **Indagações sobre currículo**: currículo, conhecimento e cultura. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007.

MURPHY, J. et al. **Pathways to privatization in education**. London: Ablex Publishing Corporation, 1998.

OCDE. **Education at a Glance 2014**: OECD Indicators, OECD Publishing. 2014.

OECD NETFWD. **Venture Philanthropy in Development**: Dynamics, Challenges and Lessons in the search for greater impact. Paris: OECD Development Centre, 2014.

OECD NETFWD. **Venture Philanthropy in Development**: Dynamics, Challenges and Lessons in the Search for Greater Impact. Paris: OECD Development Centre, 2014

OFFE, C. **Problemas estruturais do Estado capitalista**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

OLIVEIRA, F. Privatização do público, destituição da fala e anulação da política: o totalitarismo neoliberal. In: OLIVEIRA, Francisco; PAOLI, Maria Célia (Org.). **Os sentidos da democracia**: políticas do dissenso e hegemonia global. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

OLIVEIRA, R. P. A transformação da educação em mercadoria no Brasil. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 30, n. 108, p. 739-760, out. 2009.

OLIVEIRA, R. P. Da universalização do ensino fundamental ao desafio da qualidade: uma análise histórica. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 28, n. 100, p. 661-690, out. 2007. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-73302007000300003&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302007000300003&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 31 jul. 2015.

OLIVEIRA, R. P. Financiamento da educação no Brasil. In. OLIVEIRA, Romualdo Portela; ADRIÃO, Theresa (Org.). **Gestão, financiamento e direito à educação: Análise da LDB e da Constituição Federal**, 3. ed. São Paulo: Xamã, 2007.

OLIVEIRA, R. P.; ARAÚJO, G. C. Qualidade do ensino: uma nova dimensão da luta pelo direito à educação. **Revista Brasileira de Educação**, nº. 28, jan./abr. 2005.

OLIVEIRA, R. T. C. de; FERNANDES, M. D. E. Redefinição do Papel do Estado no Brasil: implicações do modelo gerencial para as políticas de gestão da educação básica. **Educação: Teoria e Prática**. Rio Claro, v. 19, n. 32, p. 57-72, 2009.

OLIVEIRA, R. T. C.; FERNANDES, M. D. E. Redefinição do papel do Estado no Brasil: implicações do modelo gerencial para as políticas de gestão da educação básica. **Educação: Teoria e Prática**, Rio Claro, v. 19, n. 32, p. 57-72, jan./jun. 2009.

PARO, V. H. A educação, a política e a administração: reflexões sobre a prática do diretor de escola. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 36, n. 3, p. 763-778, set./dez. 2010.

PARO, V. H. **Administração escolar**: introdução crítica. São Paulo: Cortez, 1986.

PARO, V. H. Trabalho docente na escola fundamental: questões candentes. **Cadernos de Pesquisa**, v. 42, n. 146, p. 586-611, maio/ago. 2012.

PARRODE, A. Marconi reafirma sintonia com Raquel Teixeira e implantação das OSs na Educação. Disponível em: <<http://www.jornalopcao.com.br/ultimas-noticias/marconi-reafirma->

[sintonia-com-raquel-teixeira-e-implantacao-das-oss-na-educacao-39340/](#)>. Acesso em: 19 jun. 2017.

PATRINOS, H.; BARRERA-OSÓRIO, F.; GUÁQUETA, J. **The role and impact of public-private partnerships in education**. Washington, DC: World Bank, 2009.

PERONI, V. **A redefinição do papel do Estado e a política educacional no Brasil dos anos 90**. Tese (Doutorado em Educação: História, Política, Sociedade) – PUC/SP, São Paulo. 1999.

PERONI, V. A relação público/privado e a gestão da educação em tempos de redefinição do papel do Estado. In: ADRIÃO, Theresa; PERONI, Vera (Org.). **Público e Privado na Educação**: novos elementos para o debate. São Paulo: Xamã, 2008, p. 111-127.

PERONI, V. As relações entre o público e o privado nas políticas educacionais no contexto da terceira via. **Currículo Sem Fronteiras**, v. 13, n. 2, p. 234-255, maio/ago. 2013. Disponível em: <<http://www.curriculosemfronteiras.org/vol13iss2articles/peroni.pdf>>. Acesso em: 19 jun. 2017.

PERONI, V. O público e o privado na gestão e financiamento de sistemas educacionais públicos: um estudo dos programas da Rede Vencer, coordenado pelo Instituto Ayrton Senna. In: ALBUQUERQUE, Maria Gláucia; FARIAS, Isabel Maria; RAMOS, Jeannette Filomeno (Org.). **Política e Gestão educacional**: contextos e práticas. Fortaleza: Ed. UECE, 2008.

PERONI, V. **Política educacional e papel do Estado**: no Brasil dos anos 1990. São Paulo: Xamã, 2003.

PERONI, V.; ADRIÃO, T. Público não-estatal: estratégias para o setor educacional brasileiro. In: ADRIÃO, Theresa; PERONI, Vera (Org.). **Público e Privado na Educação**: novos elementos para o debate. São Paulo: Xamã, 2008.

PGCPS. Prince George's County Public Schools. Disponível em: <<http://www1.pgcps.org/charters/>>. Acesso em: 2015.

PINTO, J. M.; AMARAL, N.; CASTRO, J. O financiamento do ensino médio no Brasil: de uma escola boa para poucos à massificação barata da rede pública. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 32, n. 116, p. 639-665, jul./set. 2011.

PORTUGAL Portaria n.º 59, de 7 de março de 2014. Diário da República, 1.ª série — N.º 47 — 7 de março de 2014. Disponível em: <<https://dre.pt/application/dir/pdf1sdip/2014/03/04700/0178601787.pdf>>. Acesso em: 19 jun. 2017.

PORTUGAL. Ministério das Finanças e da Educação e Ciência. Portaria n.º 172-A, de 5 de junho de 2015. Disponível em: <<http://www.dgae.mec.pt/web/14654/175>>. Acesso em: 2015.

PORTUGAL. Ministérios das Finanças e da Educação e Ciência. Portaria n.º 172-A, de 5 de junho de 2015. 2015. Disponível em: <<http://www.dgae.mec.pt/web/14654/175>>. Acesso em: 2015.

PULHEZ JR., N. V. **Análise da caracterização das instituições privadas sem fins lucrativos na legislação brasileira no período republicano**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Instituto de Biociências de Rio Claro, Universidade Estadual Paulista, 2010.

REZENDE, F; CUNHA, A.; BEVILACQUA, R. Informações de custos e qualidade do gasto público: lições da experiência internacional. **Revista de Administração Pública**, v. 44, n. 4, ago. 2010.

RIKOWSKI, G. The business takeover of schools. *Mediactive: Ideas – Knowledge – Culture*, n. 1, p. 91-108, 2003.

ROBERTSON, S. A estranha não morte da privatização neoliberal na Estratégia 2020 para a educação do Banco Mundial. **Revista Brasileira de Educação**, v. 17, n. 50, p. 283-302, maio/ago. 2012.

ROBERTSON, S.; VERGER, A. A origem das parcerias público-privada na governança global da educação. **Educação & Sociedade**, v. 33, n. 121, p. 1133-1156, dez. 2012.

ROMANOWSKI, J. P.; ENS, R. T. As pesquisas denominadas do tipo "estado da arte" em educação. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 6, n. 19, p. 37-50, set./dez. 2006

ROSSI, PEDRO et al. Austeridade fiscal e o financiamento da educação no Brasil. **Educação & Sociedade** [online]. 2019, v. 40.

SALLUM JR., B. O Brasil sob Cardoso: neoliberalismo e desenvolvimentismo. **Tempo Social**, v. 11, n. 2, 1999.

SANDER, B. A pesquisa sobre política e gestão da educação no Brasil: uma leitura introdutória sobre sua construção. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, v. 23, n. 3, p. 421-447, set./dez. 2007.

SANFELICE, J. L. A problemática do público e do privado na história da educação no Brasil. In: LOMBARDI, José; JACOMELI, Mara Regina; SILVA, Tânia Mara (Org.). **O público e o privado na história da educação brasileira**. Campinas: Autores Associados, 2005.

SANTA-CLARA, A. T. O ENSINO PARTICULAR NA REDE ESCOLAR DO ESTADO NOVO. **INTERACÇÕES**, v. 10, n. 28, p. 95-111, 2014.

SAVIANI, D. et al. **O legado educacional do século XX no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2004.

SAVIANI, D. **História das idéias pedagógicas no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2007.

SCHUVETER, M. H.; ADRIÃO, T. Consequências da implementação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério nos municípios de Limeira e Santa Gertrudes-SP. **Educação**, Rio Claro, v. 13, p. 11-22, 2005.

SCHWARTZ, G. et al. **Portugal**: Rethinking the State — Selected Expenditure Reform Options, Washington D.C.: International Monetary Fund, 2013.

SCOTT, J. The politics of venture philanthropy in school charter policy and advocacy. **Educational Policy**, v. 23, n. 1, p. 106-136, 2009.

SENA, P. A legislação do Fundeb. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 38, n. 134, p. 319-340, maio/ago. 2008.

SENA, P. Reforma tributária e impactos no financiamento da educação. In: GOUVEIA, Andréa Barbosa; PINTO, José Marcelino; CORBUCCI, Paulo Roberto (Org.). **Federalismo e políticas educacionais na efetivação do direito à educação no Brasil**. Brasília: IPEA, 2011.

SGUISSARDI, V. Modelo de expansão da educação superior no Brasil: predomínio privado/mercantil e desafios para a regulação e a formação universitária. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 29, n. 105, p. 991-1022, dez. 2008.

SGUISSARDI, V. Regulação estatal e desafios da expansão mercantil da educação superior. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 34, n. 124, p. 943-960, set. 2013.

SHIROMA, E. Redes sociais e hegemonia: apontamentos para estudos de política educacional. In: LARA, Angela Mara; AZEVEDO, Mário Luiz (Org.). **Políticas para Educação: análises e apontamentos**. Maringá: EDUEM, 2011.

SILVA JUNIOR, J. R.; KATO, F. B. G. Mundialização do Capital, reforma do Estado, pós-graduação e pesquisa no Brasil. **Revista HISTEDBR Online**, Campinas, v. 10, n. 37, p. 59-71, mar. 2010.

SILVA, I. I. **A atuação da Fundação Pitágoras na educação pública de Alecrim/SP**: análise sobre implicações para organização do trabalho na escola. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012.

SILVA, M. V. O lugar do ensino particular e cooperativo no sistema de ensino português. In: RODRIGUES, M. L. (Org.). **40 Anos de Políticas de Educação em Portugal** - Volume II – Conhecimento, atores e recursos. Coimbra: Almedina, 2014.

SILVA, M. V.; SOUZA, S. A. Educação e responsabilidade empresarial: novas modalidades de atuação da esfera privada na oferta educacional. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 30, n. 108, p. 779-798, out. 2009.

SIQUEIRA, A. C. A regulamentação do enfoque comercial no setor educacional via OMC/GATS. **Revista Brasileira de Educação**, n. 26, maio/ago. 2004.

SIQUEIRA, A. C. A regulamentação do enfoque comercial no setor educacional via OMC/GATS. **Revista Brasileira de Educação**, n. 26, ago. 2004.

SOUZA, A. R. Os caminhos da produção científica sobre gestão escolar no Brasil. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, v. 22, n. 1, 2006.

SPOSITO, M. (Org.). **Juventude e escolarização (1980-1998)**. Brasília: MEC/Inep/Comped, 2002.

SPOSITO, M. P. (Coord.). **O Estado da Arte sobre juventude na pós-graduação brasileira: Educação, Ciências Sociais e Serviço Social (1999-2006)**, vol. 1. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009.

SPOSITO, M. P. (Coord.). **O Estado da Arte sobre juventude na pós-graduação brasileira: Educação, Ciências Sociais e Serviço Social (1999-2006)**, volume 1. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009.

SUSIN, M. O. O estatal e o público não estatal: onde está a educação infantil comunitária em Porto Alegre?. In: PERONI, Vera; ADRIÃO, Theresa (Org.). **Público e Privado na Educação: novos elementos para o debate**. 1. ed. São Paulo: Xamã, 2008. p. 67-78.

SWEEZY, P. More (or Less) on Globalization. **Monthly Review**, v. 49, issue 4, set. 1997.

VERGER, A.; BONAL, X. Against GATS: the Sense of a Global Struggle. **Journal for Critical Education Policy Studies**, v. 4, n. 1, 2006. Disponível em: <<http://www.jceps.com/wp-content/uploads/PDFs/04-01-2.pdf>>. Acesso em: 19 jun. 2017.

VERMELHO; S. C.; AREU, G. I. P. Estado da arte da área de educação e comunicação em periódicos brasileiros. **Educação & Sociedade**, v. 26, n. 93, p. 1413-1434, 2005.

VIEIRA, E. A social-democracia: longo caminho até a terceira via. **Currículo Sem Fronteiras**, v. 13, n. 2, p. 182-203, maio/ago. 2013.

WATSON, L. P. **Estado vai gastar mais 53 milhões de euros com escolas privadas**. Disponível em: <[http://www.jn.pt/PaginaInicial/Nacional/Interior.aspx?content\\_id=4699680](http://www.jn.pt/PaginaInicial/Nacional/Interior.aspx?content_id=4699680)> Acesso em: 29 jul. 2015.

WELLS, A. Charter Schools: Lessons in Limits, **The Washington Post**, 29 dez. 2004.

WELLS, A. S. (Ed.). **Where Charter School policy fails**: the problem of accountability and equity. Sociology of Education Series. New York: Teachers College Press, 2002.

WELLS, A. S. **Time to choice**. America at the crossroads of school choice policy. New York: Hill & Wang Pub; English Language edition, 1993.

WITTIMAN, L.; GRACINDO, R. (Orgs.). **Políticas e Gestão da Educação (1991-1997)**. Brasília: MEC/Inep/Comped, 2001.

## SÍTIOS ELETRÔNICOS

Banco de Teses e Dissertações da CAPES. Disponível em: <<http://bancodeteses.capes.gov.br/banco-teses/#!/>>. Acesso em: 09/06/2017.

Biblioteca Digital da UNICAMP. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/>>. Acesso em: 09/06/2017.

Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da UFPE. Disponível em: <<http://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/50>>. Acesso em: 09/06/2017.

Choosing a school for your childs. Disponível em:  
<<https://www2.ed.gov/parents/schools/find/choose/index.html>>. Acesso em: 12/08/2011.

District of Columbia Public Charter School Board (DCPCSB). Disponível em: <<https://dcpcsb.org>>. Acesso em: 2021.

Escolas particulares consideram "adequado" corte nos contratos de associação. Disponível em:  
<<http://www.publico.pt/sociedade/noticia/escolas-particulares-consideram-adequado-corte-nos-contratos-de-associacao-1600514>>. Acesso em: 2015.

Fundação Lemann. Disponível em:  
<<http://www.fundacaolemann.org.br/>>. Acesso em: 2021.

Gera Venture. Disponível em: <<http://www.geraventure.com.br/pt/quem-somos/missao-visao.php>>. Acesso em: 2015.

Hoje Consultoria. FINEP aposta em inovação na educação. Disponível em:  
<<http://hojeconsultoria.com/2014/08/04/finep-aposta-em-inovacao-na-educacao/>>. Acesso em: 04/08/2015.

Instituto Alfa e Beto. Disponível em: <<http://www.alfaebeto.org.br/>>. Acesso em: 19/06/2017.

Instituto Ayrton Senna. Disponível em:  
<<http://www.institutoayrtonsenna.org.br/>>. Acesso em: 09/06/2017.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Disponível em:  
<<https://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 2021.

Instituto Positivo. Disponível em:  
<<http://www.positivo.com.br/portugues/educacional/sabe.htm>>. Acesso em: 2015.

LUME Repositório Digital da UFRGS. Disponível em:  
<[http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/1?locale=pt\\_BR](http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/1?locale=pt_BR)>. Acesso em: 14/07/2017.

Repositório Insitucional da UnB. Disponível em:  
<<http://repositorio.unb.br/>>. Acesso em: 09/06/2017.

Repositório Institucional da UFPA. Programa de Pós-Graduação em Educação. Disponível em:  
<<http://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/2318>>. Acesso em: 09/06/2017.

Richard Milburn Academy. Disponível em:  
<[http://www.milburnschools.org/articles/about\\_richard\\_milburn\\_academy](http://www.milburnschools.org/articles/about_richard_milburn_academy)>. Acesso em: 29/07/2011.

Venture Philanthropy: The New Model. Kirsch Foundation. Disponível em:  
<<http://www.kirschfoundation.org/why/venture.html>>. Acesso em: 2015





ISBN: 978-65-87561-25-7